



Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Antonio Gasparetto Júnior
(ORGANIZADORES)

O PRIMEIRO
CENTENÁRIO
DO BRASIL:
**UMA REVISÃO DA
DÉCADA DE 1920**



Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Antonio Gasparetto Júnior
(ORGANIZADORES)

O PRIMEIRO CENTENÁRIO DO BRASIL: UMA REVISÃO DA DÉCADA DE 1920

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023



©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)
autor(es) e/ou organizador(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**



Diretor da Editora UFJF
Ricardo Bezerra Cavalcante

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva

Conselho Editorial

Prof. Dr. Martinho Alves da Costa Junior -
PPG/His - UFJF (Diretor)
Prof. Dr. Norval Baitello Junior - COS/PUC-SP
Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo -
PPG/His - UFJF
Prof. Dr. Kleber Amancio - CECULT/UFRB
Profa. Dra. Claudia Viscardi - PPG/His - UFJF

Projeto Gráfico, Editoração e Capa

Paolo Malorgio Studio

O primeiro centenário do Brasil: uma revisão da década de 1920
/Organizadores Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, Antonio Gasparetto Júnior . – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ClioEdel,
2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 92mb)
Il. color

ISBN: 978-85-93128-61-5

1. Anos 1920. 2. Cultura. 3. Economia. 4. Sociedade. 5. Bra-
sil -Centenário I. Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. II. Gasparetto
Júnior, Antonio. III. Título.

CDU: 981

Editora UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n
São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900
Telefone (32) 2102-3586
editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br
www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



**Conselho Editorial
Selo Clidel**

Prof. Dr. Martinho Alves da Costa Junior
PPG/His – UFJF (Diretor)

Prof. Dr. Norval Baitello Junior
COS/PUC-SP

Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo
PPG/His – UFJF

Prof. Dr. Kleber Amancio
CECULT/UFRB

Profa. Dra. Claudia Viscardi
PPG/His – UFJF

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial do Selo Clidel, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Sumário

PARTE I

REBELDIAS E INSTRUMENTOS DE CONTENÇÃO 11

CAPÍTULO 1

Sobre a defesa da ordem: nacionalismo, autoritarismo e práticas políticas no despertar da crise da primeira república 12
Allony Rezende de Carvalho Macedo & Antonio Gasparetto Júnior

CAPÍTULO 2

Em defesa de quem? O Supremo Tribunal Federal nos anos 1920 32
Tatiana de Souza Castro

CAPÍTULO 3

Revoltas militares da década de 1920/30: algumas considerações teórico-metodológicas 58
Isabel Lopez Aragão

CAPÍTULO 4

A crise dos anos 1920 e a reforma constitucional de 1926 82
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

CAPÍTULO 5

A participação popular na eleição e na revolução de 1930 102
Vítor Fonseca Figueiredo

PARTE II

POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL 123

CAPÍTULO 6

Apontamentos para uma história da industrialização brasileira na década de 1920 124
Thiago Coelho Silveira

CAPÍTULO 7

Movimento operário e direitos sociais: condição e conquistas dos trabalhadores nos anos 1920 139
Mateus Fernandes de Oliveira Almeida

CAPÍTULO 8

A saúde entre o individual e o coletivo: a construção de um conceito de saúde pública na década de 1920 168
Gisele Sanglard

CAPÍTULO 9

Educação na década de 1920: discussões, embates e disputas 189
Maria Augusta Martiarena de Oliveira

PARTE III

A EFERVECÊNCIA CULTURAL 203

CAPÍTULO 10

Memórias da monarquia nos atribulados anos 1920: da república magnânima à república em crise 204
Luciana Fagundes

CAPÍTULO 11

Entre a palavra e a ação: sobre a crise do liberalismo nos anos 1920 230
Vinícius Liebel

CAPÍTULO 12

Por um moderno salteado: questões para a historiografia da modernidade artística no Brasil 249
João Brancato & Fernanda Pitta

CAPÍTULO 13

O catolicismo nos anos 1920 e suas ações de reestruturação institucional 269
Alexandre Luís de Oliveira

REFERÊNCIAS 285

SOBRE OS AUTORES 321

APRESENTAÇÃO

Em breve o Brasil completará 200 anos de independência da ocupação portuguesa. Neste contexto de análises e reflexões acerca de nossa trajetória como nação – o que é, em geral, suscitado em momentos de efemérides – por que propor uma análise sobre a década de 1920? Uma das razões que nos levaram a encetar o presente projeto se deve ao fato de ter sido exatamente há 100 anos que o país “comemorou” seu primeiro centenário. Às vésperas do segundo centenário nos defrontamos com a oportunidade de pensar como se comemoram efemérides ao longo do tempo.

Contudo, a década de 1920 não se resume ao ano de 1922. Ela foi um marco de importantes mudanças que transformaram o que conhecemos hoje como o início de um longo processo de “modernização” do país, o que, por si só, é também objeto de análise. Os contemporâneos dos anos 20 se sentiam modernos e percebiam seu país como imerso em um processo de mudanças estruturais; processo, este, que se configurava mais como um objeto de desejo do que com correspondência na realidade em que se encontravam mergulhados. Mas o que é ser moderno? De que forma as nações se modernizam? O que se entende por modernização? Quais são os limites de uma modernização conservadora, paradigma explicativo das mudanças ocorridas no Brasil a partir deste período? É correto atribuir à década de 20 como o início de um Brasil moderno?

O tema da modernização tem sido objeto recorrente de análises das Ciências Sociais. Incontornável é a contribuição de Barrington Moore Jr. (1975) para as análises acerca dos modelos de modernização, especialmente no caso brasileiro, o da “modernização conservadora”. A aplicação do modelo prussiano para o caso brasileiro, inspirado no autor, deu origem a uma série de abordagens que percebiam, tal como ocorrido na Alemanha e na Itália, a mão visível do Estado por sobre o processo de industrialização e urbanização no Brasil (VIANNA, 1978; REIS, 1985). Menos pela intervenção estatal e mais pelo envolvimento dos setores agrários tradicionais no processo, o modelo se tornava sugestivo.

Embora o conceito de modernização tenha sido mais aplicado ao período pós-30, tanto Reis, quanto boa parte dos autores que compõem a obra organizada por De Lorenzo e da Costa (1997) atribuíram o início do processo à década de 1920. As autoras apontavam para o período como o de aceleração da história, em razão da emergência de novos atores políticos, novas ideias, bem como da ocorrência de transformações da sensibilidade e do gosto (1997, p. 8). Essas transformações contribuiriam para importantes mudanças, que se tornariam mais efetivas após a revolução de 1930, tornando 1920 como uma antessala da modernização de 30.

Tal abordagem reforça o anacronismo presente em diversas análises do período, considerando a década de 20 apenas como a preparação de acontecimentos que se dariam na década seguinte. Porém, não é esta a perspectiva que compartilhamos. O livro pretende romper exatamente com este paradigma, ao realçar que tanto o processo de industrialização como o de urbanização – que em geral definem o que chamamos de modernização (BENDIX, 1996, p. 27) – já estavam em rápido desenvolvimento a partir dos impactos da Grande Guerra. Daí o fato de afirmarmos que muitas das mudanças que ressaltamos como originárias no período varguista já ocorriam nos anos vinte, como será visto no decorrer do livro.

Retomando a chave da “aceleração do tempo” proposta por Lorenzo e Costa, com a qual concordamos, é difícil não a associar às análises de Kosalleck.¹ O autor alemão nos fala da *satelzeit*, que foi um período de cem anos, ocorrido na Europa ocidental, iniciado a partir de 1750, quando as mudanças ocorridas foram tantas e tão velozes, que definiram os rumos dos acontecimentos. Em suas análises da história diacrônica dos conceitos políticos e sociais, a maior parte do significado das expressões que comumente usamos hoje provinham daquele período. Ao longo desse processo, a percepção do tempo se diferenciou, e o horizonte de expectativas dos atores sociais se abriu para novas possibilidades de percurso.

Há momentos em que essa aceleração se torna mais perceptível para os atores sociais. Teria sido a década de 1920 um deles para o caso brasileiro? É o que nos propomos a responder com este conjunto de textos. Trata-se de um livro sobre a década de 1920 no Brasil, preocupado em apresentar aos leitores uma relação de temas que a historiografia brasileira se tem mostrado interessada em pesquisar – temas sobre os quais já existe considerável debate acadêmico, aqui sistematizados e, em alguns casos, atualizados.

Na condição de organizadores deste volume, preocupamo-nos em convidar especialistas em temas que julgávamos imprescindíveis para que se conhecesse com profundidade os anos 20 no Brasil. Dessa forma, o leitor terá acesso ao debate acerca de objetos clássicos de pesquisa, a exemplo do tenentismo, da revolução de 1930 e do Modernismo, a temas mais inovadores como o das comemorações do primeiro centenário, ou das apropriações e releituras dos pensadores autoritários europeus no Brasil, todos revisitados com base em publicações e pesquisas recentes.

Neste percurso, todos os autores analisaram o Brasil em seus diálogos transnacionais, levando-se em conta as interferências dos grandes acontecimentos internacionais sobre o país e de que forma os brasileiros liam, incorporavam e reagem ante as mudanças em curso. Buscou-se também levar em conta nossas especificidades.

1 Entrevista com Reinhart Koselleck. In: JASMIN, Marcelo G. e FERES JR. João (orgs.), p. 162, 2006.

A obra tem como público-alvo os alunos de graduação e pós-graduação em História e áreas afins e pode também ser de interesse da comunidade acadêmica em geral. Os textos foram elaborados separadamente por tema, embora existam inúmeras intercessões entre eles. O que evitamos foi a repetição de conteúdo, de forma que o leitor possa ler o livro em partes ou em seu conjunto.

Este livro tem a vantagem também de ser diverso em sua temática. Envolve temas ligados à História cultural, social, política e econômica do período. Por essa razão, ele vem dividido em três partes distintas. A primeira parte, intitulada *Rebeldias e instrumentos de contenção*, como o próprio título alude, trata das contestações ocorridas no período e das respostas do Estado com o fim de reprimi-las ou contê-las. É composta de cinco capítulos que versam sobre a vigência das formatações constitucionais autoritárias e seus instrumentos de contenção, de rebeldias políticas, ameaças de golpe e revoluções.

A segunda parte do livro envolve a abordagem de três eixos distintos, mas interrelacionados: ela articula o processo de industrialização ocorrido a partir dos impactos da Grande Guerra, das organizações sociais, sobretudo, o movimento operário e as políticas públicas, muitas delas resultantes do processo de mobilização social. Seu título, *Políticas Públicas e Organização Social*, tenta expressar essas múltiplas abordagens.

A terceira e última parte do livro, que nomeamos de *Efervescência Cultural*, reúne quatro temas de suma importância para compreendermos o contexto do período. Ela contempla a construção da memória e a produção de narrativas acerca do passado, expõe o advento das ideias autoritárias entre os intelectuais brasileiros e suas filiações teóricas mais conhecidas, analisa a produção artística no período, bem como as principais mudanças ocorridas na igreja católica.

Como se vê, procuramos, neste livro, abarcar um conjunto variado de temas imprescindíveis para a compreensão deste importante período da História brasileira. Para realizar este projeto, contamos com a colaboração de um conjunto muito qualificado de pesquisadores. São 15 autores, sendo a maior parte deles constituída de jovens pesquisadores e todos especializados no tema que abordaram. A sua escolha obedeceu não só a este critério, mas também levou em conta a diversidade de gênero e de origem regional.

É imprescindível destacar que todos estes textos e o projeto do livro foram concebidos durante a pandemia da covid-19. Não é pouca coisa, num contexto de morte, medo e desalento, conseguir produzir um material que exigia de nós concentração, tempo e esperança por dias melhores. Para além dos altíssimos níveis de contágios e mortes, vivenciamos ao longo do processo um pesadelo político, com ameaças sérias à democracia brasileira, paralela à desconstrução de nossos ativos econômicos, da ampliação da fome e da desigualdade social e da perseguição aos cientistas e às

suas instituições de produção de conhecimento. De novo, não é pouca coisa. Não obstante, esperamos estar à altura do que se espera de nós, a maior parte, servidores públicos, educadores comprometidos e historiadores engajados na luta para que os próximos 100 anos sejam de crescimento econômico, redução das desigualdades e fortalecimento da democracia. Foi por isso que nos interessamos pela História e é por isso que escrevemos sobre ela.

Juiz de Fora, outono pandêmico de 2021

Cláudia M. R. Viscardi
Antonio Gasparetto Júnior

PARTE I:
REBELDIAS E
INSTRUMENTOS DE
CONTENÇÃO

Capítulo 1

SOBRE A DEFESA DA ORDEM: NACIONALISMO, AUTORITARISMO E PRÁTICAS POLÍTICAS NO DESPERTAR DA CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

**Allony Rezende de Carvalho Macedo
Antonio Gasparetto Júnior**

Apresentada pelos propagandistas como solução final para o “atraso” brasileiro no final do século XIX, a República foi proclamada, em 1889, prometendo a expansão da cidadania e a racionalização do plano organizacional do Estado. Na prática, operaram-se arranjos interoligárquicos que impuseram limites sensíveis a este horizonte, procurando excluir e controlar as maiorias políticas por meio de instrumentos já bastante conhecidos na historiografia: a política dos governadores, o coronelismo, o mandonismo, o voto de cabresto etc. Além deles, destaca-se neste artigo o estado de sítio, que, como dispositivo constitucional, fornecia ao Executivo amplos poderes para sufocar violentamente o que as elites detentoras do poder interpretavam como possíveis ameaças ao seu mando.

Nesse sentido, o governo Arthur Bernardes (1922-1926) pode ser considerado uma radicalização do quadro descrito acima, pois nele se destacou o esforço de proteção dos interesses oligárquicos, via decretação quase permanente do estado de sítio, como ação direta para controlar as oposições, os críticos ao seu governo e à República liberal-oligárquica como um todo. Nesse período, chamam atenção a atuação do Movimento Tenentista e o fortalecimento dos discursos dos intelectuais nacionalistas autoritários. Ambos os grupos se apresentavam como atores legítimos para operarem as transformações e reformas que julgavam necessárias ao regime, no sentido de impor, finalmente, o “interesse nacional” aos múltiplos anseios privados encampados no poder pelas oligarquias.

Por isso, o objetivo deste texto é analisar como, pela via legal do arbítrio, Bernardes agiu em combate ao Movimento Tenentista e em interação com o antiliberalismo em voga, esforçando-se para conter

a emergência de novos setores empenhados na busca por mais espaço no poder. Em outras palavras, procura-se compreender em que medida um ambiente político desestabilizado pelas rebeliões da juventude militar e irrigado com as formulações do nacionalismo autoritário pode ter contribuído para que a presidência levasse a outro nível o uso do estado de sítio na Primeira República, exercendo um poder excepcional por quase toda a integralidade do mandato (GASPARETTO JÚNIOR, 2019).

Assim, este trabalho tem dois eixos. No primeiro, discute-se o contexto sociopolítico no qual o governo Bernardes se inseriu. Para isso, foram destacadas a crise internacional do liberalismo no Ocidente do Entreguerras, enquanto modelo político e econômico, e sua reverberação no Brasil pelo esforço de intelectuais autoritários, bem como a atuação e as reivindicações do Movimento Tenentista, principalmente nos levantes de 1922 e 1924. No segundo eixo, analisa-se como o Presidente atuou, institucionalmente, no quadro do despertar da crise do regime, no sentido de conservar o arranjo oligárquico diante das pressões sofridas a partir das ruas.

As fontes, portanto, são variadas e abrangem: ensaios sócio-históricos produzidos pelos intelectuais do nacionalismo autoritário mais atuantes no período; manifestos, panfletos e cartas escritos pelos “tenentes” no calor das suas primeiras ações; além de documentação oficial, como relatórios de governos estaduais, mensagens presidenciais, atas e debates parlamentares.

Espera-se, com este capítulo, oferecer à historiografia uma investigação apurada do funcionamento do modelo liberal-excludente, durante o início da crise da Primeira República, e sua relação complexa com antiliberalismo em voga entre grupos políticos críticos e de oposição, que se esforçaram para oferecer novos horizontes ao regime. Afinal, como destacou Angela de Castro Gomes (2016), a tradicional preocupação das elites brasileiras com a “revolução social” e a ameaça à unidade nacional foi responsável por constituir visões de República que endossavam aspectos oligárquicos e até mesmo autoritários em essência.

A REPÚBLICA LIBERAL-OLIGÁRQUICA SOB PRESSÃO

Já nas primeiras décadas do século XX, transformações econômicas, patrocinadas pela expansão do setor cafeeiro, contribuíram para a diversificação dos negócios na agricultura e na indústria. O resultado foi uma complexificação do quadro político e social com o crescimento da classe média, o aumento do número de trabalhadores assalariados e com a diversificação de interesses no seio das próprias elites. Logo, tais setores se organizaram, cada um à sua maneira, a fim de reclamar seus interesses, pressionando o equilíbrio do regime (FERREIRA & PINTO, 2006). De acordo com Viscardi (2012), a maneira restritiva como o estabelecido “condomínio oligárquico” lidava com o poder foi responsável pela dificuldade de assimilação suficiente das novas demandas apresentadas pelos atores políticos emergentes – algo que, somado às dificuldades

CAPÍTULO 1 SOBRE A DEFESA DA ORDEM

dos governos com o equilíbrio financeiro das contas públicas, responderia, em parte, pela crise aprofundada na década de 1920.

Internacionalmente, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e, mais adiante, a Crise de 1929 promoveram uma “reviravolta ideológica” no Ocidente. O flagrante crescimento da desigualdade social, uma revolução comunista e uma guerra promovida pelos imperialismos punham em xeque as esperanças cultivadas na *Belle Époque* e, junto com elas, os princípios universalistas do liberalismo – que hegemonizavam o sistema de relações internacionais, a economia capitalista e a política dos Estados-nações. Assim, alastrou-se a descrença nos regimes constitucionais, nas assembleias representativas e na capacidade das instituições liberais de promoverem a modernidade, abrindo caminho para o apelo a governos centralizadores e autoritários (HOBBSAWM, 1995; PINTO, 2014).

Sob a interação entre esses dois aspectos, agravaram-se as disputas e os conflitos que atingiram as ruas, a imprensa e, inclusive, as sucessões presidenciais ancoradas nos arranjos interoligárquicos.¹ Chamam atenção, por exemplo, o ineditismo da disputa voto a voto nas eleições de 1910 e 1922 – além das já conhecidas e variadas fraudes eleitorais. Diante da imposição das chapas pelas oligarquias da situação, sem que se consolidassem negociações prévias com as lideranças dos demais estados, abriram-se intensos debates.

Na “batalha eleitoral de 1910”, entre o candidato civil Ruy Barbosa e o militar Hermes da Fonseca, inaugurou-se uma barreira crítica definitiva à República e foi retomada a rivalidade entre elites civis e militares. Assim, no centro da discussão pública, projetaram-se aspectos importantes da política e das culturas políticas do período, tais como: a falta de representatividade dos governos constituídos, o equilíbrio de poderes dos grupos regionais, a efetividade do regime federalista, a nação, o Exército e, mesmo que ainda de forma tangencial, a “questão social” (BORGES, 2011, p. 40-41).

Leila Maria Corrêa Capella (1985) chamou atenção para a articulação periódicos e ligas, na época, como a revista militar *A Defesa Nacional*, de 1913, e a homônima civil-militar *Liga de Defesa Nacional*, de 1916. Embora ambas as organizações lutassem pela reforma e pela modernização do Exército, compreendiam que a importância daquilo que defendiam se justificava também pelo papel organizador dessa instituição, pois seria aquela capaz de impor a disciplina e o civismo necessários aos cidadãos para a efetiva construção de uma nação. No Brasil, a ausência de uma mínima organização social explicaria seu “atraso” na corrida pela modernidade e o predomínio dos interesses privados na política. Além destes, podem ser citados outros grupos semelhantes, como a *Liga Nacionalista de São Paulo* (1916), a *Propaganda Nativista* (1919) e a *Ação Social Nacionalista* (1920).

Já em 1922, o clamor por mudança era tal que não só a chapa de oposição, a *Reação Republicana*, encabeçada por Nilo Peçanha, (re)atualizava os temas levantados

em 1910, como a própria candidatura situacionista de Arthur Bernardes incorporou uma proposta de reforma constitucional, desde que fosse por iniciativa do Parlamento (VISCARDI, 2012, p. 276-277). Em um tumultuado centenário da Independência, eclodiram outras organizações e movimentos variados, tais como: o próprio Tenentismo; o Partido Comunista, como um sintoma da organização de trabalhadores cada vez mais atuantes; a Semana de Arte Moderna, também como contestadora de padrões culturais gerais; e o Centro Dom Vital, ligado ao esforço de católicos conservadores na atuação pela preservação de uma ordem social, que julgavam estar na iminência de ruptura.

Portanto pode-se dizer que, iniciado na década de 1910 e fortalecido ao longo dos anos 1920, esse impulso renovador mobilizou civis e militares abrindo caminho para a difusão do antiliberalismo no Brasil, tanto no campo das esquerdas quanto no das direitas (LAMOUNIER, 2014). Nas esquerdas, fortaleceu-se pelo trabalho de organizações e intelectuais marxistas e anarquistas envolvidos no movimento sindical. Nas direitas, ressignificando tradição positivista do século XIX, teve impulso primeiramente entre intelectuais que afirmavam uma nova proposta nacionalista e autoritária, em tese, mais adaptada à realidade sócio-histórica brasileira; e, já na década de 1930, desenvolveu-se pela articulação dos espiritualistas do Movimento Integralista, mais alinhados ao Fascismo europeu (BEIRED, 1999; HOLLANDA, 2008; MACEDO, 2019).

Interessa ressaltar aqui o trabalho dos intelectuais nacionalistas autoritários, principalmente a produção de Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Vianna (1883-1951), que até a década de 1920 haviam construído as análises e as propostas mais bem elaboradas a respeito do Brasil e da República. Eles abriram caminho para outros com atuação mais relevante no pós-30, como Azevedo Amaral (1881-1942) e Francisco Campos (1891-1968) (LAMOUNIER, 1978; 2014). Embora não constituíssem um grupo formalmente articulado, esses homens aproximaram-se pela recusa ao modelo de Estado liberal adotado pela Constituição de 1891 – o que seria uma “fórmula universalizante” que procurava alinhar indevidamente o Brasil aos modelos políticos e econômicos estrangeiros.

OS INTELECTUAIS E O NACIONALISMO AUTORITÁRIO

De forma semelhante ao ocorrido na Europa, os intelectuais brasileiros, desde o final do século XIX, firmaram-se como importantes atores políticos, reivindicando para si o dever e a prerrogativa de colocarem seu empenho e produções a serviço do país. Em nome de valores de verdade, independência, razão e progresso, argumentavam ter capacidade de avaliação e atuação privilegiadas diante da realidade social (ALONSO, 2002). De fato, constituíram-se como um grupo importante na construção de bens simbólicos centrais na conformação do Estado (LAMOUNIER, 2014). Até a década de 1940, seriam responsáveis pelo que se conhece como “pensamento social brasileiro”,

marcando um período de reflexões e diagnósticos a respeito dos problemas nacionais, em busca de propostas de intervenção no âmbito da política (GOMES, 2009, p. 9).²

Estes letrados extrapolaram a esfera do debate parlamentar e atuaram não só nas já mencionadas ligas e revistas, mas também nos jornais, na produção de livros e na organização de comícios (MELLO, 2007). Desta maneira, criavam e fortaleciam espaços de sociabilidade que lhes permitiam materializar recursos organizacionais e relacionais fundamentais para que construísse, de maneira mais capilarizada, sua autoridade a respeito de assuntos de interesse público (QUIRÓS, 2007). Assim, conseguiram influenciar as pautas dos debates com valores, temas, referentes analíticos e visões institucionais, que, com repetição, deixavam os atores políticos envolvidos mais sensíveis e abertos a determinadas ideias e ações convenientes (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009).

A República havia sacramentado um ordenamento liberal no plano organizacional do Estado, sob os auspícios de propagandistas pertencentes ao movimento político-intelectual conhecido como “Geração de 1870” (ALONSO, 2002). A prática política baseada no controle e na exclusão das maiorias pelas oligarquias, contrariando as expectativas de progresso e construção de um efetivo sistema de representação, trouxe decepção e abriu caminho para o fortalecimento da crítica autoritária – primeiramente com Alberto Torres, ainda nos anos 1910, seguindo e fortalecendo-se a partir de Oliveira Vianna na década seguinte (VIEIRA, 2010).

Entre esse novo grupo de intelectuais, que já vivia a experiência da República, começou a se consolidar a percepção de que era necessário estudar e conhecer as “raízes” da formação brasileira como maneira de encontrar saídas político-institucionais realmente afinadas às necessidades e realidades nacionais (GOMES, 2012). Nessa linha, Torres e Vianna diziam se fundamentar nas “modernas ciências sociais” para a compreensão do quadro com o qual se defrontavam e para a sugestão de propostas de futuro. Sustentavam o objetivo de fugir das “leis gerais pegadas de empréstimo” do

2 Compreende-se aqui o “intelectual” a partir da categoria analítica desenvolvida por Jean-François Sironelli (2003) e apropriada para o caso brasileiro por Angela de Castro Gomes (2009, p. 26). Para a historiadora, entre finais do século XIX e início do século XX, os intelectuais formavam um grupo socioprofissional de contornos variáveis, constituído por produtores e mediadores de interpretações da realidade social com importante atuação política. Em trabalho mais recente, Gomes retornou ao tema junto com Patrícia Hansen no texto *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo* (GOMES & HANSEN, 2016). Sobre as semelhanças e as diferenças entre a atuação política dos intelectuais brasileiros no final do século XIX e início do século XX, ver o trabalho clássico de Angela Alonso (2002) e o segundo capítulo da dissertação de Macedo (2015).

estrangeiro, responsáveis pelo artificialismo das instituições republicanas e, portanto, por seus problemas de funcionamento (TORRES, 2002a; VIANNA, 2005).³

O diagnóstico que faziam era, justamente, o de que a debilidade do Estado liberal não correspondia a “evolução histórica” brasileira, sendo a causa de toda a desorganização e a ebulição sociopolítica que presenciavam. Se Alberto Torres (2002a, p. 78-79) argumentou que um país “surgido por descobrimento”, formado em torno da colonização e exploração, não havia permitido que existisse entre seus habitantes esforços de cooperação necessários para a existência de uma nação. Oliveira Vianna desdobrou essa visão, alegando que a sociedade brasileira havia assumido uma configuração clânica, desde a colônia, organizada em torno dos chefes rurais e seus interesses privados, o que teria impedido, no longo prazo, a construção de uma comunidade nacional (SILVA, 2008; VIANNA, 1990; 2005).

Cidadãos ativos, dispostos em torno de laços de solidariedade social e, portanto, capazes de construir interesses coletivos, seriam a base necessária para o funcionamento do sistema representativo liberal – originalmente, fruto do *self-government* desenvolvido nas comunidades anglo-saxãs. Como uma falsificação grosseira dessa tradição, o que se observava no Brasil era a atuação de grupos regionais no parlamento, que, em nome dos “particularismos”, manipulavam o voto de uma população destituída de consciência cívica sobre seu papel (TORRES, 2002b; VIANNA, 1990, p. 121-122). Graças aos “bacharéis”, referindo-se especialmente aos intelectuais liberais, a burocracia republicana era um produto postiço de ideias importadas, um “Brasil artificial”, que em nada correspondia ao “Brasil real” (TORRES, 2002b; VIANNA, 2005, p. 57).

Diante do exposto até aqui, fica claro que esses intelectuais elaboraram uma construção mnemônica que buscou não só compreender o momento, mas também justificar e/ou legitimar suas posições e seus projetos políticos (ABREU & GOMES, 2009). Com isso, firmaram no debate público um “nacionalismo-militante”, que, frontalmente crítico à ordem liberal, propunha uma saída autônoma para o desenvolvimento do

3 É evidente que também havia diferenças entre os diagnósticos e propostas de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Porém, dados os objetivos deste capítulo, optou-se por destacar as confluências entre esses intelectuais, que contribuíram para criar um ambiente político favorável a governos centralizadores e autoritários. Sobre a importância da produção de Alberto Torres na década de 1920 e 1930 e sua relação com Oliveira Vianna, ver os trabalhos de Silvia Oliveira Campos de Pinho (2007), de José Luis Bendicho Bendito Beired (1999) e o capítulo 5 da tese de Pedro Ivo Tanagino (2018). Em 1938, prefaciando o livro *As ideias de Alberto Torres*, de Alcides Gentil (1938), disse o próprio Oliveira Vianna (1938, s./p.) a respeito de Torres: “Embora imperfeitamente conhecido, o seu pensamento, entretanto, está trabalhando lentamente a mentalidade das nossas elites, e sente-se que os espíritos com inclinações inovadoras, – e são todas as inteligências moças do presente, – estão tendendo sensivelmente para ele, como atraídos para um centro gravitacional. [...] Nos serões semanais da sua casa de Copacabana, e, depois, das Laranjeiras, os discípulos que sentavam em torno do Mestre [...] Gentil, Saboia Lima, Porfirio Netto, Antonio Torres, Carlos Pontes, Mendonça Pinto e eu, o menos frequente e o mais esquivo de todos [...]. Do seu convívio eu não recebi apenas a impressão de uma das mais poderosas e surpreendentes organizações intelectuais da nossa raça; mas, principalmente, a impressão de uma das mais nobres consciências cívicas que tenho até agora conhecido.”

país, considerando suas “vocações econômicas” e tradições políticas (OLIVEIRA, 1990, p. 145; SOUZA, 2005).

Partindo de uma “concepção orgânica de realidade social” (MARSON, 1979, p. 123), o nacionalismo autoritário defendia que o Estado, baseado na objetividade do conhecimento científico, coordenasse os diversos setores sociais na realização harmônica de suas funções e particularidades, em benefício do conjunto. Isso revela uma influência da perspectiva sociológica do final do século XIX, que procurou ir além do mecanicismo positivista de Comte, abrindo-se ao organicismo de Hebert Spencer e de Èmile Durkheim. Trata-se da base doutrinária responsável por organizar o Corporativismo do Entreguerras, um debate que no Brasil foi iniciado de forma ainda difusa por Alberto Torres; seguindo mais marcado com Oliveira Vianna, que, em contato com as obras de Mihail Manoilescu, François Perroux e Sérgio Panunzio, tornou-se um grande defensor e operador da solução corporativista no Brasil da década de 1930 (MARSON, 1979; VIEIRA, 2010).⁴

O nacionalismo autoritário repudiava o conflito social, temendo eventual subversão da ordem. Compreendia que principalmente os trabalhadores, abandonados às consequências do capitalismo pelo Estado liberal, poderiam ser um terreno fértil para a expansão do comunismo. Uma “república social”, então, deveria se antecipar às demandas populares para que, de maneira “previdente e conservadora”, lhes fossem garantidos direitos sem prejuízos de terceiros (TORRES, 2002b, p. 198; VIANNA, 1990).

Como encarnação do interesse nacional, o Estado deveria ser o “cérebro” da “fisiologia social”, por meio do fortalecimento do poder central, modificando-se o federalismo, bem como o sistema de representação. Então, o primeiro passo seria a hipertrofia do poder Executivo, principalmente em relação ao Legislativo, associado a conselhos técnicos de notáveis com poderes decisórios (TORRES, 2002b, p. 567-574; VIANNA, 1947, p. 279).⁵ Seria uma forma de realizar a política de maneira objetiva, tal como desejavam.

Para que as decisões do centro de poder tivessem capilaridade no país e, portanto, para que todas as regiões fossem integradas ao projeto nacional, o federalismo deveria ser reformado. Era ponto pacífico a necessidade da manutenção de certa autonomia administrativa, dada a dimensão e a diversidade regional do país. Contudo, esta deveria ser preservada do “arbítrio dos chefes locais” – os oligarcas –, que até

4 A concepção “orgânica de realidade social”, ou o “estatismo-orgânico”, está na base da construção da doutrina do Corporativismo moderno (STEPAN, 1980). Alguns de seus princípios mais gerais já eram discutidos e apresentados por Alberto Torres e Oliveira Vianna, nas décadas de 1910 e 1920 (TANAGINO, 2018; VIEIRA, 2010). Todavia, o termo “Corporativismo” ganhou maior emprego no debate político brasileiro a partir da década de 1930. Para reflexões a respeito do Corporativismo, enquanto doutrina e enquanto regime, sobretudo em suas manifestações na Europa, ver os trabalhos de Costa Pinto (2014) e Álvaro Garrido (2016).

5 O livro *Problemas de Política Objetiva* (VIANNA, 1947), cuja primeira edição é de 1930, reuniu textos publicados na imprensa entre 1918 e 1928.

então subordinavam a União aos estados (TORRES, 2002b). Por isso, dispositivos legais deveriam garantir “o princípio da supremacia da autoridade central”, que haveria de ser “o sentido nacional” da revisão institucional no país (VIANNA, 1947, p. 39).

Especificamente a respeito do “estado de sítio”, mantendo-se crítico às limitações das instituições liberais no Brasil, Alberto Torres argumentou a seu favor como uma das formas de intervenção garantidora da soberania da União e, assim, da República brasileira. Era algo que estaria muito além da simples manutenção da estrutura governamental, mas dizia respeito à garantia da paz, da ordem, da propriedade e dos interesses do “povo” e da “pátria” – a seu ver, razão de ser do regime: “quando a violação assumir um caráter de vulto, por se generalizar, ou por sua duração, o estado extralegal tornar-se-á um caso político, impondo-se a intervenção” (TORRES, 2002b, p. 90).

Quanto ao sistema de representação, além do enfraquecimento do Legislativo em relação ao Executivo e aos conselhos técnicos, o autoritarismo orgânico-estatista defendeu alterações na sua composição e formas eleição. Foi assim que Torres (2002b, p. 427-429, 436-440) propôs para o Senado uma representação mista, que previa a existência também de cadeiras para representantes classistas, os quais seriam eleitos indiretamente por um corpo de eleitores advindos de organizações de “classe”, reconhecidas pelo Estado. Segundo Vianna, o modelo liberal de expressão da vontade individual nas urnas não era uma verdadeira manifestação democrática. Central para efetivas democracias seria a participação “coletiva” das “classes produtoras”, afastando a expressão do individualismo (VIANNA, 1947, p. 138-139). Essas “classes”, organizadas em corporações, associações e sindicatos – de setores considerados relevantes na constituição socioeconômica do país –, garantiriam no poder Legislativo verdadeira expressão da “mentalidade nacional”, finalmente inviabilizando a hegemonia dos “localismos” (TORRES, 2002b, p. 429-430; VIANNA, 1947, p. 172-173).

No geral, como se tentou demonstrar, tratava-se de um projeto político que procurava limitar os canais de acesso ao poder segundo critérios de “capacidade” e “funcionalidade”, revelando forte viés elitista e autoritário, resistente à atuação política de massas desorganizadas. Defendia-se que fossem reconhecidas e harmonizadas as desigualdades, estabelecendo-se para isso hierarquias que garantiriam aos “mais capazes” a direção da sociedade, por meio do Estado, cabendo a cada grupo o cumprimento da sua função em benefício do todo (MACEDO, 2015; STOPPINO, 1995).

Começando na década de 1910 e fortalecendo-se nos anos 1920, o debate sustentado pelos intelectuais autoritários certamente influenciou nas culturas políticas em disputa no crepúsculo da Primeira República.⁶ O trabalho desses autores forneceu substrato para a elaboração e a consolidação de uma progressiva decepção e crítica

6 Para uma abordagem pormenorizada deste quadro, ver os capítulos 3 e 4 da dissertação de Macedo (2015).

ao modelo liberal-oligárquico. Partindo de uma base doutrinária orgânico-estatista, construíram, além de um diagnóstico negativo da experiência republicana oligárquica, uma perspectiva institucional, que, atrelada a uma concepção de sociedade ideal, abriria campo para a legitimação da existência e da atuação de um Estado autoritário, em nome de supostos interesses nacionais.

QUAL REPÚBLICA REIVINDICARAM OS “TENENTES”?

Autodeclarando-se como sujeitos indispensáveis para a condução das reformas que julgavam necessárias ao regime, os Tenentes, como atores políticos ativos na crise da Primeira República, eventualmente tiveram contato com as contribuições dos intelectuais autoritários, ainda no início da década de 1920 (MACEDO, 2015). Se, por um lado, há consenso entre os historiadores e as historiadoras de que se tratou de um movimento da jovem oficialidade, principalmente do Exército, rebelde à hierarquia militar, por outro há discordâncias a respeito das visões e das motivações de seus protagonistas: se estavam imersos na resolução de problemas que diziam respeito à corporação; se compunham um setor organizado ligado à classe média; ou se ambas as coisas (LANNA JÚNIOR, 2013; MACEDO, 2015). Aqui se considera, primeiramente, o trânsito dos militares rebeldes nesses dois universos; porém, há atenção com relação à própria leitura que o movimento fazia do seu papel. Esta era constituída no desafio à ordem constitucional e à hierarquia militar, no confronto com as oligarquias centrais, nos julgamentos dos tribunais, nas prisões e na luta pela anistia. Tais vivências, muito bem analisadas por Isabel Aragão (2012) e Fabrícia Viviani (2009), deram ao grupo inserção bastante peculiar no cenário, contribuindo para que fosse além da defesa dos interesses dos setores médios e/ou das preocupações restritas à caserna.

Como já mencionado, os militares, desde os anos 1910, retornaram ao ambiente político para reivindicar melhor estrutura e a modernização das Forças Armadas, relacionando o bom funcionamento da instituição com a (re)organização do país enquanto nação, o que no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) ganhou contornos com a insatisfação em relação à nomeação de civis para pastas militares, acirrando as relações entre os quartéis e os chefes políticos republicanos. Pode-se dizer que, enquanto herdeiros da tradição de origem positivista do “soldado-cidadão”, os fardados incorporaram o crescente “nacionalismo militante” do início do século, pois apresentavam-se como detentores do “privilégio da intervenção” frente à ameaça

que o “privatismo oligárquico” causava aos interesses nacionais (CAPELLA, 1985, p. 86).⁷

Foi assim que se engajaram aos poucos na campanha eleitoral da chapa de oposição da *Reação Republicana*, um apoio que se generalizou e se radicalizou a partir do episódio das *Cartas Falsas*, em outubro de 1921. Pelas documentações do Clube Militar, publicadas no jornal *Correio da Manhã* (1921b, p. 3), é possível perceber o esforço de incompatibilizar a candidatura e um possível governo Arthur Bernardes com os interesses do Exército e do país como um todo. Alegavam agir não só em desagravo às ofensas presentes nas cartas, mas também com o objetivo de libertar a República dos “servilismos partidários” e da corrupção generalizada. A legitimidade para isso estaria no “longo histórico das classes armadas”, responsáveis pela proclamação e consolidação do regime, depois entregue aos “políticos profissionais”. Naquele momento, atuariam “em auxílio da nação para ampará-la mais uma vez, salvando as instituições e corrigindo os costumes”, segundo o que previa a Constituição (CORREIO DA MANHÃ, 1921a, p. 1). Ou seja, a atuação política, ainda não violenta, justificarse-ia não só pela busca do cumprimento da lei, mas também pelo patriotismo e pelo nacionalismo que julgavam ser “mais vivo” entre os militares, impelindo-os à defesa do “bem geral” sequestrado pela “politicalha”.

No ano de 1922, a tensão aumentou, reforçando a descrença na solução pelo voto, marcada pelas fraudes e arranjos conhecidos. A crítica à “ficção eleitoral”, tão forte no discurso autoritário e amplamente debatida na sociedade, abriu espaço para propostas mais radicais ou “revolucionárias”⁸ – algo que ganhou apoio entre jovens oficiais e alguns setores civis, ao passo que a alta oficialidade e demais oligarquias de oposição resistiram a essa possibilidade. Por sua vez, a mudança de postura adotada por Epitácio Pessoa piorava as coisas. Se até então havia se mantido silencioso, o Presidente optou logo por transferir oficiais anti-Bernardes para a Amazônia e para o Rio Grande do Sul (ARAGÃO, 2012).

Em circular “confidencial”, assinada por O Exército, datada do dia 26 de janeiro de 1922, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 1º de fevereiro de 1922, os militares polarizaram definitivamente o ambiente eleitoral. De um lado, a candidatura situacionista que corporificaria a “politicagem”. De outro, estariam os fardados, como

7 A “ideologia do soldado-cidadão”, segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 38-40), era um conjunto de ideias cultivadas desde a “Questão Militar”, que projetavam os soldados como aqueles que possuíam o preparo técnico e o civismo necessário para uma intervenção qualificada e patriótica na política. Orientados por tal ideologia, os militares teriam se envolvido na Proclamação da República e no levante tenentista de 1922. Todavia, Carvalho (Ibidem), Capella (1985) e Prestes (1990) diferenciam essa noção daquela cultivada pelos militares nas páginas do periódico *A Defesa Nacional*: apesar de se manifestarem também “privilégio de intervenção” política do Exército, esta deveria ocorrer em bloco pela corporação, portanto, sem quebra de hierarquia.

8 Nos debates da época, “revolução” e “revolucionário” também diziam respeito a quaisquer levantes ou movimentos armados de contestação.

CAPÍTULO 1 SOBRE A DEFESA DA ORDEM

pretensos defensores de intenções verdadeiras e sãs, e por isso, autorizados a impedir a qualquer custo a posse de Bernardes, entregando o poder “ao Sr. Nilo” ou mesmo, como última opção, a um “ditador”.⁹ Os interesses rasteiros e particulares, representados na chapa da situação, deveriam ser varridos pelos militares, respaldados pela lei e pelo histórico da corporação, que os dava a condição de “bússola do patriotismo” no país. Escolhiam não dizer, contudo, que a *Reação Republicana* era composta também por chefes políticos estaduais, que usavam dos mesmos dispositivos dos adversários para chegarem ao poder.

De acordo com Anita Prestes (1993), aos poucos a liderança da campanha de oposição foi passando aos militares mais exaltados. Seria uma “segunda fase da reação”, que instalou no país um clima insurreição. Ao mesmo tempo em que se dedicaram à propaganda nas ruas, os jovens oficiais do Exército também alimentaram a revolta nas guarnições e na própria Escola Militar.

Assim, os levantes do dia 5 de julho de 1922 – após a prisão do presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca, e seu fechamento pelo governo – ocorreram combinando uma forte memória institucional, responsável pela identidade corporativa, com uma leitura bastante crítica a respeito da República oligárquica e seu funcionamento. Mesmo que não existissem ainda claras intenções programáticas, esses homens se arrogavam o direito de praticarem uma intervenção verticalizada em nome da mudança, graças à tradição e à competência que alegavam ostentar. Mais do que isso, inteirados do debate político, faziam uso do universo semântico disponível dizendo-se detentores de reservas de civismo e patriotismo necessários para enfrentar o “bacharelismo”, os “localismos” e os “privatismos” das oligarquias, em nome da ordem e do interesse geral. Com isso, demonstravam ser o produto radicalizado de mais de uma década de desgaste de um regime pouco aberto a demandas cada vez mais intensas e distintas.

A maneira como Arthur Bernardes tratou as oposições ao chegar ao poder não contribuiu para uma pacificação do quadro político, ao contrário. Na medida em que militares revoltosos eram presos, condenados, expulsos do Exército, sendo-lhes negada a anistia, crescia entre eles a percepção a respeito da impossibilidade de uma saída legal e da necessidade de revisão urgente da Constituição, que antes diziam defender (CARONE, 1975). Nesse sentido, as ações do Executivo e do Judiciário eram interpretadas como fortes indícios de que o poder público civil estaria empenhado em subordinar efetivamente o Exército ao seu jogo de poder “impatriótico” (TÁVORA, 1927, p. 64-68).¹⁰ O período entre 1922 e 1924, além de permitir a atração de novos “tenentes”, possibilitou que os rebeldes reelaborassem, com contornos mais definidos,

9 Reação militar contra a candidatura de Artur Bernardes (fevereiro de 1922). In: Carone (1975, p. 23-24).

10 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: Prestes (1990, p. 401).

suas críticas à República oligárquica, a compreensão do seu papel naquele cenário de transformação e, assim, construísem alguma direção programática, relevadora de suas concepções de Estado e sociedade.

Fazendo clara referência aos acontecimentos de 1922, o levante em São Paulo, em 5 de julho de 1924, ocorreu com a intenção de “vibrar nacionalmente” (TÁVORA, 1927, p. 146). Embora, na prática, não tenham conseguido efetivar um planejamento conjunto para que as outras movimentações ocorressem simultaneamente, os “tenentes” empenharam-se em dar ao movimento uma dimensão de uma “Revolução no Brasil”: “de caráter patriótico, de altíssimo significado social e político”.¹¹ A preocupação era demonstrar – tanto para a sociedade em geral, quanto para potenciais revoltosos ainda descrentes – um avanço em relação aos repentinos e rapidamente reprimidos levantes de 1922. Desta forma, produziu-se algum material com o objetivo de comunicar, justificar e legitimar de maneira mais direta as motivações e objetivos dos rebeldes. Em consonância com a prática do debate político na época, procuravam demonstrar coerência, diagnosticando a crise, ressaltando suas causas e propondo soluções dentro de aspectos jurídico-políticos.

Em manifestos e programas distribuídos nas ruas e/ou publicados na imprensa, voltavam a lamentar o destino da República entregue pelas “classes armadas” aos civis. Percebiam que, em uma espécie de digressão injuriosa, o destino do país em direção ao progresso, desde o fim do Império, havia sido interrompido pelos “interesses políticos ou pessoais mais subalternos”.¹² Além da predominância dos interesses privados na condução dos negócios públicos, a administração do Estado também estaria entregue à “improdutiva verbiagem” “bacharelesca”, que em nada contribuía para construção do caráter nacional no brasileiro. A “revolução” deveria garantir que novos “métodos e processos” inviabilizassem as negociatas na composição das instituições, garantindo que fossem ocupadas pelos “melhores elementos” da nacionalidade.¹³ Esses “melhores elementos” certamente não eram “bacharéis”, recorrentemente apresentados como a antítese do saber técnico e objetivo da realidade.

Considerando a trajetória política dos militares analisada aqui, é possível afirmar sobre alguma proximidade com as contribuições dos intelectuais autoritários para as culturas políticas em disputa no início da crise da Primeira República. Como reforçaram Angela de Castro Gomes e Martha Abreu (2009), homens como Alberto Torres e

11 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: Prestes (1990, p. 397); *Manifesto do general Isidoro Dias Lopes, justificativo da retirada da Capital paulista, s./d.* In: Prestes (1990, p. 404).

12 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07,1924. In: Prestes (1990, p. 401); *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: Prestes (1990, p. 398).

13 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, em 24/07/1924. In: Prestes (1990, p. 402-403).

Oliveira Vianna foram responsáveis pela formação de uma tradição inventada de antiliberalismo, denunciando o que seria uma incapacidade do regime republicano liberal de garantir a sobreposição do interesse geral sobre os múltiplos interesses individuais. Próximos dessa formulação os “tenentes”, decepcionados com a experiência republicana, descreviam os “reais interesses nacionais”, informados pela técnica e pelo conhecimento da realidade, sobrepostos pelo “falso patriotismo” dos “bacharéis” que, por servilismo e negociações interpessoais, ocupavam o poder. A diferença é que por um lado, para os autoritários, a explicação central estava na fragilidade ou inadequação das instituições liberais; por outro, para os militares rebeldes, o problema estava na atuação oligarquias e nos “bacharéis”.

Se os revoltosos de 1922 e 1924 ainda se diziam defensores da ordem constitucional ou, no máximo seus reformadores, isso não os impedia de terem contato com perspectivas mais radicais de crítica à experiência republicana liberal – principalmente porque estas ganharam cada vez mais aceitação social na época. Isso porque, ao defenderem uma determinada perspectiva doutrinária, ou ideológica, os atores não estão isentos da influência de leituras de passado e perspectivas de futuro constituídas por valores, tradições e representações das mais diversas culturas políticas que compõem o cenário em que vivem (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009).

Diante do que compreendiam como recorrente descumprimento dos ritos legais por parte dos seus superiores hierárquicos, incluindo o próprio Presidente da República, os “tenentes” se viam no direito de intervir politicamente.¹⁴ A partir daí, marcavam também uma posição elitista e excludente quanto a atuação das massas, organizando as movimentações nos quartéis com pequena participação de políticos civis (FORJAZ, 1977). A “revolução”, conduzida por quem detinha preparação cívica, moral e racional, deveria “senão indicar ao povo o caminho a seguir e proporcionar-lhes meios de reivindicar seus direitos [...]” (PRESTES, 1990, p. 401). Como reforçou Juarez Távora, posteriormente, o papel da “força armada” era o de “escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular.” (TÁVORA, 1927, p. 93).

Não causa estranheza, portanto, propostas como a do voto censitário e a necessidade de alfabetizar 60% da população antes de entregar o país novamente à democracia, após uma “Ditadura” provisória.¹⁵ O censo alto se justificaria como maneira de evitar a influência dos oligarcas sobre uma população vista como inculta e necessitada.

14 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: Prestes (1990, p. 401).

15 Sobre a proposta de “voto secreto e censo alto”, ver *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado nos jornais de São Paulo, de 24/07/1924. In: Prestes (1990, p. 402). A respeito da proposta de “Ditadura” transitória, ela pode ser vista no “Plano de Governo elaborado pelos Revolucionários”, publicado na íntegra no trabalho de Anna Maria Martinez Corrêa (1976, p. 52-53). Este documento, diferente dos manifestos, não era público e foi encontrado no arquivo pessoal de Isidoro Dias Lopes, após a saída das tropas de São Paulo, conforme informou Anita Prestes (1990, p. 404).

Se o apego à ordem, à disciplina e à hierarquia eram próprios da socialização militar, a visão “paternalista-autoritária” do conflito social que cultivavam também estava em consonância com o “clima político-cultural” para o qual contribuíram os trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Na construção e no fortalecimento do “autoritarismo moderno”, reativo à crise do liberalismo no Ocidente, a manutenção da ordem e da hierarquia na transformação social era condição fundamental para a construção de uma sociedade finalmente harmônica (STOPPINO, 1995).

Pela análise das fontes, fica claro que a preocupação com uma possível dissolução do tecido social orientou as principais propostas do movimento. De maneira menos sofisticada que os intelectuais autoritários, demonstravam um desejo de reformar o federalismo fortalecendo e unificando as instituições para que garantissem o cumprimento da ordem constitucional sobre o poder dos chefes locais – o que não significava admitir abusos contra a autonomia dos estados. Por isso, diziam ser imprescindível: “unificar a justiça libertando-a das tutelas dos governos estaduais e federal, colocando-a sob a égide do Supremo Tribunal Federal, organizado em novas bases” para que se cumpra e se faça cumprir “com sinceridade e energia todas as leis votadas no país.”¹⁶

Esse apelo à unificação ou à centralização institucional não dizia respeito à hipertrofia do Executivo, como propunham os autoritários. Por compreenderem haver uma relação mutual entre o poder da presidência e os oligarcas, os “tenentes” defendiam um Estado organizador dos múltiplos interesses sociais pela via do fortalecimento do Judiciário – desde que lhe fossem empregadas reformas no seu sistema de nomeação e recrutamento, garantindo-lhe quadros mais técnicos.¹⁷ Se o Executivo e o Legislativo eram constituídos por “políticos profissionais”, ligados aos interesses de seus estados; no Judiciário, os magistrados, assegurada a independência na sua nomeação, estariam mais aptos a cumprir a letra da lei – o que significava fortalecer uma instituição em que acreditavam haver possibilidade de predominar a racionalidade dos interesses gerais.

De tudo isso dependeria a “soberania popular”. Em outras palavras, só seria possível garantir eleições honestas, com voto secreto e o reconhecimento dos resultados pelo Judiciário, com quadros burocráticos alheios às pressões das alianças interoligárquicas e, portanto, preenchidos segundo critérios de capacidade e mérito. Finalmente, um Estado formado pelos “melhores elementos da nossa nacionalidade”, acima dos interesses de classe e de partidos, teria condições de cumprir seu dever de garantir os interesses gerais.¹⁸

16 *Manifesto dos militares de São Borja (RS)*, distribuído em 29/10/1924. In: Prestes (1990, p. 413).

17 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, de 24/7/1924. In: Prestes (1990, p. 402).

18 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, de 17/7/1924. In: Prestes (1990, p. 399).

Segundo o que pensavam os “tenentes”, este é um futuro que só seria garantido por intervenção ordeira daqueles que tinham capacidade de diagnosticar os problemas reais e defender os anseios nacionais. As massas, antes de tudo, precisavam ser educadas e libertadas do “ensino livresco” do “bacharelismo”.¹⁹ Levando-se em consideração o apelo dirigista que se fortalecia na época, as propostas de “ditadura” que apareceram em 1922 e 1924 não podem ser interpretadas como meros exageros retóricos. Mesmo que Juarez Távora tenha posteriormente tentado negar seu peso no movimento como um todo, Isidoro Dias Lopes apresentava essa proposta aos legalistas como exigência para depor as armas em São Paulo: “Entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. [...] O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma Constituinte [...]”.²⁰ Uma Constituinte que, segundo o “Plano de Governo elaborado pelos revolucionários” previa a representação das “tais classes produtoras”, além do voto secreto, direto e obrigatório.

Se não é possível afirmar sobre uma filiação doutrinária direta entre o Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920, é flagrante que os militares revoltosos defenderam a (re)construção da República partindo de diagnósticos do passado e do presente, bem como de propostas de futuro próximas daquelas defendidas pela crítica mais radical ao liberalismo. Em 1922, anunciaram-se principalmente como rebeldes aos desmandos das oligarquias e dos bacharéis, responsabilizados por colocarem a República a serviço dos interesses privados. O civismo e o patriotismo, que alegavam deter, tornariam os militares aptos a defender os interesses gerais. Em 1924, mais maduros enquanto movimento, repetiam o diagnóstico, programando saídas mais claras para o quadro dramático que presenciavam e protagonizavam. Elas passavam pela construção de uma burocracia estatal mais técnica do que política, garantindo os interesses gerais e o funcionamento harmônico da sociedade – nem que para tal fosse necessário, de partida, restringir o acesso ao voto ou estabelecer uma ditadura. A década de 1920 foi um período de substancial fortalecimento da crítica à experiência republicana liberal, de seus principais atores e instituições, então associados à corrupção e à ineficácia – algo que, como se procurou demonstrar até aqui, não deixou de influenciar o Movimento Tenentista nas suas primeiras ações em 1922 e 1924.

19 *Manifesto dos rebeldes de São Paulo* publicado na imprensa de São Paulo, de 24/7/1924. In: Prestes (1990, p. 402).

20 *Carta de Isidoro Dias Lopes para o Gen. Abílio de Noronha*, São Paulo, 17/07/1924. In: Noronha (1924, p. 86-88). Sobre o argumento de Juarez Távora, ver Corrêa (1976, p. 53).

NA DEFENSIVA COM O ESTADO DE SÍTIO: E AGORA, ARTHUR BERNARDES?

Ao assumir a Presidência da República, Bernardes estava com sua autoridade abalada pelos movimentos contestatórios à sua eleição e ao próprio sistema político vigente, como se viu. O Presidente tratou de fortalecê-la tentando dominar os estados dissidentes, consolidar a pacificação no estado de Pernambuco, solucionar a questão sucessória no Rio Grande do Sul e na Bahia e promover uma intervenção federal no Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 1973, p. 152). Em seu discurso de posse, condenou as ideias subversivas que tentavam alterar a estrutura política vigente, dando o recado de que não seria tolerada uma alteração do regime político de fora para dentro (BONFIM, 2006, p. 176). Os envolvidos no levante de julho daquele ano estavam entregues à Justiça, que enfrentava a morosidade decorrente do grande número de indiciados e da defeituosa organização processual do país. Dizia Bernardes que “a ordem social precisa estar armada de aparelhos mais expeditos para repressão de culpados e absolvição de inocentes” (BRASIL, 1923, p. 8).

De todo modo, o Presidente prometia que não levaria em conta as afrontas sofridas durante a campanha eleitoral e não agiria com rancor com aqueles que tanto o criticaram nos últimos meses. Uma mentira. Descumprindo a promessa, Bernardes se dedicou a destruir seus adversários políticos da *Reação Republicana*, começando por Nilo Peçanha. O Presidente fez uso de uma intervenção federal no Rio de Janeiro para depor o grupo niilista e, no Rio Grande do Sul, golpeou o prestígio e o poder de Borges de Medeiros. Na Bahia também houve uma intervenção que impôs o candidato de Bernardes, Góis Calmon, na eleição estadual. Seus adversários seriam completamente eliminados com a “degola” de 1924, que impediria opositores eleitos, como Irineu Machado, de assumirem seus mandatos (FORJAZ, 1977, p. 54-56).

Bernardes fez questão de derrotar os seus inimigos, atacando ferozmente também a imprensa de oposição. Sob o advento do nacionalismo autoritário, fortaleciam-se o apelo às tradições históricas, aos governos centralizadores e à harmonia política e social. Intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Viana eram pioneiros e protagonistas na construção de um “clima político-cultural”, que tornava os diferentes atores políticos do período mais propícios a certas ideias e práticas (ABREU & GOMES, 2009). Como observou Boris Fausto, os pensadores autoritários constituíram forte influência no debate político até 1945. Isso porque a democracia desmoralizou-se internacionalmente enquanto fórmula universal, e a afirmação da nação foi atrelada cada vez mais a um sistema político forte. Por diferentes perspectivas, “os nacionalistas autoritários concebiam uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não controladas” (FAUSTO, 2001, p. 46). Assim, as transformações viriam do Estado autoritário, centralizador e dotado de extensos poderes. Na sua prática política, Bernardes incorporou um governante forte para

CAPÍTULO 1 SOBRE A DEFESA DA ORDEM

reprimir o dissenso e promover reformas mais centralizadoras e autoritárias em 1926. Nesse sentido, pode-se dizer que o estado de sítio foi importante ferramenta no esforço de reconfiguração para proteção da república oligárquica, todavia contando também com certa influência de um pensamento autoritário instrumentalizado.

Em 1922, o estado de sítio estava previsto para durar até o dia 31 de dezembro, o que aconteceu. No dia seguinte, contudo, Bernardes apresentou o seu primeiro decreto de sítio. Os estados de sítio de Bernardes consomem uma enorme parte de seu governo. No entanto, diferentemente do que sugere a historiografia sobre o governo inteiro ter transcorrido em estado de sítio, há um período de cerca de seis meses, entre 23 de dezembro de 1923 e cinco de julho de 1924, sem vigência da exceção. No mais, o governo é, de fato, tomado por um regime de exceção. O que se verifica é uma grande expansão da medida pelo território nacional, que passa a abarcar estados que ainda não haviam estado sob vigência do instituto. O Presidente recebeu as alcunhas na imprensa de “Presidente do Sítio” e de “Calamitoso” (MAGALHÃES, 1973, p. 168-179), pois foram, no total, 42 meses sob o estado de sítio, o mais longo da história da República.

O duradouro estado de sítio de Arthur Bernardes repercutiu diretamente na crise cambial, causando desconfiança no cenário internacional por causa da inexistência de agressão estrangeira e de comoção intestina, como definia a Constituição. Por meio do Banco do Brasil, o Presidente chegou a emitir 752.900:000\$000 (DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1930, p. 428-437). Um gerente de banco estrangeiro teria dito: “Querem que o câmbio suba? Suspendam o sítio!” (DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1925, p. 405). Ou seja, o estado de sítio foi acompanhado também pelo desequilíbrio das contas públicas, em paralelo à crise das oligarquias e das medidas reformistas arbitrárias. O longo período de exceção não foi homogêneo, passando por fazes distintas.

Os meses de novembro e dezembro de 1922 transcorreram sob o estado de sítio de Arthur Bernardes herdado de Epitácio Pessoa. O Senador Justo Chermont até tentou revogar o uso do instituto e da censura no dia 29 de novembro, porém sua proposta foi negada (MAUD, 1965, p. 121). Já no primeiro dia de 1923, Bernardes publicou o seu primeiro decreto de sítio aplicando a medida para um período de 120 dias, que correspondia às férias do Legislativo, no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro. Bernardes dizia que havia tomado a decisão a contragosto e que seu governo teria “exercido uma ação moderada de prevenção, embora disposto a empregar as mais enérgicas providências” (BRASIL, 1923, p. 15). Na prática, o sítio serviria para Bernardes perseguir seus críticos da campanha eleitoral e afirmar a sua autoridade. Antes de o Congresso se reunir para expediente ordinário, Bernardes prorrogou o sítio, em 23 de abril, nos mesmos territórios. Tal prorrogação se estenderia até o dia 31 de dezembro. Ou seja, pela primeira vez, o uso do estado de sítio teria vigência em um ano completo. Assim, o primeiro ano efetivo de governo transcorreu todo em regime

de exceção. Sobre a duração pretendida do sítio, Bernardes entendia que seria melhor “prevenir a desordem, eliminando-lhe as causas, do que reprimi-la”. Suas medidas só atingiriam os que tentassem subverter a ordem estabelecida, de tal modo que o povo ordeiro, a imprensa bem orientada e de processos limpos e todas as classes sociais teriam as mesmas garantias do regime normal, “acrescidas da tranquilidade oriunda da certeza de que o Governo pode agir com presteza e segurança contra os perturbadores quaisquer da paz pública” (BRASIL, 1923, p. 16).

Arthur Bernardes se valeu do estado de sítio para derrubar a máquina política niilista no Rio de Janeiro, mantendo-o até 31 de dezembro de 1923 para coincidir com a posse do novo Presidente do estado (GALVÃO, 2013, p. 144). Além disso, houve a intervenção federal que minou o grupo político de Nilo Peçanha. No final de 1923, Bernardes tinha o controle completo, causando uma ideia enganadora de tranquilidade e domínio que o levou a suspender o estado de sítio. A suspensão da exceção foi condicionada à imposição de rigorosa censura, controlando as informações passadas ao público (SAMIS, 1999, p. 64). Enquanto isso, no entanto, os militares conspiravam sobre nova revolta.

Depois daqueles 365 dias de sítio em 1923, finalmente o país viveria uma folga do instituto no governo de Bernardes. Por sinal, ela seria mínima, pois um novo sítio seria declarado em 19 de março de 1924 com duração de 30 dias no estado da Bahia apenas. No discurso, havia a necessidade de se reprimir a desordem pública causada naquele estado. Na prática, era a opressão contra opositores políticos. Ou seja, não foi o levante militar de São Paulo que retomou o uso da medida naquele ano de 1924; houve um período prévio de aplicação do sítio no Nordeste. Sobre ele, o governo teria se limitado a exercer

O ano de 1925 seria tecnicamente muito semelhante ao ano de 1923. Nova declaração de sítio no primeiro dia do ano com prazo de vigência de 120 dias e uma prorrogação que o esticaria até o final do ano. Novamente, o Brasil teria 365 dias completos de um ano civil submetidos ao estado de sítio. Seria o ano de maior extensão territorial da medida de exceção até então verificado na República, envolvendo dez estados (Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) mais o Distrito Federal. No Amazonas, três militares e 11 civis foram presos,²¹ mas o próprio Presidente do estado Efigênio Ferreira de Sales os colocou em liberdade. Na Bahia, algumas prisões foram efetuadas por suposta descoberta de um plano que atentaria contra a vida do governador baiano Francisco Marques de Góes Calmon. Este abriu, então, um crédito suplementar de mil contos de Réis, em 15 de julho de 1924, para atender “as despesas e providências acautelatórias em bem da ordem pública” (BAHIA, 1925, p. 142) na vigência do estado de sítio. Além disso, a Bahia enviou quase a totalidade do 19º Batalhão de Caçadores para combater os rebeldes em São Paulo (BAHIA, 1925, p. 127), 649 para o Rio Grande

CAPÍTULO 1

SOBRE A DEFESA DA ORDEM

do Sul e 652 para Sergipe (BAHIA, 1926, p. 187). No Pará, a revolta paulista teria colocado em risco a vida do Presidente Antonino de Sousa Castro, mas não foram encontrados registros sobre possíveis detenções (PARÁ, 1924). O estado permaneceria em regime de sítio até 1926, enfrentando certos transtornos nas cidades de Alemquer e Óbidos, mas ninguém foi detido, e apenas medidas preventivas teriam sido tomadas suficientes para manter a paz (PARÁ, 1926, p. 8). No Paraná, houve enfrentamento com os revoltos em fuga de São Paulo, causando a morte de seis indivíduos.²² O Presidente Caetano Munhoz da Rocha afirmava que o sítio facilitava as ações do governo, mas “ninguém sofre no Paraná por ser adversário do governo ou desafeto do Presidente ou prosélito de qualquer crença religiosa. Todos gozam da mesma liberdade, a todos se faz justiça” (PARANÁ, 1925, p. 137), justificando haver paz em seu estado e nenhum preso político. Nos demais estados, nenhuma manifestação oficial ocorreu sobre a vigência do estado de sítio.

Naquele ano, Bernardes não esperaria a chegada de 1926 para nova prorrogação da medida; ela foi publicada ainda no dia 31 de dezembro de 1925, para se estender até 30 de abril de 1926. O decreto incluía o estado de Goiás por causa da passagem da Coluna Prestes por seu território, que, por sinal, seria o único motivo para abalar a ordem pública, gerando o empenho de expulsão dos rebeldes, de acordo com o presidente Brasil Ramos Caiado (GOIÁS, 1926). E, como de hábito, sua prorrogação até o final do ano veio antes do vencimento do prazo, em 23 de abril. A quantidade de localidades submetidas ao regime de exceção foi se reduzindo, porém, na prorrogação de abril daquele ano, a medida envolveu também o estado do Ceará, por conta da passagem da Coluna Prestes.²³ O Exército brasileiro foi quem menos participou da repressão à Coluna Prestes; as principais forças legalistas que a combateram foram as polícias militares estaduais, os batalhões patrióticos formados por iniciativa dos chefes locais com voluntários armados e grupos de jagunços (DRUMMOND, 1986, p. 147-148). O presidente do Ceará, José Moreira da Rocha, alegou, no entanto, que não passou de medida preventiva em seu estado, pois ninguém teria sofrido com o sítio (CEARÁ, 1926, p. 44-47). Também foi-se reduzindo a atenção que o Presidente prestava ao regime de exceção em suas mensagens anuais ao Congresso. Em 1925, Bernardes não tratou das medidas do sítio e de suas conveniências, citando-o apenas uma vez e abordou o movimento sedicioso de julho de 1924 ao tratar do abalo da ordem e da legalidade, ressaltando a vitória dos legalistas (BRASIL, 1925). Em 1926, o Presidente foi muito sucinto ao tratar de um sítio que havia sido prorrogado até o início do governo de seu sucessor. Por ser sua última mensagem oficial ao Congresso no prazo de seu mandato, enaltecia-se mais pela vitória sobre o movimento revolucionário dos tenentes (BRASIL, 1926).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Socializados no mesmo ambiente histórico, os diferentes sujeitos aqui analisados puderam, pelo menos parcialmente, compartilhar valores, representações, leituras de passado e visões de sociedade ideal que, constituindo conjuntos de referentes, tornaram-nos mais abertos a certas ideias e práticas políticas.²⁴ No período do Entreguerras, firmou-se no Ocidente uma demanda por uma nova forma de conduzir o desenvolvimento da modernidade, alternativa à flagrante falência da hegemonia liberal e à ascensão do socialismo. No Brasil do início da década de 1920, isso se manifestou principalmente por meio do nacionalismo autoritário, que desqualificava não só o regime liberal-oligárquico, mas também seus atores sociais, suas práticas e organizações.

Desta forma, ainda que estivessem campos distintos da luta política, intelectuais, “tenentes” e o Presidente Arthur Bernardes não deixaram de ser influenciados pelo clamor à ordem e à hierarquia para a transformação harmônica da realidade, como forma de manter o edifício social. Como se procurou demonstrar neste capítulo, uma percepção da realidade, do seu passado e do seu futuro, que se refletia na maneira como os atores estudados pensavam o papel do Estado e dos governos, agindo a partir daí.

Entre os pensadores nacionalistas, esse fenômeno se manifestou de forma mais evidente e declarada na defesa de um Estado autoritário. Por parte do Tenentismo, rendeu uma rebelião de caráter dirigista, que procurou se impor ao conjunto da sociedade como bússola do patriotismo e do interesse nacional. Já no Presidente Arthur Bernardes foi algo que, sem dúvida, pesou na utilização mais contundente do estado de sítio e na reforma constitucional de natureza centralizadora, que operou em 1926.

24 De acordo com o que afirmaram Serge Berstein (1988) e Rodrigo Patto Sá Motta (2009), as culturas políticas, que surgem como respostas de uma sociedade às grandes crises da sua história, não são realidades estanques nem encerradas em si mesmas. Mesmo que sejam adversárias e concorrentes na disputa pelo espaço público e controle do Estado, “às vezes elas se deixam influenciar por valores defendidos pelas concorrentes, sobretudo quando eles encontram grande aceitação social” (MOTTA, 2009, p. 22).

Capítulo 2

EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

Ao longo da Primeira República, um novo Poder Judiciário foi ganhando forma diante das atribuições inauguradas com a proposta daquele novo sistema político, que visava romper com o regime imperial que o precedera. Todo esse processo de construção pode ser analisado a partir de diversos tipos de abordagens e recortes. Em todo caso, o que notamos foi um crescente protagonismo desse Poder, principalmente, por meio da atuação do Supremo Tribunal Federal.

A Corte Suprema brasileira atuou naquele período como um importante palco onde eram reivindicadas, discutidas e julgadas questões que abordavam os direitos daquela população, especialmente por meio do remédio jurídico assegurado pela Carta de 1891 em forma da garantia constitucional: o *habeas corpus* (HC). Esse instrumento de proteção às liberdades individuais foi muito mobilizado durante a primeira República, produzindo, no âmbito jurídico, o que ficou conhecido como *Doutrina brasileira do habeas corpus*. De fato, tudo isso era um reflexo do cotidiano daquela sociedade que vivenciava uma série de transformações e começava a reivindicar, em maior grau, o que concebia como direitos. No entanto, em 1926, uma reforma constitucional traçaria novas formas ao Poder Judiciário e limitaria o uso do HC.

Na última década da Primeira República, 1920, tornavam-se cada vez mais nítidas as insatisfações com o sistema político em vigor. Essa década experimentou uma série de manifestações contra o governo que refletiram na decretação de Estado de Exceção – vivenciando o Estado de Sítio mais longo da história do país – e na reforma constitucional em 1926. Ela representa um dos períodos de maior importância para a sociedade brasileira, compondo uma série de transformações nos âmbitos social, econômico, político e cultural – como o aumento da classe média, da classe trabalhadora, a criação do

Partido Comunista, o movimento tenentista, a eleição presidencial de 1922, a Semana de Arte Moderna, a comemoração do centenário da independência, entre outros (FERREIRA & PINTO, 2006).

Toda essa efervescência vivenciada no Brasil também se refletiu no Poder Judiciário, principalmente mediante o papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Este foi mobilizado pela população como um espaço para demandar os seus direitos e exercer sua cidadania. Caberia ao STF cumprir sua função de defensor dos direitos dos cidadãos e de verificar a constitucionalidade dos atos dos demais Poderes.

O protagonismo do STF é um tema que continua na ordem do dia. O que vivenciamos após a Constituição de 1988 é uma realidade na qual esse Tribunal é convidado a exercer o mesmo papel que lhe fora designado na Carta de 1891, quando fora criado: ser o guardião da Constituição e dos direitos dos cidadãos – funções desempenhadas de maneira cada vez mais recorrente no dia a dia da população brasileira.

A postura do Supremo Tribunal Federal diante de diversas questões vivenciadas pelo país também é verificada atualmente nos pedidos de HC, que continuam a se fazer presentes, ainda que tratem de proteger um conjunto diverso de direitos. Em todo caso, o que queremos destacar é que tanto o Supremo Tribunal Federal, quanto o remédio jurídico do *habeas corpus* ocupam nos dias atuais um papel de destaque no que se refere aos temas que se fazem fortemente presentes no cotidiano do brasileiro.

Logo, debruçar-se sobre esses temas durante o período no qual esse Tribunal é criado e esse remédio jurídico vivenciou o apogeu da sua utilização nos permite compreender melhor não apenas aquele período histórico, como também refletir um pouco mais sobre como essas duas colunas do Poder Judiciário brasileiro permanecem de alguma forma contribuindo e/ou sustentando o funcionamento do estado democrático de direito.

No entanto, encontramos poucos estudos sobre o Poder Judiciário na Primeira República. A maioria dos trabalhos se dedicaram aos outros dois Poderes de Estado, o Executivo e o Legislativo. Ademais, dentre as poucas obras que encontramos, a interpretação recorrente é a de que o Poder Judiciário e, especificamente, o STF teria sido um espaço encontrado pela população para demandar, mediante HC, a proteção dos seus direitos, sendo assim considerado um exercício de cidadania (RIBEIRO, 2009; KOERNER, 1998). Outra vertente, no entanto, relativiza a interpretação anterior, considerando que, apesar de o Judiciário ter sido reconhecido como um espaço para reivindicar seus direitos, na prática, ao analisar os *habeas corpus*, verificou-se que o STF possuía um *modus operandi* que dificultava a concessão desse remédio jurídico (CASTRO, 2018).

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

Nosso objetivo é contribuir para o debate sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal na década de 1920, que completa seu centenário na ocasião do desenvolvimento deste estudo. Considerando que esse foi o período no qual o tribunal recebeu uma verdadeira enxurrada de pedidos de HC, que já vinham sendo demandados de forma crescente e alcançaram o seu ápice naquela década, acreditamos que assim colaboraremos com novos elementos para compreender o Poder Judiciário na Primeira República.

Para tanto, analisaremos pedidos de *habeas corpus* julgados por essa Corte e solicitados por pessoas que eram detidas ou se encontravam em ameaça de qualquer tipo de coerção por se manifestarem contra o regime político em vigor por intermédio do movimento que ficou conhecido como Tenentismo.²⁵ Utilizaremos o Tenentismo como maior ênfase para tratar da atuação do Poder Judiciário e do Supremo Tribunal Federal por se tratar de um movimento de questionamento da ação das oligarquias na política brasileira, sobretudo no que diz respeito às suas práticas, e porque o STF foi mobilizado no período pelos militares. Como bem sintetizaram Ferreira e Pinto, as oligarquias eram o grande mal a ser combatido: “[...] já que segundo os tenentes, elas haviam transformado o país em ‘vinte feudos’ cujos senhores eram escolhidos pela política dominante” (FERREIRA & PINTO, 2006, p. 12).

O exame desses processos²⁶ nos permite vislumbrar como a Corte se posicionou frente às solicitações daqueles que eram advertidos pelo Executivo por serem considerados um perigo à ordem pública. O Supremo reconhecia os pedidos e concedia o *habeas corpus* aos detidos pelo Executivo? Negava-os? Ou assumia outro tipo de posição? Paralelamente a isso, houve uma mudança na amplitude desses HC após a sua limitação com a reforma constitucional de 1926?

Portanto, a partir desta análise poderemos ainda verificar como se deu o papel do Judiciário na solução desses conflitos gerados pela crise oligárquica, bem como notar como o Supremo Tribunal Federal exerceu a sua função de guardião da Constituição e quais foram as implicações da reforma constitucional de 1926 sobre o uso do remédio jurídico do *habeas corpus*.

No que tange ao corpo documental, utilizamos *habeas corpus* originários do Distrito Federal, protocolados no STF, que estão disponíveis no Arquivo do Supremo Tribunal Federal em Brasília, e no Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro. A metodologia aplicada foi a técnica da amostragem, sendo catalogados 20% dos

25 O movimento tenentista recebeu este nome por ter como seus maiores representantes oficiais de nível intermediário, como tenentes e capitães. Foi um movimento de contestação às oligarquias, ao sistema de alternância de poder, também conhecido como “política dos governadores”, que perdurou durante toda a Primeira República.

26 Esse artigo é fruto da minha pesquisa de doutorado: “Assim se espera Justiça”: o remédio jurídico do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (1920-1929). Tese de Doutorado em História. PPGH, UFRJ, Seropédica, 2018.

processos protocolizados no início de cada ano. Chegou-se a um total de 435 processos, mas para a análise aqui proposta utilizaremos alguns processos que compõem os 35%; estes tratam de pacientes militares envolvidos no movimento de contestação ao regime, representando a maior categoria dentre as tipologias analisadas. Desse conjunto de 152 processos, utilizaremos apenas alguns a fim de ilustrar os resultados gerais encontrados.

Não encontramos estudos que tratem do uso do HC por militares ao longo desse período. Como bem sinalizou Andrei Koerner (1998), há questões amplas que envolvem o poder militar que devem ser estudadas, como as mudanças na sua organização, as suas relações históricas com bacharéis e magistrados, a concepção de ordem política entre militares e suas relações com o liberalismo. Em todo caso, destacamos que o objetivo deste artigo é limitado a evidenciar a postura do STF diante do julgamento desses pedidos de *habeas corpus* solicitados por militares envolvidos no movimento militar que questionou o sistema político em vigor, em particular, a ação das oligarquias: o movimento tenentista ou Tenentismo, como já fora mencionado.

Conforme será demonstrado, o Supremo Tribunal Federal foi reconhecido pelos militares como um espaço onde poderiam recorrer à proteção dos seus direitos por meio da demanda por HC. Porém, a postura daquele Tribunal diante do julgamento de presos políticos se deu de forma distinta ao longo daquela década e, de uma maneira geral, a questão política pesava de forma significativa para a recusa na concessão desse remédio. Tal fato nos leva a relativizar a interpretação de que esse Tribunal teria atuado como grande protetor das liberdades individuais diante de abusos de Poder, garantindo a Constituição.

O “NOVO” PODER JUDICIÁRIO REPUBLICANO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Um dos primeiros passos para a estruturação do novo estado republicano foi a eliminação do Poder Moderador existente no Império, exercido pela figura do Imperador, que se sobrepunha aos outros três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, esse processo não significou automática conquista de autonomia para o Judiciário. Este enfrentaria grandes dificuldades em se estabelecer enquanto um Poder de Estado independente. Pode-se dizer que, com a República, um “novo” Judiciário foi criado, adquirindo uma nova organização estrutural e com novas atribuições, como o papel de guardião da Constituição brasileira e por atuar como um dos Poderes de Estado.

O Poder Judiciário republicano deixava de ser submisso a qualquer outro Poder e tornava-se, assim, independente. A autonomia do Judiciário era vista como fundamental para que ele exercesse sua função enquanto um Poder de Estado. No Império, ainda que definido na Constituição de 1824 como um Poder, o Judiciário não apresentava

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

efetivas condições nem de independência, nem de eficácia. Essa autonomia do Poder Judiciário gerou diversos conflitos entre este e outros Poderes, especificamente no que se refere ao Poder Executivo. Ao adquirir sua independência enquanto Poder e ser equiparado aos demais Poderes, Legislativo e Executivo, o Judiciário transformava-se em um novo Poder que tinha a função de ser o guardião da Constituição Federal, proteger os direitos individuais e a própria Federação.

Dentre as principais alterações feitas a esse Poder, consideramos mais relevantes: sua relativa autonomia enquanto um Poder de Estado independente; atuar como guardião da Constituição, tendo assim um papel de ator político – no regime anterior o Judiciário ficava externo de qualquer julgamento político; e a nova estruturação de um sistema dual de Justiça, isto é, composto por um Judiciário local ou estadual e um federal – anteriormente o Judiciário era unitário.

Segundo o cientista político Chrystian Lynch (2016), o Poder Judiciário teria se tornado o novo Poder Moderador. Para o autor, no Império, o Poder Moderador era exercido com um cunho estrutural pelo Imperador, ao passo que na República esse papel se daria mediante um controle normativo desempenhado pelo Poder Judiciário. E caberia ao Supremo Tribunal Federal exercer esse controle em última instância. Em síntese, para Lynch, a República substituiu o controle constitucional de forma estrutural e política exercido pelo Poder Moderador no Império por um controle de natureza jurisdicional normativa com o Poder Judiciário.

Para a historiadora Gladys Sabina Ribeiro, “derrubado o imperador, o Poder Judiciário tornou-se centro da República, e as disputas mais intensas passaram a se dar entre ele e o Executivo” (RIBEIRO, 2010, p. 198). A oposição política entre o Executivo e o Judiciário é sinalizada por diversos autores que tratam do Judiciário na Primeira República, como Koerner (2010) e Araújo (2004). Essa delicada relação entre o Executivo e o Judiciário era fruto da competência deste Poder em decidir sobre a constitucionalidade dos atos do Executivo.

A influência política no Poder Judiciário também se verificou na sua atuação no âmbito estadual e federal, tendo em vista que, com a República, esse Poder se tornaria dual, tal como já fora abordado. No que se refere ao âmbito estadual, Victor Nunes Leal (2012) destacou que este acabou contribuindo para sustentar o sistema coronelista²⁷ – tendo em vista a falta de independência que a magistratura estadual possuía, pois a Constituição de 1891 definiu as garantias da magistratura federal, e também a maneira como se dava a indicação dos membros do Ministério Público local, que era de livre nomeação e demissão, sendo utilizada frequentemente como

27 Coronelismo é o termo utilizado para definir uma complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como caracteres secundários o mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos que abrangeram todo o sistema político do país, durante a Primeira República.

instrumento de ação partidária. Leal (2012, p. 193) não se aprofundou no estudo do Judiciário estadual, mas sinalizou para a influência da política local no mesmo.

Já o cientista político Andrei Koerner buscou ampliar o âmbito de análise indicado por Nunes Leal. De acordo com Andrei Koerner, o controle do Poder Judiciário Federal era importante na Primeira República (2010, p. 171), pois tanto o STF quanto os juízes federais tinham o poder de julgar os conflitos entre a União e os Estados, os crimes políticos, dentre outros. Ademais, a Constituição previa que a desobediência a uma lei federal acarretaria em uma intervenção federal no Estado. O argumento do autor é o de que as continuidades na organização do Judiciário brasileiro são fruto de uma determinada política judiciária. Essas continuidades são ainda contrastadas com os processos de mudança social experimentados. Koerner considerou que, para além de contribuir para os esquemas políticos das alianças políticas federais e do coronelismo destacados por Victor Nunes, essa política judiciária também teve um aspecto de controle social. Dessa forma, o autor sustenta que tanto o Judiciário Estadual quanto o Federal foram utilizados pelas oligarquias estaduais como uma forma de manter suas alianças políticas no Poder. Nesse sentido, a política dos governadores se fez presente em todos os Poderes republicanos, não apenas no Executivo e Legislativo, mas também no Judiciário.

Por conseguinte, podemos dizer que, assim como no Judiciário Federal, o Judiciário Estadual também foi permeado pelo sistema político vigente. Verificamos novamente a atuação dos líderes das oligarquias na organização do Judiciário. Os líderes políticos prosseguiram com suas indicações para o preenchimento dos cargos, fazendo uso do coronelismo. Nessa análise, podemos verificar a conformação do Poder Judiciário como um ator político na Primeira República, tendo de se adaptar ao sistema político vigente.

Criado com a Constituição de 1891, o Supremo Tribunal Federal desempenharia um papel de grande protagonismo na República. Pode-se dizer que duas das principais funções atribuídas ao STF foram: avaliar a constitucionalidade dos atos do Legislativo e do Executivo e garantir os direitos constitucionais do cidadão. Ao exercer a tarefa de garantir a constitucionalidade das leis nos atos dos demais Poderes, o STF acabou vivenciando alguns momentos de desconforto.

De acordo com a historiadora Emília Viotti Costa (2001), o Supremo Tribunal Federal funcionava como uma espécie de caixa de ressonância na Primeira República, uma vez que acabava registrando os ritmos agitados da história nacional, ao participar das lutas políticas que ocorriam. Segundo a autora, o STF acabava sofrendo com as consequências dessas lutas políticas, tornando-se, ao mesmo tempo, agente e paciente dessa história (COSTA, 2001, p. 15).

Lêda Boechat Rodrigues (1991) considera que o Supremo Tribunal Federal foi muito influenciado pela estrutura da Corte Suprema do Estados Unidos. Conforme

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

destaca, assim como sua irmã americana, o STF sofreu desde os seus anos iniciais fortes pressões políticas. Um exemplo disso foi em 1893, quando o tribunal declarou nulidade ao Código Penal da Marinha, e um dos líderes governistas, Aristides Lobo, afirmou que o tribunal tinha cometido o crime de abuso de poder e precisava responder perante o Senado (RODRIGUES, 1991, p. 3).

O viés político das decisões do Supremo Tribunal Federal acabava sendo evidenciado nos julgamentos de *habeas corpus* ou nos conflitos entre as oligarquias estaduais por ocasião das eleições, como ponderou Costa (2001). Quando os Ministros tinham que decidir entre as facções que lutavam pelo poder ou entre conflitos entre Estado e União, o viés político aflorava. Sendo assim, a autora concluiu que o Supremo Tribunal Federal experimentava um processo de politização.

Dessa forma, tanto para Emília Viotti da Costa, quanto para Lêda Boechat Rodrigues, os dez primeiros anos de atuação do Supremo Tribunal Federal representaram um período de luta por autonomia – no qual o Poder Judiciário deixava de ser um Poder subordinado como no Império, para se transformar num Poder independente – e de forte defesa das liberdades civis – tendo em vista que os primeiros anos republicanos foram de profundas agitações políticas, cabendo ao STF garantir via *habeas corpus* que os direitos do cidadão fossem respeitados.

Já entre os anos de 1910 e 1930, o STF teria vivido tempos agitados, segundo Emília Viotti da Costa. Para Lêda Boechat Rodrigues (1991), esse período se concluiria em 1926, com a nova reforma constitucional. O período de 1910-1926 foi denominado pela autora como o da “doutrina brasileira de *habeas corpus*”. Com a forte atuação de Rui Barbosa ao longo dos primeiros anos republicanos, o *habeas corpus* se expandiu de forma significativa. Como a autora mencionou, o Supremo Tribunal viu-se inundado de pedidos de HC, seja a título recursal ou originário.

Segundo Gladys Ribeiro (2009), a relação entre o Poder Executivo e o Judiciário sinalizava algumas divergências principalmente quanto à questão da autonomia do Poder Judiciário e do papel do STF. Para a autora, o Supremo, juntamente com a Justiça Federal, constituía uma espécie de braço direito da defesa das liberdades e do alargamento dos direitos, sobretudo por meio das sentenças dos pedidos de *habeas corpus*. Para Ribeiro, esse processo de questionamento por parte dos indivíduos ao solicitarem HC tornou a Lei um espaço de lutas sendo o STF a arena onde essa luta ocorria. O STF era, assim, um espaço onde a população reclamava seus direitos tidos como constitucionais e clamava por “remédios” entendidos como solução para suas liberdades (RIBEIRO, 2006, p. 163). A autora possui uma interpretação que entende que através do STF defendia-se não apenas posições políticas próprias, mas também direitos inerentes à cidadania. Nesse sentido, o Judiciário ganhou, gradualmente, força e poder político, tornando-se na República o árbitro dos Poderes e o lugar de defesa dos direitos dos cidadãos (RIBEIRO, 2009, p. 110-117).

No entanto, outros estudos relativizam essa interpretação de que o Supremo e, conseqüentemente, o Poder Judiciário, teria sido o grande árbitro em defesa dos direitos dos cidadãos. Tatiana Castro (2018), ao analisar pedidos de *HC* originários no Supremo Tribunal Federal no Distrito Federal ao longo dos anos 1920, ressaltou que o *habeas corpus*, de fato, era uma opção a ser mobilizada por aqueles que se sentiam desrespeitados pelas autoridades; no entanto, não era verificada a concessão desse remédio para sanar tal problema. As denúncias sobre os abusos das autoridades eram recorrentes nos pedidos, mas os ministros não concediam o *habeas corpus* aos pacientes por esse motivo. Logo, recorrer ao Judiciário poderia ser considerado uma prática de cidadania. Mas isso não implica que ele tenha sido no período, de fato, o espaço de sua garantia.

Diante do que foi exposto, notamos que os estudos produzidos indicam que o Poder Judiciário, seja em âmbito federal ou estadual, foi permeado pelo sistema político vigente no qual a atuação das oligarquias se fazia presente. Outros estudos também apontaram para a presença desse viés político na atuação do Supremo Tribunal Federal ao julgar conflitos entre as oligarquias e até mesmo no julgamento de *HC*. No entanto, outros trabalhos destacaram que o fato de o Supremo ter sido inundado por pedidos de *habeas corpus* e de fato oferecer um espaço para essa prática de cidadania, a efetivação desse remédio com a concessão do mesmo era muito pouco significativa. Sendo assim, é importante analisar qual foi o posicionamento do Supremo ao julgar tais casos.

Dito isso, propomos uma análise da postura do Supremo Tribunal Federal por meio do julgamento de pedidos de *habeas corpus* durante os anos 1920, especificamente, os solicitados por aqueles que participaram do movimento de contestação às oligarquias, ou seja, os militares que participaram dos levantes tenentistas ocorridos entre 1922-1926. Assim, poderemos verificar qual foi o papel da justiça na solução de conflitos oriundos do descontentamento com o sistema político baseada na alternância de poder entre determinadas oligarquias. Nesse sentido, cabe a nós verificar como o Supremo vai se posicionar diante das demandas feitas por aqueles militares que eram detidos por serem considerados um perigo à ordem pública ao manifestar-se contra o governo.

OS HABEAS CORPUS DE MILITARES E O JULGAMENTO DO STF

O instituto jurídico do *habeas corpus* foi considerado durante a primeira República como um “remédio jurídico”, deixando de ser apenas um recurso judicial como no Império, mas sendo promovido a uma garantia constitucional com a função de proteger as liberdades individuais. Pode-se dizer que o *HC* ganhou um espaço único na história do direito do Brasil durante a Primeira República. Este atuava como uma garantia às liberdades dos indivíduos em um contexto social de abusos de poder, de uma autonomia e cidadania recém-implantadas por uma Constituição de influência liberal em uma

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

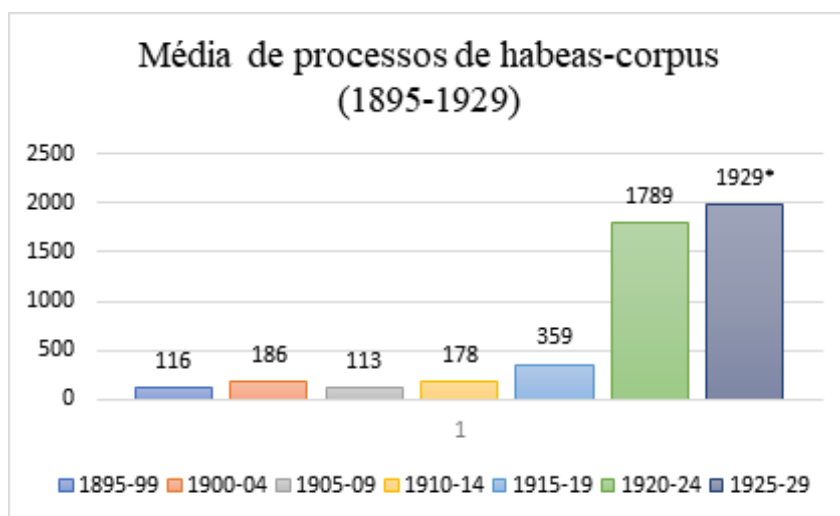
República que trazia novas ideias para aquela sociedade. A definição encontrada na Constituição evidencia o quão abrangente era a atuação desse remédio na proteção das liberdades individuais, conforme o art. 72, §22: “Dar-se-ha habeas-corpus sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação, por ilegalidade, ou abuso de poder” (BRASIL, 1891).

A interpretação dessa definição foi objeto de grande debate durante a Primeira República, o que culminou com a sua alteração na reforma constitucional de 1926, quando a mesma foi limitada. Pode-se dizer que existiam duas correntes interpretativas, uma tradicionalista e outra conservadora. A primeira o considerava como um protetor da liberdade de locomoção, como defendia o ministro Pedro Lessa. A segunda o concebia como um protetor para qualquer liberdade individual, que fosse restringida ou apenas ameaçada, como destacou o advogado Ruy Barbosa. Não nos cabe aqui analisar a jurisprudência e a doutrina produzida pelos juristas naquela época. No entanto, o que notamos ao analisar os pedidos é que novas estratégias foram mobilizadas pelos que os solicitavam e novas respostas foram geradas pelos ministros que os julgavam. Em todo caso, a partir de 1926 a definição do *habeas corpus* foi limitada, como veremos mais adiante.

O uso do *HC* foi aumentando durante as décadas republicanas. Os dados encontrados sobre os julgamentos desses processos pelo Supremo Tribunal Federal sinalizam para o gradual aumento da presença desses processos no tribunal e o ápice alcançado nos anos 1920. Esses números indicam que o Supremo Tribunal Federal se viu abarrotado por pedidos daquele remédio que foi cada vez mais reconhecido e reivindicado pelos indivíduos.

O gráfico abaixo indica esses números:

Gráfico 1 – Média de processos de *habeas corpus* (1895-1929)



Fonte: CASTRO, 2018, p. 118

Esses dados nos permitem afirmar que o número de pedidos de *habeas corpus* na última década republicana mais que decuplicou em relação aos primeiros dados indicados. Os anos 1920 refletiram não apenas a consolidação do uso do *habeas corpus*, mas, principalmente, a insatisfação com o sistema político vigente. O alto número de pedidos entre 1920-1929 reflete o contexto político-social vivenciado naquela década. Nos anos 1920, a sociedade brasileira assistiu ao surgimento de um movimento militar que questionou o sistema político em vigor, em particular, a ação das oligarquias. Esse movimento ficaria posteriormente conhecido como tenentismo ou movimento tenentista. Esse processo de intensificação de politização das forças armadas teve sua primeira manifestação mais organizada após a eleição de Arthur Bernardes, em março de 1922. Logo, o aumento do uso desse remédio jurídico naqueles anos também sinaliza para o contexto de manifestações que eclodiam naquela sociedade.

Pode-se dizer que o Supremo Tribunal Federal acabou ocupando um grande espaço no dia a dia daquela sociedade ao exercer seu papel de guardião das liberdades dos indivíduos ao oferecer o espaço para julgar os pedidos de *HC*. Como ponderou Costa (2001), a grande quantidade de julgamentos de *habeas corpus* por aquele tribunal e a forte cobertura da imprensa acabaram transformando o STF em um teatro. As sessões eram concorridas e aquele tribunal teria se transformado num “[...] teatro para o gozo do público que lotava as galerias e se manifestava ruidosamente a favor e contra: vaiava, assobiava, aplaudia os discursos e os acórdãos, apesar das reiteradas advertências do presidente, que ameaçava os manifestantes de expulsão” (COSTA, 2001, p. 21).

Ao longo dos anos 1920, especificamente entre 1922-1926, o Brasil vivenciou levantes tenentistas que, apesar da forte repressão do governo, se expandiriam ao longo do país. O primeiro ocorreu em 5 de julho de 1922, também conhecido como “os dezoito do Forte de Copacabana”, sendo considerado como um dos atos mais heroicos do movimento (LANNA JÚNIOR, 2013). Esse movimento contava com a manifestação do Exército no Distrito Federal, em Niterói e em Campo Grande. No entanto, o mesmo fracassou, sendo sufocado por forças federais, e a marcha dos tenentes na Avenida Atlântica em Copacabana se tornou um símbolo do movimento.

Exatos dois anos depois, em 5 de julho de 1924, em homenagem ao movimento de 1922, ocorreu em São Paulo um levante mais organizado que visava à derrubada do presidente Arthur Bernardes, considerado o símbolo das oligarquias dominantes. A tomada dos quartéis se expandiu para o interior do estado de São Paulo, chegando a Oeste do estado do Paraná, onde o movimento acabaria por alcançar o seu ápice com a formação da Coluna Prestes. Essa coluna era formada pela coluna Paulista ou coluna Miguel Costa, que, três semanas após o levante de São Paulo, seguiu para o interior do estado, rumo ao Sul do país. Essa coluna se encontraria com as tropas do Sul lideradas por Luis Carlos Prestes, dando início à Coluna Miguel-Costa Prestes. Composta por

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

1.500 homens, a Coluna percorreu cerca de 25.000 quilômetros, atravessando treze estados brasileiros a propagar o levante da população contra as oligarquias, chegando ao fim no início de 1927.

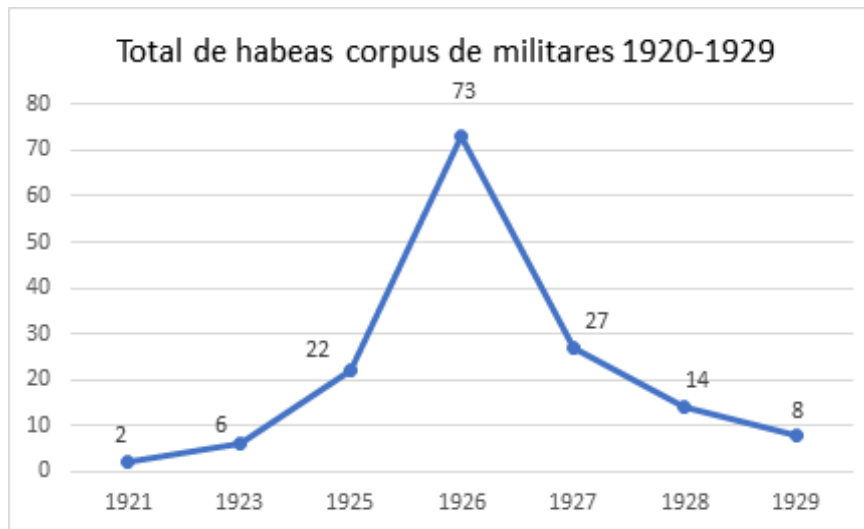
No que tange à produção historiográfica sobre o movimento tenentista, podemos dividi-la em três correntes principais. A primeira, mais tradicional, teria como seu principal representante Virgílio Santa Rosa (1933). Para o autor, o tenentismo seria um movimento que teve suas origens nas camadas médias urbanas – burguesia – e representaria os anseios dessa classe, que visavam a uma maior participação na cena política. A segunda corrente engloba os estudos produzidos nos anos 1960 e 1970, como os de José Augusto Drumond (1985, 1986). Para essa vertente, o movimento seria o produto das instituições militares, contestando a abordagem que se debruçava sobre a origem social do movimento e se debruçando sobre os aspectos organizacionais. Já a terceira corrente critica as duas correntes anteriores e propõe uma análise mais global, como os estudos de Bóris Fausto (1970) e Maria Cecília Spin Forjaz (1977). Esses estudos abordaram tanto a atuação dos tenentes como membros das instituições militares, como a organização dos membros da classe média.

Além de todas essas obras referentes às suas respectivas correntes, temos o estudo de Anita Prestes sobre a Coluna Prestes (PRESTES, 1997). Para Prestes, esses trabalhos sobre o movimento tenentista pecam pela preocupação de encaixar a realidade em esquemas artificiais, levando seus autores a atribuir aos tenentes posicionamentos que eles não tiveram (PRESTES, 1997, p. 32) Segundo a autora, os soldados da Coluna Prestes são os verdadeiros desbravadores do caminho que levou ao “solapamento” dos alicerces da Primeira República, sendo a Coluna e a Revolução de 1930 dois momentos de um mesmo processo histórico (PRESTES, 1997, p. 114). Para Anita Prestes (1997, p. 394), o tenentismo não foi um movimento militarista, mas, sim, um movimento político-social. O que notamos é que o movimento tenentista representou o ápice da insatisfação com o sistema político que seria concluído anos depois através da revolução de 1930.

Toda essa série de manifestações contra o governo fizeram com que os presidentes da República Epitácio Pessoa (1918-1922) e, em seguida, Arthur Bernardes (1922-1926) declarassem estado de sítio em diversas partes do país. O quadriênio de Bernardes foi repleto de levantes contra o presidente, encabeçados por militares, mas também com participação das classes médias urbanas, sendo estabelecido o estado de sítio mais longo da história brasileira: 1.287 dias. Durante esse estado de exceção, diversos foram os atos do governo para conter essas manifestações, tendo em vista que o presidente conseguia governar. Cerca de dez mil pessoas foram presas de forma arbitrária, outras centenas foram presas e desterradas para Clevelândia. O governo estava disposto a por fim a todos que discordassem do seu regime e a repressão sistemática foi um reflexo disso. Esses números também foram encontrados

nos processos de *HC*. No conjunto aqui analisado para os anos 1920, notamos que os pedidos de *habeas corpus* crescem a partir de 1923, alcançando o seu ápice em 1926 e tornam a cair a partir de 1927, após o governo Bernardes.

Gráfico 2 – Total de *habeas corpus* de militares 1920-1929



Fonte: CASTRO, 2018

Os anos de 1920 e 1921 precedem o tenentismo, sendo os processos de 1921 referentes a outras questões que envolveram pacientes militares. Já os de 1922 e 1924 vivenciaram os levantes tenentistas nos meses de julho, o que justifica a ausência de pedidos em nossos dados, tendo em vista, como já destacamos anteriormente, que a metodologia aplicada nesta pesquisa analisou os 20% iniciais de cada ano. Sendo assim, só a partir de 1923 temos pedidos que refletem o levante de julho de 1922, por exemplo. Os 152 processos representados nesse gráfico compõem um conjunto de rubricas que tratavam de questões de ordem pública, presos políticos, militares, desterro e forte de Copacabana. Como já fora mencionado, não analisaremos todo o universo de questões oferecido por esses processos, mas, sim, aspectos gerais sobre a forma como o Supremo Tribunal Federal se posicionou diante daquela enxurrada de pedidos produzidos durante o movimento tenentista e após este e, conseqüentemente, após a reforma constitucional que também ocorreu no ano de 1926.

Em linhas gerais, dividiremos a análise em dois recortes: pré e pós 1926. Apenas a partir dos dados de 1927 podemos verificar os reflexos do fim do estado de sítio – 31/12/1926 – e da reforma constitucional – 03/09/1926. Nesse primeiro momento nos debruçaremos em compreender a postura da suprema corte diante dos pedidos recebidos até 1926.

Ao analisarmos a primeira parte desse conjunto, notamos não apenas uma mudança da postura do Supremo em conceder ou não os pedidos no decorrer dos anos, como também uma mudança na própria forma de solicitar os pedidos por parte

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

daqueles pacientes. A priori, dividiremos o período 1920-1926 em três momentos: o primeiro refere-se à postura inicial do Supremo em conceder os pedidos impetrados pelos revoltosos de 1922; o segundo, ao início da enxurrada de pedidos após o levante de São Paulo e a não concessão do remédio jurídico pela Suprema Corte; e, por fim, o terceiro momento, no qual a forma de se solicitar o *habeas corpus* é transformada e conseqüentemente muda a postura do Supremo.

Ressaltamos que trabalharemos com pedidos que tratavam de pacientes militares presos ou sofrendo represálias por terem feito parte dos movimentos de contestação ou serem considerados como tais. Destacamos que civis também reivindicaram esse remédio por serem considerados parte dos movimentos, porém estes e outros casos não serão aqui abordados – o que não significa que o universo encontrado na pesquisa referente ao movimento tenentista se limite a pacientes militares, muito menos a membros apenas do Exército. Encontramos também levantes na Armada, porém estes não serão aqui trabalhados.

Os processos aqui citados servem para ilustrar as três linhas interpretativas, mencionadas anteriormente, referentes ao período de 1920-1926.

CRIME POLÍTICO: FORO CIVIL E NÃO MILITAR

Após o primeiro levante tenentista de 5 de julho de 1922, o Supremo Tribunal Federal recebeu os primeiros pedidos pelo remédio jurídico do *habeas corpus*. Esses pedidos refletem as medidas adotadas pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa. O presidente decretou o estado de sítio no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro; nos meses seguintes, a repressão determinou diversas prisões e instaurou vários processos. Como reflexo dessas prisões, encontramos diversos pedidos de *habeas corpus* impetrados por aqueles que foram detidos nos meses que se seguiram ao levante considerados atores dos “acontecimentos de julho”.

Concluído o estado de sítio em 31 de dezembro de 1922, o Supremo Tribunal Federal começou a receber nos primeiros dias de janeiro de 1923 os pedidos de HC solicitados por tenentes que se encontravam detidos desde o último mês de julho. Tratavam-se de *habeas corpus* liberatórios, ou seja, visavam ao fim da detenção desses pacientes. Os argumentos mobilizados pelos advogados e o parecer dos ministros nos acórdãos nos permitem verificar que os mesmos apresentavam certos traços em comum.

Os advogados Ernesto Mendonça de Carvalho Borges e Jayme de Albuquerque Alves Maia solicitaram o *habeas corpus* para o 1º tenente Henrique Cunha que se encontrava preso “ilegalmente” (HC 8.824, 1923, ASTF). Os advogados argumentavam que o paciente havia sido preso sem flagrante, sem ordem de prisão, nem “nota de culpa”, sendo o paciente detido em virtude do estado de sítio, processado pela Justiça militar e encontrando-se sujeito à respectiva autoridade. Estado de sítio este

que já tinha acabado. Os advogados baseavam-se, dentre outros argumentos, na jurisprudência produzida pelo Tribunal no julgamento de outros pedidos do mesmo teor, que consistia no que sustenta o art. 60, letra i, da Constituição de 1891: “Art. 60- Compete aos Juízes ou Tribunais Federais, processar e julgar: [...] i) os crimes políticos” (BRASIL, 1891). Portanto, tratando-se o paciente de um preso político e o crime da mesma ordem, caberia aos Juízes Federais julgá-lo, e não a Justiça Militar:

Ademais, como muito acertadamente já decidiu este Colendissimo Tribunal, restabelecendo a pureza do texto constitucional, flagrantemente conspurcado pela Justiça Militar, não a esta, mas á Justiça Federal compete processar e julgar os crimes politicos, não podendo ser scindida, em face do art. 60 letra i da Constituição, a competencia dos juizes e tribunaes federaes para conhecer do caso, com distincções arbitrarías entre civis e militares, em crimes da mesma natureza e oriundos de um concurso commum, presos entre si pela mais intima e logica connexão (HC 8.824, 1923, ASTF).

Os impetrantes destacam ainda que, naquela mesma semana, o Tribunal teria concedido o pedido a outros dezenove colegas do paciente que se encontravam na mesma situação. Sob essa mesma argumentação, encontramos outros pedidos de *habeas corpus* também concedidos como o do 1º tenente Frederico Christiano Buys, solicitado pelo seu advogado o Dr. Evaristo de Moraes (HC 8.827, 1923, ASTF), como bem sinalizou o impetrante: “[...] Desde essa data está elle em prisão, impuntando-se-lhe *crime militar*, quando é certo, e este Collendo Tribunal já soberanamente decidiu, trata-se de crime político, cujo conhecimento compete à Justiça Federal” (Ibidem, grifos originais).

Observamos que, nesse primeiro momento, a estratégia dos advogados foi ressaltar que, apesar de os pacientes serem militares, o crime era político e caberia a foro civil e não militar. Sendo presos políticos durante o estado de sítio, caberia à Justiça Federal julgá-los e conceder-lhes o *habeas corpus*. No parecer do julgamento dos ministros, era possível perceber que muitos casos dessa natureza já tinham sido julgados pela Corte e que tinham sido deferidos, como afirmava o ministro relator em um desses pedidos:

Isto posto, considerando que a muitos autros presos em condições idênticas o Tribunal já concedeo *habeas-corpus*:

1º) pela incompetencia do fôro militar, por se não tratar de crime militar, mas politico ; e

2º) ainda pelo excesso injustificado do praso legal para a formação da culpa (*Habeas-corpus nº 8.801, 8.820 e 8.826*)

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

Accorda o Supremo Tribunal Federal conceder a ordem impetrada, atentos os mesmos dois fundamentos supra (Ibidem, grifos nossos).

O parecer do ministro relator Edmundo Lins endossa nossa afirmativa quanto à postura adotada por aquela Corte diante desses pedidos de *habeas corpus* referentes aos militares, presos políticos, dos acontecimentos de 5 de julho de 1922. Notamos, ainda, que esse tipo de pedido estava permeando o dia a dia dos julgamentos daquela Corte, que concedeu o remédio jurídico permitindo a soltura daqueles militares nos primeiros dias de 1923. Portanto, podemos sustentar que nesse momento inicial do movimento tenentista, isto é, aos presos envolvidos em julho de 1922, o remédio do HC concedido pelo Supremo Tribunal Federal foi um grande aliado, tornando-se a solução encontrada pelos militares para assegurarem seus direitos em meio àquele período de estado de sítio. O Supremo atuou de forma a garantir que a Constituição fosse respeitada ao julgar esses processos da maneira concebida no seu art. 60.

CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA: “PRESO POR MOTIVO DE ORDEM PÚBLICA”

Em 5 de julho de 1924, ocorreu o segundo levante tenentista, desta vez em São Paulo e com uma repressão muito maior, produzindo um maior número de presos e, conseqüentemente, de *habeas corpus*. Os processos analisados a partir de 1925 evidenciam uma certa mudança na postura do Supremo Tribunal Federal quanto à concessão daquele remédio jurídico.

Ao receberem esses pedidos, o ministro relator responsável convertia o julgamento em diligência, solicitando maiores informações do Ministério da Justiça sobre a prisão do paciente. O parecer do Ministério da Justiça e Negócios Interiores encontrava-se anexado ao processo, e, muitas vezes, também havia um parecer do Ministério de Guerra. De um modo geral, nesse relatório era informado que o paciente se encontrava detido por estar envolvido nos “movimentos subversivos”, em virtude das medidas decorrentes do estado de sítio, logo a necessidade da detenção do paciente se dava por uma medida de segurança e garantia de ordem pública. Naquele período, ressaltou-se novamente que o país se encontrava em estado de sítio. Arthur Bernardes praticamente governou quase os quatro anos completos nessa condição; por isso, acreditamos que esse contexto tenha contribuído para que o Supremo Tribunal Federal optasse por não conceder o pedido após o parecer recebido da diligência.

O 1º tenente do exército Frederico Leopoldo da Silva redigiu sua própria ordem de *habeas corpus* pelo constrangimento ilegal que sofria ao estar preso no quartel do Corpo de bombeiros (HC 14.968, 1925, ASTF). Segundo o tenente, ele não sabia o motivo de sua prisão e solicitava ao Supremo que demandasse da autoridade competente o motivo, uma vez que nunca tinha deixado de cumprir uma ordem.

O pedido foi convertido em diligência, e o parecer do Ministério da Justiça informou que o mesmo foi preso por motivo de ordem pública em função do estado de sítio, devido aos “indícios” de sua participação “nos movimentos revolucionários que estão no domínio público”. Ainda que apenas “indícios”, sem flagrante ou qualquer outra prova, a prisão era sustentada em prol da segurança nacional, e os ministros do STF indeferiram o pedido, mantendo, assim, a prisão estabelecida durante o estado de sítio ainda em vigor.

Segundo o bacharel Joaquim Rodrigues Neves (HC 17.116, 1926, ASTF), o argumento apresentado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores para as prisões decorrentes naquele período poderia ser entendida como uma “surrada fórmula”, pois o argumento era sempre o mesmo: preso por ordem do governo devido ao estado de sítio, para a manutenção da ordem pública e da segurança. O argumento se repetia, ainda que redigido de formas distintas. E a postura do Supremo Tribunal permanecia a mesma: negar o *HC* liberatório independentemente dos fatos apresentados pelo paciente, por tratar-se de um pedido de caráter liberatório solicitado por um militar detido durante o estado de sítio, sob a justificativa de ser um perigo à ordem pública, o que prevalecia era o parecer do Ministério da Justiça e/ou do Ministério de Guerra.

No parecer do Ministério da Justiça e Negócios Interiores referente à conversão em diligência do *HC* do 1º tenente Alkindar Pires Ferreira (HC 14.640, 1925, ASTF), o ministro Annibal Freire Fonseca destaca qual seria o juiz competente a julgar o pedido de *habeas corpus*:

[...] acha-se detido, como implicado em movimentos subversivos, em virtude das medidas decorrentes do estado de sítio, sendo que da necessidade dessa detenção, como medida de segurança e garantia da ordem pública, só pôde se Juiz o Governo, que tem, a seu cargo e responsabilidade, a manutenção e defesa das instituições vigentes [...]. (Ibidem)

O Ministro da Justiça respondeu ao ministro do Supremo Tribunal Federal que o juiz competente a julgar aquele pedido de *habeas corpus* seria o Governo, e não aquele Tribunal. Ao finalizar o processo, o ministro relator nega a ordem pedida em vista das informações do Ministério da Justiça. Sendo assim, podemos concluir que, durante o estado de sítio de Arthur Bernardes, principalmente entre os anos de 1925 e 1926, o Supremo recebeu uma avalanche de pedidos de *HC* por aqueles que se encontravam detidos por serem considerados subversivos e um perigo à ordem pública. E a postura do Tribunal foi não conceder os pedidos àqueles presos políticos e seguir o parecer oriundo do Ministério da Justiça. Logo, diante da efetividade do estado de sítio, o Supremo Tribunal Federal não concedeu o remédio jurídico aos detidos pelo Executivo – ao menos não àqueles de cunho liberatório, porque, como já mencionamos anteriormente, a definição constitucional do *habeas corpus* destacava sua ampla proteção a qualquer tipo de liberdade individual, sendo assim o pedido

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

poderia ser feito para assegurar qualquer direito, para além do uso tradicional de proteção ao direito de locomoção.

É justamente essa amplitude do uso do *HC* que produziria uma nova forma de requisitá-lo ao Supremo Tribunal Federal e também de obter um novo parecer daquele Tribunal aos pedidos provenientes dos militares detidos como presos políticos ainda durante o estado de sítio.

PROTEÇÃO À DIVERSAS LIBERDADES: PEDIDOS CONCEDIDOS EM PARTE

Após sucessivas negativas aos pedidos impetrados para serem postos em liberdade, os militares começaram a fazer uso do instrumento disponível para proteger suas liberdades, de uma maneira mais ampla como o próprio *habeas corpus* permitia. Isso aconteceria ao menos até setembro de 1926, quando a reforma constitucional limitaria o uso daquele remédio à proteção da liberdade de locomoção.

Notamos uma mudança na forma de solicitarem o *habeas corpus* principalmente nos pedidos encontrados em 1926, ano que corresponde ao maior número de pedidos recebidos pelo STF. Podemos inferir que houve uma adequação, uma reformulação ou até mesmo uma nova estratégia mobilizada por aqueles militares como uma tentativa de fazer funcionar a garantia às suas liberdades individuais. Os militares começaram a endereçar um único *habeas corpus* para proteger uma série de liberdades para além da de locomoção. E o Tribunal se viu diante de uma nova realidade para julgar aqueles pedidos que possuíam a solicitação do clássico *habeas corpus* liberatório, mas também do preventivo para o mais diverso leque de liberdades.

Podemos listar alguns dos usos pelos quais os militares mobilizaram o remédio jurídico no período que precedeu a reforma constitucional de 1926 que limitaria o mesmo:

Quadro 1 – Usos do *habeas corpus* por militares

Circunstâncias nas quais esse remédio era mobilizado	<p>*Liberatório → militares presos solicitavam serem postos em liberdade devido à coação produzida dentre outros fatores por abuso do Executivo.</p> <p>*Reintegração → para ser reintegrado ao lugar que ocupava nas forças armadas.</p> <p>*Assegurar seus vencimentos → garantir o pagamento dos seus vencimentos integrais, a indenização pelos descontos do soldo, sendo restituídos das importâncias descontadas enquanto estavam presos.</p> <p>*Comunicabilidade → quando presos, solicitavam o fim da incomunicabilidade com seus familiares e amigos.</p> <p>*Cadeia correspondente → solicitavam ser transferidos para cadeia correspondente ao cargo ao qual pertenciam, contestando a prisão de presos comuns.</p> <p>*Alimentação correspondente → assegurar que sua alimentação fosse de acordo com o rancho ao qual faz parte e lhe é de direito.</p> <p>*Prisão por <i>menagem</i> → ter o lugar da prisão por <i>menagem</i>, isto é, o preso não ficar encarcerado, permanece no lugar que exerce suas atividades.</p>
--	--

Fonte: CASTRO, 2018, p. 184

Como previa a Carta de 1891, o *HC* era uma garantia constitucional de proteção a qualquer coação concreta ou eminente. Logo, era passível de ser usado para garantir outras liberdades para além da de locomoção. É justo esse uso, essa peculiaridade, o que torna esse remédio jurídico tão singular na experiência jurídica brasileira em comparação com seu uso em outros países. Como a próprio nome em latim indica, o *habeas corpus*, “tome o corpo”, era um instrumento que teria sua origem com a Magna Carta de 1215, que reconhecia que nenhum homem livre poderia ser preso ou detido sem que fosse condenado por seus pares ou pelas leis de seu país. O desenvolvimento desse instrumento e o seu uso, grosso modo, visava proteger a liberdade de locomoção dos indivíduos. Porém, no Brasil, a partir da Constituição de 1891, encontramos uma definição particular para seu uso. E não somente a definição, mas também o local onde a mesma é inserida: na Constituição. Logo, na experiência jurídica republicana brasileira, o *HC* não era apenas um recurso jurídico ou um instrumento para proteger uma liberdade, senão uma garantia constitucional. Portanto, era amplo por definição – ao oferecer uma proteção para uma série de liberdades e ter sua função preventiva e liberatória – e grande juridicamente, no sentido de que ocupava um lugar relevante no ordenamento jurídico ao ser uma garantia assegurada pela Constituição. A limitação desse remédio em setembro de 1926 será analisada mais adiante.

Percebemos que os pedidos de *HC* feitos pelos militares após o levante de 1924 começaram a ganhar forte recusa por parte do STF, como analisamos anteriormente. E acreditamos que tal recusa tenha feito com que esses militares provassem novos usos, novas estratégias, para mobilizarem aquele remédio e alcançarem algum êxito.

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

Os militares, bem como os demais pacientes, usaram aquele instrumento para garantir a sua liberdade de locomoção – pedidos liberatórios – mas também para assegurar diversos outros direitos que eram comprometidos ou estavam em eminência de ser.

Aldobrantino Chaves Segura, ex-2º sargento do Exército, preso na ilha de Bom Jesus e denunciado no processo de conspiração, reconhecia o uso do *habeas corpus* para a proteção de outros direitos e o solicitou para garantir que seus vencimentos fossem pagos:

É caso evidente de ‘habeas-corporus’, medida essa que não assegura sómente o direito de locomoção, e este Egregio Tribunal já tem concedido inumeras ordens a officiaes do Exército e da Marinha, e a civis, como sejam os Srs. [...] José Oiticica e Ferdinando Laburiau, para o effeito de receberem os vencimentos integraes (HC 17.078, 1926, ASTF).

O ex-sargento citou ainda outros casos que obtiveram sucesso. O pedido foi convertido em diligência e no parecer do Ministério de Guerra foi assegurado o pagamento. Os ministros do STF, por sua vez, acordaram em conhecer do pedido e julgá-lo procedente para o período destacado pelo paciente.

O capitão Olyntho Tolentino de Freitas também solicitou o remédio jurídico “[...] nos termos do art.72 parágrafo 22 da Constituição, e de accordo com a jurisprudência pacifica desse Egregio Tribunal”. O motivo seria a “[...] violência que vem soffrendo por parte do poder publico que, ilegalmente, o priva de seus vencimentos” (HC 17.100, 1926, ASTF). O capitão listou os quatro tipos de vencimento que lhe deveriam ser pagos:

Pede assim o paciente:

1º) que lhe sejam pagos os *vencimentos integraes* que deixou de receber durante a sua ausencia, isto é, de 1º de junho de 1924 até 29 de março de 1925.

2º) a gratificação que deixou de receber de 30 de março de 1925 até 29 de junho de 1925, data da pronuncia. (período em que recebeu apenas o soldo).

3º) que lhe sejam restituídos os descontos feitos no seu soldo até a presente data, a titulo de pagamento de alimentação.

4º) que lhe seja pago o *soldo integral* de ora em diante. (Ibdem, grifos originais).

Percebemos, assim, que a prisão dos militares envolvidos com crimes políticos gerava não apenas a privação de sua liberdade de locomoção, mas também de seus pagamentos. O pedido foi convertido em diligência e, após o parecer do Ministério da Guerra, os ministros acordaram em conceder somente para o pagamento dos vencimentos integrais no período de sua ausência entre 1º de junho de 1924 até 29 de março de 1925.

Já o amanuense da 1ª classe do Exército, Ceciliano Miguel da Silva, solicitou em um único *habeas corpus* a proteção de sua liberdade de locomoção e também o pagamento dos seus vencimentos: “[...] para o fim de ser posto em liberdade, ser transferido de prisão e de receber os vencimentos integraes [...]” (HC 17.107, 1926, ASTF). O parecer do Ministério da Justiça alegou que o mesmo foi detido por questões de segurança pública em virtude do estado de sítio. Já o parecer do Ministério da Guerra declarou que ele participou no fabrico de bombas de dinamite e que os vencimentos foram pagos até quando ele era ativo no Exército, depois o mesmo foi excluído. Logo, para a justificativa do pedido liberatório, a negativa se deu pelo motivo de estado de sítio e, no tocante aos outros dois pedidos, os ministros do Supremo optaram por conceder somente para o pagamento das gratificações referentes ao período em que ainda fazia parte do Exército.

Posto isso, percebemos que, durante o estado de sítio, o Supremo Tribunal Federal optou por converter os pedidos em diligência para compreender o motivo da prisão por parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, ao receber a informação de que a prisão se deu por questão de ordem pública justificada pelo estado de sítio, o *habeas corpus* era automaticamente negado pelos ministros. No entanto, quando o pedido dizia respeito a outras solicitações, como o pagamento de vencimentos, os ministros concediam o *habeas corpus*, ainda que algumas vezes esse parecer destoasse do informado pelo Ministério de Guerra. Pedidos que envolviam solicitações liberatórias e preventivas eram então concedidos em parte, como o caso do amanuense Ceciliano acima citado (HC 17.107, 1926, ASTF), no qual o caráter liberatório era negado, mas um dos outros pedidos era concedido.

Logo, observamos que o uso do *habeas corpus* pelos militares foi ganhando novas formas ao longo dos dez anos, não se limitando a pedidos liberatórios. Ao terem seus pedidos liberatórios, por vezes, negados e o crescente número de prejuízos vivenciados, os militares passaram a solicitar em um único pedido de *habeas corpus* uma diversidade de direitos a serem assegurados. Tal característica ocorreu nos pedidos de 1926 e refletia o ápice das prisões ocorridas sob a ordem do presidente Arthur Bernardes. Verificamos, assim, a diversidade proveniente do leque de possibilidades que o remédio jurídico do HC permitia naquele momento e o quanto ele foi mobilizado pelos militares que ocuparam o Supremo Tribunal Federal para tentarem se proteger contra os abusos do Poder Executivo durante o estado de sítio.

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

Porém, o que percebemos é que o Supremo Tribunal Federal concedeu os pedidos liberatório aos revoltosos apenas quando o estado de sítio já tinha sido encerrado, como em janeiro de 1923, primeiro momento analisado. Já durante o estado de sítio, o Tribunal se posicionou de acordo com o parecer emitido pelo Ministério de Justiça, não concedendo o *HC* aos detidos por motivo de ordem pública. Mas, paralelamente a isso, o remédio jurídico era concedido para proteger outros direitos que não o de locomoção, como para assegurar o pagamento dos vencimentos. Portanto, os militares fizeram amplo uso da ferramenta jurídica oferecida e os ministros não se opuseram em conceder o remédio, desde que não entrasse em confronto com uma medida estabelecida pelo Executivo, como o caso das prisões em vigor do estado de sítio.

O estado de exceção previa a suspensão das garantias constitucionais, o que nos faz ponderar que os pedidos de *HC*, durante aquele período, poderiam ter sido suspensos. No entanto, no que se refere ao caráter liberatório, o Supremo Tribunal Federal não garantiu a concessão do remédio durante o vigor daquele período de emergência. O Judiciário não concedeu a soltura dos detidos pelo Executivo. O Supremo recebeu e julgou os pedidos de *habeas corpus*, porém não os concedeu efetivamente, quando os mesmos iam de encontro a uma medida tomada pelo governo durante o estado de sítio.

O PÓS-1926: O FIM DO ESTADO DE SÍTIO E A CONCRETIZAÇÃO DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

Os anos finais da Primeira República demonstravam sinais de esgotamento da política dos governadores através, dentre outros fatores, das manifestações ocorridas nos últimos anos que tornaram o país ingovernável, sendo declarado um estado de sítio para tentar conter a instabilidade política e social do país. Diversas medidas para conter a crise foram tomadas pelo presidente Arthur Bernardes, durante o seu governo, para além da declaração do estado de sítio. Em junho de 1925, Bernardes encaminhou ao Congresso uma proposta de revisão da Constituição de 1891. O objetivo do presidente era acirrar ainda mais o controle, ampliando as competências do poder Executivo.

O grande remédio mobilizado por todos aqueles que sofriam as coações do Executivo era o instituto do *habeas corpus*, que, como vimos, foi ganhando novos usos de acordo com os diversos momentos do tenentismo. Logo, o *HC* era mais um ponto ao qual Bernardes deveria restringir para garantir o seu controle. A revisão constitucional proposta pelo presidente em 1925 foi aprovada em 7 de setembro de 1926. As alterações eram diversas, mas seu principal objetivo era fortalecer o Executivo e frear a atuação da Justiça Federal e do uso do *HC*, além de delinear novas limitações durante o estado de sítio.

Além da emenda constitucional estabelecida em setembro de 1926, o ano ainda apresentaria outros momentos que contribuiriam para concebê-lo como um “divisor de águas”. Em março de 1926, ocorreriam as eleições presidenciais para o próximo quadriênio – 1926-1930 – na qual Washington Luiz seria eleito. Em 15 de novembro, Bernardes deixaria a presidência. E o estado de sítio, por tantas vezes prorrogado durante o governo Bernardes, chegaria ao seu fim em 31 de dezembro daquele ano. O ano de 1926 atuaria, assim, como um divisor de águas na mudança governamental na alteração constitucional e com o fim do estado de sítio após os quatro anos de regime discricionário.

No que tange a reforma constitucional e seu reflexo no julgamento de *HC* sobre os revoltosos do tenentismo, percebemos a forte conexão entre as alterações estabelecidas e a postura do Supremo Tribunal Federal.

A reforma constitucional tocou em pontos fundamentais no que se refere ao estado de sítio, à competência do Poder Judiciário e ao uso do *habeas corpus*. O art.60 § 5º limitou as funções da justiça federal em relação ao estado de sítio:

§ 5º Nenhum recurso judiciario é permitido, para a justiça federal ou local, contra a intervenção nos Estados, a declaração do estado de sitio e a verificação de poderes, o reconhecimento, a posse, a legitimidade e a perda de mandato dos membros do Poder Legislativo ou Executivo, federal ou estadual; assim como, *na vigencia do estado de sitio, não poderão os tribunaes conhecer dos actos praticados em virtude delle pelo Poder Legislativo ou Executivo* (BRASIL, 1926, grifos nossos).

A competência do julgamento dos tribunais federais sobre os crimes políticos ficaria muito mais restrita. E a interpretação do ministro Hermenegildo Barros de que o estado de sítio não era um obstáculo para que se concedesse um *habeas corpus* não seria mais cabível. Portanto, o parágrafo quinto foi desenvolvido especificamente para limitar o julgamento dos tribunais federais em casos de crime político ocorridos durante o estado de sítio. As alterações no remédio jurídico do *habeas corpus* também traziam fortes limitações. A partir de então, a Constituição assegurava o remédio para a proteção de apenas uma liberdade: a de locomoção.

Art.72 § 22. Dar-se-ha o *habeas-corpus* sempre que alguém soffrer ou se achar em imminente perigo de soffrer violencia por meio de prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção (BRASIL, 1926).

O *habeas corpus* deixou de proteger um leque de liberdades para se restringir à proteção de apenas um, como previa a interpretação clássica daquele instrumento. Todas essas alterações da reforma constitucional refletiriam no funcionamento do Judiciário e no julgamento dos pedidos dos militares, que, nos primeiros dias de 1927, deparavam-se com o fim do estado de sítio, porém com o funcionamento de uma

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

Constituição sob novas modificações em pontos cruciais até então mobilizados por eles.

Mesmo após o fim do estado de sítio a partir de 1º de janeiro de 1927, os militares envolvidos nos levantes tenentistas continuaram a sofrer represálias. Era previsto que eles fossem liberados da prisão já em dezembro de 1926, porém em janeiro de 1927 verificamos que deportações para o Rio Grande do Sul permaneciam ocorrendo, ainda que esta fosse uma medida referente ao estado de sítio que não estava mais em vigor. Nos anos subsequentes, o diferencial para a prisão desses militares foi a ordem do Ministro da Justiça para o Ministério de Guerra, que prendeu esses militares por um crime militar. Com o fim do estado de sítio, os militares que antes eram acusados de crime político passaram a ser acusados de crime militar, o que juridicamente alterava o foro competente a julgá-los.

O desterro para outros sítios do território nacional era uma medida prevista durante o estado de sítio de acordo com o art. 80 da Carta de 1891. Tendo sido concluído o período de exceção, essa medida não era mais cabível. Porém, militares continuavam sendo deportados e enviavam pedidos de *habeas corpus* ao STF por intermédio de telegramas. O major do exército Felipe Moreira Lima (HC 18.590, 1927, ASTF) fez parte dos “sucessos de julho de 1924” em São Paulo e já tinha cumprido o tempo de prisão. Contudo, foi deportado para o sul em trem militar nos últimos dias de 1926. De acordo com o parecer do Ministério de Guerra, o major a partir de então seria acusado de “quebra de disciplina e prova de rebeldia”. Diante desse parecer, os ministros do Supremo acordaram em conhecer, porém denegar o pedido impetrado pelo major. O mesmo ocorreu com outros dois pedidos impetrados naquele mesmo ano, de militares que se encontravam na mesma situação (HC 18.693, HC 18.727, 1927, ASTF). Com o fim do estado de sítio, os envolvidos com o movimento tenentista deveriam ser soltos gradativamente. Porém, o Ministério de Guerra alegava em seus relatórios que esses militares teriam cometido a quebra da disciplina por se declararem ainda em solidariedade aos revoltosos. Logo, o STF não concedia o pedido.

Outros militares, que já haviam cumprido a pena referente ao crime político durante o estado de sítio, tornaram a solicitar HC em 1928, por terem sido recolhidos a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, acusados do crime de deserção.

Em 10 de janeiro de 1928, o ministério da Justiça encaminhou ao ministério de Guerra uma lista com diversos oficiais envolvidos no levante de 1924 em São Paulo, que teriam sido condenados pelo Supremo Tribunal Federal, em um processo que julgava o levante de 1924 e solicitou que este providenciasse a prisão dos oficiais listados. O ministro da Guerra, por sua vez, ordenou a prisão daqueles e até mesmo o comparecimento ao ministério nos casos em que não encontrou os oficiais em sua residência; caso não ocorresse o comparecimento como publicado em edital, os oficiais seriam acusados do crime de deserção.

O ocorrido foi abordado pela imprensa em diversos jornais como demonstravam os recortes anexados ao pedido de *HC* preventivo do 1º tenente do Exército, Alfredo de Simas Enéas Junior (HC 22.770, 1928, ASTF). O tenente questionava aos ministros do STF sobre a competência de quem decretaria aquela prisão, pois esses tenentes foram presos em 1924 ao serem acusados de um crime político, logo eram julgados pela justiça federal. Alguns estavam respondendo em liberdade por estarem afiançados. Ao que indagou o tenente: “Onde a auctoridade do Sr. Ministro da Guerra para determinar a prisão do paciente quando elle, afiançado está na dependencia de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal?” (Ibidem). O pedido foi convertido em diligência, e, no parecer do Gabinete do Ministro da Guerra, foi exposto que o nome do tenente estava na lista enviada pelo ministro da Justiça, devendo o oficial ser recolhido a prisão. Após o parecer do ministério de Guerra, os ministros do STF acordaram em negar o pedido de *habeas corpus* do paciente, pois se tratava de uma prisão decretada pela justiça militar, não sendo o pedido de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, notamos que, em meados dos anos 1920, os militares impetraram o *habeas corpus* alegando que eram acusados de crime político e deveriam ser julgados pela justiça federal e não pela justiça militar, ao que eram atendidos pelo Supremo Tribunal Federal. Já no final da década de 1920, esses mesmos presos políticos solicitavam o *habeas corpus* após o fim do estado de sítio e tinham os mesmos negados justamente pelo fato de esses mesmos militares se encontrarem presos em fortalezas, por ordem da justiça militar por se tratar de um crime militar; sendo assim, ainda que tenham solicitado a atuação da justiça federal, não foram atendidos pelo crime em questão ser militar. Logo, o Supremo Tribunal Federal não concedia o *HC* por não se tratarem de pedidos referentes a crime de jurisprudência federal. Interessante perceber que são os mesmos militares envolvidos no levante de 1924, porém são acusados de formas diferentes em momentos distintos por um mesmo motivo: terem participado de manifestações contra o poder Executivo.

Os pedidos acima expostos solicitavam o *habeas corpus* para proteger o direito de locomoção, como era possível após a reforma de 1926. Represálias aos militares continuaram após o fim do estado de sítio e após a reforma constitucional. Limitou-se a autoridade da justiça federal sobre o julgamento do crime político. E militares antes acusados de crime político foram então indiciados por deserção, tratando-se de um crime militar. Dessa forma, caberia a Justiça Militar e não mais o STF julgá-los, o que inviabilizava a concessão do *HC* e acusava-se os revoltosos por crime militar e não por crime político para justificar o julgamento militar e não pela justiça federal.

Concluimos que, ao longo dos anos 1920, durante governos distintos – Arthur Bernardes, de 1922-1926, e Washington Luiz, de 1926-1930 – os militares envolvidos nos levantes contra o governo foram punidos durante e mesmo depois do estado de sítio. No primeiro momento – durante o estado de sítio – alguns pedidos foram

CAPÍTULO 2 EM DEFESA DE QUEM? O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS ANOS 1920

concedidos pelo Supremo Tribunal Federal, que possuía a jurisprudência em julgar crimes políticos. Porém, no segundo momento – após o fim do estado de sítio no governo Washington Luiz –, esses militares foram novamente presos, mesmo depois de terem cumprido as respectivas penas e mesmo após o fim do estado de sítio. Como bem denominou o jornal *A manhã*, aquele fora um período de “caricatura da democracia” (HC 22.770, 1928, ASTF). Os abusos cometidos pelo Poder Executivo se fizeram presentes ao longo de toda a década de 1920. E o remédio do *HC* foi por vezes uma opção para auxiliar aqueles militares. O Judiciário, por sua vez, permaneceu na linha de não se indispor com o Executivo e com as decisões tomadas pelo Ministério de Guerra, frutos do estado de exceção ainda que este não estivesse mais em vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da Primeira República, um novo Poder Judiciário foi se construindo e se adaptando à sua nova autonomia e às suas novas funções enquanto guardião da Constituição e dos direitos dos cidadãos. Nos anos finais daquela República, na década de 1920, o descontentamento com a mesma se tornava cada vez mais evidente mediante as manifestações que ocorreram. A crise oligárquica e a insatisfação com o sistema político produziram um movimento militar de contestação conhecido como tenentismo. Ao analisar a atuação do Supremo Tribunal Federal durante esse período através dos julgamentos dos pedidos de *habeas corpus*, notamos que a postura do Tribunal se alterava em diversos momentos.

Conforme foi analisado, o Supremo Tribunal Federal foi reconhecido pelos militares como um espaço onde poderiam recorrer à proteção dos seus direitos por meio da demanda por *HC*. Porém, a postura daquele Tribunal diante do julgamento de presos políticos se deu de forma distinta ao longo daquela década e, de uma maneira geral, a questão política pesava de forma significativa para a recusa na concessão desse remédio. Tal fato nos leva a relativizar a interpretação de que este Tribunal teria atuado como grande protetor das liberdades individuais diante de abusos de Poder, garantindo a Constituição.

Alguns trabalhos viam a Justiça como um prolongamento do poder das oligarquias estaduais, denotando a falta de autonomia da instituição em face do sistema político dominado pelo coronelismo (LEAL, 2012; KOERNER, 1998). Outros estudos consideram que o Poder Judiciário seria o novo Poder Moderador (LYNCH, 2016). Por outro lado, outros trabalhos veem o Supremo Tribunal Federal e o Judiciário como um espaço de garantia do exercício de cidadania (RIBEIRO, 2009). O que notamos, através do presente estudo referente aos anos 1920, é que, não obstante o Supremo Tribunal Federal tenha oferecido um espaço para a defesa dos direitos, a concessão do remédio jurídico do *HC* não era tão certa. O Tribunal apresentou posturas diversas para atender ou não aquele pedido durante os anos 1920.

Notamos que o Supremo Tribunal Federal reconhecia os pedidos de *HC*, mas sua concessão não era presente na maioria dos casos. Pode-se dizer que, na maioria dos casos, os ministros do Supremo optavam por reconhecer do pedido, mas não conceder a ordem, concordando com o parecer fornecido pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Guerra. Logo, diante de conflitos gerados pela crise oligárquica, especificamente pelos levantes tenentistas, a Justiça optou por não se indispor com as medidas tomadas pelo Poder Executivo durante o estado de sítio. O Supremo Tribunal Federal exerceu sua função de guardião da Constituição na medida em que ofereceu o espaço para a demanda do remédio jurídico do *HC* e reconheceu os pedidos. Porém, a efetiva proteção dos direitos do cidadão através desse remédio não foi verificada.

Seja antes ou depois da reforma constitucional, a postura do Supremo Tribunal Federal diante do julgamento de presos políticos por abusos do Poder Executivo durante o estado de sítio era a de seguir as orientações indicadas pelos Ministério da Justiça, notamos, por outro lado, que após a reforma os pedidos de *habeas corpus* permaneceram na ordem do dia do Tribunal, ainda que a partir de então protegessem apenas o direito de locomoção.

Podemos concluir que, em 1889, uma nova República foi instaurada e, por meio da Carta de 1891, suas bases foram estabelecidas. Mas em 1926, os sinais de esgotamento da mesma se refletiram também na reforma constitucional daquele ano, que acabou por frear toda a ampliação e independência proposta ao Poder Judiciário no início daquele regime. Esse Poder enfrentou diversos desafios para se estabelecer em meio aquele período. Na última década republicana, 1920, o Supremo Tribunal Federal foi ocupado por pedidos de *habeas corpus* para a proteção dos mais diversos direitos; no entanto, diante de um período permeado por estados de sítio, o Tribunal optou por não conceder o remédio jurídico àqueles detidos por motivo de ordem pública e apenas algumas vezes o concedeu para a proteção de outros direitos que não o de locomoção.

Capítulo 3

REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Das diversas interpretações acerca do movimento militar, ocorrido nas primeiras décadas republicanas (1922-1930), Virgínio Santa Rosa foi o primeiro a tentar explicá-lo, a partir de sua obra *O sentido do tenentismo*. Com primeira edição em 1933 e posterior reedição com o título *O que foi o Tenentismo?*, pelo ISEB, nos textos “Cadernos do Povo Brasileiro” em 1963, sua interpretação atribui às insurreições militares, da década de 20, um choque havido entre a pequena burguesia e a burguesia nacional (SANTA ROSA, 1963).

Após definir a burguesia nacional como categoria que agregava industriais, comerciantes e fazendeiros de café,²⁸ Santa Rosa faz uma enumeração dos setores componentes do que denominava “pequena burguesia” ou “classes médias”, com base em critérios de seu padrão de vida, que julga semelhantes. A formação dessa classe consistiria no campesinato, segundo ele, caracterizado por uma “plebe inconsciente”; no proletariado urbano, ainda, segundo Santa Rosa, com “insuficiente consciência política”; e, por outros, que se constituíam como a “parte mais esclarecida”: os funcionários da administração pública e particular, o empregado do comércio e os militares (FARIAS, 2008, p. 89).

Inicialmente é preciso esclarecer que o entendimento de que os camponeses são desprovidos de consciência política, um grupo de “párias quase inconscientes” dos campos, manipulados pelas oligarquias, sendo, portanto, excluídos de qualquer possibilidade de ação contra as poderosas forças oligárquicas (SANTA ROSA, 1963, p. 27) é inapropriado, observando-se que a segunda edição de sua obra data de 1963 e nenhuma revisão houve nesse sentido. A interpretação de Santa Rosa e dos autores que o acompanham perde o sentido se considerarmos que, desde meados da década de 1940, o campesinato já estava organizado em quase a totalidade das unidades

federativas do país em Ligas Camponesas, reivindicando melhores condições de vida no campo e reforma agrária, já havendo, inclusive, na década de 1960, reuniões para a realização de Congressos em todo o país. Em relação ao operariado urbano, a atribuição de “insuficiente consciência política” expõe o desconhecimento, desde sua primeira edição, em 1933, quanto ao protagonismo desses trabalhadores nas lutas sindicais em toda a Primeira República, especialmente nas greves históricas de 1917 e 1919 (DIAS, 1977), embora a classe operária organizada tivesse sofrido grande repressão à época e não chegasse, por isso, a constituir-se como uma ameaça para os governantes da mesma relevância de um grupo militar armado. O temor dos governantes, desse inimigo bem treinado e fortemente armado, que a qualquer momento poderia conseguir uma adesão maciça, como viria a ocorrer futuramente na Revolução de 1930, exigia providências enérgicas. E a primeira delas foi o encerramento do governo de Epitácio Pessoa sob o estado de sítio.²⁹

O perigo não era mais o operário organizando numa greve ou colocando uma bomba, mas uma conspiração contra o governo constituído, por grupos que alcançavam os altos escalões militares, e que eram capazes de empregar armamento pesado, contando com a simpatia – por vezes ativa – de elites urbanas. O governo Bernardes, iniciado em novembro, funcionou com a cidade em estado de sítio, e o governo atemorizado (BRETAS, 1997, p. 30).

Dessa forma, embora causassem preocupação ao governo, a organização incipiente dos operários submetidos à intensa repressão policial, perseguições e deportações, impedia que estivessem em condições de concorrer para a destituição de um governo, como era o caso dos militares revoltosos.

[...] Na imprensa operária, e mesmo na grande imprensa do período, é possível encontrar referências frequentes ao policiamento de organizações de trabalhadores e à repressão violenta de greves. Poucos dias após os distúrbios contra os bondes ocorridos em janeiro de 1909, o jornal *O Operário* noticiava a expulsão de um agente secreto da polícia do Partido Operário Socialista. Seis meses depois, *A Voz do Trabalhador* comentava a impossibilidade de realizar um meeting da Confederação Operária Brasileira devido à perseguição policial. No outro lado do espectro da imprensa carioca, o *Jornal do Commercio* noticiava como os administradores da Fábrica de Tecidos Confiança, ameaçados com uma greve caso não demitissessem um fiscal, chamaram a polícia e obtiveram uma força de 28 praças da Polícia Militar com carabinas para – como dizia o jornal – poder agir sem se sentir ameaçados (BRETAS, 1997, p. 27).

Além dessas considerações, existem questões conceituais a serem revisitadas. Para o autor, o grau reduzido da situação financeira desses grupos não permitia tornar

29 Na década de 70, alguns autores trazem esse debate acerca da atuação do operariado na Primeira República, como, por exemplo, Boris Fausto em *Trabalho urbano e conflito industrial (1890-1920)*.

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

profundos “sulcos” passíveis de alguma distinção entre eles, razão pela qual, ainda segundo Santa Rosa, “todos esses elementos se agruparam numa única classe” (SANTA ROSA, 1963, p. 27).

Uma primeira apreciação acerca dessa assertiva nos leva a constatar que a definição da classe operária não é determinada pelo salário, sendo este “uma forma jurídica de repartição do produto”, por meio de um “contrato”, onde há a compra e a venda da força de trabalho, podendo ou não resultar na produção de mais-valia/mercadorias (POULANTZAS, 1977, p. 11-13). Esse esclarecimento é importante no que se refere às delimitações conceituais das classes sociais, que dependem das relações de produção e nos levam, precisamente, à divisão social e à superestrutura político-ideológica, uma vez que a divisão do trabalho está dominada pela divisão social. Obviamente que isso não impediria que a classe operária fizesse alianças com outras classes populares, mas não resultaria em sua dissolução numa massa indistinta, em primeiro lugar por ser uma das classes antagônicas à classe dominante que domina os meios de produção, nesse período, e, depois, porque cada classe possui interesses específicos e, portanto, contraditórios (Ibidem).

Tal concepção implica num reducionismo acerca da formalização de uma oposição entre as classes médias e as oligarquias, ou, no dizer de Santa Rosa, entre a pequena burguesia e a burguesia nacional, já que o leva a desconsiderar fatores importantes em sua conceituação.

Contudo, o equívoco conceitual que coincide com a imprecisão da qual tratamos é a interpretação de que, com as transformações sociais, em uma sociedade onde coexistem várias formas e modos de produção, teria havido a fusão de diferentes classes em uma só. Sendo assim, ainda que as demais categorias profissionais, com as quais Santa Rosa formula sua noção de classe média, não façam parte do antagonismo que move as lutas de classe mencionadas mais acima, tal explicação pressupõe o equivalente a uma “vasta classe intermediária que englobaria todas as classes sociais”, o que corresponde a uma ordenação equivocada, especialmente se tentamos agregar operários ao campesinato, e, ainda mais, ao funcionalismo público, pois estes últimos, quando muito, seriam frações de classe adscritas a uma classe de seu interesse eventual (POULANTZAS, 1977, p. 16).

Tal é o caso, por exemplo, da “burocracia” administrativa, de que fazem parte grupos de funcionários do Estado. Tal é igualmente o caso do grupo que se designa comumente com o termo “intelectuais”, e que tem como papel social principal o funcionamento da ideologia. Mas temos que repetir aqui a observação precedente. As categorias sociais têm, elas mesmas, uma adscrição de classe: estas categorias não são grupos “à margem” ou “fora” das classes, como tampouco são, como tal, classes sociais (POULANTZAS, 1977, p. 16).

São categorias sociais que não possuem uma adscrição de classe única, por se constituírem como frações de classe, estando seus membros ligados, em geral, a classes sociais diversas. Nesse sentido, o “alto” pessoal da burocracia administrativa, por exemplo, pertenceria, possivelmente, por seu modo de vida, por seu papel político etc., à burguesia, atuando em condescendente defesa desta; já os membros intermediários e a base da burocracia estariam adscritos, de um modo em geral, à pequena burguesia. Assim, também é exposto por Poulantzas o caso dos “intelectuais”, cujos membros podem também aceder tanto à burguesia, como à pequena burguesia, pois seriam frações de classe, com certa autonomia para tal. “Estas categorias sociais têm, pois uma adscrição de classe eventual e não constituem, em si mesmas, classes; não desempenham um papel próprio e específico na produção”, embora numerosos sociólogos e cientistas políticos considerem estas categorias como classes (POULANTZAS, 1977).

É que as categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos de Estado e com a ideologia, podem apresentar a miúdo uma unidade própria, em que pese pertencerem a classes diversas. E, além do mais, podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito às classes a que seus membros pertencem. Assim, quanto à burocracia administrativa, por causa da hierarquia interna, por delegação de autoridade, que caracteriza os aparatos do Estado, do status particular atribuído aos “funcionários”, da ideologia interna própria que circula mesmo nos aparatos do Estado (o “Estado neutro” e “árbitro” acima das classes, a “serviço da nação” e do “interesse geral”, etc.), a burocracia pode apresentar, em conjunturas determinadas, uma unidade própria que solda, de certa forma, uns aos outros seus membros burgueses e pequeno-burgueses. A burocracia pode assim, em seu conjunto, servir a interesses diferentes dos interesses das classes a que seus membros pertencem,³⁰ segundo as relações de poder de Estado. Por exemplo, na Inglaterra – MARX havia frisado isso – os “cumes” da burocracia pertenciam à aristocracia, enquanto o conjunto da burocracia servia aos interesses da burguesia (POULANTZAS, 1977, p. 26).

Dentre outros fatores não avaliados pelo autor,³¹ podemos citar o distanciamento na participação política, entre camponeses e operários, havendo, em 1920, uma taxa de analfabetismo em torno de 71,2%³² (FERRARO & KREIDLOW, 2004, p. 179-200), e as condições materiais de sobrevivência e moradia do campesinato, submetido à interiorização, vivendo em condições precaríssimas, com distâncias geográfico-culturais significativas que impediam qualquer possibilidade de organização que resultasse

32 Evolução do número de analfabetos no Brasil — 1872, 1890, 1920. População na faixa etária 5 anos ou mais: 1872 - 8.854.774, número de analfabetos: 7.290.293 = 82,3%; 1890 - População na faixa etária 5 anos ou mais: 12.212.125, número de analfabetos: 10.091.566 82 = 6%; População na faixa etária 5 anos ou mais: 1920 - 26.042.442; número de analfabetos: 18.549.085 - 71,2%.

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

numa aliança operários-camponeses, pensada por Lenin (POULANTZAS, 1977), se considerarmos qualquer tipo de alianças entre as classes populares.

Em relação aos militares, incluídos na categoria do funcionalismo público, Santa Rosa segue afirmando que o movimento rebelde só pôde evoluir para a crise revolucionária de 1930, devido a uma cisão entre as oligarquias – o que de fato ocorreu – em virtude de as classes médias, pretendendo sua inserção na política nacional, terem encontrado expressão política no movimento militar denominado Tenentismo, interpretação que encontrou acolhida em vários autores que as reproduziram por décadas através da publicação de uma série de obras (FAUSTO, 1997, p. 74).

Uma delas é *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*, de Guerreiro Ramos. O entendimento conceitual acerca das classes sociais apresentado por esse autor é isento dos equívocos observados em Santa Rosa, exceto pela inclusão dos militares como categoria profissional de classe média, questão que será abordada mais adiante. Todavia, Ramos considera a publicação do Manifesto Republicano, seguido pela criação da Sociedade Positivista em 05/10/1878, como eventos que, segundo ele, “constituem outro momento saliente da evolução política da pequena burguesia” no que diz respeito a tentativas de ascensão. Ramos segue com a assertiva de que círculos pequeno-burgueses conseguiram sua primeira ascensão ao poder nos governos militares com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, mas não termina aqui. Para o autor, a política financeira de Ruy Barbosa; a Campanha Civilista de 1910; a eleição de Hermes da Fonseca; os levantes militares de 1922 e 1924, a que o autor se refere como quarteladas; a Coluna Prestes e a própria Revolução de 1930, todos são uma sequência movimentos da pequena burguesia ao longo de décadas. Ou seja, para Guerreiro Ramos, todos esses eventos, desde a propaganda republicana, incidem em tentativas dos setores médios urbanos de ascensão ao poder político nacional, uma análise que não considera os diferentes tempos históricos, suas demandas próprias, o contexto nos quais surgiram (RAMOS, 1961, p. 24-8).

José Num (NUM, 1967 apud FAUSTO, 1997, p. 75-76) vai mais longe: amplia a visão de que as Forças Armadas representam as classes médias, impedidas de se constituir numa classe hegemônica, atuam como um “estrato protetor” para todas as camadas médias da América Latina, ignorando que o problema remete à análise dos determinantes objetivos e subjetivos da luta de classes em cada formação social (POULANTZAS, 1977).

A formulação de que as camadas médias urbanas encontravam representação nos movimentos militares da década de 20, ressurgiu com Nelson Werneck Sodré no prefácio escrito por ele para a edição do livro de Virgínio Santa Rosa, de 1963-76, e reaparece em seu livro: *O Tenentismo*, publicado em 1985, no qual afirma que se pode considerar o movimento militar “um episódio da revolução burguesa no Brasil, com alastramento das relações capitalistas ao campo e seu aprofundamento nas áreas

urbanas”, devido à industrialização, “e que mostra com meridiana clareza, as classes sociais que definem o novo modo de produção, burguesia e proletariado.” Afirma que não era esse o móvel na fase inicial do tenentismo, pois, ainda segundo Sodré, inicialmente os objetivos do tenentismo eram modestos, resumindo-se a uma “purificação do Regime Republicano” em “republicanizar a República”, havendo um distanciamento dos tenentes da política, que desaparece quando ocorre o desenvolvimento do tenentismo, quando surge uma nova fase, a “fase política”, a partir de 1930 (SODRÉ, 1985, p. 8, 36-37).

Mais recentemente, em *A História Militar*, obra publicada em 2010, Sodré afirma que a organização feita por Campos Sales da política dos governadores havia retirado o poder da pequena burguesia, que, desde os fins do século 19, era “encabeçada pelos militares”, quando concorreram para mudança do regime, retomando a ideia de que desde essa época eles representavam as classes médias urbanas. Werneck Sodré também afirma que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, ignorando que a maior parte dele era composta por imigrantes anarco-sindicalistas, em sua maioria vindos de outras lutas no continente europeu. Referia-se a eles como “proletariado ainda inexpressivo que mal experimentara sua força em meia dúzia de greves logo dissolvidas pela polícia a pata de cavalo”. Mesmo após essa afirmação, inclui o proletariado na pequena burguesia ou classe média e afirma que esta exerceu uma função de vanguarda, que se iniciou em fins do século 19 e persistiu até depois da Revolução de 30. Dessa forma, atrela os movimentos militares, desde a Proclamação da República (e provavelmente da Questão Militar, pois demarca o início da atuação dos militares na política, apontada pelo autor, em fins do século 19) à pequena burguesia, inserindo as intervenções militares na República na mesma conceituação de cunho classista envolvendo dos autores que o antecederam (SODRÉ, 2010, p. 265-267).

Estrutura-se assim uma linha de interpretação “classista” sobre o movimento tenentista e sobre a atuação dos militares na Primeira República. Esta concepção encontra campo próprio nos anos 50, sobretudo entre os seguidores de uma teoria marxista mais economicista e determinista. Até meados dos anos 60, pode-se dizer que é esta interpretação que domina os textos sobre militares, quer sejam mais ou menos acadêmicos (GOMES & FERREIRA, 1989, p. 258).

Um texto valioso de reformulação às teses predominantes das décadas de 50/60 é o artigo de Boris Fausto, *A Revolução de 30*, publicado, em 1968, na coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota, *Brasil em perspectiva*. Em 1970, Fausto amplia o debate no livro *A Revolução de 30: história e historiografia*, por meio de apurada análise historiográfica, na qual aprofunda as críticas às interpretações acerca da existência de um dualismo entre as oligarquias agrárias e setores urbano-industriais. Isso porque surgiram, paralelamente, dois modelos de interpretação da crise da República Velha, ambos apresentando uma concepção dualista das disputas políticas desse período.

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

O primeiro modelo, como já vimos, compreendia a Revolução de 30 e o movimento militar que a antecedeu como um embate entre a classe média urbana em busca de sua ascensão, que encontra sua expressão política no tenentismo. Segundo Fausto, esta seria uma interpretação ligada principalmente ao marxismo, mas não restrita a este, que vislumbrou nas revoluções francesa e russa o triunfo e o protagonismo da burguesia e do proletariado nessas revoluções, associando a vitória da burguesia a um corte revolucionário, seguida do ascenso, ao poder, da classe operária, também por meio da revolução (FAUSTO, 1983, p. 16-17).

Tal vinculação reduz os movimentos militares, em alguns casos, desde a Proclamação da República, a uma expressão de classe, ignorando o pertencimento destes a uma instituição militar que promove a ressocialização daqueles que a compõe, a partir de valores diferenciados, modificando, assim, alguns elementos de sua percepção da sociedade (FAUSTO, 1983, p. 15).

O segundo modelo acomoda o fato histórico também a uma visão classista, transplantada para o contexto brasileiro, uma historiografia na qual há o pressuposto de que estaria ocorrendo no país uma luta de classes entre dois setores básicos: “o pré-capitalista, enraizado no campo, onde predominavam relações de produção de tipo feudal e semifeudal e o capitalista urbano, que teria dado origem à formação da burguesia industrial dos grandes centros” (FAUSTO, 1983, p. 11), moldando, assim, a história do Brasil a possíveis fases históricas da experiência europeia ocidental, “uma leitura da história do Brasil presa à sequência escravismo-feudalismo-capitalismo-socialismo”, em harmonia com o que se supunha serem as etapas históricas vividas pela Europa ocidental (FAUSTO, 1983, p. 11).

De onde viria a tendência, em nosso meio, de se vincular episódios revolucionários ao ascenso de uma classe, seja ela a burguesia industrial ou a classe média? Penso que ela deriva de uma leitura simplista da história do Ocidente europeu, transplantada para o contexto brasileiro. Refiro-me a uma historiografia vinculada principalmente ao marxismo, mas não restrita a este, que vislumbrou nas revoluções francesa e russa o triunfo, respectivamente, da burguesia e do proletariado, tidos como protagonistas dessas revoluções. [...] A interpretação simplista, mas na época prestigiosa, das revoluções contemporâneas tendeu a ser transportada para o caso brasileiro, daí nascendo a tentativa de enquadrar o episódio revolucionário de 1930 no modelo da revolução burguesa, conduzida pela burguesia industrial ou pela classe média, às vezes confundidas em um mesmo segmento social (FAUSTO, 1983, p. 16-17).

Além deste, outro trabalho importante de crítica às teses dominantes nos anos 50 e 60 é o artigo de Maria do Carmo Campelo de Sousa, também publicado em *Brasil em perspectiva*. A autora se dispõe a uma revisão das teses clássicas, tendo como eixo principal o exame do processo político-partidário da Primeira República. Ela dirige seu argumento no

sentido de evidenciar que as concepções que interpretam os conflitos desse período como fruto de um antagonismo entre o setor agrário exportador e setores urbano-industriais, tendo como resultado a Revolução de 1930, não condizem com a realidade política brasileira. Segundo Campelo de Sousa, não houve esse embate, pois o desenvolvimento industrial não criou um antagonismo com o antigo setor agrário-exportador, havendo, sim, o oposto disso, uma complementaridade de interesses entre as duas esferas econômicas, corroborando assertiva de Fausto acerca da “inexistência de contradições antagônicas entre setor capitalista exportador e de mercado interno” (SOUSA, 1972; FAUSTO, 1983, p. 9).

Fausto segue sua argumentação redimensionando a composição das classes médias urbanas, excluindo destas as Forças Armadas como grupo representativo das mesmas, ao afirmar que “reduzir movimentos militares a uma expressão de classe constitui uma tendência empobrecedora que acaba resultando em equívoco interpretativo” (FAUSTO, 1983, p. 15). Para além dessa conclusão, propõe-se ressignificar a Revolução de 1930 como um movimento político marcado pela decorrência de conflitos intraoligárquicos, os quais resultariam na investida de oligarquias dissidentes, fortalecidas por movimentos militares, a fim de que enfrentassem a hegemonia da burguesia cafeeira, que se apossara do Estado. Completando esse raciocínio, em 1972, em *Pequenos ensaios de história da República*³³ (FAUSTO, 1972, p. 45), deduzirá que as disputas políticas entre os diferentes grupos regionais, no interior da classe dominante, passaram a auferir mais importância do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial), além de explicitar o papel da oligarquia cafeeira, afirmando que sua capacidade de articulação permitiu que esta se favorecesse do Estado, forjando instituições e expedientes estatais, transformando-os em instrumentos que atendessem aos seus interesses (FAUSTO, 1972).

Em 1970, Boris Fausto passou a coordenar os trabalhos da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, em substituição a Sérgio Buarque de Holanda, que, já aposentado, viajava por diversos países europeus³⁴ realizando pesquisas (SANCHES, 2011). Entre os anos de 1975 e 1977, dois volumes da coleção dedicados à Primeira República foram publicados: *Estrutura de Poder e Economia e Sociedade e Instituições* (CARVALHO, 1997, p. 184-234), ambos trazendo contribuições de autores de diversos nortes teórico-metodológicos, proporcionando aos leitores uma visão panorâmica da produção historiográfica do período. Dentre os artigos publicados, um, em especial, o artigo de José Murilo de Carvalho chamado *Forças Armadas na*

33 Outros trabalhos citados que criticam a tese de que os militares representavam os interesses políticos das classes médias urbanas são: Maria do Carmo Campelo de Sousa (1968) e Décio Saes (1975).

34 “Em 1973, foi à Europa, visitando a Itália, a Grécia, a Turquia, a Hungria, a Áustria, parte da Alemanha, a Holanda, a Inglaterra e a França. Em 1974, a convite do governo venezuelano, foi a Caracas para a instalação da Biblioteca Ayacucho. No mesmo ano, participou da reunião de escritores latino-americanos em Caracas, Venezuela. Em 1976, foi à Europa, visitando a Itália, a Tcheco Eslováquia, Berlim e Paris, ali pesquisando e trazendo material do Quai d’Orsay.”

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

Primeira República: o poder desestabilizador, nos chama à atenção. Convidado por Boris Fausto para escrever um artigo sobre a participação dos militares na Primeira República, divulgado inicialmente em 1974 em revista acadêmica e só em 1977 publicado no segundo volume, do tomo III, da HGCB (CARVALHO, 2005, p. 8), José Murilo de Carvalho indicou que os estudos acerca do papel ocupado pelos militares, na política brasileira, fossem aprofundados, a fim de que se obtivesse uma análise mais próxima possível de suas motivações. Para tanto, os pesquisadores haveriam que se debruçar sobre os “aspectos internos da corporação”, até o momento estudados de modo insuficiente, levando a interpretações que consideram as forças armadas como simples representantes de determinados grupos sociais. Após a marcação desse ponto de partida para análise da questão interpretativa que será apresentada, o autor recomenda a observação da análise sociológica do que Goffman conceitua como “instituições totais”, entre as quais acredita que as Forças Armadas estariam inseridas.

Esse conceito foi empregado primeiramente em 1957 pelo sociólogo canadense, Erving Goffman, para denominar “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.”. Nessa condição, têm que vivenciar as mesmas atividades tarefas diárias e obrigatórias num mesmo local, sempre desempenhadas em um grupo, cujos componentes recebem um tratamento uniforme, sob as ordens de uma única autoridade, auxiliada por um grupo de funcionários, que atua por meio de um sistema de regras formais explícitas. Essas atividades obedecem a horários rigorosamente pré-estabelecidos para cada uma de suas etapas, que, por sua vez, são sequenciadas e reunidas num plano racional único, “supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição” (GOFFMAN apud CASTRO, 1974, p. 11-18).

Segundo José Murilo de Carvalho, com o envolvimento da corporação “em todos os aspectos da vida de seus membros”, estes desenvolvem “uma identidade mais marcada”, aumentando, assim, “seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior”, fator que exige “de seus membros uma radical transformação de personalidade”, criando distinções que vão desde seu modo de pensar e agir até a própria diferença na denominação utilizada entre “militar” versus “paisano” (CARVALHO, 1997, p. 183).

Ainda de acordo com Carvalho, a falta de conhecimento acerca de aspectos organizacionais levou a abordagens mais abrangentes, conferindo determinados papéis políticos às forças armadas, que carecem de mais atenção quanto à importância da complexidade das “organizações militares” (CARVALHO, 1997).

Concordo que o descaso pelos aspectos internos da corporação ou aos aspectos organizacionais (CARVALHO, 1997) é absolutamente prejudicial a uma análise que se pretenda fidedigna, em primeiro lugar, obviamente, porque não podemos falar daquilo que não conhecemos, mas, principalmente, devido às especificidades existentes nas

corporações formadoras das Forças Armadas. Todavia, não percebo o Exército brasileiro como uma “instituição total”, mas, sobre isso, voltaremos mais adiante.

Todos os temas trabalhados pelo autor, como: a formação do Exército desde os primórdios, o recrutamento e a Lei do sorteio militar; a formação e treinamento dos oficiais; o que foram os Jovens Turcos e a Missão Militar Francesa; aspectos estruturais da organização militar, tais como: o quantitativo de efetivos e instalações das Forças Armadas e a sua respectiva localização geográfica; a estrutura do corpo de oficiais e as promoções; as ideologias de intervenção que povoaram a caserna, tais como a do soldado-cidadão ou intervenção reformista, soldado-profissional e não intervenção, soldado-corporação ou intervenção moderadora, são extremamente importantes. Além disso, o autor faz um estudo comparativo entre Império e República, passando pela Proclamação da República, pelo Hermismo, Tenentismo, só para citar algumas intervenções até os anos 30, ligadas à Marinha e ao Exército (CARVALHO, 2005). Seu trabalho de pesquisa é um ponto de corte, sem dúvida, na produção da História Militar, em um momento em que esta era objeto de estudo e pesquisa, em maior escala, da Sociologia e até da Antropologia e menos da História. Carvalho aponta para o fenômeno de, que “organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas” (CARVALHO, 1997, p. 183). Em outras palavras, lança o questionamento acerca de uma tendência interpretativa que pairava, de modo predominante, nos estudos sobre a Primeira República, vinculando as intervenções protagonizadas pelas Forças Armadas a classes sociais e aponta um novo caminho aos historiadores quanto à percepção das peculiaridades das corporações militares. Sobre o autor, Boris Fausto comenta:

Ao discutir essa suposta vinculação, parti do pressuposto de que reduzir movimentos militares a uma expressão de classe constitui uma tendência empobrecedora que acaba resultando em equívoco interpretativo. Em poucas palavras, é preciso lembrar, em primeiro lugar, que “os tenentes são tenentes”, ou seja, membros de uma instituição que, por sua natureza, (re) socializa seus membros, inculcando-lhes valores específicos, filtrando ao mesmo tempo sua percepção da sociedade. Na época, minha argumentação tinha uma base empírica limitada. Com o correr dos anos, alguns autores aprofundaram o estudo das Forças Armadas e do tenentismo, destacando-se, dentre eles, José Murilo de Carvalho. Esse autor demonstrou que a insatisfação dos “tenentes” em face do sistema oligárquico tinha a ver não só com a posição secundária atribuída ao Exército, não só com os valores unitários e centralizadores que se chocavam com o modelo político vigente, como também com as características institucionais do Exército (FAUSTO, 1972, p. 15-16).

De fato, sua contribuição vai além da demonstração da impossibilidade de se reduzir uma instituição como o Exército às classes médias, sendo extensiva a uma

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

imersão no universo militar, que aos poucos inaugura, nas pesquisas, a busca de um desvendamento tanto das estruturas materiais da corporação, quanto das disputas desta no meio político, e, principalmente, das construções culturais desse grupo, sustentáculo e alimento de seus valores.

Não obstante o reconhecimento de que cada passo interpretativo tem sua carga de importância histórica, permitindo a abertura de novos caminhos, desvio-me da concepção de Carvalho de que as Forças Armadas brasileiras estejam inseridas num contexto de “instituição total”, conforme conceituação desenvolvida por Goffman, e o faço, inicialmente, com base trabalho antropológico realizado por Celso Castro.

Sua percepção sobre o tipo de socialização que ocorre na caserna se deu no percurso de sua pesquisa para dissertação de mestrado, intitulada *O Espírito Militar*, publicada em 1990, fruto de pesquisa antropológica realizada entre 1987 e 1988, junto à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Cientista social, antropólogo e estudioso da História Militar, além desse trabalho o autor dedicou várias obras ao estudo dos militares, como, por exemplo, *Os militares e República* (ZAHAR, 1995), obra em que revisita os bastidores da Proclamação da República e os primórdios da atuação militar nesse momento histórico; *A Invenção do Exército Brasileiro* (ZAHAR, 2002), obra na qual se dedica à análise dos ritos e tradições institucionais construídos pelas Forças Armadas, bem como de sua influência na construção de uma identidade militar; e, mais recentemente, *Exército e Nação* (FGV, 2012), obra que concentra vários de seus estudos sobre a história do Exército brasileiro, desde a instauração da República no Brasil até os dias atuais, bem como sua tentativa de se fazer presente nos destinos da nação. Traz informações sobre a criação do serviço militar obrigatório no Brasil, sobre 1964, a defesa da Amazônia, entre outros temas.

Em *O Espírito Militar* (1990), Castro afirma que a diferenciação na construção identitária do militar estabelece um limite entre “mundo civil” e o “mundo militar”. Para ele, a noção de pertencimento a um “mundo militar”, advinda da experiência de socialização do indivíduo na caserna, alcança um nível tão intenso, que a ideia de viverem em mundos diferentes passa a fazer parte de um sistema de crenças dos militares. A construção dessa identidade, ressalva Castro, ocorre “num contexto histórico e cultural mais amplo, que está sempre em mutação”, e, portanto, sujeito a alterações ao longo do tempo (GASTALDO, 2017).

Em relação à conceituação de “instituição total”, apresentada por Carvalho e criada por Goffman, Castro discorda dessa classificação e afirma que “a socialização militar ocorre em estabelecimentos relativamente autônomos, em relação à sociedade abrangente”, ou seja, o autor reconhece a “força do processo de construção de *fronteiras simbólicas* que está na base da identidade militar”. Entretanto, para ele, embora haja “uma separação, de fato, em termos de interação social, essa autonomia é *relativa*”. Ou seja, concorda com José

Murilo de Carvalho quanto à existência de um processo que leva à “percepção de qualidades claramente distintivas entre ‘militares’ e ‘civis’ (ou ‘paisanos’), entre o ‘aqui dentro’ (o ‘meio’ ou ‘mundo militar’) e o ‘lá fora’ (o ‘meio’ ou ‘mundo civil’)”. Chega a citar, ainda, o artigo 13, (atualmente 14),³⁵ §3º do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), referente “à disciplina e ao respeito à hierarquia”, em cuja redação determina que devem ser respeitadas “em todas as circunstâncias da vida, entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados”, reportando-se para além do horário de trabalho e para além do serviço ativo (CASTRO, 2013). Todavia, Castro discorda³⁶ do uso do conceito de “instituição total” quando afirma, com base em sua pesquisa, que inexistente uma divisão rígida “entre ‘equipe dirigente’ e ‘internos’ (*inmates*)” e que, apesar da distância hierárquica ser bem delimitada entre oficiais e praças, existem fortes mecanismos de mobilidade social baseadas no mérito entre o corpo de oficiais, que são o efetivo permanente, havendo diferenças apenas de grau e não de condição, haja vista o fato dos comandantes e instrutores dos cadetes da Academia já terem sido cadetes um dia. Tal premissa, segundo Castro, estimula o convívio informal e as relações amistosas entre ambos, mesmo que o respeito e a precedência hierárquica não devam ser nunca ser olvidados. Quanto aos oficiais, ainda segundo Castro, cabe a eles agirem como um modelo para o futuro, como um exemplo a ser seguido pelos cadetes, quando se tornarem oficiais (CASTRO, 2004). O autor finaliza afirmando que “nessa perspectiva, se perde mais do que se ganha” ao classificar como “total” a instituição militar, em particular as academias militares, pois “as divergências com o modelo de Goffman são grandes, apesar de várias semelhanças formais” (CASTRO, 2013).

É inegável, no entanto, que as instituições militares são lugares de memória (POLLAK, 1989, p. 3-15). Desde sua arquitetura, os monumentos existentes em seu espaço físico, passando pela instrução, com situações eivadas de valores que pretendem um aprofundamento da memória cultivada cotidianamente na caserna, até o treinamento dado ao militar, para diferenciá-lo do mundo de fora (CASTRO & LEIRNER, 2009, p. 81), tudo isso está presente na memorialística militar. Esse tipo de socialização diferencia o membro desta corporação dos civis, em primeiro lugar porque todo o processo de criação de identidade parte de uma contraposição ao “outro”, e, neste caso específico, torna-se necessário o desenvolvimento de peculiaridades em sua forma de pensar o mundo, para que a obediência incondicional e a hierarquia sejam sempre respeitadas. A assimilação de elementos constitutivos de uma identidade

35 Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares.

36 Castro afirma que Goffman inclui quartéis (p. 17, 21) e academias militares como exemplos de instituições totais (p. 24-25 e 55), embora utilize como referências básicas, para a construção de seu tipo ideal, as prisões e os manicômios.

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

militar ocorre a partir da exaltação de valores que passam a ser basilares para suas condutas militares, enquanto para os civis não são considerados relevantes. Nesse sentido, a identidade profissional vem unida a um código de valores (GEERTZ, 1978, p. 144-145) que os militares absorvem, compartilham e representam, um pensamento militar que os diferencia do pensamento civil, criando, com certa constância, disputas e rivalidades históricas.

A construção de uma identidade profissional a partir da diferença, da ideia de oposição aos demais, embora seja comum ao estabelecimento de fronteiras simbólicas na afirmação de quaisquer identidades, no caso específico do Exército, foi geradora de uma rivalidade histórica, entre estes e os civis, para os quais, muitas vezes, essa visão de mundo não é considerada (CASTRO, 2013).

Para tanto, o elemento capaz de amalgamar grupos de universos diferenciados é a história institucional, componente que edifica a memória institucional. Essa memória tem um repertório farto de narrativas emocionantes acerca de combates e, no caso do Exército, principalmente, da vida de homens cujas ações heroicas são exemplos a serem seguidos. Tudo isso é alimentado por uma série de rituais, celebrações e comemorações cívicas, contendo elementos religiosos, fúnebres ou familiares, que estão sempre presentes, num processo de construção e reconstrução de mitos de fundação e refundação, ao longo da história da instituição, com vistas a criar/reforçar o espírito de corpo; há, ainda, símbolos como hinos, bandeiras, que ao mesmo tempo se constituem em instrumentos de culto e objetos de reverência dentro da caserna (CATROGA, 2005).

A importância da memória institucional, construída por lembranças, esquecimentos e versões mais convenientes dos fatos, deve-se ao fato de ser ela um instrumento capaz de manter acesa uma sequência de fatos históricos, com ações que contêm valores cultivados pela instituição, que emprestam legitimidade às ações de seus membros no presente, de modo que o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior (CASTRO, 2002, p. 11). Isso ocorre por ser perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou por meio da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte que podemos falar numa memória quase “herdada”. Uma memória que reflete, no presente, de modo tão incisivo e definitivo o passado, que é capaz de criar identidades, independente dessas experiências terem sido vivenciadas em um tempo cronológico, haja vista o fato de uma memória poder “ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (POLLAK, 1992, p. 200-212).

A construção da memória institucional se dá a partir da repetição de fatos históricos envolvendo ações militares, que a priori precisam ser exemplares, tais como o patriotismo, o brio, a dignidade e a honra, valores caros aos militares. Essas ações exemplares só serão úteis se cobertas por uma auréola de heroicidade, porque

pretendem a criação de mitos. Podemos comparar os poderes dos mitos, estes seres hipotéticos, à coragem e à bravura do militar, atributos que lhes permitem feitos tão admiráveis. Possíveis medos, hesitações e desespero são sentimentos humanos e, portanto, esquecidos. Serão lembrados, apenas, os feitos como os de Caxias, Osório, Mallet, Sampaio, Deodoro e Floriano; todos combatentes de uma Guerra, que ceifou tantas vidas, na qual, esses personagens, elevados a uma categoria não-humana, a tudo suportaram sem vacilar, a maioria do início ao fim da Guerra, como Deodoro, que participou desde a primeira etapa, que marcou a fase mais dura da Guerra: o combate do Tuiuti. Osório também participou dela, na Cavalaria, assim como Mallet, no comando da Artilharia, e, sem poder ser igualado a estes, o próprio Sampaio, hoje patrono da Infantaria do Exército, que de lá não retornou, pois foi encurralado entre cavaleiros paraguaios e centenas de guaranis e morreu por permanecer em combate. Ali, foi atingido “a primeira, a segunda e a terceira vez”, sem abandonar seu comando, até receber ordens de Osório para ser substituído e levado ao hospital, de onde não retornaria. A Batalha do Tuiuti durou cinco horas. Nela tomaram parte alguns milhares de homens das três armas – Artilharia, Cavalaria e Infantaria, que, assim como os paraguaios, tiveram milhares de mortos e algumas centenas de feridos e prisioneiros, incluindo-se os oficiais mortos, como Sampaio, e feridos, como Osório. Pode-se imaginar o drama que vivenciaram esses militares, bem como o efeito de uma história como esta contada a jovens oficiais recentemente formados, especialmente se a narrativa for construída de modo que atitudes nas quais o dever, a disciplina, a força e a coragem e, sobretudo, o amor à pátria acima da própria vida do combatente, sejam exaltados. Rosa Maria Paulina da Fonseca foi outro desses seres elevados a uma categoria não-humana, que a tudo suportam. Recebera de uma só vez a notícia da perda de dois de seus filhos: Afonso Aurélio da Fonseca, do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, morto no dia 3 de setembro de 1866, no combate de Curuzu, às margens do Rio Paraguai e do Capitão Hipólito Mendes da Fonseca, do 36º Batalhão de Voluntários da Pátria, no dia 22 seguinte, do mesmo mês, no Curupaiti.³⁷ Ainda estavam, na guerra, quatro de seus filhos: o tenente Deodoro da Fonseca, o tenente-coronel Hermes Ernesto da Fonseca, pai do futuro Marechal Hermes, que combateram lado a lado, João Severiano, que era médico e Eduardo Emiliano. Este último, comandante do 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, caiu morto no combate de Itororó, enquanto Deodoro combatia no 1º Batalhão, acoplado à Artilharia de Mallet. Hermes não morreu em combate, retornando juntamente com João Severiano e Deodoro dos seis irmãos, que haviam ido para o front (SILVA & CARNEIRO, 1983, p. 68-80). A resposta atribuída à Dna. Rosa e divulgada até hoje nos quartéis foi: “O que importa é a vitória alcançada pela Pátria, que eles foram defender”, um exemplo fortíssimo de mãe e “mulher de militar”, no sentido dado por Chinelli (2009).

37 Fortes Curuzu e Curupaiti guardavam a posição de Humaitá, às margens do Rio Paraguai.

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

Hoje todos são reconhecidos como heróis na caserna. Mallet é o patrono da Artilharia do Exército; Osório, da Cavalaria; Sampaio, da Infantaria, João Severiano da Fonseca, da Medicina, e assim sucessivamente. Embora seja inegável a carga de dramaticidade existente nesses episódios, é sabido que exemplos desse tipo fornecem elementos para as construções culturais necessárias para que os indivíduos possam interpretar e classificar a realidade, sabendo-se que para essas construções são privilegiadas certas narrativas em detrimento de outras (CASTRO, 2002, p. 11 e 80).

Quando chegam ao Exército, os militares são inseridos nessa memória institucional, criada e nutrida, pelos mais antigos, e herdada (POLLAK, 1992) e recriada, constantemente, pelos mais novos; memória esta que hoje reivindica os tempos idos da Batalha dos Guararapes (CASTRO, 2002) contra os holandeses, e que tem seu auge nos grandes heróis da Guerra do Paraguai, mencionados. São mitos de origem ou de refundação do Exército (CATROGA, 2005, p. 7-9) símbolos alimentados por ritos, gestos e atitudes, cuja significância remete ao fundo ancestral da mentalidade mítica e devolve ao presente o halo de sacralidade necessário à manutenção de uma ética peculiar, um *ethos* militar.

Ao prestar culto a estes personagens da história, institucional, relacionando-os ao presente, os militares demonstram uma relação significativa entre os valores que conservam e a ordem geral da existência. Esse entendimento de um elemento que é apenas constitutivo da memória institucional como sendo um representante da própria realidade pode ser norteador de suas práticas políticas (GEERTZ, 1978, p. 144-145). Por meio do culto aos heróis do passado, um *ethos* militar se forma e torna-se emocional e intelectualmente razoável, porque os símbolos remetem a um universo de definição de valores, e a associação do herói ao presente legitima e justifica a ação e/ou a reação dos militares revoltosos. Suas negativas em submeterem-se a um governo civil, que, segundo eles, agia na ilegalidade, requisitando, inclusive, o Exército para reprimir violentamente seus adversários político-partidários, justificavam a insurreição militar, à medida que a participação como comparsas nesses atos contrariava os valores nos quais haviam forjado suas identidades profissionais (GEERTZ, 1978, p. 144-145). Diante dessas reflexões, podemos perceber que o culto a esses elementos, convertidos em heróis, de modo intencional (CATROGA, 2005, p. 7-9), para construção da memória institucional das Forças Armadas transforma um simples conjunto de ideias, criadas para manter a coesão de um grupo, em algo quase real. A absorção desses valores, geradores de uma visão de mundo, do mundo de dentro, torna-se emocional e intelectualmente aceitável, por se apresentar como um verdadeiro estado de coisas do qual o seu tipo de vida é uma expressão autêntica. E os valores que os heróis do passado representavam, ao serem materializados nas ações dos revoltosos, eram a expressão mais autêntica da ética, do *ethos* militar (GEERTZ, 1978, p. 144-145; CASTRO, 2009).

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo

moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem (GEERTZ, 1978, p. 144-145).

Essa assunção de temporalidades diversas pode se dar no âmbito coletivo ou individual, uma vez que existe um ponto de interseção entre o que é subjetivo e o que é inerente à vida coletiva. Nesse sentido, o que é subjetivo ao se relacionar com objetos ou normas que circulam na sociedade pode ser recebido, compreendido e manipulado de diversas maneiras. Significa dizer que à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela dos hábitos culturais. Diante disso, podemos afirmar que os bens simbólicos adquiridos, através do contato com a memória institucional, podem remeter a um universo de definição de valores, mas não definem a ação do indivíduo que possui liberdade de escolha na tomada de suas próprias decisões, pois, se considerarmos a perspectiva de Chartier, concordaremos que tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais, onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração ou, ao contrário, sua desqualificação (CHARTIER, 1995, p. 179-192). A formação do *eu* de cada indivíduo, então, será inseparável do modo como se relaciona com a sociedade ou com os grupos com os quais convive, e da forma como cada um organiza seu projeto de vida à luz do seu passado (THOMAS, 1985, p. 15-7 apud CATROGA, 1999, p. 12). É como se este *eu* fosse constituído por uma síntese da mistura de várias influências exteriores, que poderão ser *apropriadas* como herança e/ou reinterpretadas. Isso acontece devido à construção seletiva que a memória faz do passado a retenção daquilo que é importante para este indivíduo, da mesma forma que reserva ao esquecimento aquilo que deseja silenciar. Conforme afirma Geertz, o *ethos* é um “tom”, um estilo, uma “atitude subjacente em relação a ele mesmo”, que “contém suas ideias mais abrangentes”, uma visão de mundo emprestada pela profissão como adquire um médico, um professor, um ator, ainda que passem por um treinamento mais incisivo, por se tratar de um profissional da guerra. Por isso, percebe-se com clareza que a apropriação do *ethos* militar pelos revoltosos, de diversos períodos da história do Exército – embora obedeça a circunstâncias políticas específicas – mesmo que tivessem passado por treinamentos semelhantes e compartilhado da mesma história e memória institucionais, é diferenciada dos militares que permaneceram leais ao governo, mesmo quando me refiro àqueles que não aderiram, mas que concordavam com suas motivações.

A Memória individual é formada pela coexistência, nem sempre pacífica, de várias memórias: pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais. Está em permanente construção já que o presente se transforma em passado e este retorna ao presente sob a forma de retrospectiva do indivíduo. Além disso, a

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

memória unifica uma pluralidade de memórias outras, de diferentes tempos e níveis de complexidade, que coabitam na memória subjetiva, mostrando como cada indivíduo se apropria das experiências (THOMAS apud CATROGA, 1999, p. 12).

As diferentes formas de *apropriação* ocorrem à medida que nem as ideias nem as interpretações são desencarnadas, dado que – contrariamente ao que colocam os pensamentos universalizantes – as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas, de rupturas históricas (CHARTIER, 1995, p. 179-192).

O fato de uma norma pretender submeter alguém não significa que estes foram real, total e universalmente submetidos, pois há que ser considerada a existência de um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações (CHARTIER, 1995, p. 179-192).

Por trás de tudo isso está o Estado, agora não mais fundamentado no direito divino, que, tendo em vista socializar o respeito pela instância política, que consubstancia o contrato social, cria os elementos simbólicos necessários à interiorização do dever cívico, isto é, do patriotismo, produzindo e reforçando, assim, os sentimentos de comunhão e de identificação desses grupos (CATROGA, 1999, p. 15), exortando-os a isto: disciplina, obediência, hierarquia, honra, coragem, bravura, cumprimento de seus deveres, pertencimento à instituição. Logo, o historiador que não se detiver sobre esse aspecto fará uma análise no mínimo equivocada do universo de valores que norteiam as ações dos componentes dessa instituição.

Afinal, foi o não reconhecimento dessas peculiaridades pelos governantes que levou grupos militares a diversas intervenções, dentre elas as da década de 20, do século passado, iniciadas com vistas a um desagravo da instituição e resultando numa sucessão de revoltas que levaram à Revolução de 1930.

A investigação desse período mostra que a forma de *apropriação* (CHARTIER, 1995, p. 179-192) do *ethos* militar por esse grupo fez com que optassem pela luta armada, pois possuíam outro projeto político, em relação aos que permaneceram na legalidade. Não acreditavam numa mudança no Exército sem que a República passasse, antes, por uma moralização política, posto que a instituição estivesse subordinada a este mesmo poder público civil. Sendo assim, não eram os revoltosos destituídos do “espírito de corpo” porque se insurgiram. Ao contrário disso, levantaram-se porque a condição de revoltosos foi a maneira pela qual suas identidades puderam se enunciar e se afirmar (CHARTIER, 1995). Isso não significava que estivessem rompendo as continuidades culturais, mas, sim, que a *apropriação* destas por grupos ou indivíduos é diferenciada. Ou seja, a maneira como os militares revoltosos se *apropriaram* (CHARTIER,

1995) da memória institucional, e, conseqüentemente, do *ethos* (GEERTZ, 1978) militar apresenta uma distinção na forma de apropriação dos demais membros do Exército.

Durante dois anos, entre julho de 2007 e julho de 2009, estive no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde realizei visitas semanais. Ao mesmo tempo em que desejava aprofundar dados sobre os militares que lá serviram no passado e que haviam protagonizado um dos levantes iniciais da década de 1920, que termina com o episódio dos “18 do Forte”, estabeleci certo nível de convivência com oficiais e praças e até mesmo com civis, sob regime de contratação. Foram momentos que favoreceram uma introdução ao entendimento *in loco* de como se davam as relações entre os militares, de diversos graus hierárquicos, e destes para com os civis, já que esses eram dois momentos em que guardavam peculiaridades, remetendo a um código de valores que permeava a instituição, tanto no presente, como no passado. Nessa guarnição militar, pude assistir a alguns cerimoniais que serviram como experiências de grande valia para minha pesquisa, com vistas a uma aproximação e à compreensão da natureza dos valores militares. Além de permanecer dias inteiros preferencialmente neste estabelecimento Militar, visitei outros locais, como a Fortaleza de Santa Cruz (Niterói), o Forte Duque de Caxias (Leme), a Fortaleza de São João (Urca), o Forte Barão do Rio Branco (Niterói), Forte São Luís e Forte do Pico (acesso aos dois últimos pelo Barão do Rio Branco), o Museu Conde de Linhares, o Arquivo do Exército, o Museu dos Fuzileiros Navais, o DPHDM (Marinha), o Palacete da Laguna, entre outros, além de participar de trabalhos em Congressos Seminários e Simpósios em locais como a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola de Comando e Estado Maior (ECEME). O ambiente da caserna, as pessoas com as quais convivi e a documentação cedida pela Seção de Pesquisa Histórica e Museológica do Museu Histórico e Forte Copacabana, onde pesquisei o acervo documental, iconográfico e na Biblioteca Técnica do Forte, permitiram-me o aprofundamento de importantes questões sobre o Exército sempre tendo-se em mente, durante essa aproximação com universo militar, a possibilidade das escolhas dos indivíduos, e, portanto, sem considerar que a instituição tivesse sobre eles o poder de uma “instituição total”, acreditando ser necessário, para tanto, a atenção sobre a relação entre a psicologia individual e o imaginário coletivo e trabalhando sobre a intersecção entre as diferentes durações, entre o vivido individual e as estruturas (GRIBAUDI, 1998). Pesquisei sobre aspectos profissionais e, principalmente, sobre o modo como a memória institucional é cultivada, haja vista a existência, dentro dessa instituição militar, de um museu histórico, de uma editora própria, da banda do Forte de Copacabana, entre outros elementos constituintes de um conjunto, que servem de sustentáculo à memória institucional, além de participar de cerimônias diversas, de passagens de comando, por exemplo, e outros eventos comemorativos, onde o mundo de dentro, o mundo militar, pôde ser observado. As comemorações do dia 5 de julho, data que se tornou histórica para o Forte de Copacabana, pois registra

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

a primeira ação considerada revoltosa e o episódio dos 18 do Forte, em 1922, e hoje incorporada à memória militar do Forte como um feito heroico, também foi acompanhada por mim nos dois anos que lá estive. Depois de um aprendizado ímpar nesse estabelecimento que combina um centro cultural e a realização de diversos cerimoniais, com a rotina de uma caserna, percebi, ainda lá dentro, que poderia enxergar através da aura de heroicidade criada em torno da figura dos personagens envolvidos em levantes, frequentemente homenageados. Queria uma história na qual aparecesse o homem por trás da farda, sua humanidade para além dos feitos extraordinários, pois, conforme Morelli, a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso, razão pela qual – considera Ginzburg – o método proposto por Morelli deveria ter sugerido ao jovem Freud as possibilidades heurísticas “de uma análise baseada na centralidade dos resíduos e dados marginais, para a revelação de realidades psíquicas ocultas” (GINZBURG, 1989, p. 149). Capturar uma realidade histórica dependia de observação de pequenas atitudes cotidianas, de tempo e do exercício de se colocar num certo grau de abstração em relação aos valores civis, na tentativa de colher os indícios ou traços, para Ginzburg, a visão de mundo, para Geertz, desse grupo, agora já imerso em valores próprios à profissão. Compreendi rapidamente que valores como disciplina e hierarquia, eram [são] essenciais ao êxito da organização militar, tanto na paz como na guerra e que, a conservação destes dois princípios, entre outros, exigia a manutenção de um conjunto de práticas cotidianas confirmadas em diversos cerimoniais, fundamentadas em valores nutridos por tradições seculares, assim como representavam princípios, práticas, valores e tradições bastante diferenciados daqueles encontrados no restante da sociedade. Com a convivência no meio militar durante esses dois anos, entendi que a força do processo de construção de fronteiras simbólicas (CASTRO, 2013) que está na base da identidade militar, ainda que não obtivesse como resultado a proeza de submeter mentes humanas, era muito forte. Sendo assim, explorar a diferença que separa um indivíduo socializado por uma instituição militar, diferenciando-o, em primeiro lugar, de nós, pesquisadores, para, em seguida, compreender particularidades deste pensamento em relação ao pensamento civil, é um ponto imprescindível a uma investigação que pretenda clareza. Investigar a partir da diferença, o código de valores que muitos deles, de muitos modos, *apropriam-se*, compartilham e representam, tomando como ponto de partida suas experiências dentro da caserna, significa desconstruir analiticamente os pontos mais marcantes do código de valores a que são submetidos, para, em seguida, poder definir alguns parâmetros nos quais pautaram suas escolhas.

O acompanhamento de suas trajetórias – pela via metodológica da micro-história – foi o caminho metodológico por mim escolhido, com vistas à compreensão das motivações de alguns personagens históricos, de suas convicções pessoais, ou,

melhor dizendo, dos projetos políticos nos quais estavam envolvidos, ou pretendiam se envolver – fossem eles individuais ou coletivos.

Gostaria, a partir dessas reflexões, de propor a micro-história como percurso teórico-metodológico no campo da História Militar como um instrumento para o acompanhamento das trajetórias desses atores sociais. Obviamente que isso não impede que o historiador possa se valer da via organizacional, para que esta revele as estruturas internas do meio militar, tampouco que este se utilize das contribuições da Antropologia com vistas a uma abordagem do universo militar sob um prisma cultural.

Atualmente a utilização da perspectiva organizacional como suporte ao estudo institucional é contemplada a partir das obras de José Murilo de Carvalho (1978; 1995) Edmundo Campos Coelho (1976), Domingos Neto [198-], dentre outros autores comprometidos com apreciações mais próximas da realidade das instituições militares.

Na Antropologia, voltados para os militares ou não, podemos recorrer às obras de Geertz (1978) e Chartier (1995), entre outros autores fundamentais ao entendimento desse universo. Os primeiros são autores que se propõem a analisar o universo militar em seus aspectos históricos, internos, estruturais, organizacionais, enfim, autores que se assemelham aos antropólogos sociais, pois, pretendendo despojar-se, do máximo possível, de pressupostos, observam, inicialmente, a visão do nativo, para, a partir daí, entender os significados implícitos na sua visão de mundo.

Na micro-história, autores como Revel (2000), Ginsburg (1991) e Gribaudi (1998) são fundamentais para a instrumentalização do historiador que pretende, no acompanhamento da trajetória do indivíduo, ou grupo estudado, a percepção de que a construção causal não é dada de antemão, antes, é conquistada, passo a passo, num processo de desvendamento do objeto de estudo, que vai se reconstruindo à medida que novas fontes vão surgindo, pois os dados empíricos constituem o material bruto, que deve permitir individualizar mecanismos e funcionamentos sociais, encontrados além do objeto e das categorias historiográficas que o informam. Nesse sentido, as leituras de trabalhos sobre a abordagem micro-histórica mostram que dados empíricos têm a função de reconstituição de uma história que não se prevê a partir de modelos pré-concebidos, pois, ao sublinharem a ruptura existente entre forma e conteúdo, insistem, ao contrário, na dimensão da incerteza, da possibilidade. Dessa forma, a comprovação empírica nos leva ao entendimento de que a continuidade histórica só pode, portanto, ser lida a posteriori, mas não desvenda, em si, suas leis (Ibidem).

Não se trata, portanto, de propor um estudo etnográfico, mas o acompanhamento de suas trajetórias de vida, nos “mais ínfimos detalhes de um acontecimento”, mediante um olhar numa escala de aproximação tão reduzida que exponha motivações que inspiram comportamentos (GINZBURG, 2007, p. 264-265), podendo-se utilizar elementos apreendidos a partir da Antropologia, com vistas a compreender o universo militar a partir de seus próprios valores, de *dentro para fora*, observando-se a *visão de mundo*

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

(GEERTZ, 1978) adquirida sob a influência da instituição na qual estão inseridos e os modos de *apropriação* dos sujeitos envolvidos. Tudo isso sem, contudo, pré-estabelecer que essa influência se deva a um grau de pressão de maior ou menor profundidade exercido por preceitos internos, durante o processo de socialização institucional, que implique no cerceamento de suas escolhas, porque o espírito é livre e os atores sociais senhores de suas escolhas.

Na Antropologia, voltados especificamente para estudos acerca da caserna, temos: Castro (CASTRO, 1990; 1995; CASTRO & IZECKSOHN, 2004; 2013 [2009]), já mencionado, Piero Leirner, que defendeu sua dissertação em 1995, tendo realizado pesquisa na Escola de Comando e Estado Maior, entre os anos de 1992 e 1995 (LEIRNER, 1997). As duas pesquisas trazem essa novidade para os cientistas sociais que se dedicavam ao estudo dessa área (CASTRO & LEIRNER, 2009, p. 7).

Antes, a maioria dos trabalhos produzidos por cientistas políticos, sociólogos ou historiadores tinha como ênfase as intervenções militares na política (principalmente através de movimentos insurrecionais ou golpes de Estado) ou a transição do regime militar para democrática (com ênfase na análise da subordinação dos militares ao poder civil). Agora, o foco das pesquisas desses dois antropólogos não recai nos momentos extraordinários da vida militar, mas em sua vida cotidiana. Os autores buscaram superar uma visão externa em relação aos militares, que se arrisca a vê-los com olhar exotizante e etnocêntrico, e obter uma visão “interna” de seu mundo social, para, desse modo, compreender como se constrói a identidade militar e como se estrutura a sua visão de mundo (CASTRO & LEIRNER, 2009, p. 8).

A partir de 2000, há uma expansão nos estudos militares antropológicos, onde muitos pesquisadores militares, em algum momento, vão a campo e convivem diretamente com militares. São muitos (Ibidem). Podemos citar, por exemplo, Fernanda Chinelli, em *Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares*, onde a autora tem a percepção, durante seu trabalho de campo, que a dinâmica de relações entre as famílias dos militares é “pautada no comprometimento das mulheres com as carreiras de seus maridos”, pois, ainda segundo ela, “a aliança matrimonial estava estreitamente relacionada com a aliança institucional” (CHINELLI, 2009, p. 98 e 100). Há o trabalho de Lauriani Porto Abertini, que se inicia em sua dissertação de mestrado (2006). Em sua pesquisa, investiga a relação de alguns órgãos da imprensa com as Forças Armadas no pós-Guerra Fria e publica o artigo *O Exército e os outros*, no qual fala do “ponto de vista militar” e de “características próprias e muitas vezes distintas do meio civil” e de sua experiência na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), no Rio de Janeiro, na Academia das Agulhas Negras (AMAN), em Resende; no Comando Militar do Sudeste, em São Paulo (ALBERTINI, 2009, p. 75 e passim), entre outros locais nos quais pesquisou a identidade militar, com base no método de

Malinowisk (SANTOS, 2013),³⁸ que pressupõe que a trajetória no campo não deva buscar “ensinamentos prontos” e utilizando-se, inclusive do termo “caçar” para demonstrar a natureza da pesquisa. Sua contribuição está em propor “um olhar orientado segundo os pressupostos teóricos, da própria disciplina científica da qual o pesquisador faz parte, não mais se guiando por relatos” de religiosos, viajantes etc., colhidos sem fundamentação científica.

Ginzburg assemelha-se de Malinowisk, quando analisa a investigação baseada em indícios, como era feito em parte do cotidiano dos primeiros grupos humanos, principalmente nas técnicas utilizadas pelos caçadores coletores do Neolítico.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barbas. Aprendeu a fazer operações com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. [...]

O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (senão imperceptíveis) uma série coerente de eventos (GINZBURG, 1989, p. 151-152).

No capítulo de seu livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989): *Raízes do Paradigma Indiciário*, Ginzburg aponta para um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos, um modelo epistemológico, ou o “método morelliano”, que permitem a decifração de uma realidade opaca, desde que se busque remontar a realidade complexa, profunda, aparentemente escondida. Segundo ele, se soubermos examinar os sinais e indícios, os “pormenores negligenciáveis”, como observou Giovanni Morelli,³⁹ poderemos decifrar as metáforas escondidas nas pistas (GINZBURG, 1989, p. 152).

Nesse sentido, no âmbito empírico, o trabalho de campo se torna uma necessidade para antropólogos, uma forma de subtraírem deformações etnocêntricas, assim como a micro-história através “do fio do relato nos ajuda a nós historiadores a nos orientarmos no labirinto da realidade” (GINZBURG, 2007, p. 7 e 75).

É preciso ressaltar, ainda, que não se pode falar em “Exército” ou “militares” como entidades únicas, como um grupo homogêneo. Ainda que estejam submetidos aos mesmos valores criados ao longo da existência da instituição e, portanto, portadores de permanências

38 Bronislaw Malinowski (1884-1942) foi um antropólogo polaco considerado fundador da antropologia social. Acreditava que a pesquisa de campo poderia trazer a compreensão aos pesquisadores tanto a maneira como aquela cultura se organizava quanto eles se imaginavam.

39 Italiano, historiador da arte, que por meio da observação minuciosa dos detalhes em obras de arte analisava a obra dos pintores como Botticelli, Michelangelo, entre outros.

CAPÍTULO 3 REVOLTAS MILITARES DA DÉCADA DE 1920/30

medievais, estes se somam, ao mesmo tempo, à afirmação de valores individuais e sociais desse mesmo militar. Assim, num mesmo homem percebemos a intersecção entre a duração breve e longa, a intersecção do movimento rápido e da mutação consciente, com aquilo que é lento e inconsciente (GRIBAUDI, 1998). O movimento rápido compreende o indivíduo, único diante dos demais homens da sociedade e o homem social, inserido em questões políticas, sociais, econômicas, um homem de seu tempo. O movimento lento, por sua vez, diz respeito ao homem ressocializado em uma instituição com valores de longuíssima duração: o Exército, sem que por isso perca sua individualidade. Isso se tornou claro à minha análise, pois, estudando há alguns anos a ruptura da qual foram protagonistas os revoltosos dos movimentos militares da década de 20, notava certo fracasso na finalidade da instituição, à medida que esses valores não se sobrepujam às escolhas do indivíduo, podendo, apenas, somarem-se a elas, durante o processo de *apropriação* (CHARTIER, 1995, p. 179-192).

Nesse ir e vir entre o que é estrutural e o que é do sujeito, há um trânsito entre o micro e o macroscópico. Segundo Ginzburg, Kracauer reconhece que pesquisas específicas com a mudança de foco podem alterar as visões de conjunto delineadas pela macro-história, embora existam fenômenos que só possam ser apreendidos numa perspectiva macroscópica.

Segundo Kracauer, a melhor solução é a seguida por Marc Bloch em *La société féodale* [A sociedade feudal]; um contínuo vai e vem entre micro e macro-história, entre *close-ups* e planos gerais ou grandes planos gerais [*extreme long shots*], a pôr continuamente em discussão a visão conjunta do processo histórico por meio de exceções aparentes e causas de breve período. Essa receita metodológica desembocava numa afirmação de natureza decididamente ontológica: a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea. Portanto, nenhuma conclusão alcançada a propósito de um determinado âmbito pode ser transferida automaticamente para um âmbito mais geral (é o que Kracauer chama de “*law of levels*”) (KRAKAUER & KRISTELLER, 1969, p. 8 e passim; JAY, 1976[1975], p. 78-104, apud GINZBURG, 2007, p. 269).

Chartier, por sua vez observa que, “nessa escala reduzida, e sem dúvida, somente nessa escala (a da micro-história), podem ser compreendidas, sem reduções deterministas, as relações entre sistemas de crenças, de valores e de representações por um lado e pertencimento social por outro (CHARTIER, 1987, p. 26 apud GINZBURG, 2007, p. 263).

Para Ginzburg, embora uma conciliação entre macro e micro-história ainda não esteja resolvida de forma alguma, vem sendo perseguida e, para ele, aparentemente “é lícito estender essa conclusão a qualquer acontecimento, com maior razão a qualquer processo histórico: o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa da visão de conjunto, e vice-versa” (GINZBURG, 2007, p. 267).

Essa pode ser uma forma de compreender o militar e a visão de mundo por ele apreendida em sua relação com a caserna, seus valores, seus códigos, suas normas,

enquanto a individualidade dos sujeitos não é invisibilizada, assim como a liberdade de escolha dos atores sociais, que jamais pode ser ignorada, pois é o móvel dos sujeitos e grupos em suas ações no mundo e é predominante sobre qualquer re/socialização institucional ou quaisquer conjuntos outros de valores ou crenças, sejam eles religiosos, culturais ou de outra ordem, que se apresentem a esse indivíduo.

Capítulo 4

A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

As reflexões sobre o tema constitucional raramente se processam no campo historiográfico. Objeto de interesse quase exclusivo de juristas e demais profissionais do Direito, aparecem raramente como citações ou referências indiretas pelos historiadores, que se encontram mais voltados para o estudo do impacto das normas e de sua aplicação real e menos para a discussão dos textos legais. No entanto, tais estudos se revestem de incontestável importância para a compreensão de um período histórico, na medida em que representam consensos arduamente construídos após mudanças de regime, que, no caso brasileiro, sucederam golpes e revoluções. Desde a independência, o Brasil passou por sete constituições, entre outorgadas e consensualmente construídas por representantes eleitos. Entre elas, a segunda Constituição elaborada e a primeira do regime republicano foi a de 1891, que é a mais longeva de todas, até então. Estudá-la nos ajuda a melhor compreender o projeto dos arquitetos do regime republicano; analisar suas mudanças ajuda a melhor analisar as transformações pelas quais o regime passava, vencidas as primeiras décadas de incertezas.

Em que pese a estabilidade da Carta de 1891, resultado de um acordo construído em torno de seus preceitos, ela não esteve infensa às inúmeras tentativas de reforma e resistiu até 1926. As propostas revisionistas partiam, sobretudo, de grupos dissidentes, ou seja, daqueles que se encontravam fora do poder ou que eram sempre derrotados nos processos eleitorais. Este foi o caso de Ruy Barbosa. Bem sabemos que foi decisiva a intervenção de Ruy sobre o anteprojeto da Constituição de 1891, o que lhe conferiu um caráter definitivo, aprovado pelo Parlamento sem muitas alterações. Mas foi o próprio Ruy aquele que mais se mobilizou pelo revisionismo constitucional, incluindo-o em suas plataformas eleitorais nos períodos em que se candidatou à presidência do

Brasil, ou mesmo nos momentos em que seu nome era cogitado e logo abandonado, exatamente pelos temores de seu ímpeto revisionista por parte das oligarquias consolidadas no poder. Ruy faleceu três anos antes da reforma ter sido aprovada.

Se desde 1910 as propostas revisionistas foram levantadas como bandeiras eleitorais, o que explica a permanência intocada do texto de 1891 durante tanto tempo? Nosso argumento é que a reforma esteve vinculada a um conjunto amplo de mudanças que ocorriam no Brasil ao longo da década de 1920, que tornaram a CF não só anacrônica, como também um obstáculo a um modelo de modernização do país que estava em curso. Por isso será importante vincular os itens reformados ao quadro de mudanças conjunturais, uma vez que, como afirmou-se antes, um texto constitucional, quando coletivamente elaborado, ou seja, no âmbito de uma assembleia composta de representantes eleitos pelo povo, deve sempre expressar um consenso entre as forças políticas de diferentes matizes, que, por sua vez, expressam demandas correntes. Mudam-se os atores e seus interesses, alteram-se os textos constitucionais.

Podemos analisar a reforma de 1926 a partir de três eixos básicos: as mudanças no âmbito do federalismo; alterações relativas aos direitos civis; e as relativas à divisão dos poderes. Foram alterados seis artigos num total de 91, o que foi pouco diante do ímpeto reformador do Presidente Bernardes (1924-1926). As discussões no Parlamento se deram no período compreendido entre 1924 e 1926. Participaram das votações 212 deputados e 63 senadores.

Para os fins desta pesquisa, foram consultadas duas modalidades de fontes primárias: os textos constitucionais e a imprensa. Eventualmente, valemo-nos dos anais parlamentares. Procuramos também dialogar com as análises já produzidas sobre o tema, embora reconheçamos serem muito sumárias.

O capítulo será dividido em duas partes. Na primeira analisaremos a Constituição de 1891, as propostas reformistas anteriores à década de 20 e as mudanças no quadro político que justificaram a revisão constitucional. Na segunda parte, a mais importante, analisaremos a reforma e sua relação com o quadro político e social da década de 20.

A CARTA DE 1891 E AS PROPOSTAS REVISIONISTAS

A Constituição de 1891 foi concluída em prazo recorde, um pouco mais de três meses,⁴⁰ em nosso entendimento, por duas razões. A primeira pelo temor de um contragolpe monarquista que se anunciava. Fazia-se então necessário reconstitucionalizar o país o quanto antes para que o regime republicano, uma vez institucionalizado, se mostrasse mais fortalecido e apoiado pelo conjunto da nação. A segunda razão relaciona-se ao movimento republicano que lhe antecedeu, que foi longo o suficiente para que alguns consensos fossem construídos, o que

40 A abertura da assembleia constituinte se deu em 15 de novembro de 1890 e, no dia 24 de fevereiro de 1891, a Constituição foi solenemente promulgada no Congresso.

CAPÍTULO 4 A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

acelerou o processo de discussão do projeto proposto pela comissão responsável. Muitas das mudanças introduzidas em 1891 haviam sido discutidas por duas décadas antes pelo movimento republicano, tais como: o federalismo (embora houvesse dúvidas acerca de sua abrangência), o fim do poder moderador, o fim do senado vitalício, as eleições diretas e o fim dos títulos nobiliárquicos, entre outros. Os únicos pontos que marcaram divergências mais acirradas foram a separação entre Igreja e Estado, os limites da autonomia dos estados e a própria eleição do primeiro Presidente da República, votações que dividiram o Parlamento. Os demais temas foram relativamente consensuais. Contribuiu também para isso a não eleição de republicanos mais radicais, como Silva Jardim e Lúcio de Mendonça, e um número pequeno de grupos mais ideológicos, como os positivistas e os darwinistas sociais. Ao fim e ao cabo, grande parte da assembleia constituinte foi composta por liberais, conservadores e republicanos moderados (VISCARDI, 2017, cap. 2).

Tal fato não implica em dizer que a CR, mesmo tão estável, não tenha sido objeto de iniciativas revisionistas. Seu próprio artigo 90 previa a possibilidade de revisão desde que fosse proposta por uma quarta parte dos membros de qualquer uma das duas câmaras e fosse aceita em três discussões por 2/3 dos votos; poderia ser também revista por iniciativa dos estados, desde que 2/3 deles se manifestassem favoráveis no decurso de um ano e que a deliberação ocorresse pela maioria simples das assembleias legislativas estaduais. Havia, no entanto, duas cláusulas pétreas previstas: o regime republicano federativo e a igualdade de representação dos estados no Senado. Ambas não poderiam ser objetos de revisão (ROURE, 1979, p. 437).

Bem que os positivistas ortodoxos, minoritariamente representados na Constituinte, tentaram em vão facilitar os processos revisionistas, até porque foram vencidos em várias de suas propostas apresentadas. Rever a CF no futuro poderia lhes garantir novas oportunidades, já que se encontravam naquele momento sub-representados. Mas não lograram êxito. Os requisitos previstos para a revisão que foram aprovados não eram tão facilmente obtidos, a não ser que se formasse um consenso em torno da necessidade de alteração da Carta.

É conhecido o empenho de Ruy Barbosa na adequação do anteprojeto que foi para a discussão em plenário, bem como sua participação na Assembleia, na condição de Ministro do Governo Provisório, na defesa de suas postulações (LACOMBE, 1985). Entre elas, destaca-se a defesa que fez do modelo de federalismo que resguardava à União recursos e poderes em detrimento de uma autonomia radical proposta pelos castilhistas. Em que pese esse fato, Ruy foi um dos mais destacados atores políticos a defender a revisão constitucional anos depois, o que lhe angariou alguns apoios, mas muitas críticas e oposições. Na campanha eleitoral de 1910, em que disputou a presidência contra Hermes da Fonseca, a revisão constitucional compunha a sua plataforma política eleitoral. O regime constitucional já se aproximava dos 20 anos de vigência e Ruy via dois problemas nele: a falta de independência do Poder

Judiciário em relação ao demais poderes da República e a perseguição de que eram vítimas os parlamentares que se opusessem ao regime, sobretudo nos períodos de estado de sítio. Provavelmente, Ruy fora por demais impactado pelas perseguições contra parlamentares durante a Revolta da Vacina, quando muitos dos que participaram foram punidos. Foi ele o responsável pelos projetos de anistia dos parlamentares o que o induziu a propor, anos mais tarde, que as imunidades fossem garantidas para aqueles que se opusessem ao governo.

Ademais, nosso grande jurista percebia que a autonomia financeira conferida aos estados pela CR, que permitia, inclusive, o seu endividamento externo, colocava em risco as finanças públicas, uma vez que estados empobrecidos se valiam de tal expediente para dar cumprimento a seus gastos regulares. Por fim, Ruy reconhecia que a ausência da possibilidade de o Presidente exercer o veto parcial dificultava o andamento dos processos legislativos, alongando prazos e negociações entre os dois poderes, o Executivo e o Legislativo. Isso também precisava ser mudado, em sua opinião.

Sabe-se que tão logo a CR fora aprovada – e em alguns casos antes dela – os estados elaboraram as suas respectivas constituições. Entre elas, a do Rio Grande do Sul era a única a destoar dos textos aprovados nas demais unidades federadas, todos eles bastante parecidos entre si e espelhados na carta federal. No RS era permitido, por exemplo, a reeleição de governadores. Por outro lado, o estado desejava instituir o parlamentarismo em seus domínios, o que o levou a defender por alguns momentos uma revisão constitucional que permitisse tal alteração (ROURE, 1979, p. 443). No entanto, na maior parte das vezes em que a proposta revisionista se fez presente, os gaúchos resistiram a ela por temerem, sobretudo, uma alteração da possibilidade que tinham de reeleger seu governador sucessivamente. Tal temor não mais se justificava em 1926, quando o contínuo processo de reeleição de Borges de Medeiros já havia sido interrompido pelo Pacto de Pedras Altas (LOVE, 1975, p. 223), o que deixou o jovem Getúlio Vargas liberado para defender a reforma proposta por Bernardes.

Além do Rio Grande, outros estados encontravam-se insatisfeitos com os resultados da CF, sobretudo aqueles que sentiam preteridos na divisão das rendas nacionais, que era o caso dos estados não exportadores. Havia igualmente propostas de mudar o sistema eleitoral, tornando-o indireto, como ocorria durante o período monárquico. Algumas lideranças oligárquicas defendiam que a escolha do Presidente pelo Parlamento garantiria mais estabilidade ao regime. Em 1904 chegou a ser fundado no Brasil pelo líder positivista Lauro Sodré um partido político revisionista, que propunha que até as cláusulas pétreas fossem objeto de mudança, caso fosse este o interesse nacional.

Por fim, havia um reconhecimento geral sobre a fluidez do artigo sexto da CF, que tratava sobre as possibilidades de intervenção federal nos estados. Como as ocasiões previstas não se encontravam claramente delimitadas, muitos estados sentiam que sua autonomia estava sendo invadida pela União, sobretudo quando se colocavam na oposição. Tal percepção se tornaria ainda mais generalizada após a eleição de Hermes da Fonseca (1910-1914), que, em sua “política das salvações”, interveio sobre algumas unidades federadas com o fim de

CAPÍTULO 4

A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

garantir a eleição de governadores de seu campo político, à revelia de oligarquias consolidadas, vitoriosas nas urnas.

Inspirado por essa motivação, entre outras tantas, é que o mineiro Antônio Carlos, líder do governo na Câmara na gestão de Wenceslau Brás (1914-1918) causou celeumas públicas ao defender a revisão constitucional, embora deixasse claro que não se tratava de uma proposta do Presidente ou do estado de Minas, mas de uma opinião pessoal. Dada a ausência de autonomia dos parlamentares em relação às suas respectivas bancadas, é difícil crer que isso fosse verdade. Prova disso é que o governador de Minas na ocasião, Delfim Moreira, manifestou-se favoravelmente à revisão dos artigos que regiam as eleições presidenciais, o endividamento externo dos estados, a distribuição de rendas fiscais entre as unidades federadas, o artigo sexto, que regia as intervenções federais, a unificação dos processos civil, comercial e criminal, a normatização do funcionamento do Parlamento e a discussão sobre a participação do Estado no ensino primário obrigatório (ROURE, 1979, p. 444). O conjunto de propostas revisionistas era muito amplo para um estado que se mostrava assim tão desinteressado na reforma.

Consta que o Presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) igualmente pretendia reformar a Constituição, com vistas a promover o equilíbrio orçamentário, sempre comprometido por despesas adicionais introduzidas pelo Parlamento, quando da votação do orçamento. Não possuindo apoio político para fazê-lo, recorreu ao veto total do orçamento de 1922 (ZULINI & MACHADO, 2015, p. 7).

Como pode ser observado, o regime conviveu com várias propostas revisionistas ao longo de sua vigência, e parte delas só seria aprovada em 1926, 35 anos depois, o que mostra a resiliência de nossa primeira constituição republicana. Dois fatores podem explicar a sua longa permanência de forma inalterada: os temores de que a oposição encontrasse por meio das reformas um maior espaço de manifestação de seus interesses e a resistência dos pequenos estados em terem sua autonomia financeira comprometida.

Como veremos, a reforma será bem mais limitada do que se propunha e refletirá muito mais a inadequação da CF às mudanças pelas quais o regime passava do que aos anseios autonomistas ou conservadores que marcavam as elites oligárquicas.

A DÉCADA DE 1920 E O REVISIONISMO

Não cabe aqui nos estendermos no longo elenco de mudanças que marcaram a década de 1920, elenco este que se constitui em objeto primordial desse livro como um todo. Mas é importante destacar quais das mudanças ocorridas contribuíram diretamente para que as propostas revisionistas do passado se tornassem tão urgentes e fossem efetivadas a partir de 1924.

Cabe destacar as peculiaridades que envolveram a eleição de Bernardes para a Presidência da República em 1922. Se levarmos em conta as dificuldades envolvidas em sua eleição, certamente seria este o pior momento para se propor uma reforma

constitucional. Bernardes foi eleito após uma disputa aguerrida contra Nilo Peçanha. Contava com a oposição dos setores médios emergentes, de industriais, dos setores urbanos, dos intelectuais, dos tenentes e de três importantes oligarquias, com as quais Minas Gerais costumava aliar-se no passado: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia. Sua eleição não foi aceita pela chapa derrotada, a da Reação Republicana, que expressou seu descontentamento de duas maneiras: juridicamente, exigindo a criação de um tribunal para recontagem dos votos e por meio de uma ação armada por parte dos tenentes que exigiam a imediata renúncia do candidato eleito, a revolta de 1922 do Forte de Copacabana (FERREIRA & PINTO, 2003).

As reações de Bernardes contra as oposições foram muito autoritárias, o que de alguma forma rompia com o *modus operandi* do regime, mais acostumado a resolver suas disputas por meio de alianças e acordos entre os grupos mais fortes. Bernardes não só puniu os adversários, intervindo sobre eles com o uso facilitado do já citado artigo sexto da CR, como reprimiu os rebeldes militares com afastamentos, demissões prisões e exílios. Decretou também o estado de sítio, esvaziando o Congresso, censurando a imprensa e impedindo qualquer tipo de manifestação crítica ao seu governo.

Os rebeldes não se aquietaram, apesar das medidas repressivas, e dois anos depois organizaram uma nova revolta, no estado de São Paulo, por meio da qual tornaram pública uma pauta mais ampliada de reivindicações, que não se limitavam à troca da presidência, mas que atingiam mais duramente o regime, como o fim das fraudes eleitorais, a centralização administrativa, a intervenção do Estado na economia, a difusão do ensino primário obrigatório, entre outras propostas.

Cabe realçar uma nova ocorrência que foi marcante para o período. Trata-se da marcha de Mussolini sobre Roma, no ano de 1922. A manifestação que marcou a ascensão do Partido Fascista na Itália teve impacto sobre o Brasil. Intelectuais autoritários e parte dos políticos liberais viam com bons olhos a proposição de um regime político alternativo, que se opusesse, ao mesmo tempo, ao comunismo que se consolidava após a Revolução Russa e ao Liberalismo, fragilizado pelas dificuldades econômicas após a Grande Guerra. O Ministro das Relações Exteriores de Bernardes, Felix Pacheco, foi um dos que saudou a ascensão do novo líder, visto como uma boa nova trazida como solução para os velhos problemas do liberalismo europeu. Enaltecia-se o autoritarismo de um novo líder e as propostas fascistas que ele carregava (CAMPOS, 2019, p. 133).

Não surpreende a repressão dura aos dissidentes pelo governo federal, nem a simpatia de seus membros para o com o fascismo emergente, mas causa espécie o fato de a reforma constitucional ter sido encaminhada pelo Presidente ao Congresso justamente nesse período. Cabe então refletir de que maneira essas mudanças no quadro político nacional e internacional contribuíram para que a proposta revisionista, muitas vezes colocada em pauta e nunca levada adiante, ganhou fôlego exatamente neste contexto. Acreditamos que a vitória eleitoral de Bernardes se explica pela força de

CAPÍTULO 4

A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

sua aliança política com as oligarquias de São Paulo, o que garantiu não só sua eleição, mas o massacre de seus oponentes. Sentindo-se seguro pela aprovação no Congresso do estado de sítio e suas sucessivas prorrogações – os parlamentares sentiam-se ameaçados pelas revoltas tenentistas – e tendo reprimido pela força as oposições, Bernardes avaliava ser aquele o momento ideal para propor reformas que reduzissem a autonomia dos estados e, por conseguinte, ampliassem a margem de manobra do Poder Executivo, o que era bem visto pelo Parlamento.

Como o país vivia os efeitos econômicos da crise do pós-guerra, fazia-se necessária uma maior intervenção do Estado sobre a economia, o que ia ao encontro da plataforma bernardista. Ademais, a crise do Liberalismo, o advento do fascismo e as ameaças de expansão do comunismo após o êxito da Revolução Russa compunham um contexto favorável às iniciativas autoritárias e nacionalistas. Destaca-se que o governo Bernardes em Minas Gerais (1918-1922) já dera sinais de seu interesse em uma participação mais ativa do governo com o fim de promover o desenvolvimento econômico do estado.

Como se percebe, muitas mudanças estavam em curso, todas elas em direção a um Estado mais centralizado, mais forte e mais autoritário, o que se contrapunha às conhecidas práticas liberais em curso. Outra evidência da ampliação do papel do Estado relaciona-se à regulamentação de direitos trabalhistas, reivindicados pela onda grevista que atingiu o Brasil nos anos imediatos à vitória bolchevique na Rússia. Tal intervenção se deu não só por meio da repressão das lideranças, do exílio ou prisão de seus líderes, mas também por meio da criação de conselhos arbitrais governamentais que serviriam para intermediar os conflitos entre capital e trabalho. A criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1923 é um exemplo disso e, no mesmo ano, a instituição das Caixas de Aposentadorias e Pensões, que mesmo sendo uma iniciativa limitada a algumas categorias, introduzia no Brasil a responsabilização tripartite pelo ônus da previdência dos trabalhadores (Estado-patrões e empregados).

Por fim, mesmo em contexto adverso e à revelia de sua plataforma eleitoral, Bernardes queria se tornar conhecido como um reformador, capaz de colocar ordem em um regime que julgava ameaçado. Daí a pressa em revisar a Constituição, deixando sua marca pessoal no governo republicano.

O PARLAMENTO REVISIONISTA

A 33ª legislatura (1924-1926), responsável pela revisão constitucional, era presidida pelo paulista Arnolfo Rodrigues de Azevedo, do PRP. Compunham a câmara 212 deputados e 63 senadores. A maior parte dos deputados provinha de estados mais poderosos, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Juntos ocupavam quase 62% da Câmara. A representação no Senado era igualitária, três senadores por estado.

Não se sabe ao certo o real interesse das unidades federadas na revisão constitucional. O fato é que os paulistas davam mostras de insatisfação, por se sentirem sub-representados no Parlamento. Sua população havia crescido muito, bem como seu desenvolvimento econômico. Tendo vivido os últimos 20 anos distante da cadeira presidencial – o último presidente paulista fora Rodrigues Alves (1902-1906), o estado tinha interesses na retomada de um protagonismo político compatível com as primeiras décadas do regime. Havia por parte do Catete preocupação com o equilíbrio das finanças públicas, evitando-se que o endividamento de algumas unidades federadas resultasse em prejuízos fiscais. Ademais, algumas iniciativas já realizadas em prol de uma melhor relação entre capital e trabalho, em um período de mobilização social intensa dos trabalhadores, precisavam ser incorporadas no novo texto constitucional. Bernardes só conheceria, no entanto, a oposição ao projeto revisionista durante os debates parlamentares. Como veremos, embora tenha conseguido reformar parte da Constituição, suas conquistas estiveram muito aquém de seus objetivos. O governo encontrou um Parlamento um tanto resistente as suas propostas.

Segundo Baleeiro (2001, p. 61), o projeto de revisão pretendido pelo Executivo ia de encontro ao espírito que inspirou a Carta de 1891, pois Ruy Barbosa, seu principal autor, veria com maus olhos a hipertrofiação do Poder Executivo, pretendida por Bernardes. O projeto encaminhado pelo governo continha a proposição de 76 novas emendas, o que, na prática, significava quase elaborar uma nova Carta, já que a mesma possuía 91 artigos, dos quais, 38 seriam alterados.⁴¹ Cabe destacar que a CF em vigor afixava a iniciativa de propor qualquer revisão, previsão sumariamente desconsiderada com o envio do projeto feito pelo Executivo federal. Soma-se a isso o fato de Bernardes, em sua plataforma eleitoral, ter se comprometido em não reformar a Constituição.

Alegava-se que a maior preocupação de Bernardes era mesmo a questão financeira. Em 1924, o governo negociava um empréstimo externo junto a bancos ingleses, que chegaram a enviar uma missão ao Brasil para verificar se o país teria condições de honrar os seus compromissos. Uma das condições impostas pelos credores foi que o país se comprometesse a melhor sanear as finanças públicas, o que passava pela redução das dívidas dos estados (RIBEIRO, 1967, p. 77).

Em 3 de maio de 1924, por meio de mensagem presidencial ao Congresso, Bernardes propunha alterações do texto constitucional que pretendia: promover o equilíbrio financeiro das contas públicas – em razão do endividamento externo das unidades federadas – a proibição da reeleição de governadores – o que atingia exclusivamente o Rio Grande do Sul, único estado em que era permitida; a criação de órgãos do Judiciário nos estados mediante a criação de tribunais de segunda instância,

41 O projeto, assinado por 107 deputados, foi publicado no Jornal O Paiz, Rio de Janeiro, de 29 de julho de 1925. Encontra-se disponível também nos anais parlamentares da mesma data.

CAPÍTULO 4 A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

com o fim de diminuir o excesso de demanda da Suprema Corte, a instituição da possibilidade do veto presidencial de caráter parcial – o que até então não estava previsto e gerava morosidade na tramitação dos projetos de lei; uma melhor regulamentação do instituto do *habeas corpus*; uma maior intervenção do Estado sobre o livre-comércio; mudanças no estatuto político dos imigrantes, o que restringia ainda mais seus direitos políticos; e o controle federal sobre a exploração do subsolo nacional, entre outras proposições.⁴²

Por iniciativa do Executivo, foi criada uma comissão de 21 membros do Parlamento para a elaboração de um projeto que incorporasse as demandas contidas na mensagem presidencial. A Comissão foi presidida pelo Deputado Herculano Freitas, da bancada do Paraná.⁴³ Indicada na sessão de 30 de julho de 1924, apresentou seu parecer final em 3 de setembro de 1925.⁴⁴

Temendo que as discussões se alongassem ou que a proposta do governo fosse derrotada, deputados bernardistas tentaram reformar o Regimento Interno da Câmara, que previa a aprovação de qualquer mudança mediante 2/3 de seus *componentes*. A fim de inviabilizar a possibilidade de obstrução das oposições por meio do esvaziamento das sessões, os governistas propuseram alteração regimental que estabelecia a aprovação mediante 2/3 dos deputados *presentes*, o que foi aprovado. O Regimento Interno do Senado também teve que ser alterado para garantir a celeridade da tramitação e o esvaziamento das oposições.

Não era fácil se opor a um governo autoritário que tinha o controle de boa parte das bancadas, além de ter estabelecido o estado de sítio em várias unidades federadas, entre elas o Distrito Federal, palco das discussões. Dessa forma, a imprensa estava impedida de se manifestar livremente, bem como congressistas e setores organizados da população. Restavam poucas alternativas aos que discordavam das mudanças, a não ser tentar adiar o processo. E foi o que fizeram e com relativo êxito. Das 76 propostas de emenda enviadas ao Parlamento, os governistas retiraram 43 de imediato e, mais tarde, 27 outras, quando perceberam que a votação extrapolaria o mandato presidencial. Todo o furor reformista de Bernardes ficou reduzido a sete emendas à CF, tendo conseguido aprovar cinco delas. A revisão foi concluída em 7 de setembro de 1926, meses antes de ser encerrada a gestão de Bernardes.

42 Mensagem do Presidente Arthur Bernardes ao Congresso Nacional lida na primeira sessão da 12.a legislatura - DOCUMENTOS PARLAMENTARES - v. I, p. 3/7 de 3 de maio de 1924.

43 Compunham a comissão, além do Deputado Herculano de Freitas, Adolpho Konder, Alves de Castro, Anibal de Toledo, Armando Burlamaqui, Arthur Collares Bernardes Sobrinho, Getúlio Vargas, Gilberto Amado, João Bema, Juvenal Lamartine, Luiz Silveira, Manoel Duarte, Montemo de Souza, Moreira da Rocha, Nicanor Nascimento, Plínio Marques, Prado Lopes, Solinônio Leite, Tavares Cavalcante e Vianna de Castello.

44 O atraso do envio da proposta ao Parlamento se deu, entre outras razões, à revolta de 1924 dos tenentes em São Paulo.

AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELO GOVERNO

Antes de examinarmos o que foi alterado no texto, é importante conhecer as propostas enviadas pelo Executivo Federal a fim de avaliarmos do que o governo teve que abrir mão e o que era primordial para Bernardes aprovar antes do fim de seu mandato. Conforme afirmamos, das 76 emendas encaminhadas, apenas seis permaneceram. Mas quais estavam previstas e não foram levadas à frente?

Entre as emendas não aprovadas, ou por desistência da situação ou por derrota em plenário, destacaremos as que avaliamos como mais importantes. São elas:

Quadro 1 – Emendas não aprovadas

ARTIGO	EMENDA	CONTEÚDO
9	4	Retira dos estados os impostos sobre transmissão de propriedade.
12	6	Cria o imposto sobre a renda.
18	8	No que tange à aprovação de projetos pelo Parlamento, substitui como requisito a maioria dos membros pela maioria dos presentes.
26	11	Amplia o número de anos requisitados para um naturalizado ser deputado de quatro para dez anos e exige que seja brasileiro nato para exercer o cargo de senador.
28	12	Altera composição proporcional da Câmara de um deputado para cada 70 mil habitantes para um a cada 150 mil habitantes.
35	29	Prevê que a União deva auxiliar estados na criação de escolas e Faculdades, dando ênfase ao ensino primário.
36	31	Indica que, a cada despesa criada pelo Parlamento, deva haver indicação de receita.
42	38	Retira prazo de dois anos para convocação de novas eleições em caso de morte ou afastamento do Presidente da República. Novo eleito deverá ter mandato completo.
62	56	Impede a possibilidade de recurso ao STF nos casos de intervenção federal, estado de sítio, verificação de poderes ou perda de mandato.
63	57	Insera como princípios constitucionais a não reeleição de governadores, entre outros.
68	59	Delimita o que se entende por autonomia municipal
80	74	Suspende direito ao <i>habeas corpus</i> durante vigência do estado de sítio.

Fonte: Anais Parlamentares

Essas foram as principais. As demais tratavam de mudanças pontuais, sem muito impacto sobre a essência do texto original. Muitas das emendas foram retiradas por serem muito polêmicas, principalmente as que reduziam o poder do Congresso de criar despesas às expensas das receitas. Como dito, havia uma preocupação muito grande do governo em equilibrar as contas públicas e, para isso, tentava não só ampliar as suas fontes de receita (imposto de renda, transferência de impostos dos estados para a União) como também se empenhava em cortar gastos gerados pelo Parlamento.

CAPÍTULO 4 A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

Outra preocupação era com os estrangeiros, o que reflete um aumento do nacionalismo xenófobo. Como a tabela aponta e será demonstrado a seguir, foram propostas emendas para impedir que estrangeiros se candidatassem a cargos políticos, que comprassem propriedades em solo nacional e que evadissem riquezas já acumuladas. Como se verá, parte delas foi aprovada por meio de outras emendas.

Quatro emendas propostas eram reivindicadas pelos setores organizados da população, como a expansão do ensino primário com subvenção pública, uma melhor delimitação dos limites da autonomia dos municípios, a criação de novas regras relativas à realização de novas eleições após a morte de presidentes eleitos e a representação dos estados na Câmara Federal. A primeira era pauta não só dos grupos tenentistas, como de intelectuais e imprensa. A segunda tentava padronizar diferentes compreensões feitas pelos estados acerca da autonomia dos municípios, já que em algumas unidades federadas eles eram mais autônomos e em outras, menos. A terceira tentava equacionar as crises advindas das sucessões presidenciais. Na experiência republicana, três situações dessas aconteceram e algumas delas resultaram em ameaças à ordem institucional: a renúncia de Deodoro; a morte de Afonso Pena e a morte de Rodrigues Alves. No primeiro caso, criou-se um imbróglio jurídico, uma vez que Floriano assumiu sem que novas eleições fossem convocadas, embora Deodoro não tivesse ainda completado seu primeiro biênio, o que gerou protestos e críticas a Floriano, aumentando as tensões do período, que já não eram poucas. A morte de Pena ocorreu no terceiro ano de mandato e não houve problemas. Nilo Peçanha, na condição de vice-presidente, completou o período que faltava, sem maiores instabilidades, a não ser ao fato de que Pena, quando vivo, articulava uma candidatura de oposição a Hermes, defendido por Nilo Peçanha. Já Rodrigues Alves – em sua segunda eleição à presidência – morreu antes de assumir. O vice foi empossado, mas não completou o mandato e novas eleições foram convocadas, para as quais foi eleito o único presidente que provinha de um estado sem força política, o que gerou ininterruptas crises institucionais. Por fim, a alteração da representação dos estados no Parlamento era uma reivindicação dos paulistas que se julgavam sub-representados em razão do crescimento exponencial de sua população. No entanto, a mudança de composição do Congresso é sempre um foco de disputas que poderia atrasar em muito o avanço da revisão. Talvez, por essa razão, tenha sido descartada.

Em relação ao quórum necessário para deliberação do Congresso, a proposta era a de substituir o número de membros do colegiado pelo número de presentes, não só para evitar a demora na aprovação de projetos, como para garantir a própria reforma constitucional. Como veremos, esse problema seria parcialmente resolvido não por meio da aprovação da emenda, mas por meio da reforma dos regimentos internos da Câmara e do Senado, o que permitiu uma análise mais rápida da revisão

e a aprovação de parte das emendas propostas durante a vigência do mandato de Bernardes.

Outras mudanças pontuais tinham menor impacto sobre a ordem institucional e foram retiradas para que as discussões se dessem no prazo previsto, ou seja, antes do término do mandato. Outras foram inseridas nas emendas levadas adiante pelos governistas. Observemos agora o que foi efetivamente alterado.

AS MUDANÇAS

A reforma alterou os artigos 6, 34, 37, 59, 60 e 72 da CR (Constituição da República), por meio de cinco emendas. Faremos uma análise das mudanças por meio dos temas específicos, os relacionando aos artigos que foram objetos de alteração. Elencamos três grandes alterações que se deram sobre as seguintes estruturas em vigor: os pilares do modelo federalista, a cidadania e a divisão de poderes. Como se percebe, Bernardes tentou mudar os pilares básicos da organização republicana, mesmo se valendo de um número pequeno de emendas em relação ao que fora inicialmente proposto. Tendo em vista a urgência em alterar as bases do regime sob seu mandato e as resistências que poderia encontrar no seio de um Parlamento não tão amistoso como os anteriores em razão da disputa presidencial que antecederara a reforma, a estratégia governista foi priorizar mudanças estruturais, que, embora pontuais em relação ao conjunto do texto constitucional em vigor, alteravam o regime em seu âmago.

ALTERANDO AS BASES DO FEDERALISMO

Tais mudanças se referem exclusivamente ao artigo sexto da CR, que tratava das possibilidades de intervenção do Executivo sobre a autonomia dos estados. Embora o federalismo fosse uma ideia antiga, debatida no Brasil durante longo tempo, o país só se tornou federalista após a Proclamação da República. Desde os anos 20 dos oitocentos, as propostas federalistas encontravam guarita em parte das elites políticas imperiais, que tiveram como uma de suas manifestações a Confederação do Equador em Pernambuco, que pretendia construir uma república federal ao norte do país; e também se corporificou no Ato Adicional de 1834, que introduziu certas liberdades às províncias (COSER, 2009, p. 103 e 107). Por outro lado, havia grupos contrários à proposta de uma monarquia federal, que nunca chegou a se concretizar.

Aos poucos, o federalismo tornou-se a principal bandeira do movimento republicano, capaz de unir suas diversas facções. A despeito disso, pouco se discutiu acerca de seu desenho, o que se daria no âmbito da própria Constituinte, quando dois projetos alternativos de federalismo se contrapuseram: o de Ruy Barbosa, que previa um regime descentralizado com a garantia de reservas de poder para o Executivo Federal, e o de Júlio de Castilhos, que propunha uma autonomia mais ampla das

CAPÍTULO 4 A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

unidades federadas. O projeto de Ruy foi aprovado por pequena margem de votos, o que revelava as incertezas dos constituintes e a ausência de discussões mais prolongadas sobre o modelo a ser adotado. O resultado foi a redação fluída do principal artigo constitucional que tratava das possibilidades de intervenção federal sobre a autonomia dos estados, que por estarem mal delineadas, fez com que uma série de intervenções ocorressem, obedecendo mais a critérios extralegais do que ao texto constitucional. Estados pequenos eram comumente objeto de intervenções armadas do Executivo, à revelia de suas lideranças regionais, além do uso indiscriminado do estado de sítio, muitas vezes estabelecido em uma única unidade federada (GASPARETTO, 2018). Já estados maiores possuíam mais autonomia, tanto financeira, quanto política, embora não estivessem isentos de ingerências governamentais em ocasiões de conflito.

Inicialmente eram previstas quatro possibilidades de intervenção federal nos estados: para repelir invasões estrangeiras, para manter a forma republicana federativa, para manter a ordem e a tranquilidade e para assegurar a execução de sentenças federais. A segunda e a terceira, por serem fluídas, serviram de pretexto para vários pedidos de intervenção.

O acúmulo de experiências, sobretudo durante o quadriênio de Hermes da Fonseca, que conforme dissemos, por meio de sua “política das salvagens” interveio militarmente sobre os processos eleitorais dos estados, levou à necessidade de circunstâncias mais específicas que justificassem a limitação da autonomia dos estados, que passaram a ser as seguintes:

1. Para assegurar a integridade nacional e os princípios constitucionais, desta feita especificados.⁴⁵ Entre tais princípios a novidade foi a proibição da reeleição de governadores.
2. Com o fim de garantir o livre exercício de qualquer dos poderes públicos estaduais, por solicitação de seus legítimos representantes, e para *pôr termo à guerra civil*.
3. Para assegurar a execução das leis e sentenças federais e *reorganizar as finanças do Estado, cuja incapacidade para a vida autônoma se*

45 São os seguintes os princípios: a forma republicana, o regime representativo; o governo presidencial; a independência e harmonia dos poderes; a temporariedade das funções eletivas; a autonomia dos municípios; a capacidade para ser eleitor ou elegível nos termos da constituição; a representação das minorias; a inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados e a irredutibilidade dos seus vencimentos; os direitos políticos e individuais assegurados pela constituição; a não reeleição dos presidentes e governadores; a possibilidade de reforma constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la.

demonstrar pela cessação de pagamentos de sua dívida fundada, por mais de dois anos.

4. Para decidir sobre a legitimidade de poderes, em caso de duplicata e para reorganizar as finanças do Estado insolvente.
5. Para dar cumprimento à decisão do Congresso, do STF ou da solicitação dos poderes públicos estaduais.

Em relação ao primeiro destaque – por termo à guerra civil – deve-se levar em consideração que tal liberalidade só foi introduzida no texto da reforma em razão da guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul em 1923. O mesmo ocorreu com a proibição da reeleição, exclusividade gaúcha. No que tange ao segundo – reorganização das finanças públicas – garantia-se à União o controle sobre o equilíbrio orçamentário das contas dos estados, ao restringir a sua autonomia em se endividarem, desde que, ao longo de dois anos, não conseguissem saldar seus compromissos externos.

Os revisionistas se preocuparam também em restringir poderes da União, ao atribuírem ao STF o poder de solicitar intervenção no caso de execução das sentenças federais, desde que avalizado pelo Congresso. Em todas as demais situações, o Executivo teria que submeter-se ao Congresso, quando desejasse intervir sobre os estados.

DIREITOS CIVIS

O artigo 72 da CR foi escrito em 31 parágrafos, cada um deles prevendo um direito civil importante. Foram alterados cinco deles (7, 10, 17, 22 e 34) e agregados mais três parágrafos, que não implicavam em ampliação, mas, pelo contrário, em redução de direitos previamente adquiridos.

O parágrafo sete mantinha o fim da subvenção pública às igrejas, mas incluía uma exceção, a da representação diplomática do Brasil no Vaticano, o que apenas evitava eventual contestação jurídica para o exercício da diplomacia.

O décimo parágrafo regulamentava a liberdade de entrada e saída do país com fortunas e bens, direito previsto em 1891. Acontece que a revisão retirou a frase “independente de passaporte”, o que limitou o direito a brasileiros e passou a impedir que estrangeiros fossem embora com seus bens. Tal alteração tinha como alvo os líderes sindicais estrangeiros, que uma vez expulsos em razão de suas práticas políticas, deveriam deixar o país de mãos abanando. As leis de expulsão de estrangeiros já vigoravam no país há muitos anos, desde o governo Floriano, como resposta aos levantes grevistas e às oposições ao seu governo autoritário. Adolfo Gordo propôs em 1907 a Lei de expulsão de agitadores do país (Decreto nº 1.641), que foi ampliada em

CAPÍTULO 4 A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

1913, para contenção de movimentos no campo; e em 1921, que regulamentava não só a expulsão, como a entrada de trabalhadores estrangeiros no país (LANG, 2014).

O parágrafo 17, também alterado, tratava do direito de propriedade e era sumário ao prever que as minas pertenceriam aos respectivos proprietários do solo. Foi inserido, no entanto, que as minas e as jazidas minerais necessárias à segurança e defesa, bem como as terras onde se encontravam não poderiam ser transferidas a estrangeiros. Essa mudança relaciona-se, em nosso entendimento, não só ao contexto pós I Guerra Mundial, quando o nacionalismo como instrumento de hegemonia dos países se fortaleceu, mas também aos interesses econômicos nacionalistas específicos do Brasil, de cuja defesa Bernardes havia participado diretamente. Trata-se do episódio da Siderúrgica Itabira Iron, que, por meio da intervenção de Bernardes na condição de governador de Minas e em aliança com Epitácio, fez com que o acordo de exploração do minério de ferro de Minas se desse com os belgas, cujas bases envolviam transferência de tecnologia e maior controle do estado sobre as operações. Daí nascia a Siderúrgica Belgo Mineira. O minério de ferro era considerado importante produto, que, nas mãos dos ingleses sem a participação estatal, fragilizava o estado detentor de um ativo fundamental para o período (SILVA, 1997).

Já o parágrafo 22 tratava das mudanças no instituto do *habeas corpus*. O texto original da CF previa o seu uso em caso da vítima ser objeto de violência, coação por ilegalidade ou *abuso de poder*. O texto, generalista, deu margem para que o instituto fosse usado como meio de contestar resultados eleitorais, denunciar fraudes ou abusos de autoridade. Era consensual que o parágrafo precisava de ser mais específico, o que se deu por meio da alteração: “*Dar-se-á o habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência por meio de prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção*”.

Tal mudança não se deu sem oposições. Quando se limitou o instituto ao seu significado literal, o direito de ir e vir, segundo Nogueira (1959, p. 83-84), tal mudança se opunha ao que pensavam Ruy Barbosa e Pedro Lessa. Gerou-se uma lacuna em relação aos mecanismos de proteção dos direitos individuais quando violados pelo poder público, antes contemplados pelo *habeas-corpus*, que não encontrou equivalente no texto reformado.

Três novos parágrafos foram aduzidos. O 32 deixava claro que servidores civis ou militares que tivessem salários irredutíveis – direito assegurado a apenas algumas categorias – não se eximiriam do pagamento de impostos. O 33 era complementar ao décimo, conferindo ao Poder Executivo o poder de expulsar estrangeiros considerados perigosos ou nocivos à ordem pública. A reafirmação deste princípio em dois parágrafos que tratavam dos direitos políticos e civis demonstram a preocupação das elites em coibirem o movimento sindical, que nos anos anteriores se mobilizou fortemente na luta por seus direitos, bem como coibir as ações dos comunistas, organizados no PCB

(criado em 1922) e que incorporava em seu seio o bloco operário-camponês, de atuação no campo e com inspiração maoísta. Por fim, o parágrafo 34 previa que novos postos públicos só poderiam ser criados mediante expediente legal (lei ordinária especial).

Achamos importante incorporar nesta discussão sobre direitos uma proposta de emenda ao parágrafo sexto do Artigo 72 da CR – que surgiu no plenário – e que foi rejeitada, embora obtivesse a maioria simples de votos favoráveis. Trata-se da proposta de retomada do ensino religioso nas escolas. O parágrafo seria assim redigido: *“Conquanto leigo, o ensino com caráter obrigatório, ministrado nas escolas oficiais, não exclui das mesmas o ensino religioso facultativo.”* Francisco Campos, deputado da bancada mineira que servia aos interesses de Bernardes defendeu arduamente a proposição, bem como boa parte dos deputados mineiros, contra a qual se opuseram os gaúchos. A emenda foi derrotada com base na manutenção do Estado laico, por não ter obtido o apoio dos 2/3 dos deputados presentes, embora tenha recebido 89 votos a favor a 60 votos contrários.⁴⁶

No âmbito dos direitos, ocorreu também uma alteração importante, a do Artigo 34, que tratava dos poderes do Legislativo. Dizia respeito à assunção de que caberia ao Parlamento legislar sobre o trabalho, licenças e aposentadorias. Tal mudança era significativa, pois pela primeira vez o Estado era chamado a intervir nas relações entre capital e trabalho, uma novidade em relação às práticas eminentemente liberais que predominavam desde a fundação da República. Certamente, a inserção dessas atribuições resultou da aprovação prévia de uma série de leis de proteção ao trabalho, reivindicadas e obtidas pelos trabalhadores em sua mobilização sindical, da qual falamos anteriormente. Leis que regulavam a jornada de trabalho, os limites ao trabalho das mulheres e dos menores, férias, os acidentes de trabalho e as caixas de aposentadoria e pensões precisavam ser ampliadas ou mais bem regulamentadas para que tivessem efeito prático na vida dos trabalhadores. O Estado chamava a si esta responsabilidade, atuando como árbitro e regulador dos conflitos sociais que ameaçavam o ordenamento social.

DIVISÃO DE PODERES

Os artigos alterados relativos ao funcionamento dos poderes foram os de número 34, 59 e 60. As principais alterações se deram na maior organização do Poder Judiciário. Começamos pelas alterações acerca das atribuições do Congresso (Artigo 34). Foram duas as alterações mais importantes. A primeira relativa às receitas públicas, que previa que o Congresso poderia prorrogar o orçamento do ano findo até 15 de janeiro do ano seguinte, caso o novo orçamento não estivesse em vigor. Este prazo também se aplicava ao uso das forças de terra e mar. Ademais, foi estabelecido que o orçamento deveria se ater exclusivamente a receitas e despesas de serviços já criados, mas seria permitido que se submetesse ao Parlamento a abertura de créditos suplementares,

CAPÍTULO 4 A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

quando necessário. A preocupação com o saneamento das despesas públicas incluía também a preocupação acerca da quitação de débitos dos anos anteriores e a proibição de concessão de créditos ilimitados ao Poder Executivo. Tais preocupações se justificavam em razão do aumento progressivo dos déficits públicos, sobretudo por conta da diminuição das receitas derivadas do período da Guerra e da pandemia de Influenza. Somam-se a isso os gastos com a repressão aos conflitos como a guerra civil do Rio Grande do Sul e as ações do movimento tenentista, além da repressão aos movimentos rurais, como o Cangaço. A contração das exportações gerou diminuição de receitas provocando déficits públicos, ainda mais agravados pelo endividamento prévio de estados e do próprio governo central.

Em relação às mudanças do aparato legal que regulava as ações do Poder Judiciário (artigos 59 e 60), conforme afirmamos, foram mais substantivas. As mudanças tinham duplo caráter, não necessariamente contraditórios entre si. Por um lado, ampliava o Poder Judiciário, ao criar tribunais de primeira instância nos estados. Por outro, reduzia seu escopo, ao retirar o seu poder sobre algumas esferas.

Acerca da fragilização do Judiciário, foi introduzido o seguinte parágrafo ao artigo 60:

§ 5º Nenhum recurso judiciário é permitido, para a justiça federal ou local, contra a intervenção nos Estados, a declaração do estado de sítio e a verificação de poderes, o reconhecimento, a posse, a legitimidade e a perda de mandato dos membros do Poder Legislativo ou Executivo, federal ou estadual; assim como, na vigência do estado de sítio, não poderão os tribunais conhecer dos atos praticados em virtude dele pelo Poder Legislativo ou Executivo.

A modificação reduzia o equilíbrio entre os poderes ao impedir que o Judiciário atuasse como instância recursal às deliberações dos demais poderes, exatamente em situações delicadas como os processos eleitorais, o uso do estado de sítio e a intervenção sobre os estados. A partir da emenda aprovada, caberia ao Congresso decidir se uma decisão de primeira instância deveria ou não ser encaminhada ao STF como instância recursal, o que se contrapunha ao princípio da independência dos poderes que norteou os constituintes de 1891.

Destaca-se que foi nesse período em que Bernardes extrapolou em todas essas situações, já que governou boa parte em estado de sítio e interveio sobre os processos eleitorais de estados que haviam lhe feito oposição. As minorias derrotadas perdiam importante instrumento de contestação, já que o próprio instituto do *habeas corpus*, usado comumente como recurso para esses casos, havia sido circunscrito a situações bastante específicas.

Por outro lado, a criação de ramificações do Judiciário nos estados tornava a justiça mais ágil, sobretudo a Suprema Corte, sobrecarregada por demandas relativas ao direito criminal, civil e internacional. Muitos desses entraves poderiam ser resolvidos

pela primeira instância nos estados. Tal modificação contou com forte oposição dos juristas e também senadores Moniz Sodré e Epitácio Pessoa, que não viam capacidade instalada nos estados para o cumprimento de tais funções, além de temerem pela ação não unificada da justiça em nível nacional. Como visto, o Judiciário, que ao longo da Primeira República fora o mais frágil dos três poderes, obteve uma ampliação de sua estrutura, mas foi esvaziado em suas prerrogativas.

Uma mudança pontual que tinha como foco as relações entre o Legislativo e o Executivo foi feita sobre o artigo 37, que tratava do poder de veto do Presidente da República. A única possibilidade existente pela CR era o veto integral. Com a alteração, tornou-se possível que o Presidente vetasse parte de um projeto aprovado, o que era mais razoável. Estabelecia-se também o limite de dez dias úteis para que o Presidente enviasse suas justificativas para o veto.

As razões para esta mudança se vinculavam aos problemas orçamentários derivados do processo de votação anual do orçamento pelo Congresso, que incorporava despesas sem vinculá-las às receitas disponíveis, o que gerava déficits fiscais para um governo já endividado. A emenda possibilitaria o veto de partes do orçamento, evitando-se ter que vetá-lo na íntegra, como fizera Epitácio em 1922 (ZULINI & MACHADO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que pôde ser observado, algumas conclusões acerca da reforma de 1926 merecem ser analisadas. Em primeiro lugar, cabe destacar que a revisão, embora tivesse adeptos nas primeiras décadas após a aprovação da Constituição da República de 1891, só se tornou pauta do governo de Bernardes em razão de algumas circunstâncias específicas que procuramos destacar ao longo do texto. Entre elas, os problemas de ordem financeira, política e social. Os primeiros se vinculavam ao aumento dos gastos públicos – endividamento dos estados, gastos com a repressão às revoltas políticas – e diminuição da demanda por nossos produtos no contexto do entre guerras, o que gerou queda das receitas. Em relação aos problemas políticos, as práticas autoritárias de Bernardes e seus impactos, como a governança em estado de exceção e as contínuas intervenções sobre os processos eleitorais dos estados, requeriam uma melhor compreensão das relações entre União e unidades federadas, com vistas à restrição de sua autonomia. Por outro lado, as relações entre os três poderes deveriam ser melhor normatizadas depois das mudanças sobre o instituto do *habeas corpus* e da ampliação dos braços do Poder Judiciário, garantindo ao Legislativo e ao Executivo a proeminência sobre o terceiro poder; por fim, os problemas sociais advindos das greves operárias, dos levantes militares e das revoltas rurais demandavam do Estado respostas com vistas à manutenção da ordem.

CAPÍTULO 4 A CRISE DOS ANOS 1920 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

Em vista desse contexto, mesmo Bernardes não tendo anunciado em sua plataforma eleitoral a intenção de revisar a Constituição, sua vitória sobre as oposições e sua aliança política com São Paulo lhe propiciaram condições para dar um passo a mais rumo aos seus objetivos, que eram: esvaziar a autonomia dos estados, ampliar o poder do centro político, reprimir as divergências e organizar as finanças públicas.

Marly Ribeiro (1967, p. 92) afirma que uma das grandes diferenças entre o texto de 1891 e o de 1926 é que no primeiro a expressão “república federativa” foi largamente usada para se contrapor ao centralismo da Monarquia. Já no segundo, a expressão mais usada era “integridade nacional”, o que já apontava para um espectro mais centralizador do regime.

Uma revisão constitucional implica ajustes que mantenham a essência do texto original, ou seja, preservem-se as intenções dos constitucionalistas que a elaboraram. Cabe questionar, contudo, até que ponto os pilares de 1891 foram preservados. Como Ruy Barbosa, principal autor da CR, vertia as reformas feitas três anos após a sua morte, ele que tanto lutou por uma revisão?

Ruy manifestava duas preocupações em suas propostas revisionistas: a falta de independência do Poder Judiciário em relação aos outros dois poderes da República e a perseguição de que eram vítimas os parlamentares que se opunham ao regime, sobretudo nos períodos de estado de sítio. Resta claro que a revisão não só deixou de atender as suas preocupações, como também as agravou. Após a revisão de 26, o Poder Judiciário perdeu prerrogativas e o Executivo ampliou sua capacidade de punir adversários, desde que tivesse apoio do Congresso. Ao reduzir o poder de interferência do instituto do *habeas corpus*, usado por variadas vezes pelo jurista baiano, criou-se se uma lacuna em relação aos mecanismos de proteção dos direitos individuais quando violados pelo poder público, que não encontrou equivalente no texto reformado (NOGUEIRA, 1959, p. 83-84). Outros direitos foram reduzidos, sobretudo dos estrangeiros, o que era compreensível em um governo que, além de se mostrar autoritário, era nacionalista e xenófobo.

Se pensarmos no modelo federalista que inspirou os propagandistas republicanos e os constituintes de 1891, vimos em 26 um retrocesso em relação à autonomia dos estados, tanto política como financeira. Se o debate de 1891 se dera entre um federalismo mais ou menos radical, em 1926 era em torno de reduzir ainda mais as bases de um federalismo, já moderado.

Em que pese o fato de Bernardes ter conseguido alterar as bases do sistema político em vigor, por meio da alteração do federalismo, da cidadania e da divisão dos poderes, pela urgência em aprovar suas mudanças durante o seu mandato e a contar com as oposições representadas no próprio Parlamento, antes reunidas na chapa da Reação Republicana, teve que abrir mão da maior parte das mudanças que planejava implementar, reduzindo as propostas de emendas e abrindo mão de temas

mais polêmicos. Ou seja, seu projeto era fazer uma nova CR e não apenas reformá-la, no que foi impedido pelo tempo e pela oposição. De fato, a República nos anos 20 não era a mesma de Campos Salles 20 anos antes. Setores emergentes, grupos dissidentes, revoltosos dos campos e das cidades sonhavam com um novo regime. Alguns com uma República mais autoritária, centralizada e nacionalista; outros com a ampliação dos direitos liberais. Eram projetos em disputa em vários terrenos, tendo sido a reforma de 1926 uma arena a mais onde se deram.

O processo eleitoral de 1930 certamente é um dos que mais marcou a memória, a história e a historiografia sobre a República no Brasil. Nesse ano, as lideranças das principais oligarquias que controlavam o país divergiram sobre a sucessão presidencial. Tal fato, embora significativo para o desenlace dos acontecimentos que se seguiram, não pode ser tomado como suficiente para a organização de um levante armado, nem justifica as mudanças governamentais posteriormente empreendidas. Tomar apenas esse evento como centro das atenções nos permitiria perceber somente a ocorrência do golpe de estado promovido por segmentos descontentes das oligarquias com o apoio de outros setores da sociedade.

Uma das discussões que permeia as análises sobre o que aconteceu na política brasileira em 1930 é justamente se o que passou foi um golpe, uma revolução, ou um golpe seguido por uma revolução. As dúvidas se justificam por características como a causa da formação de um eixo de oposição, o tipo de liderança dele, a participação popular e as alterações empreendidas após a tomada do poder. Tais elementos podem parecer simples, mas foram significativos para o desenvolvimento de análises sobre o fim da Primeira República.

A ideia de golpe está ligada ao fato de que a causa e vários dos chefes da Aliança Liberal, nome dado ao grupo de oposição capitaneado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba contra a indicação do paulista Júlio Prestes à presidência em 1929, faziam parte do mesmo conjunto de lideranças que há décadas governavam o país. Além disso, depois de derrotados pela via eleitoral, partiram para a revolta armada e tomaram o poder, mas as alterações na estrutura governamental não foram imediatas. Portanto, um golpe.

Todavia, os fatos não se desenrolaram de modo tão simples. Para a eleição e para a revolta, outros setores

também participaram ativamente, e a evolução dos acontecimentos não poderia se dar apenas como resultado de uma crise intralite. Em sucessões presidenciais anteriores, fortes divergências também foram verificadas, como na de 1910, que opôs Ruy Barbosa a Hermes da Fonseca, ou na de 1922, disputada por Artur Bernardes e Nilo Peçanha, mas nem por isso golpes foram registrados.

O Brasil do final da década de vinte havia mudado e o modelo de federalismo oligárquico já não atendia as demandas de vários setores. Tratava-se de uma sociedade mais complexa em termos econômicos e sociais. Além disso, uma sociedade que procurava se organizar cada vez mais em associações, partidos, grupos de classe ou outros tipos de órgãos de representação dos seus interesses.

Nas reflexões sobre 30, um elemento importante nem sempre é analisado, ou seja, a participação popular. É difícil imaginar uma revolução sem o apoio das massas. Por esse motivo, pretende-se neste capítulo analisar os acontecimentos daquele ano, mas com especial atenção para as formas de participação da população, especialmente no pleito. Para isso, refletimos primeiramente sobre como alguns memorialistas e pesquisadores abordaram o assunto. Posteriormente, as atenções são direcionadas para a participação das pessoas no processo eleitoral e na revolução.

UM POUCO DE MEMÓRIA E DE HISTORIOGRAFIA SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930

Analisar o campo político da Primeira República não constitui tarefa simples. De modo geral, trata-se de um contexto marcado por muitos esquemas explicativos que, embora facilitem a compreensão sobre os arranjos que deram tônica ao período, pouco contribui para o desenvolvimento de análises mais aprofundadas. Por conseguinte, tomar o coronelismo, a Política dos Estados, a Política do Café com Leite e a Revolução de 1930 – assuntos típicos da abordagem do início da experiência republicana no Brasil –, para o empreendimento de novas apreciações demanda atenção, especialmente sobre o que já foi produzido acerca desses assuntos. Especificamente sobre a Revolução, é oportuno perscrutar dois tipos de produção; a primeira delas é a dos memorialistas e a segunda, dos pesquisadores acadêmicos. Esse tipo de apreciação nos permite pensar como o tema foi abordado e quais características chamaram mais a atenção dos que a ela se dedicaram. Começemos pelos memorialistas.

Os relatos dos homens que vivenciaram a década de 20 e que fizeram os seus registros sobre ela são ricos em informações e se tornaram importantes fontes para análises acadêmicas posteriores. Alguns dos registros procuraram se sobressair dentre as demais produções da época, como é o caso da obra de Barbosa Lima Sobrinho (1983), que recebeu o sugestivo nome de *A verdade sobre a revolução de outubro – 1930*. O título da obra indica a busca pela primazia da descrição dos fatos, a ponto de o escritor tentar estabelecer “a verdade” dentre os relatos produzidos por seus

CAPÍTULO 5 A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

contemporâneos, alguns inclusive de quem esteve diretamente envolvido com os acontecimentos. Nesse caso, merece destaque a obra *Outubro, 1930*, de autoria de Virgílio de Melo Franco (1980), e *A Jornada Liberal*, de João Neves da Fontoura.

Tal como Lima Sobrinho, Melo Franco e João Neves vivenciaram os fatos do período como observadores privilegiados. Todos atuavam em cargos parlamentares à época e eram próximos das principais lideranças de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. O último foi um dos principais articuladores da campanha de Getúlio Vargas e da Revolução. A preocupação dos três escritores não era a de propor uma análise acadêmica, mas demarcar o seu lugar na história ao descrever o que havia se passado sob o seu ponto de vista. Apesar dessas minúcias, o foco das obras estava efetivamente no desenrolar dos fatos nos bastidores da política, e as suas causas, na perspectiva deles, associadas mais diretamente às divergências oligárquicas no processo de escolha do novo Presidente. Tratava-se, portanto, de uma leitura do contexto muito específica, voltada para as disputas políticas e pouco atenta para o conjunto da sociedade.

No final da década de 1970, a historiadora Lúcia Lippi de Oliveira (1978) produziu um artigo em que analisou as principais produções bibliográficas sobre a Revolução de 30. O foco da proposta era perscrutar a opinião dos contemporâneos, por ela chamados de ensaístas, acerca dos acontecimentos que vivenciaram e registraram em seus livros. Uma das constatações da pesquisadora foi a preocupação que eles tiveram com a construção de uma memória acerca dos acontecimentos do final da década de 20 para defenderem a ideia de que 30 representou uma ruptura na política nacional. Os memorialistas destacaram o que se passou naquele ano para evidenciar as mudanças ocorridas no Brasil posteriormente, em especial no que se refere à nova forma de organização do Estado, das eleições e do sistema de representação popular, assim como de planejamento das relações de trabalho e de desenvolvimento econômico, que foram estabelecidos alguns anos depois. Assim, para compreender o Estado Novo criado por Getúlio Vargas, era preciso ponderar sobre o passado, notadamente sobre o que consideravam problemas crônicos do período pregresso. Conforme Oliveira (1978, p. 97): “O momento político parece estar oferecendo tantas alternativas ao debate e à luta política, que os autores se voltam para a apresentação de propostas políticas – discutem o que fazer muito mais do que analisam a crise que gerou e tornou possível a vitória revolucionária.”

O anseio de compreender ou de construir uma imagem positiva para um contexto pós-30 era algo premente e necessário. O custo revolucionário precisava ser justificado por mudanças, ainda que essas fossem conduzidas por pessoas provenientes dos grupos oligárquicos que conduziram a República anteriormente. Não é demais lembrar que, nos anos subsequentes à Revolução, o epíteto atribuído ao período compreendido entre 1889 e 1930, “República Velha”, foi assimilado pela sociedade de tal modo que ainda hoje é rotineiramente utilizado para se referir ao período. Junto

com o nome, foram reforçadas as características a ela imputadas e que contribuíram para justificar o levante, como as desigualdades socioeconômicas, o desequilíbrio nas relações federalistas e as fraudes eleitorais. Em contraposição a tudo isso, era preciso construir um novo país, com novas diretrizes e regido por outro governo, um “Estado Novo”. Constituíam-se, assim, o início de um antagonismo entre dois períodos com características contrastantes. Um antigo, liberal, oligárquico e fraudulento. O outro, moderno, corporativista e idôneo. Os ensaístas, portanto, escreveram suas obras na década de 30, em um momento de disputas pela construção de uma memória dos anos progressos em favor de um suposto futuro mais próspero.

Já no campo das pesquisas acadêmicas há uma diversidade de estudos sobre a Revolução de 1930. Para várias análises, as causas do movimento que pôs fim à Primeira República estavam diretamente associadas a discordâncias de classes distintas com relação aos rumos político e econômico do país. Para alguns, haveria divergências entre setores médios urbanos e um tipo de burguesia nacional, que abarcava os setores agrários, industriais e do comércio. Nessa disputa, a classe média teria levado vantagem pelo apoio auferido junto aos tenentes.⁴⁷ Estes, em boa medida, expressavam os anseios daquela parcela da sociedade, por teoricamente terem origem nela e exerceram posteriormente papel relevante na construção do governo revolucionário. Um dos representantes dessa corrente de interpretação é Guerreiro Ramos. Segundo ele (1961, p. 28):

Na década de 1920 forma-se um quadro revolucionário da classe média, no qual se destaca o ativismo dos “tenentes”. As quarteladas de 1922 e 1924 e a Coluna Prestes são movimentos de liderança e de ideário tipicamente pequeno-burgueses. Sumariamente sua problemática pode ser resumida nos seguintes reclamos: democratização do voto mediante a reforma eleitoral, liquidação da política dos governadores, abolição da ditadura do Executivo, uniformização da justiça, garantia de independência do judiciário, liberdade de imprensa, regulamentação do “estado de sítio”, todas essas providências que aparentemente permitiriam a incorporação da classe média na sociedade política.

Diferentemente da análise de Ramos (1961), uma linha interpretativa posterior não compreendeu a classe média como a promotora das mudanças da década de 1920 e muito menos da Revolução. O seu papel de primazia passou a ser o de parceria com outros segmentos sociais. A crise no domínio das oligarquias nos anos 20 teria aberto

47 A historiadora Maria Cecília Spina Forjaz (2012) define o Tenentismo como: “Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930.”

CAPÍTULO 5

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

espaço para que a burguesia industrial se articulasse, de modo a tomar o controle do Estado com o apoio da classe média. Essa concepção, que conta com estudos como os de Nelson Werneck Sodré (1962), apontam para a mudança na pauta econômica do país, cada vez mais diversificada, menos dependente do café e, conseqüentemente, com alterações nas demandas das classes sociais que o compunham e dos anseios econômicos, políticos e governamentais que os moviam.

Também significativas na historiografia sobre a Revolução de 30 são as reflexões de Boris Fausto. A inovação desse autor talvez esteja mais na proposta de interpretação sobre como diferentes setores compuseram o governo após a Revolução do que sobre os aspectos que resultaram nos acontecimentos daquele ano. Grosso modo, Fausto também destaca a crise das oligarquias e a pressão exercida pela atuação do movimento tenentista, que publicamente pressionava por mudanças. Por sua perspectiva, após a eclosão do levante armado que depôs Washington Luís, nenhuma classe encontrava-se em condição de assumir o controle do país de modo exclusivo. O governo resultante dessa situação contaria com a colaboração ou consentimento de vários setores. A esse tipo de conjugação de forças Fausto deu nome de “Estado de Compromisso”. Segundo o autor (FAUSTO, 2010, p. 150):

O agravamento das tensões no curso da década de 1920, as peripécias eleitorais das eleições de 1930, a crise econômica propiciam a criação de uma frente difusa, em março/outubro de 1930, que traduz a ambigüidade da resposta à dominação da classe hegemônica: em equilíbrio instável, contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos, reúnem-se o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais.

Embora com diferentes perspectivas, as interpretações sobre as eleições e sobre o levante de 30 não são excludentes; todas consideram que, ao longo da década de 20, a República sofreu múltiplas modificações sociais e econômicas. Juntas, elas teriam contribuído para o colapso do sistema republicano federalista e oligárquico que vigorou durante a Primeira República. Assim, os acontecimentos de 30 estariam ligados a uma crise do modelo político vigente, que se ampliou no decurso dos anos 20, mas que serviu como brecha para que elementos como a insatisfação da baixa oficialidade das forças armadas, representadas pelos tenentes; a diversificação econômica do país; a organização operária; as críticas ao regime oligárquico e as próprias dificuldades das oligarquias em se articular, demandassem alterações. Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2006, p. 1), ao analisarem o assunto, também ressaltam essas mudanças:

Do ponto de vista econômico, a década de vinte foi marcada por altos e baixos. Se nos primeiros anos o declínio dos preços internacionais do café gerou efeitos graves sobre o conjunto da economia brasileira, como a alta da

inflação e uma crise fiscal sem precedentes, por outro também se verificou uma significativa expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele vinculadas. Passados os primeiros momentos de dificuldades, o país conheceu um processo de crescimento expressivo que se manteve até a Grande Depressão em 1929. A diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes e o surgimento de novos estabelecimentos ligados a indústria de base foram importantes sinais do processo de complexificação pelo qual passava a economia brasileira. Junto com estas mudanças observadas no quadro econômico processava-se a ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias, da classe trabalhadora e a diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas. Em seu conjunto estas transformações funcionariam como elementos de estímulo a alterações no quadro político vigente colocando em questionamento as bases do sistema oligárquico da Primeira República.

Como se pode perceber, diferentemente dos memorialistas, que centraram as atenções nos bastidores da crise política, os pesquisadores avançaram na compreensão do que teria provocado a irrupção de um levante. As suas análises conseguiram captar as modificações da sociedade brasileira, que cada vez se tornava mais complexa. O Estado, gerido por tradicionais grupos oligárquicos, já não conseguiam atender a essa complexidade, era incapaz de fazer frente às demandas de uma população mais diversificada e que reclamava direitos, inclusive de maior participação política. Todavia, as interpretações têm partido da noção de uma atuação popular em termos de classe, e em vários sentidos por representantes organizados, como os tenentes, os partidos políticos e os sindicatos. Tal constatação nos leva a questionar: a população teria deixado de tentar intervir pela via mais simples, ou seja, o voto? Ou seria este tão desprestigiado que já não era entendido como mecanismo de participação política do cidadão? Seria o levante armado a única forma de promover mudanças ou a eleição também era compreendida como meio de alterar os governantes dentro das regras do jogo político?

Algumas interpretações, como a de Guerreiro Ramos (1961), afirmam que a iniciativa popular não ocorreu nos acontecimentos do final da Primeira República. Segundo ele: “[...] o povo, na reviravolta de 1930, pouco ou nenhum papel chegou a exercer. Como a Velha República, a Nova República nasceu também de uma rebeldia de superfície, cujo sentido as camadas populares da época não eram capazes de entender” (p. 29).

Neste estudo aventamos a hipótese diametralmente oposta à de Guerreiro Ramos e tomamos os pleitos para essa reflexão. As eleições não foram abandonadas pelas pessoas; pelo contrário, cada vez mais elas participavam desses atos, independentemente da instituição de outras formas de representação política. As mudanças da sociedade, inclusive, podem ter servido para ampliar a frequência nos pleitos, e não para afastar os votantes. Assim, a eleição e a Revolução de 30, apesar de também lideradas por alguns representantes dos grupos que há décadas governavam o país, contou com a iniciativa popular, como analisaremos na seção a seguir.

DO CANTO DA MARCHINHA DE CARNAVAL AO AMARRAR O LENÇO VERMELHO NO PESCOÇO: O POVO NAS URNAS E NAS RUAS PELA ELEIÇÃO E PELA REVOLUÇÃO DE 1930

Ó Seu Toninho
Da terra do leite grosso
Bota cerca no caminho
Que o paulista é um colosso
Puxa a garrucha
Finca o pé firme na estrada
Se começa o puxa-puxa
Faz do seu leite coalhada
Seu Julinho vem, Seu Julinho vem
Se o mineiro lá de cima descuidar
Seu Julinho vem, Seu Julinho vem
Vem, mas custa, muita gente há de chorar [...]
(FREIRE JÚNIOR, 1929)

Para refletir sobre o processo eleitoral de 1930, é interessante a marchinha do carnaval de 1929, citada em epígrafe. Nela, o compositor Freire Júnior brinca com a possível disputa entre mineiros e paulistas na eleição que ocorreria no ano seguinte. Com a irreverência típica da festa de momo, “Seu Toninho”, no caso o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, é alertado sobre as intenções do Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, ou “seu Julinho”, com relação à futura ocupação do executivo federal. A discussão sobre a eleição, portanto, teve início com bastante antecedência e estava presente nas conversas da população. Tal aspecto é importante, pois indica que, ao final da década de 20, as pessoas mais simples, em alguma medida, acompanhavam os desdobramentos do campo político, ainda que brincassem com as possíveis candidaturas.

Recuperar a marchinha de 1929 nos ajuda a refletir acerca de uma noção recorrente sobre a primeira fase do regime republicano no Brasil, a de que o campo político deste período era um espaço de atuação restrita às elites oligárquicas. Estas, formadas por tradicionais e extensos grupos de base familiar, dominariam terras e votos por intermédio de seus representantes locais, os coronéis. A República no Brasil, portanto, funcionaria com base em um esquema em que cada indivíduo atuaria de maneira pragmática e conforme o lugar que ocupava na sociedade. Aos chefes oligárquicos caberia o papel de articular os interesses das elites de cada unidade federativa. Já os coronéis controlariam postos locais e trabalhariam para sustentar todo o esquema com um elemento simples, mas fundamental para a sua legitimidade, ou seja, o voto. Este era obtido das pessoas aptas a votar, seja por meio de sua livre manifestação ou pela coação.

Sobre a forma de obtenção de votos durante a Primeira República, são conhecidas as análises de Vítor Nunes Leal (1949). Para esse pesquisador, o esquema político anteriormente relatado foi construído com base no formato republicano instaurado no Brasil. Diversamente do período imperial, os republicanos tentaram, por meio da Constituição de 1891, ampliar a participação popular e, para isso, aboliram o critério de renda como requisito para as eleições. O novo condicionante ao direito de votar passou a ser a alfabetização (BRASIL, 1891). Porém, ao ampliar o voto a todo homem alfabetizado e maior de 21 anos, a República teria desenvolvido a possibilidade dos potentados locais de intervirem nas escolhas dos cidadãos no que se refere ao sufrágio. Tal intervenção foi possível porque a maior parte dos indivíduos aptos a comparecer às urnas era economicamente frágil, dependente de detentores de recursos financeiros, mas especialmente de terras. Assim, o sufrágio teria se tornado um tipo de moeda de troca entre pessoas com níveis socioeconômicos distintos e com interesses diversos, todavia complementares. Às lideranças políticas ele era necessário para se elegerem. Para o homem simples, a inscrição de um determinado nome na cédula eleitoral poderia lhe valer a integridade física, a concessão de algum pedaço de chão para retirar o seu sustento, favores ou mesmo recursos financeiros.

Por essa perspectiva, os processos eleitorais brasileiros realizados entre 1891 e 1930 constituiriam simulacros de eleições democráticas. O eleitor, mediante restrições ou determinados interesses, não teria exercido o seu poder de escolha de forma livre, conforme ambicionavam os legisladores de 1891. Já os candidatos não precisariam defender qualquer plataforma para obter a preferência do eleitorado. Assim, em certa medida, as eleições seriam “jogos de cartas marcadas”, e como tal, pouca propensão teria o cidadão para se envolver com elas, exceto se coagido ou se vislumbrasse a possibilidade de auferir alguma vantagem. Por esse motivo, é comum identificarmos na historiografia concepções como a de Leal (1949), de que pouco importava o voto depositado nas urnas, pois o resultado era previsível.

Análises recentes têm indicado que essa perspectiva precisa ser relativizada. Em pesquisas anteriores a este estudo, identificamos que as eleições realizadas em Minas Gerais até 1930, para a escolha de representantes para o parlamento federal, possuíam certo grau de competição entre os candidatos (FIGUEIREDO, 2017). Em várias circunstâncias, membros da oligarquia mineira foram preteridos e lançaram candidatura contrária às decisões de seu grupo. Também figuras alheias ao círculo oligárquico chegaram a ser eleitas para o parlamento, a despeito da força eleitoral auferida pelos indicados do Partido Republicano Mineiro (PRM), que possuía uma ampla rede de correligionários. Esse aspecto indica que os votos não eram tão garantidos como tradicionalmente se pensava. A existência de disputa entre pleiteantes a um cargo eletivo, inclusive no seio da oligarquia, evidencia que o jogo eleitoral, embora marcado por medidas de organização do mercado político no que se refere aos candidatos,

CAPÍTULO 5 A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

mas principalmente de controle dos votos, possuía espaço para a divergência e, consequentemente, incertezas com relação ao resultado proveniente das urnas.

Assim como identificado em Minas Gerais, estudos como o de Paula Paz Ribeiro (2019), que analisou a oligarquia gaúcha, e os de Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2013; 2014), que estudaram os processos eleitorais brasileiros para a Câmara Federal entre 1894 e 1930, coadunam com a noção de que as eleições da Primeira República detinham espaço para a concorrência. Esta, em certa medida, era gerada dentro das oligarquias, que nem sempre conseguiam atender aos interesses de seus membros. Sobre esse aspecto, a eleição de 1930 é exemplar. Ao passo que não conseguiu contemplar os interesses de todas as unidades federativas referentes à escolha do sucessor de Washington Luís ao Palácio do Catete, foi aberta a divergência e o conflito eleitoral.

Soma-se a essas constatações outra, também oriunda de recentes pesquisas acerca da atuação do cidadão nos pleitos. Após analisar as eleições presidenciais dos anos de 1898, 1906, 1910 e 1922, verificamos que a presença dos votantes às sessões era bastante reduzida. Em 1898, 40,58% do eleitorado deixou de comparecer às urnas. Em 1906 o total de ausências chegou a 66,83%, o maior percentual entre esses quatro pleitos, já que em 1910 a taxa chegou a 42,3 e 36,2 em 1922. As motivações para o não votar, conforme apurado na imprensa, estavam associadas a várias motivações, muito simples, como o mau tempo no dia da votação (VISCARDI & FIGUEIREDO, 2019). Entretanto, é interessante notar que, dentre essas eleições, a de 1922 é a que apresenta a menor abstenção, sendo talvez um indicativo do maior interesse do eleitor com esse tipo de participação. Portanto, a grande dificuldade não necessariamente era fazer com que os eleitores votassem em um determinado candidato, mas que comparecessem às urnas. Essa constatação coloca em questão a perspectiva de que as eleições, mais especialmente os eleitores, eram controlados. Podemos nos perguntar: se havia domínio sobre o votante, por que a abstenção era tão elevada? Ademais, se existia tanto controle, por que fraudes foram detectadas? O ato de burlar só faz sentido em pleitos concorridos e não em “jogos de cartas marcadas”.

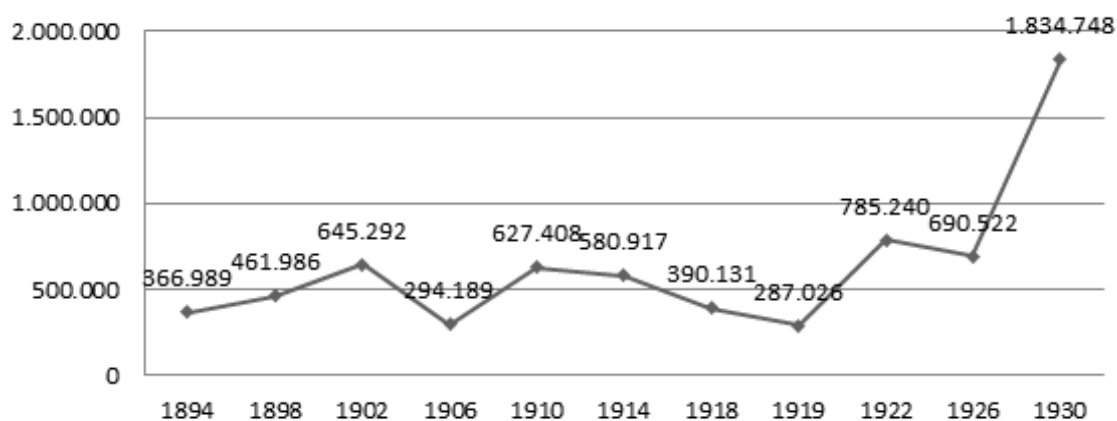
Todas essas ponderações sobre as eleições e sobre os eleitores na Primeira República são importantes, não apenas para rever concepções há muito estabelecidas sobre esses assuntos, mas também para refletir sobre momentos singulares da política do período. O que fez da eleição de 1930 o estopim para uma modificação governamental que ficou na memória dos brasileiros como uma revolução não foram apenas modificações na estrutura governamental realizadas a posteriori, mas também muito contribuiu a participação popular.

Na história da humanidade os eventos considerados revolucionários contaram com a presença das massas, a exemplo da Revolução Francesa, da Inglesa, da Americana e da Russa. Entretanto, quando analisamos o caso de 1930 no Brasil, poucas são as referências ao povo. Até mesmo na historiografia sobre o assunto ele é pouco

considerado enquanto partícipe dos acontecimentos. Muitas vezes, os eventos são analisados a partir da perspectiva das lideranças políticas envolvidas. Talvez a ausência popular das reflexões sobre 30 esteja associada à tradicional noção do papel reservado às pessoas comuns no campo político da Primeira República, ou seja, o de apenas ratificar os interesses das oligarquias perante as urnas. Logo, sem atuação própria ou mesmo significativa. O povo apenas cumpria o seu papel de depositar a cédula nas urnas contendo os nomes definidos pelos coronéis. Por esse entendimento, não haveria sentido em considerar os populares nas eleições e muito menos em um levante com finalidades políticas. Por esse prisma, a atuação popular seria no sentido de cumprir ordens e não um ato político próprio e espontâneo.

Ao analisarmos os dados das eleições presidenciais realizadas entre 1894 e 1930, podemos perceber uma situação diversa à da ausência popular. Há um crescimento na quantidade de eleitores ao longo do período. Vale lembrar que o voto não era obrigatório; por conseguinte, o sujeito deveria ter interesse em se alistar e em comparecer à urna no dia pleito. Se assim não o fizesse, não haveria penalidades. Além disso, é preciso destacar que o voto era facultado a todos os homens maiores de 21 anos alfabetizados. Consequentemente, o crescimento do eleitorado não necessariamente dependia do aumento demográfico, mas dos níveis de alfabetização da população. Apesar desses aspectos, existia possibilidade de expansão do eleitorado, isso fica claro nos dados apresentados nos Gráfico 1.

Gráfico 1 – Votação para o cargo de Presidente nas eleições da Primeira República (1894-1930)



Fonte: COSTA PORTO, 2019

Pelo gráfico é possível perceber que o crescimento no número de votantes até 1930 é marcado por oscilações. Ainda assim, houve significativo aumento nos pleitos cujas candidaturas não obtiveram consenso (1910, 1922 e 1930) e nas que ocorreram na década de 1920. A eleição de 1922, por exemplo, apresentou praticamente 500.000 votos a mais do que a anterior. Não é demais ressaltar que naquele ano um

CAPÍTULO 5 A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

eixo de oposição formado pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e o Distrito Federal, chamado “Reação Republicana”,⁴⁸ disputou lugar com a candidatura “oficial”. Essa foi encabeçada pelo mineiro Artur Bernardes e teve o apoio dos paulistas.

Dentre os muitos elementos que indicam mudanças na sociedade e na política brasileira na década de 20, a discordância entre as oligarquias nos processos sucessórios e a aliança entre Minas e São Paulo, posteriormente conhecida como “Política do Café com Leite”, merecem destaque. Elas apontam para as crescentes dificuldades em promover renovações capazes de atender aos interesses dos estados como até então havia acontecido. Pertinentes para essa reflexão são as análises de Cláudia Viscardi (2012) sobre a lógica de funcionamento das sucessões presidenciais do período. Para ela, havia princípios norteadores que contribuíam para a manutenção da estabilidade do sistema republicano. Esses princípios eram três: “1. Os atores políticos republicanos são desiguais e hierarquizados entre si; 2. Existe uma renovação parcial entre os atores, rejeitando-se atitudes monopólicas; 3. As raízes da dissolução do regime se encontram na sua incapacidade de manter as bases da hierarquia e de preservar a sua parcial renovação” (VISCARDI, 2012, p. 51). Não observar esses princípios poderia trazer dificuldades ao funcionamento do federalismo brasileiro, ou mesmo contribuir para o seu colapso, como aconteceu em 30.

Pela tese de Viscardi (2012), as mudanças de Presidente, embora constituíssem momentos instáveis, permitiam a negociação entre unidades federativas com frequência determinada. A cada quatro anos as lideranças de estados com diferentes lugares na hierarquia do sistema federalista brasileiro tinham a chance de barganhar mais espaço no governo ou buscar compensações, caso tenham se sentidas prejudicadas no quadriênio anterior. Portanto, era nos momentos de instabilidade que o equilíbrio da federação era construído. Para isso, fundamentais eram os momentos de negociação e a consequente renovação dos atores.

Na década de 20, a aproximação entre Minas e São Paulo reduziu a margem de negociação desses dois estados com os demais. O posicionamento de mineiros e paulistas com relação à presidência passou a ser monopólico, o que ampliou as dificuldades em obter consensos. Em 1930, Washington Luís radicalizou essa postura

48 Sobre a Reação Republicana, Marieta de Moraes Ferreira (2012) a define do seguinte modo: “Movimento político eleitoral criado em junho de 1921 por forças de oposição, tendo à frente Nilo Peçanha, com o objetivo de disputar as eleições presidenciais previstas para 1º de março de 1922. A sucessão presidencial de 1922 revestiu-se de um caráter peculiar, já que pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando as tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro. Esse confronto assumiu sua forma plena através da formação da Reação Republicana, que lançou a candidatura dissidente do fluminense Nilo Peçanha em oposição à candidatura oficial do mineiro Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana uniram-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, tentando construir um eixo alternativo de poder.”

ao isolar os mineiros das negociações sucessórias e ao favorecer São Paulo com a indicação de um nome paulista de sua preferência e à revelia dos interesses dos demais estados. Tal processo rompeu com os procedimentos de todos os anteriormente realizados e tomou feições de uma imposição. Até então, o Presidente exercia o papel de coordenador das indicações e discussões entre as lideranças estaduais. Entretanto, em 30, ele indicou Prestes em uma mensagem telegráfica aos próceres estaduais e solicitava a sanção do nome recomendado.

O procedimento de Washington Luís cerceou as possibilidades de negociação tão caras à estabilidade do federalismo brasileiro. Isso fomentou o surgimento de um novo eixo de oposição liderado pela maior força política do país e apoiado por outras que, além de não concordarem com a forma de escolha do candidato, ambicionavam melhores postos no novo governo. O Rio Grande do Sul há anos buscava viabilizar a candidatura de uma de suas lideranças para o Catete, e a pequena Paraíba, terra de do ex-Presidente Epitácio Pessoa, demandava espaço mais relevante nas definições do futuro Presidente.

Para compreender o que aconteceu em 30, analisar as crescentes dificuldades de negociação entre as oligarquias é importante. Elas indicam os desgastes nas engrenagens que fizeram com que o sistema federalista brasileiro, formado por estados tão desiguais em termos políticos, funcionasse por tanto tempo. Contudo, se o trato entre as oligarquias mudou, precisamos ter atenção com o polo oposto do processo, isto é, a população. Elas também mudaram. Para a tarefa de compreendê-la, os dados eleitorais continuam a nos ajudar.

Os números do pleito de 1926 recomendam reflexão. Não se tratou de uma eleição com dificuldades na escolha dos candidatos, mesmo assim o comparecimento dos votantes às urnas foi o terceiro maior da Primeira República, superior inclusive à que opôs Ruy Barbosa e Hermes da Fonseca em 1910. É importante destacar que a insatisfação popular com o longo período de Estado de Sítio que vigorou no governo Bernardes (1922-1926), praticamente por todo o quadriênio, não parece ter influenciado no comportamento dos eleitores. Afinal, o candidato apoiado por ele venceu o pleito com esmagadora diferença com relação ao segundo colocado. Washington Luís recebeu 688.528 votos contra 1.116 conferidos à Assis Brasil (COSTA PORTO, 2019). O candidato eleito auferiu nada menos do 99,8% de todos os votos. Efetivamente não se tratou de uma eleição disputada, ainda assim arrastou às urnas quase 700.000 pessoas, um número considerável para o padrão verificado nos pleitos pregressos. Ao que tudo indica, o eleitorado passou a participar mais da vida política do país, o que não nos parece uma surpresa.

Ao longo da Primeira República a população se manifestou e reivindicou o que compreendia como necessário. Esse não foi um período de estabilidade nas cidades ou no campo. Movimentos como o de Canudos, do Contestado e a Revolta

CAPÍTULO 5

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

da Vacina são exemplares sobre a capacidade de manifestação dos populares. Além deles, há registros de outros organizados por trabalhadores, o que indica que eram atuantes na reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho, como pelo estabelecimento de novos direitos. A Greve Geral de 1917 é um bom exemplo. As condições de vida e também salariais fizeram parte da pauta de reivindicações dos operários em um contexto de intensa atividade fabril para atender às demandas do mercado externo, que estava assolado por dificuldades decorrentes da Primeira Guerra Mundial. Sobre o assunto, significativas são as análises de Ângela de Castro Gomes (2013) sobre a formação do trabalhismo no Brasil. As reflexões da autora dão conta da ação dos obreiros, desde o início da Primeira República, em prol da organização das relações de trabalho e por maior espaço de participação política. A atuação deles, ora pacífica ora de conflito, faz parte de um processo dinâmico de formação da classe trabalhadora do país, segundo ela:

O período da virada do século é portanto muito rico e complexo pela intensidade dos conflitos ocorridos e, no caso do movimento operário, por sua franca emergência no cenário político, o fato de a temática social estar sendo colocada abertamente a partir da própria atuação dos trabalhadores – através de suas associações e greves – e também a partir de debates parlamentares, da imprensa e da produção cultural é muito significativo, mesmo considerando-se os limites de tais experiências. É preciso não esquecer que um dos objetivos principais das propostas de organização das classes trabalhadoras nesta época era justamente torná-la visível para a sociedade e, paralelamente, legitimar suas demandas de participação política e reivindicações sociais (GOMES, 2013, p. 58).

Pelas análises de Gomes (2013), é possível verificar que a formação da classe trabalhadora no Brasil avançou durante a Primeira República em meio a muitas lutas. Durante esse período houve conquistas como a regulamentação da idade mínima para o trabalho do menor, a autorização para a organização de sindicatos, a instituição da caixa de aposentadorias e pensões e a instituição de quinze dias de férias. As conquistas não se limitavam a questões diretamente relacionadas à satisfação de exigências específicas. A formação de uma consciência de classe também passava pela formação de uma consciência política. Os trabalhadores buscavam organizar sindicatos e até mesmo partidos. Em meio ao modelo oligárquico vigente na política nacional, os obreiros buscavam o seu espaço. Conhecida é a atuação dos anarquistas junto a eles nesse período, assim como os comunistas, que inclusive instituíram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Também no final da década, em 1928, foi instituído o Bloco Operário Camponês, que tentava organizar as demandas dos que lidavam no campo. A crescente capacidade de organização e de mobilização dos trabalhadores passou a ser monitorada e cada vez mais temida pelos governantes. Conforme Gomes (2013), para fazer frente à atuação dos obreiros, o aparato policial

foi reforçado ao longo das décadas. As demandas dos operários eram tratadas como caso de polícia, não de política – expressão proferida por Washington Luís e que ficou célebre.

Abordar a mobilização dos trabalhadores na velha república é importante para pensarmos sobre o brasileiro do período. A atuação dele não era apática, demandava melhores condições de vida e de atuação profissional quando se sentia prejudicado, e nada leva a crer que no campo político ele teria exercido postura tão diversa. Dentro de suas limitações, especialmente para o que residia no campo, ele procurava participar enquanto eleitor, e ao que tudo indica, ao longo dos tempos procurou intervir cada vez mais.

Os dados apresentados no gráfico mostram que o eleitorado brasileiro compareceu às seções para votar, especialmente no pleito de 30. Conforme números apurados no parecer da Comissão de Inquérito do Congresso nacional responsável pela apuração, haviam alistadas 2.941.778 pessoas, mas compareceram 1.901.905. Isso indica que, embora muito disputada, 35,34% dos votantes deixou de comparecer às urnas. Apesar de considerável, trata-se de um dos menores percentuais de abstenção nos pleitos para Presidente até então realizados (BRASIL, 1930). Nele a quantidade de votantes ultrapassou, pela primeira vez na história do país, a marca de um milhão de sufrágios. Se compararmos o resultado com o último censo demográfico até então realizado (1920), perceberemos que, embora demasiadamente ampliado com relação às disputas pregressas, apenas 5,8% da população teria manifestado a sua preferência nas urnas. Esse percentual certamente é inferior, pois não consideramos dez anos de crescimento demográfico em um contexto econômico mais dinâmico, especialmente pela chegada de mão de obra imigrante e pela expansão industrial verificada em algumas regiões. Apesar disso, tal dado surpreende, principalmente se consideramos o do pleito anterior. Pela comparação, houve um aumento de 165,7% na quantidade de votos, e se a análise tomar como base a eleição de 1922, até então a que tinha registrado o maior comparecimento de votantes em um pleito para Presidente, a diferença também é significativa, de 133,65%.

É importante ressaltar que, na corrida presidencial de 1930, a fraude foi um dos elementos que provavelmente contribuiu para o aumento na quantidade de sufrágios. Entretanto, as adulterações foram empreendidas por ambos os lados em disputa, talvez com maior tendência para o que estava em desvantagem, no caso, a Aliança Liberal. Ainda assim, Minas Gerais, cuja oligarquia à frente do PRM havia prometido 450.000 votos aos parceiros do Rio Grande do Sul, só conseguiu 287.809 votos líquidos, isto é, descontadas as fraudes constatadas (FIGUEIREDO, 2017).

No cômputo da apuração nacional, Júlio Prestes obteve 1.115.377 sufrágios contra 782.636 de Getúlio. Desses quantitativos, a junta apuradora descontou, por indícios de irregularidades, 23.668 votos do primeiro candidato e 39.842 do segundo (COSTA PORTO,

CAPÍTULO 5 A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

2019, p. 350-351). A quantidade de votos anulados foi pequena (3,34%), o que nos leva a aventar a hipótese de que o aumento de sufrágios verificado neste pleito esteve mais associado ao interesse do eleitor do que à fraude. É curioso notar que, proporcionalmente, Prestes teve mais votos anulados do que Vargas, 3,6 e 3%, respectivamente. Se a análise considerar os resultados por unidade federativa, os números também chamam atenção. Prestes venceu em 16 estados e no Distrito Federal, Vargas em apenas três, exatamente os que formaram a Aliança Liberal (Rio de Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais). A desproporção na quantidade de votos entre os candidatos só não é mais significativa porque dois estados com grandes contingentes eleitorais apoiaram a chapa aliancista. Ainda assim, se em primeiro de março de 1930 os eleitores foram às urnas, a maior parte não foi para eleger Getúlio, mas Prestes.

Tal constatação não é enfatizada nas memórias sobre 1930; a vitória da revolução e não a do pleito é que é o foco das atenções. Isso está associado a um motivo simples, não convinha, em pleno governo Vargas, recordar a derrota e, muito menos, que a chegada ao poder adveio de um golpe. Ao fim, o que interessava era o fato de que ele tomou o poder executivo, independentemente da forma com que isso foi alcançado. Fica, portanto, mais claro porque os liberais que escreveram sobre todo o processo, a exemplo de Barbosa Lima (1983) e Melo Franco (1980), procuraram destacar a fase revolucionária no título de suas obras. Ainda assim, a derrota eleitoral foi importante, pois motivou o levante armado.

As pessoas se mobilizaram em favor de ambos os lados em disputa. Para essa participação, foi importante o trabalho dos chefes políticos do interior que apoiavam cada uma das chapas. Eles eram os principais articuladores nas tentativas de atrair os eleitores às urnas. Segundo o escritor Aurino Moraes (1933), em Minas, várias mulheres organizaram centros cívicos femininos para apoiar a Aliança Liberal, e professoras passaram a lecionar para homens com o intuito de ampliar a quantidade de eleitores de Vargas. Iniciativa semelhante ocorria no Comitê Central Pró-Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e também no Rio Grande do Sul, com o Comitê de Moços Pró-Getúlio (LIRA NETO, 2012).

Já do lado adversário os esforços poderiam ser mais modestos. A candidatura de Prestes já era prevista por todos, não se tratava de novidade para a população que a mais de um ano entoava a marchinha “Seu Julinho vem”. O nome de Prestes, assim que submetido às lideranças dos estados, em consulta feita por Washington Luís, prontamente foi aprovado, à exceção da tríade que construiu a Aliança Liberal. Para um deles, a Paraíba, a resposta enviada ao Presidente foi tão marcante que até hoje figura em sua bandeira o “nego” enviado por João Pessoa ao Presidente da República. Também pesava em favor de Prestes o fato de ser o chefe do poder executivo do estado de São Paulo, a maior força econômica da nação, e também por ter usufruído da imprensa da época a representação de político moderno e atento aos problemas econômicos do país.

Em contraponto a Prestes, Vargas, apesar de exercer o mandato de Presidente do Rio Grande do Sul e de ter ocupado o posto de Ministro da Fazenda no gabinete de Washington Luís entre 1926 e 1927, detinha o respaldo de poucos estados da federação. Não contava com

o apoio da maior parte da imprensa e sequer pôde participar de sua campanha eleitoral. Suas aparições se limitaram a uma excursão com poucos dias de duração e que tinha no roteiro apenas as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santos. Sequer a unidade federativa promotora de sua candidatura, Minas Gerais, contou com um comício seu. O motivo para não aparecer nos estados parceiros da Aliança Liberal foi revelado após as eleições pelo Senador Paim Filho (1930). Vargas havia tecido um acordo secreto com Washington Luís, o *Modus Vivendi*. Por ele, excursões pelo Brasil foram vetadas ao candidato gaúcho, tarefa que coube aos seus apoiadores, notadamente aos tenentes militares e civis. A desproporção de forças entre os candidatos, portanto, foi avaliada por Vargas, que procurou formas de se resguardar e também de proteger o Rio Grande do Sul com um pacto estabelecido com Washington Luís e com Prestes.

A restrição à realização de campanha por Vargas não significou que ela não tenha acontecido; outros tomaram essa tarefa. Em várias circunstâncias, deputados como João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, José Bonifácio e Batista Luzardo realizaram *meetings* às portas do Palácio Tiradentes, onde funcionava Câmara Federal no Rio de Janeiro. Tais momentos cada vez mais provocavam aglomerações (FONTOURA, 1963). Segundo Lira Neto, na única ocasião em que Getúlio saiu do Rio Grande do Sul em campanha para ler a plataforma da Aliança Liberal no Rio de Janeiro e em São Paulo, muitos populares ficaram surpresos com suas características físicas. Ao invés de um homem com porte altivo, depararam-se com um baixinho rechonchudo de voz anasalada (LIRA NETO, 2012, p. 351). Tal surpresa indica que não era uma liderança tão conhecida, apesar de ter servido como ministro poucos anos antes. Assim, a campanha no interior da nação foi empreendida por deputados do Partido Republicano Riograndense (PRR), do Partido Republicano Mineiro (PRM), do Partido Democrático (PD) e pelos tenentes pode ter sido benéfico. Os deputados e os tenentes eram figuras mais conhecidas do que Vargas. Dentre os militares, muitos ganharam notoriedade nas andanças dos movimentos tenentistas pelo país entre 1922 e 1927. Portanto, em 1930, Vargas pôde contar com cabos eleitorais que detinham condições de satisfazer melhor a aproximação com os populares do que com ele próprio.

Os tenentes constituíam um importante apoio à Aliança Liberal, haja vista a sua trajetória de contestação ao modelo governamental então vigente e pelas revoltas que lideraram pelo país durante a década de 20. As demandas dos oficiais de baixa patente do exército inicialmente estavam associadas às condições de infraestrutura e ao papel dos militares nos destinos do país. Não havia um consenso se o que deveria vigorar era o ideal do “soldado-cidadão”, capaz de se manifestar e de atuar politicamente, ou do “soldado profissional”, alheio à política partidária e responsável pela defesa da nação (VÍTOR, 2019). Somam-se a essas motivações as cartas falsas divulgadas durante a candidatura Bernardes, em 1922, e que continham ofensas às forças armadas. Tais missivas, embora posteriormente desmentidas, contribuíram para a inserção na pauta dos tenentes da exigência por alterações no modelo governamental do país, caracteristicamente elitista, oligárquico.

CAPÍTULO 5 A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

A ascensão do tenentismo, nome dado ao movimento dos oficiais de baixa patente na década de 20, constituiu um elemento novo no jogo político da República. Dada a projeção que adquiriram, as iniciativas dos militares reforçaram a crise de modo de governar desgastado. O mandato de Bernardes, por exemplo, funcionou na quase totalidade do tempo sob Estado de Sítio, não apenas pela ameaça que os tenentes representavam, mas por cada vez mais ter que lidar com uma população complexa, reivindicativa por maior participação e representação política.

Apesar de a campanha da Aliança Liberal ter sido feita basicamente por apoiadores e não pelo candidato, no único momento que saiu do Rio Grande do Sul Vargas foi recebido por grande quantidade de pessoas, a exemplo do dia em que leu a sua plataforma de governo no Rio de Janeiro. Sobre esse momento, Lira Neto destacou:

[...] a multidão explodiu em aclamações. Chapéus e bandeirolas verde-amarelas foram freneticamente agitados durante cerca de dois longos minutos. A um aceno de Getúlio, todos se calaram. Aquele dilúvio de gente queria ouvir o político gaúcho que passara a encarnar as mais sinceras esperanças de grande parte do eleitorado brasileiro. Ali mesmo, na esplanada do Castelo, já se podia avaliar o arrebatamento provocado pela Aliança Liberal. Os jornais chegaram a falar em 150 mil pessoas presentes. A audiência era tão enorme quanto eclética. Senhoras de salto alto e cavalheiros elegantes, com roupas finas, dividiam espaço democraticamente com mulheres e homens do povo calçados de tamancos e alpercatas. “Não há memória de um comício que haja reunido uma multidão tão compacta”, avaliou o Correio da Manhã (LIRA NETO, 2012, p. 393).

Após o comício no Rio de Janeiro, Vargas se deslocou no dia seguinte para São Paulo. Conforme conta Lira Neto, o candidato aliancista ostentava semblante preocupado por ter descumprido o *Modus Vivendi* e por ainda ter que discursar na terra de seu adversário. A despeito disso, foi surpreendido com outra grande manifestação da população.

Getúlio, de fato, se demoraria muito pouco na capital paulista, apenas uma noite de sábado e uma manhã de domingo, mas tempo suficiente para ser alvo de nova aclamação popular. Ao desembarcar no bairro operário do Brás, após ser saudado pelo Hino Nacional, foi carregado nos ombros pela multidão que o aguardava, apesar da chuva torrencial de verão que caía sobre São Paulo. O cortejo subiu pela rua do Gasômetro em direção ao centro da cidade, atraindo mais gente pelo caminho. A cada esquina, o candidato era parado para receber aplausos, ouvir discursos e testemunhar novas demonstrações de carinho do público. [...] O destino final, a praça da República, ficava a pouco menos de 3 quilômetros de distância da estação, mas somente após quatro horas de percurso Getúlio conseguiu chegar lá, depois de desfilar em carro fechado, sob forte aguaceiro (LIRA NETO, 2012, p. 402).

A participação de grande quantidade de pessoas nos comícios, segundo Lira Neto, fez com que Getúlio ponderasse sobre as proporções da campanha, que cada vez mais ganhava adeptos. Um dos elementos que o teria surpreendido foi justamente a presença de tantos populares para escutá-lo em São Paulo, reduto de seu concorrente. A plataforma da Aliança Liberal, lida por Getúlio, possuía elementos que atraíam o apoio da população como: a instituição do voto secreto, a reforma da justiça federal e a ampliação das leis de férias, do salário mínimo e a regulamentação do trabalho feminino e dos menores de idade (BONAVIDES & AMARAL, 2002). Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca (1999, p. 121):

[...] a “popularização” da campanha da “Aliança Liberal”, cujos comícios começaram a representar um ensaio de movimento de massas nas maiores cidades, algo não planejado por seus idealizadores (Vargas fizera um pacto secreto, não respeitado, com Washigton Luís, de não fazer campanha fora do Rio Grande do Sul, cada um comprometendo-se em apoiar quem fosse eleito). Este apoio popular expressava um descontentamento represado, por primeira vez capitalizado por uma chapa oposicionista, e serviu posteriormente como argumento para denunciar a eleição como fraudulenta e legitimar o apelo à “revolução”.

Entretanto, se a adesão popular crescia em favor dos liberais, não se pode negar que a campanha de Prestes também se movimentava. Em Minas Gerais, por exemplo, uma série de eventos, intitulados congressos econômicos, foram organizados e atraíam muitas pessoas. Em um dos quais atritos entre apoiadores de ambas as candidaturas provocaram um tiroteio em Montes Claros que feriu o vice-presidente da República e fez com que a comitiva fugisse até a cidade mais próxima no mesmo trem em que havia chegado, mas com ele se movendo de ré, já que não houve tempo para manobrar a locomotiva (MORAIS, 1994).

Não foi apenas durante a campanha que a população participou dos acontecimentos de 1930. Após a derrota nas eleições realizadas em 1º de março, ela voltou a reaparecer no desenrolar da tomada de poder em outubro. Sabedor da importância do apoio popular, Vargas destacou no manifesto da revolução o papel que cabia a cada cidadão, segundo ele: “Não foi à toa que o nosso estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um de seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil!” (LIRA NETO, 2012, p. 468).

O apelo de Vargas à população gaúcha também se fez sentir ao longo do trajeto que ele e sua comitiva fizeram de trem de Porto Alegre até a cidade do Rio de Janeiro. A demorada viagem, marcada pelo mau tempo e por cuidados com possíveis ataques, também serviu como marcha capaz de atrair cada vez mais apoio das pessoas do interior da nação. Desde a partida do comboio ferroviário da capital do Rio Grande, no dia 11 de outubro, até a chegada ao Distrito Federal, no dia 31, muitas foram as

CAPÍTULO 5

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

manifestações de apoio ao chefe revolucionário, inclusive no estado do Presidente eleito, São Paulo. Conforme Lira Neto:

Por todo o caminho, em todas as estações, por mais insignificantes, tínhamos de atender ao povo entusiasmado, vibrante. No geral, trabalhadores rurais, operários etc. Flores, discursos, foguetes”, escreveu Getúlio, quando já passava das duas da madrugada. Vencido pelo sono e pelo cansaço, permitiu-se ficar debaixo dos lençóis em algumas paradas. Em seu lugar, escolhia-se um ou outro membro do estado-maior para receber as repetidas homenagens. “Escrevo estas notas quando passo, já deitado, por uma estação cujo nome ignoro, ouvindo o eco de vivas e músicas. Toda a comitiva admira-se da vibração do espontâneo entusiasmo do povo paulista (LIRA NETO, 2012, p. 516-517).

O que ocorreu em 1930 só foi possível pela adesão popular; este foi o elemento “novo” para os acontecimentos políticos do fim da Primeira República. Diferentemente de divergências eleitorais anteriores, inclusive com descordos entre as oligarquias, a de 30 ganhou a participação de uma significativa parcela da população. É preciso destacar que um símbolo informal da Aliança foi rapidamente difundido entre os seus apoiadores, o lenço vermelho. Jornais da época dão conta que muitas pessoas passaram a adotar o acessório como forma de indicar a sua opção política. O ornamento foi usado desde a fase da campanha eleitoral, e cada vez mais era visto nas ruas. O Jornal do Comércio, por exemplo, publicou em suas páginas da edição do dia 30 de janeiro de 1930 um artigo sobre a visita de Batista Luzardo a Pernambuco, para realizar a campanha de Getúlio Vargas. No relato, o ornamento dos aliancistas se destaca:

Causa admiração e desassombro a atitude da população do interior de Pernambuco, que se levantou como que obedecendo a uma previa combinação para apoiar ostensivamente o movimento popular que Antônio Carlos iniciou e fez se alastrar pelo país inteiro. O lenço vermelho é visto por toda a parte, inclusive nas modestas choupanas à margem do caminho. Em todos os recantos ouviam-se vivas à Aliança Liberal, muitas vezes partidos de humildes trabalhadores rurais e boiadeiros que cruzavam com os nossos automóveis. [...] O Deputado Luzardo foi recebido como um verdadeiro ídolo popular, e quem o povo se dirigia profligando sempre o regime de opressão em que vive. A visita ao interior de Pernambuco tem ultrapassado as mais otimistas expectativas. [...] Senhorinhas da melhor sociedade local empurravam o carro que conduzia o Deputado Luzardo, cobrindo os caravaneiros com uma chuva de confete. Homens, mulheres e crianças ostentavam faixas e flâmulas vermelhas. Vendiam-se lenços vermelhos que eram disputados pelo povo em benefício da matriz da localidade (JORNAL DO COMMERCIO, 1930, p. 3).

O uso do lenço como símbolo da Aliança Liberal não ficou restrito à fase das eleições; posteriormente também foi utilizado, especialmente na fase do levante armado, em outubro de 1930. Após a tomada de vários quartéis pelo Brasil, conforme

previamente planejado, Vargas se dirigiu para o Rio de Janeiro para tomar a frente da Revolução. Em uma das paradas do comboio ferroviário, ele foi recepcionado em Erechim, município localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul. Entre as saudações uma moça se aproximou do chefe político e lhe amarrou um lenço vermelho no pescoço. Segundo Lira Neto (2014), a cena se repetiu novamente em Curitiba. Um símbolo simples, mas significativo da participação popular em todo processo incorporado por representantes do povo em seu futuro chefe.

Em vez da tradicional interpretação que se apegava demasiadamente às divergências intraoligárquicas para compreender a revolução, procuramos analisá-la como o resultado de múltiplos aspectos gestados ao longo dos quarenta anos do regime republicano, dentre os quais, o gradual envolvimento popular com as eleições. Não nos parece possível conceber uma revolução apenas como o resultado de uma divergência entre grupos dirigentes. Se assim fosse, teríamos um golpe de estado que apenas promoveria a mudança dos chefes. Também é complexo aceitar que a adesão popular tenha ocorrido de forma abrupta. Dificilmente eleitores acostumados a serem conduzidos às urnas “pelo cabresto” durante todo o regime teriam resolvido se rebelar. A adesão das pessoas a uma causa precisa estar associada aos seus interesses e também à sua consciência com relação ao ato do qual participam. Deste modo, embora envolvidos em uma disputa cujas origens estivessem no dissenso oligárquico, os cidadãos se mostraram engajados com a definição do próximo mandato presidencial.

Ademais, é preciso salientar que a população já era compreendida como força social ativa, percepção bastante diversa da que teve Aristides Lobo no início da República. Se naquele momento os populares lhe pareceram “bestializados”, em 30 já eram motivo de temor por partes dos grupos dirigentes. Obviamente que o termo “revolução” naquele período estava fortemente associado aos acontecimentos da Rússia em 1917 e era evitado pelos políticos. Apesar disso, a dimensão do envolvimento popular a ela estava associado e provocava temor nos oligarcas. Sobre esse assunto, basta lembrar a celebre frase atribuída por muito tempo ao “Seu Toninho” (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada): “façamos a revolução antes que o povo a faça!”. Se, por um lado, essa expressão denota a preocupação com as forças populares, por outro, deixa de destacar que a revolução que Seu Toninho ambicionava só era possível se houvesse a adesão delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos do ano de 1930 mobilizaram a população brasileira de várias formas. Inicialmente, as pessoas se envolveram em torno do mais competitivo processo eleitoral até então realizado e, posteriormente, em um levante armado que depôs um Presidente, fato até então inédito. Embora esses acontecimentos tenham

CAPÍTULO 5

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELEIÇÃO E NA REVOLUÇÃO DE 1930

ocorrido em um intervalo de poucos meses, devemos ter em vista que vários aspectos da sociedade haviam mudado ao longo das décadas anteriores.

O Brasil possuía um conjunto populacional que atuava em atividades do comércio, da indústria e da prestação de serviços. A dependência da pauta econômica de produtos agrícolas vinha diminuindo. Essas alterações também transformavam o perfil demográfico. As cidades cada vez mais ganhavam maiores dimensões e com elas a presença de organizações de representação, como associações e sindicatos. Essa sociedade, portanto, cada vez mais complexa, demandava a satisfação de novos anseios e o estabelecimento de direitos políticos e sociais. De fato, ela parecia avançar mais depressa do que as oligarquias, que não conseguiram mais satisfazer as novas e crescentes demandas.

É preciso considerar que as próprias oligarquias estavam mudando. A crise política que eclodiu em trinta não foi alimentada apenas por insatisfações com relação à indicação de uma candidatura à presidência. Uma nova geração de políticos republicanos, nascida após a proclamação, também ansiava por mudanças nas estruturas do Estado. Não é demais ressaltar que a formação da Aliança Liberal e do levante armado foi majoritariamente negociada pelos integrantes dessa nova geração. Homens como João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Lindolpho Collor e Francisco Campos, em vários momentos, pressionaram os seus chefes (Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e Antônio Carlos) para a tomada de atitudes ousadas. Foram justamente esses jovens, muitas vezes chamados de “tenentes civis”, que, juntamente com os tenentes militares, formaram o governo de Vargas após a revolução. Um governo bastante diverso do anterior, mais centralizado, corporativista e atento às mudanças econômicas e sobre a forma de gestão do Estado. Todavia, esse novo governo efetivamente só tomou forma anos após a revolução. Foi com o Estado Novo que as mudanças efetivamente apareceram. Até lá, representantes das velhas oligarquias ainda atuavam e compunham o governo.

Compreender o que aconteceu em 30 demanda, portanto, uma perspectiva mais ampla de análise das transformações do Brasil, especialmente ao longo da década de 20. A revolução, ao que tudo indica, foi muito mais um reflexo da necessidade de adaptação das estruturas de governo às demandas de vários segmentos sociais, especialmente do povo, do que um fato espontâneo e isolado.

PARTE II:
POLÍTICAS PÚBLICAS E
ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Capítulo 6

APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920

Pensar a industrialização brasileira durante a Primeira República, em especial na década de 1920, faz-nos percorrer um caminho em que política, comércio e indústria se constituem eixos centrais em discussões que permitem pensar e refletir sobre as vias adotadas naquele período. Essa perspectiva nos leva a compreender o processo industrial, sobre o qual trataremos neste capítulo, como resultado da ação não só do Estado, mas também de setores da elite que almejavam diversificar seus investimentos.

É necessário lembrar que a Primeira República brasileira se instala sob a égide de um discurso de progresso e mudança frente ao que representara a monarquia brasileira nos idos de sua existência. Logo, república e monarquia são termos que simbolicamente passaram a remeter, respectivamente, a binômios como passado e futuro, antigo e moderno, atraso e progresso. Nesse sentido, ao Brasil se colocava o desafio e a necessidade de incrementar a produção industrial, dando-lhe condições de competitividade no mercado nacional e internacional, com o intuito de mudar o seu perfil predominantemente agrícola.

Dito isto, esclarecemos de início que esta narrativa não se ancorará nos binômios citados, mas a sua explicitação é necessária para que se tenha em mente o contexto histórico em que a indústria cresceu no Brasil, sendo a década de 1920 um período fértil para repensarmos e revisitarmos o que a historiografia nacional tem a dizer ou vem dizendo acerca do assunto. Inserido em um contexto de economia mundial, a industrialização brasileira se beneficiou da situação que os países europeus se encontravam após a Primeira Guerra Mundial, evento que marcou a década de 1910. Tal situação se tornou a propulsora de um conjunto de oportunidades que permitiram que o país ampliasse as exportações, tendo

nas nações beligerantes o principal mercado consumidor, mas, ao mesmo tempo, permitindo o investimento no público interno.

Nesse sentido, apoiamo-nos em estudos realizados por historiadoras e historiadores que se dedicaram a pesquisar o contexto da Primeira República a partir do cenário industrial que se instalou naquele período, em especial nos anos 20. Essa escolha implica, necessariamente, deixar algumas lacunas pelo caminho, uma vez que este processo tomado aqui como objeto não se deu de forma homogênea em todo o território nacional, pois se entrecruza e intersecciona com tantas outras temáticas e sujeitos históricos. Desta forma, os impactos dos anos pós-guerra, a crise do café e o projeto nacionalista de desenvolvimento econômico são algumas das temáticas que serão privilegiadas a partir do olhar que lançamos acerca do assunto.

NUANCES DE UM BRASIL EM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Alguns clássicos sobre história econômica do Brasil, a respeito da industrialização, tendem a ver a década de 1920 como um período de baixa produção industrial, sobretudo quando comparada com a de 1930. Se adotarmos essa perspectiva comparativa, principalmente do ponto de vista quantitativo, inevitavelmente seríamos levados a concordar com essa assertiva. No entanto, propomos a este respeito uma inversão no olhar, buscando perceber o processo de industrialização brasileiro com raízes mais antigas, valorizando as experiências não só daqueles que viam na indústria um caminho para a construção da riqueza pessoal, mas também do país, sem perder de vista a importância destes clássicos para o entendimento do período e do processo sobre o qual estamos tratando.

No contexto de uma produção de narrativas que buscaram explicar o desenvolvimento da indústria nacional, Suzigan (2000) aponta pelo menos quatro teorias explicativas para este processo que foram formuladas até a década de 1980: 1) teoria dos choques adversos, segundo a qual a industrialização no país seria fruto de uma política expansionista externa em função de dificuldades com o mercado internacional, destacando-se os estudos de Furtado (2007) e Tavares (1972); 2) a industrialização brasileira é explicada segundo a lógica das exportações, de modo que o aumento dessa significaria o aumento de um mercado consumidor interno, com Dean (1971) e Nicol (1974) como dois dos principais expoentes desta visão; 3) a ótica do capitalismo tardio, em que a industrialização seria um processo motivado por fatores internos associados à economia agrícola e exportadora desenvolvida aqui, conforme é apontado nos estudos de Aureliano (1981) e Mello (2009), dentre outros; 4) nos estudos de Versiani e Versiani (1975) e Versiani (1980), encontramos uma narrativa que associa o crescimento industrial aos períodos de economia exportadora favorável ao mercado brasileiro, a momentos de crise e às políticas protecionistas. Isso tudo sem polarizar um dos extremos como fator principal, ou seja, os autores veem aqui

elementos que se inter-relacionaram favorecendo o processo de industrialização. Quanto a esta última perspectiva, faz-se importante ressaltar que destoamos um pouco do que aponta Suzigan (2000) acerca do que defendem os autores citados, incorporando no cenário construído as concepções trazidas por Versiani (1986).

As preocupações com o desenvolvimento industrial brasileiro aparecem desde os primeiros governos republicanos, uma vez que a economia aparece no centro das preocupações da elite que comandou o país naquele período e que operou a deposição da monarquia. Não à toa, Mota e Lopez (2016) destacam o papel do planejamento econômico-financeiro conhecido como *Encilhamento* naquele contexto, tendo como um de seus objetivos a destinação de crédito para ampliação das indústrias existentes e abertura de novos empreendimentos.

Como se sabe através dos estudos históricos sobre o *Encilhamento*, a atuação do ministro Ruy Barbosa não atendeu ao esperado, crescendo a inflação e a especulação em uma escala antes não vista no cenário nacional. Apesar do resultado negativo, a proposição do então ministro revela a preocupação em diversificar as fontes de geração de riqueza do país, tornando-o menos dependente da exportação. Nesse sentido, Versiani e Versiani (1975) questionam se, de fato, o *Encilhamento* tenha causado aumento da capacidade produtiva, uma vez que se sabe que muitas empresas fantasmas foram registradas na época para que os empresários tivessem acesso a um crédito que não foi aplicado da forma esperada, além de que um número significativo de indústrias que teve acesso ao crédito já existia antes mesmo da implantação dessa política de financiamento.

Acompanhando a criação das indústrias, vimos um movimento de ampliação da população nos centros urbanos, sendo uma massa formada em boa parte por pessoas que migravam da zona rural em busca de melhores oportunidades, fato que não era prerrogativa brasileira. A esse respeito, Schwarcz e Starling (2015) acrescentam que não podemos desconsiderar também o papel dos imigrantes nesses núcleos urbanos, muitos dos quais já chegaram no Brasil com certo grau de conhecimento sobre o trabalho fabril, contribuindo como força de trabalho nesses espaços.

Desse modo, o processo de modernização brasileiro, ao passo que era acompanhado de incrementos tecnológicos como a instalação de uma hidrelétrica no rio Tietê em 1901, como destaca Simonsen (1973), que favoreceu a industrialização em São Paulo, também trazia consigo as marcas da desigualdade social que distanciava a maior parte da população da “mão amiga” que o Estado brasileiro ofertava aos fazendeiros e grandes cafeicultores, os quais, em muitos casos, eram os mesmos sujeitos que investiam na industrialização.

Embora não homogêneo, o processo sobre o qual tratamos aqui alcançou diferentes regiões do Brasil. Silveira (2019) já demonstrou que, mesmo em estados distantes do eixo econômico Rio de Janeiro-São Paulo, era possível encontrar tentativas

de implantação de fábricas e indústrias de diferentes portes, umas mais e outras menos bem-sucedidas. Esse foi o caso do Piauí, que nos idos de 1906 implantara sua primeira usina de açúcar, a Usina Santana, a partir dos esforços de Gil Martins Gomes Ferreira (1860-1955), homem de elite e que ocupou lugar de destaque na política, no comércio e na indústria piauiense. Neste caso, assim como na cidade de São Paulo, encontramos um aparelhamento tecnológico que chega às cidades através de sujeitos de elite que possuíam fortes relações políticas, quer sejam eles mesmos ocupantes dos cargos eletivos ou apoiando a quem lhes interessava.

Esse conjunto de relações favorecia o agenciamento do Estado para tomar decisões que protegessem esse grupo social. Assim, ao passo que política, comércio e industrialização se mostravam intrinsecamente relacionadas no contexto de forte dependência do país das riquezas oriundas da exportação do café, podemos dizer que o Brasil dependia excessivamente das flutuações do comércio exterior, à medida que a elite brasileira via no Estado uma fonte de socorro imediato e ao alcance das relações de poder.

Para além dessa dependência, o Brasil via no exterior os exemplos de industrialização a serem seguidos, sobretudo mirando experiências europeias, com destaque para a Inglaterra, mas também se voltando para a experiência americana como foco nos Estados Unidos da América (EUA), cujo processo de industrialização cresceu nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ao lado da Alemanha, Suécia e Rússia, como aponta Hobsbawn (1989). Logo, não tardaria para os EUA marcarem concorrência com os ingleses na oferta de maquinário para a indústria que cresceria no Brasil e em outros países da América latina, como destacado por Teixeira (2019).

Informação semelhante já era apontada por Stein (1979), quando esclarece que a chegada dos maquinários no Brasil era intermediada por agentes que usavam dos periódicos de circulação nacional para anunciar os serviços prestados. Assim, tanto nas grandes capitais, como em cidades menores, era possível se tomar ciência da ação desses sujeitos e buscar informações sobre o processo de implantação de novas indústrias. Na perspectiva do autor, estes agentes intermediavam o processo de compra, mas também eram capazes de aconselhar potenciais investidores a partir do conhecimento técnico que possuíam.

Podemos dizer que o trabalho de Stein (1979) é um texto de fundamental leitura para aqueles que iniciam seus estudos e pesquisas sobre a temática da industrialização, sobretudo a de natureza têxtil, que se constitui como seu objeto de análise. No entanto, sua obra vai além e permite vislumbrar o processo mais amplo da industrialização que tivemos no Brasil ao longo do recorte temporal que ele analisa, apontando para momentos de maior ou menor receptividade a esse projeto. De modo semelhante, destacamos também os estudos de Simonsen (1973), que, ao intentar uma periodização para o processo industrial do país, traz informações importantes para a compreensão

do recorte temporal aqui analisados, apontando que em 1907 a produção industrial brasileira se concentrava nos ramos da alimentação (26,7%), têxtil (20,6%), vestiário (15,9%), produtos químicos e análogos (9,4%), além de outros produtos industriais (27,4%).

Assim, as duas primeiras décadas do século XX são marcadas pela ampliação do aparelhamento industrial pelo país em diferentes proporções, alcançando um total de 3.258 em 1907, 9.475 em 1912 e em 1920 já chegava ao volume de 13.336 estabelecimentos, empregando 275.512 operários. O aumento dessa atividade industrial se refletiu no aumento de estabelecimentos de pequeno e médio porte, com destaque àqueles voltados ao ramo da alimentação. Desta maneira, em 1920 o perfil industrial brasileiro se concentrava em alimentação (40,2%), têxtil (27,6%), vestiário (8,2%), produtos químicos e análogos (7,9%) e outros produtos industriais (16,1%), concentrando-se em maior número nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco (BRASIL, 2007).

É importante manter em mente que estamos tratando de um processo plural, de modo que aquilo que é destacado aqui não implica na exclusão de outras possibilidades no plano das experiências e das narrativas. De fato, assumimos postura semelhante àquela de Levi (2014, p. 5), ao afirmar que o trabalho do historiador se dá “sobre algo que não se pode afirmar inquestionavelmente, que não se pode resolver definitivamente”, mas que aponta caminhos e abre novas possibilidades. Para tanto, revisitar as pesquisas históricas já produzidas se torna etapa fundamental para conhecermos a fundo uma realidade sobre a qual nos colocamos à disposição para escrever. Desse modo, somos levados a lembrar que esse processo que Stein (1979) e Teixeira (2019) destacam, quando apontam a influência estrangeira servindo de exemplo e fornecendo os maquinários para o aparelhamento industrial brasileiro, passa por uma modificação com a erupção da Primeira Guerra Mundial.

Para melhor compreender o que foi o Brasil industrial da década de 1920, é necessário retomar o impacto desse acontecimento sobre a Europa, e que acabou se refletindo no Brasil. Uma vez que estava diretamente envolvida na guerra, a Inglaterra viu-se obrigada a envidar esforços para a conquista da vitória naquele cenário, redirecionando seu aparato industrial para a produção de bens necessários ao confronto. Deste outro lado do oceano Atlântico, temos um Brasil dirigido pelo presidente Wenceslau Brás (1914-1918), cuja plataforma de governo se pautava por forte discurso civilista. Isso o coloca em oposição aos governos militares que o antecederam, buscando cunhar seu nome como um político que daria novos ares à cena republicana brasileira. No contexto da guerra, o Brasil rompe relações com o estado alemão em 1917 e firma terreno do lado dos aliados, representados pela liderança da Inglaterra, França e Rússia, nações que também contaram com o apoio dos EUA (NAPOLITANO, 2016).

O cenário, portanto, mostrou-se favorável à entrada de capitais norte-americanos no Brasil, contribuindo para consolidar nos anos seguintes o lugar de potência dos EUA na América Latina, o que logo se daria em escala mundial, como destaca Vaitkunas (2017). Além disso, o isolamento brasileiro no contexto bélico fez com que as importações caíssem, favorecendo a emergência de uma indústria nacional ainda nos anos 20, o que se fortaleceria na década de 1930 pela ampliação da estratégia de substituição de importações, firmando sua relevância para a economia nacional.

Assim, enfatizamos desde já que a prática de substituição de importação se inicia desde as primeiras décadas do século XX, como também defendem Schwarcz e Starling (2015), e não com a *Crise de 1929*, como apontam Fonseca e Salomão (2017) e Mattei e Santos Junior (2009), mas se amplifica e se diversifica a partir desse marco econômico. Por outro lado, estes trabalhos são importantes para a compreensão do período sob dois aspectos: o primeiro traz à tona o debate historiográfico travado em torno do fenômeno da industrialização no Brasil, enquanto o segundo, ao comparar Brasil e Argentina, traz um conjunto de informações necessárias para pensarmos o país em um contexto ampliado do ponto de vista das experiências vivenciadas no continente.

Stein (1979) já apontou que em 1919 a indústria têxtil nacional já se mostrava capaz de atender a três quartos do consumo nacional, demonstrando a pujança que o setor alcançou ao lado da exportação de gêneros alimentícios e matéria-prima a países que viviam o confronto da guerra em seus territórios, muito embora venha a enfrentar dificuldades nos anos 20 tratados aqui. Versiani e Versiani (1975) já destacavam que, de forma global, a produção têxtil decresceu entre 1924 e 1929, mas houve aumento na produção em alguns estados. Para os autores, isso se explica pela modernização do maquinário, de maneira que o maior decréscimo será encontrado na Bahia e no Rio de Janeiro, onde era possível encontrar uma estrutura fabril mais antiga, enquanto outros estados abriam espaço para investidores que apostavam em um aparelhamento mais moderno.

Logo, não podemos deixar de destacar que as medidas adotadas durante o governo de Wenceslau Brás, cujo mandato coincide com os anos de guerra, foram importantes para o cenário industrial que encontramos no Brasil na década de 1920 e que também geraram resultados a médio e longo prazo. Naquele momento, já se destaca o discurso de diversificar a produção nacional para além do café e da borracha, enfatizando-se também a necessidade de explorar o minério a partir de uma política nacionalista.

É preciso destacar que, antes da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tinha na Inglaterra o seu principal fornecedor de bens industriais, que adentravam no mercado nacional sem deixar chances concretas de concorrência para os produtos locais. Essa conjuntura leva os industriais, em especial aqueles não financiados pelos grandes

cafeicultores, a demandarem ao governo federal a instituição de medidas protecionistas em favor dos seus produtos. Ora, não é de se estranhar um pleito desta natureza, quando claramente o governo atuava para socorrer cafeicultores, comprando café a fim de influenciar uma balança comercial no mercado internacional com preços mais favoráveis.

Nos dois últimos anos de mandato do presidente, são publicados o decreto n.º 3.316, de 16 de agosto de 1917 e a lei 3.644, de 31 de dezembro de 1918, ambos voltados para favorecer a produção industrial nacional. Do primeiro, cabe destacar o incentivo à indústria nacional por meio da exploração do carvão, do aço, a implantação de vias férreas e marítimas para a evacuação da produção, bem como a abertura de crédito e a emissão de papel-moeda para que fossem tomadas as medidas necessárias para a efetiva execução desta disposição legal. Da segunda, julgamos pertinente destacar a determinação da taxa de imposto sobre a importação de bens de consumo, atendendo aos anseios dos industriais nacionais, incentivando o aumento do preço dos importados e dando maiores condições de concorrência ao produto nacional.

De certa forma, podemos dizer que a guerra impôs duras perdas aos países diretamente envolvidos, sem importar de que lado estivessem. A necessidade de reconstrução da nação inglesa e o lugar vantajoso ocupado pelos EUA, participando da guerra sem que ela ocorresse em seu território, faz com a Inglaterra perca sua hegemonia no mercado brasileiro, que já vinha contando com a entrada de capitais norte-americanos. É importante lembrar que a presença inglesa no cenário brasileiro não se dava apenas pela comercialização de seus produtos industrializados, mas também através de investimentos nos setores do transporte, comunicação e até nos bancos, como argumenta Fritsch (1990).

Por outro lado, ao passo que os EUA se tornavam os grandes credores da economia mundial, o Brasil avançava com seu processo de industrialização, passando a produzir bens que não eram importados da Inglaterra. Assim, a literatura sobre o tema apresenta posição clara ao afirmar que a nação caminhou pelas trilhas da substituição de manufaturados como estratégia para ampliar seu espaço junto ao mercado consumidor interno. Nesse sentido, podemos concordar com Versiani (1984), ao afirmar que o crescimento da indústria foi propiciado pela guerra, o que também é colocado em pauta por Fishlow (1972), inclusive apontando que tal mecanismo já era adotado timidamente no Brasil desde a década de 1890.

Logo, fica em evidência que o avançar do século XX, em especial a partir da Primeira Guerra Mundial, mostrou que o uso da substituição de importações seria importante para impulsionar a demanda pelo produto nacional, assim como para gerar investimentos no setor industrial no decorrer dos anos 20. Simonsen (1973) e Versiani e Versiani (1975) ainda acrescentam que a guerra não pode ser considerada o único fator gerador da industrialização brasileira no período, uma vez que, dos

13.336 estabelecimentos industriais recenseados, 5.936 surgiram durante a guerra, mas muitos outros já apareciam em censos anteriores. Outro aspecto relevante do período é o investimento na implantação de hidrelétricas, as quais serão essenciais para o desenvolvimento dos parques industriais. A esse respeito, o autor destaca que em 1920 o Brasil já contava com 356 instalações desse tipo.

Nesse período, os preços do café permaneceram instáveis, ao mesmo tempo em que o governo continuava a aplicar uma política de valorização do produto. De um lado, isso favorecia os produtores, mas de outro levava o país a altos índices inflacionários e o deixava em situação cada vez mais frágil e excessivamente dependente de um único bem de exportação. Essa conjuntura desfavorecia financeiramente os estados que estavam fora do eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ansiosos por uma política econômica que também os atendesse.

Não queremos com isso absolutizar as relações de poder estabelecidas entre a elite cafeeira e o estado brasileiro, como se a ordem política estivesse subjugada pura e simplesmente aos interesses dos grupos econômicos. No entanto, é preciso chamar a atenção para a interferência do poder público no controle dos preços do café, o que ocorria mediante pressão do grupo agroexportador, cientes de seu papel econômico e da dependência que o país mantinha junto às exportações para a manutenção de bons índices econômicos.

No âmbito dos socorros à economia cafeeira nesse período, podemos destacar pelo menos duas tentativas ao longo da década. A primeira, ainda em 1921, socorrerá os produtores de café utilizando capital do Banco do Brasil e de um empréstimo conseguido em Nova Iorque, como resposta à crise nos preços do café desencadeada ainda em meados de 1920. A segunda, já por volta de 1924, temos a implantação de uma política econômica que tentará combater a inflação e valorizar a moeda nacional, ao passo em que se transfere para o estado de São Paulo a responsabilidade do programa de defesa do café, com a criação do Instituto do Café de São Paulo (FRITSCH, 1990). Sobre este último aspecto, Viscardi (2012) destaca que a transferência de responsabilidade da União para os estados produtores marca uma guinada na atuação do governo federal ao se comprometer menos com a política protecionista, diferente do que ocorria na década anterior. Não se tratava, portanto, de abandonar as medidas de apoio ao café, mas de melhor equilibrá-las.

Apesar dos anos de crise no preço do café que vimos ocorrer nos anos 20, pode-se afirmar que, num quadro geral, esta foi uma década de vigor para a produção deste gênero, alcançando bons patamares de comercialização no mercado internacional, principalmente por conta da estiagem de 1918 que veio abalar outros centros produtores ao redor do mundo. É importante termos isso em mente, uma vez que parte do desenvolvimento industrial do centro econômico do país veio a ocorrer também em função do café, produto de exportação que alçou o Brasil a maior exportador mundial

no fim do século XIX. Isso se deu a partir da busca de mecanização da produção, incentivando a formação de algum aparelhamento tecnológico que auxiliasse a lavoura, como lembra Simonsen (1973), ainda que incipiente.

As relações entre a agricultura e a produção industrial também se deram por intermédio do acúmulo de capitais que mais tarde seriam utilizados para o investimento na industrialização. Em estudo anterior, apontamos que a atividade industrial do Piauí, em especial aquela exercida por Gil Martins Gomes Ferreira, deu-se a partir de sua estratégia de diversificar os ramos de investimentos, expandindo-se do comércio de bens de consumo e do plantio de maniçoba (utilizada para produção de borracha) para a produção industrial do açúcar a partir do próprio plantio dos canaviais e dos existentes nos arredores de Teresina-PI (SILVEIRA, 2019). Um movimento semelhante é identificado por Paula (2001), ao analisar o caso mineiro, enxergando nas rendas do café o capital necessário para os investimentos industriais que o estado viria a receber nas primeiras décadas do século XX. O autor destaca o espaço ocupado pela cidade de Juiz de Fora (MG), a qual veio a se tornar um importante entreposto comercial, predominando os setores têxtil e de alimentação entre os estabelecimentos industriais existentes por volta de 1920.

Importante notar que a atividade têxtil está na base do desenvolvimento industrial vivenciado pelo Brasil na Primeira República, especialmente nas três primeiras décadas desse período. No que tange à década de 1920, registramos um rendimento aquém do esperado das atividades da indústria têxtil, constituindo-se em um período ruim para os industriais desse ramo, especialmente se comparado aos níveis alcançados nos anos 10, durante e após a Primeira Guerra Mundial. Neste caso específico do produto têxtil, Fishlow (1972) destaca que o setor foi um dos que mais se beneficiou da substituição de importações, saindo antes da guerra de uma proporção de atendimento à demanda interna em torno dos 10% para o patamar de cerca de 60% no limiar de 1920, o que mais tarde seria afirmado também por Stein (1979). Portanto, vimos ocorrer na década de 1920 um processo de diversificação da produção industrial, ampliando a substituição de importações que se acentuará na década seguinte.

Nesse ínterim, destaca-se na década de 1920 a produção de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo. Sobre os primeiros, ressaltamos o papel da produção de bens que seriam utilizados nos espaços agrícolas de maneira geral, mas também aquelas voltadas para a indústria têxtil, tornando o Brasil menos dependente da importação de máquinas oriundas da Inglaterra ou EUA, pelo menos no que se refere a máquinas de baixa complexidade tecnológica. Também ganha relevo a siderurgia e a ampliação do uso da eletricidade nos processos industriais. Dessa forma, pode-se afirmar que parte das indústrias criadas após a Primeira Guerra Mundial visava atender às necessidades do setor de exportação. Especificamente sobre a indústria de máquinas e equipamentos, sugerimos consultar os estudos de Marson (2015; 2012),

pois, à medida que destaca as divergências historiográficas sobre o tema, também traz novas informações a partir da pesquisa documental realizada.

A respeito dos chamados bens intermediários, ressaltamos o avanço da construção civil no país, da siderurgia, máquinas para o processamento da carne, químicos, fertilizantes, papel, bem como a metalurgia do ferro e do aço. A título de exemplo desse processo de substituição de importações ocorridos nos anos 20 e que atingiu diferentes setores da indústria, podemos citar o caso da produção de cimento que em 1926 registrava um total de 13.382 toneladas, enquanto a importação desde mesmo produto registrou 396.322 toneladas. Em 1930 e 1931, a produção nacional já alcançou o volume de 87.160 toneladas e 167.115 para o ano posterior, enquanto a importação registrou o número de 384.503 toneladas para 1930 e 114.332 em 1931 (SIMONSEN, 1973). Assim, a produção interna crescia e o país ficava menos dependente do volume das importações.

No tocante à produção de ferro, Simonsen (1973) destaca o insucesso no desenvolvimento dessa indústria no século XIX, atribuindo esse fato à falta de investimento governamental, que direcionava seus interesses para a produção de café. O início do século XX marca, assim, um período de maior atenção a esta produção, permitindo que Minas Gerais registrasse o volume de 755 toneladas de ferro gusa em 1900, mais tarde em 1904 alcança o montante de 3.000 e chegando em 1938 a produzir 100.000.

Sobre o ferro em Minas Gerais, destacam-se as reservas existentes na época nos municípios de Conselheiro Lafaiete, Mariana, Sabará e Itabira. Nesta, foram encontradas jazidas de ferro de excelente qualidade. Chiarizia (1979) desenvolveu um estudo pioneiro sobre a mineração do ferro e a corrida de empresas estrangeiras oriundas principalmente dos EUA, Inglaterra, França e Alemanha para comprar terrenos naquela região a preços muito abaixo do que realmente valiam, em especial a partir do XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em Estocolmo, Suíça. O evento foi importante para difundir internacionalmente as riquezas que poderiam ser exploradas em solo brasileiro.

Dentre as empresas que se instalaram na região, destacamos a ação da Itabira Iron Ore Company Limited, cuja autorização para funcionamento no Brasil foi concedida através do Decreto 8.787, de 16 de junho de 1911. Segundo essa normativa, a empresa possuía sede em Londres e iria explorar o minério nas localidades de Conceição, Sant'Anna e Cané, as quais faziam parte do território de Itabira. A atuação da empresa na região, no entanto, logo enfrentou oposição daqueles que viam na sua atividade a espoliação das riquezas nacionais. Destaca-se, dentre muitos dos opositoristas, o discurso nacionalista do político mineiro Artur Bernardes, que veio a se tornar presidente da República entre 1922 e 1926. Enquanto presidente do estado de Minas Gerais, Artur Bernardes aplicou uma legislação estadual que aumentava o pagamento dos impostos a

serem pagos pelas empregas que tinham como objetivo apenas a exportação do ferro, enquanto baixava para aquelas outras que se dispusessem a promover beneficiamentos ao estado, por meio da implantação de usinas siderúrgicas. Este foi o caso da Itabira Iron Ore Company Limited, como nos conta Abreu (2010), que se propôs a instalar fábricas de aço e laminação.

Abreu (2010) ainda destaca como os planos da empresa foram retardados pelo próprio Artur Bernardes, que buscou criar condições para a emergência de uma alternativa nacionalista aos planos da Itabira Iron Ore Company Limited. Como exemplo dessa guinada nacionalista, podemos citar o Decreto n.º 4.801, de 9 de janeiro de 1924, que favorece a produção siderúrgica nacional, inclusive por meio da concessão de empréstimo. Já próximo do fim do seu mandato, em 1926, Bernardes ainda decreta a impossibilidade de transferir a estrangeiros quaisquer minas ou jazidas que fossem consideradas importantes para a defesa e para a segurança da nação. Essa medida favorecerá, posteriormente, as tratativas que levaram à nacionalização da empresa e a criação da Companhia Vale do Rio Doce.

Assim, o contrato celebrado em 1920 entre o governo federal e a Itabira Iron Ore Company Limited permaneceu quase uma década em análise no poder legislativo, de maneira que apenas em 1928 foi reconhecida a sua validade por meio do Decreto n.º 5.568. Tal demora se deve ao fato de a empresa, que já contava com capital norte-americano e era representada no Brasil por Percival Farquhar, ter despertado uma reação nacionalista dentre aqueles que julgavam que o Brasil teria grandes perdas com a assinatura do contrato que a concedia certo poder monopolista. Também se uniu nessa reação um grupo de empresários mineiros e mesmo estrangeiros que julgavam que teriam perdas com o início das atividades da empresa. Esse contrato previa o prazo de 24 meses para o início dos trabalhos e 48 para que as operações iniciassem, podendo ainda contar com uma prorrogação de 12 meses mediante pagamento de multa.

As proximidades da *Crise de 1929* dificultaram o acesso de Percival Farquhar aos investimentos necessários para executar o projeto, tendo o contrato sido considerado caduco em 1931. Com isso, a empresa solicitou a prorrogação de 12 meses, comprometendo-se a pagar a multa correspondente, o que ocorreu até a 10ª parcela. Abreu (2010), então, nos conta que a criação de uma comissão revisora do contrato fez cessar os pagamentos, além dos impasses dessas com a Comissão Nacional de Siderurgia. De fato, apenas em 1935 será enviada uma nova minuta de contrato para análise do Congresso Nacional, que encontrará oposição do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior da Armada, que se manifestarão contrários à proposta alegando a segurança nacional. Após uma tentativa de votação frustrada em 1937, o contrato acabara sendo declarado caduco em 1939 por meio do Decreto-Lei n.º 1.507, de 11 de agosto daquele ano. A revogação do contrato, por sua vez, não

extinguiu a Itabira Iron Ore Company Limited. Posteriormente, Percival Farquhar se uniu a um grupo de brasileiros para fundar a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e conseguiu arrendar as minas de Itabira pelo prazo de 25 anos. Em 1942, no entanto, as empresas são incorporadas ao patrimônio da União através do Decreto-lei n.º 4.352, de 1 de junho.

Ainda sobre a *Crise de 1929*, Suzigan (2000) aponta para o fato de que na proximidade desse evento boa parte do maquinário brasileiro adquirido nos anos 20 se encontrava ocioso no chão de fábrica, com muitas indústrias operando abaixo da capacidade. Essa realidade pode explicar, ao menos em parte, como o setor industrial obteve relativo sucesso na década de 1930, uma vez que o investimento em infraestrutura havia sido realizado nos anos anteriores à crise. Era, portanto, hora para colocar em funcionamento todo um aparelhamento já existente nestes espaços. A este respeito, Versiani e Versiani (1975) e Versiani (1984) já apontavam para o aumento do poder dos industriais naquele período, bem como para uma mudança no perfil industrial do país, que acelera a composição de um pátio industrial com maior atenção aos bens de base e intermediários.

Outra produção que também teve relativo desenvolvimento no período é aquela referente aos bens de consumo, tais como artigos de uso pessoal, produtos derivados de borracha, bebidas, medicamentos, fumo, calçados, chapéus, dentre outros, dos quais alguns já vinham sendo produzidos desde antes da Primeira Guerra Mundial. O crescimento desse ramo industrial ajudou a equilibrar a taxa de crescimento industrial do país frente à crise enfrentada pelo setor têxtil, outrora responsável quase que exclusivamente pela riqueza advinda da industrialização.

Os últimos anos da década de 1920 são marcados pelo governo do presidente Washington Luís (1926-1930), empenhado na tentativa de prover estabilidade para a economia brasileira, em um período em que se deixa de fazer uso da prática protecionista de comprar os excedentes da safra do café para garantir melhores preços. Por outro lado, implanta-se uma política cambial que tinha como objetivo encarecer as importações e ao mesmo tempo ajudar os cafeicultores. Fritsch (1990) chega a apontar um certo sucesso nas medidas adotadas, uma vez que o Brasil registrou um crescimento econômico com percentual de 5,2% para o ano de 1926, 10,8% no ano seguinte (1927) e ainda 11,5% em 1928.

Versiani (1984) ainda acrescenta que, dentre as medidas protecionistas em favor das novas indústrias, estão a imposição de restrições às importações, o aumento do imposto sobre estas, além da manipulação da taxa de câmbio no período buscando favorecer a precificação do produto nacional à medida que se encarecia os bens importados. Tais ações foram importantes para o mercado industrial brasileiro, mas não foram suficientes para constituir, ainda nos anos 20, um setor consolidado com a pujança que se desejava. O autor contesta, assim, a tese de que o crescimento

industrial brasileiro no final daqueles anos tenha sido nulo ou lento, destacando uma aceleração de investimentos no setor no período. Para tanto, argumenta que os índices negativos globais apresentados são muito influenciados pela crise do setor têxtil, mas que as manufaturas não têxteis terão índice positivo, principalmente, em setores como a química e a siderurgia. Um índice que complementa essa linha de argumentação é o de importação de maquinário, cuja análise demonstra que enquanto a importação de máquinas para a indústria têxtil cai na segunda metade dos anos 20, a importação de máquinas para indústria não têxteis cresce e atinge seu maior patamar em 1929.

Vemos, assim, que nas proximidades da *Crise de 1929*, a indústria brasileira já alcançara maior importância no cenário nacional, inclusive conseguindo fazer pressão sobre a classe política governante. Tais medidas, no entanto, não foram suficientes para proteger o Brasil dos efeitos da crise. As falências de empresas sobem até o número de cerca de seiscentas ao ano, que, associadas à queda brusca dos salários, leva o país ao cenário de forte recessão. Viscardi (2012) ainda destaca que, em 1928, o Brasil já apresentava uma balança comercial desequilibrada como resultado da política econômica implantada por Washington Luís, o que se agravou com a entrada no mercado do café retido a preços depreciados. No ano seguinte, em 1929, o café brasileiro apresenta uma safra recorde que, acompanhada do baixo consumo, agravou o cenário de crise no país. Outro aspecto indicado por Fritsch (1990) foi a impossibilidade de se adquirir empréstimos em Londres, assim como a impossibilidade de se recorrer ao Banco do Brasil.

Dessa forma, enxergamos na década de 1920 um conjunto de ações de ordem político-econômicas que foram importantes para uma industrialização mais voltada para dentro, como veremos na década posterior, inclusive em resposta a *Crise de 1929*, sobretudo a partir da liderança da produção manufatureira que alcançou um nível de crescimento estimado em cerca do dobro do alcançado pela agricultura, como resultado de uma demanda interna pelos produtos industriais.

Para Fishlow (1972), os anos que se sucedem à *Crise de 1929* foram importantes para consolidar o processo de substituição de importações iniciado anteriormente. Sobre esse processo, é forçoso lembrar que a década de 1920 foi marcada por subsídios governamentais que se expressaram na forma de prêmios em dinheiro, isenção de impostos na importação de maquinário, crédito na forma de empréstimos, dentre outros, ainda que estes não sejam resultado de uma política ampla e planejada (VERSIANI, 1984).

Hobsbawn (1996) aponta para os efeitos políticos da *Crise de 1929* na América Latina, levando a ascensão de governos autoritários como os casos da Argentina e do Chile. No Brasil, vimos a escalada de Getúlio Vargas (1930-1945) ao poder, governando por quase duas décadas. O impacto da crise sobre as finanças públicas leva o governo de Getúlio Vargas a se alinhar cada vez mais a uma proposta keynesiana para a política

econômica destacando, segundo Fishlow (1972), a contribuição do governo federal de cerca de 250 milhões de mil-réis para o Fundo do Café, a compra da safra de café realizada pelo estado de São Paulo e o imposto de exportação sobre o café, cuja renda era utilizada para os desembolsos do Conselho Nacional do Café. Deste modo, o autor considera que o café não foi tão importante para a recuperação econômica quanto normalmente se fala, porque a política de proteção aos seus produtores contribuiu para o crescimento da dívida externa brasileira. Ainda assim, destaca-se a emergência de uma balança comercial favorável nos anos logo após a *Crise de 1929*, em função da política de controle cambial implantada e mais da incapacidade de importar do que do aumento das exportações.

Em certa medida, a recuperação da economia brasileira após a *Crise de 1929* se deu em meio à escassez de capital, mas aproveitando os insumos de trabalho e a infraestrutura existente, com destaque para o rápido crescimento da indústria de bens de capital e intermediários em relação a de bens de consumo, uma vez que estes já estavam mais consolidados. Nesse sentido, esse processo contou com a participação efetiva do setor industrial, vendo espaço para crescimento a partir da ampliação da substituição da importação que vinha ocorrendo desde os anos 20.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Este capítulo buscou apresentar ao leitor algumas das principais referências no tocante aos estudos sobre a história da industrialização no Brasil, buscando alcançar esse percurso ao longo dos anos 20, tradicionalmente vistos como um período de baixo rendimento para o setor. Ao fazê-lo, acabamos por nos encaminhar em sentido um tanto contrário a esta afirmação, uma vez que a própria historiografia mostra como a indústria nacional se diversificou durante aquela década.

Assim, se é possível tecer aqui alguma conclusão – lembramos persistentemente do trabalho incluso da operação historiográfica – gostaríamos de apontar alguns elementos que nos parecem pertinentes enfatizar. O primeiro deles é a existência de um cenário favorável para a industrialização brasileira a partir da Primeira Guerra Mundial, que adotou o caminho da substituição de importações. Concordando em maior ou menor grau, a historiografia aponta para uma diversificação do setor industrial no pós-guerra e nos anos 20, sendo o baixo rendimento industrial atribuído ao peso da indústria têxtil no cenário global. Dessa forma, enquanto essa enfrentou um contexto de crise nessa década, outros setores industriais encontram solo fértil para se desenvolverem.

Disso decorre o segundo aspecto que queremos reforçar. A substituição de importações não se inicia com a *Crise de 1929*, como ainda é muito recorrente em trabalhos que tratam do período. Dizer isso não implica subestimar o processo de substituição de importações realizado na década de 1930 em resposta à crise, mas em

CAPÍTULO 6 APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920

valorizar o esforço dos industriais brasileiros que já o faziam nos anos 20, assim como compreender que muito da produção realizada a partir de 1930 se deu utilizando a força produtiva ociosa que os pátios das fábricas possuíam.

O terceiro elemento a ser destacado é a defesa de um discurso de desenvolvimento nacionalista já existente nos anos 20. Para tanto, tomamos como um marco importante as disputas travadas em torno da Itabira Iron Ore Company Limited, que se arrastaram ao longo da década de 1920 e mesmo na década seguinte não chegaram a um resultado favorável aos interesses estrangeiros em torno da companhia. Assim, encontramos já nos anos 20 o lançamento das bases de um discurso e um projeto de desenvolvimento que ganha força nos anos posteriores.

Por fim, registramos que nossa intenção ao escrever este capítulo e chamá-lo de *apontamentos* se dá a partir da intencionalidade de uma narrativa que pretendeu apresentar caminhos e leituras a serem percorridos por pesquisadores e pesquisadoras que se colocam no desafio de problematizar a industrialização brasileira nos anos 20. O propósito, portanto, foi o de abrir uma discussão e não o de encerrá-la.

Capítulo 7

MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS: CONDIÇÃO E CONQUISTAS DOS TRABALHADORES NOS ANOS 1920

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida

O adensamento do operariado ao longo dos anos de 1910 e 1920, fosse imigrante ou brasileiro, no interior das oficinas, fábricas, minas, pedreiras, ferrovias e portos, qualificados ou sem qualificação técnica, homens, mulheres e crianças, significou um movimento de crescente mobilização, organização e luta por melhores condições de vida, salário e trabalho frente um contexto adverso de uma recente república que insistia em apartar da vida política e da plena cidadania milhares de trabalhadores, a insistir em perpetuar formas de exclusão social e econômica cuja reação inequívoca se observou nos diversos movimentos de luta que se espalharam território afora, no campo e na cidade. Destarte, a história política e social da Primeira República contou com a participação ativa dos trabalhadores urbanos ao conflagrar greves, realizar passeatas, fundar associações, sindicatos e partidos, formar uma intelectualidade ideológica militante e atuar ativamente na opinião pública com a imprensa operária. Diversas foram as manifestações que marcaram a trajetória do movimento operário em suas raízes, de modo que este não sucumbiu aos enredos autoritários de nossa história republicana.

As linhas que dão corpo a este artigo buscam expor, mediante referenciais bibliográficos e fontes históricas, o curso das agitações operárias que tomaram o país entre 1917 e 1919 e a forma como tais eventos dimensionaram o debate político sobre a necessidade de o Estado atuar na resolução das demandas dos trabalhadores urbanos, naquilo que denominavam “questão social”, ao longo de toda a década de 1920. O artigo segue uma conduta descritiva e analítica do contexto em foco, considerando ainda os impactos da Revolução Russa na imprensa operária e as interpretações em torno do movimento revolucionário bolchevique entre os anarquistas e socialistas revolucionários. É nesse momento que se

CAPÍTULO 7

MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

assiste à fundação do Partido Comunista do Brasil, e uma nova configuração é dada às estratégias de ação revolucionária junto ao operariado, pela via partidária e sindical, de maneira centralizada. Neste sentido, os anos 20 demarcam uma etapa da história do movimento operário imprescindível para a compreensão da construção da legislação trabalhista no Brasil e de como se posicionaram os diversos atores sociais envolvidos no debate sobre a questão social.

PERSPECTIVAS REVOLUCIONÁRIAS, AGITAÇÕES OPERÁRIAS E A QUESTÃO SOCIAL

No Brasil, não só no Distrito Federal e em São Paulo, mas também em diversas cidades do país, as agitações operárias ao longo da década de 1910 acusavam a urgência de se discutir a questão social e a intervenção do Estado nas relações de trabalho. Iniciativas até então abortadas em seu conteúdo político-institucional pela ortodoxia liberal inscrita na Constituição de 1891 estabeleciam a primazia da liberdade da indústria, de mercado e de contratos, da liberdade de profissão sobre quaisquer formas de regulamentação das relações de produção e trabalho. A instauração de um sistema republicano oligárquico de poder sob bases liberais impunha limitações a investidas mais contundentes em direção a uma via reformista com vistas a regulamentação do trabalho. Outrossim, o problema da questão social adquire novo vigor a partir do ano de 1917, quando uma onda de greves e protestos operários ganha a cidade de São Paulo e se estende até a capital federal. Era consenso entre muitos deputados de que o atraso no atendimento às demandas trabalhistas e sociais acarretaria fortes pressões dos trabalhadores cada vez mais organizados e mobilizados na luta pela causa, fosse pelo engajamento político-ideológico do operariado, fosse pela crescente indignação causada pelas precárias condições de vida e trabalho às quais eram submetidos.

Havia algumas questões em jogo no tabuleiro político nacional ao findar dos anos 1910: os protocolos internacionais assumidos pelo Brasil na Conferência da Paz, no Tratado de Versalhes e na Conferência de Washington sobre os problemas que afligiam o operariado em todo mundo; a necessidade de enfrentar o problema pelas vias institucionais do Estado, a despeito dos princípios liberais que o norteavam, como resposta frente a crescente mobilização e organização dos trabalhadores urbanos; a atuação de forma concreta em uma pauta cada vez mais frequente no discurso político: a questão social. O Estado precisava então se antecipar e realizar as reformas necessárias no intuito de preservar a ordem social e garantir o desenvolvimento de forma harmônica entre capital e trabalho. Neste sentido, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na capital federal coloca em pauta, sob a indicação do deputado Maurício de Lacerda, a discussão sobre os projetos apresentados na Casa relativos à regulamentação do trabalho.

Em dezembro de 1917, foi aprovado o projeto na Câmara a criação do Departamento Nacional do Trabalho com o propósito de conduzir os trabalhos destinados às questões trabalhistas, reunindo condições para mais tarde se transformar no Ministério do Trabalho. No ano seguinte, sob o calor das recentes agitações operárias, foi retomada a discussão sobre o projeto do Código do Trabalho, por requerimento do deputado Nicanor Nascimento, e da aprovação no Senado do Departamento Nacional do Trabalho. Nenhuma das duas propostas, no entanto, seguiram o curso até sua efetiva implantação. O que se assiste é a criação de uma Comissão de Legislação Social na Câmara, sob a presidência do deputado paulista José Lobo, incumbida de apreciar os projetos referentes a formulação de uma legislação social. Seu primeiro ato seria conduzir os trabalhos parlamentares para a aprovação da Lei de Acidentes de Trabalho em 19 de janeiro de 1919 – matéria, esta, desmembrada da totalidade do projeto do Código do Trabalho (GOMES, 2014, p. 109-111).

As ações dos deputados, em muitos casos, acabavam por ser induzidas pelas agitações das ruas, particularmente na capital federal, onde os protestos e as greves operárias se sucediam, evidenciando a capacidade crescente de mobilização dos trabalhadores e do vigor das paralisações em arregimentar o operariado na defesa de seus interesses. O conteúdo político e ideológico das manifestações demonstrava o quanto as influências de correntes anarquistas penetravam no chão da fábrica e mobilizam a classe operária para o enfrentamento direto em defesa de seus interesses. Ademais, outras frentes de esquerda, com cunho mais reformista, ou ligadas a correntes positivistas, cooperativistas ou católicas se empenhavam em sensibilizar as lideranças políticas e transformar a questão social em um protocolo de ordem pública, provocando a intervenção do Estado nas relações de trabalho, pelo reconhecimento do operário como ser social.

Em que pese a presença das correntes ideológicas revolucionárias no movimento operário, boa parte das greves que se sucederam ao longo das três primeiras décadas do século passado foram motivadas pela revolta e insatisfação dos trabalhadores com suas condições econômicas. Pesava o fardo das precárias condições de subsistência acentuado pela carestia vida, pelos baixos salários e extensas jornadas de trabalho. Somavam-se, a essa ordem de fatores, as condições insalubres das fábricas, oficinas e estabelecimentos comerciais, os abusos de autoridade de chefes e capatazes, a violência física, o assédio moral e sexual de mestres e contramestres e a excessiva exploração do trabalho de crianças e mulheres. A Primeira Guerra trouxera para a indústria brasileira um período de relativo crescimento, induzido pela necessidade de substituir bens de consumo importados para atender o mercado interno. Contudo, a prosperidade dos empresários e negociantes não conciliava com o estado de carência dos trabalhadores a contrastar com os lucros demasiados auferidos pelos patrões, beneficiados inclusive pelo próprio governo por conta das políticas alfandegárias protecionistas. Acrescente

CAPÍTULO 7 MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

a essa ordem de fatores o aumento na exploração do trabalho do operariado tendo em vista a impossibilidade de importação de maquinário para atender a demanda de consumo, exigindo ainda mais da mão de obra nas fábricas. Mais um motivo para a resistência dos patrões em ceder direitos relativos à regulamentação da jornada de trabalho e do trabalho infantil e feminino.

A carestia de vida, acentuada pelo encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, logo se transformara em justificativa para manifestações radicais contra produtores e comerciantes, de ataques a depósitos e armazéns, de confrontos constantes com as forças policiais, que em grande parte respondiam aos protestos com demasiado grau de violência. Portanto, as agitações operárias sucedidas no país entre os anos de 1917 e 1919 mesclava uma série de reivindicações ligadas a insatisfação com as condições de vida e trabalho, às questões de ordem econômica como o aumento dos salários e redução da jornada de trabalho, de cunho político e ideológico, condizentes ao contexto histórico da Primeira República, marcado por reações à exclusão social no campo e na cidade em meio a uma estrutura de poder oligárquica, como também pelos impactos dos acontecimentos internacionais.

No campo das lutas operárias, o exemplo brasileiro estava longe de se constituir um fato isolado. Muito pelo contrário, incorporava-se a uma onda de movimentos sociais e políticos espalhados por todo o ocidente, principalmente, em países europeus onde as insurreições operárias adquiriam vulto, tendo sua expressão mais contundente no leste europeu, com a Revolução Russa de 1917. A derrubada do *czar* em fevereiro daquele ano, depois de uma onda de greves, e a condução dos bolcheviques ao poder em outubro, conduzida a partir de ideais do marxismo leninista e com a ação revolucionária dos soviets, significaria um marco para as lideranças anarquistas e do sindicalismo revolucionário aqui no Brasil. Sobretudo a partir de 1918, quando um entendimento maior dos acontecimentos na Rússia czarista começou a tomar forma e a ser difundido constantemente pela imprensa operária, a despeito da confusão inicial em torno de seu significado. Muitos anarquistas acreditavam se tratar de uma revolução libertária, enquanto outras lideranças percebiam sua dimensão comunista (BATALHA, 2000, p. 53).

Em São Paulo, no mês de junho de 1917, cerca de 400 operárias e operários da Indústria Têxtil Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca, anunciaram a paralisação das atividades por tempo indeterminado reivindicando junto aos patrões aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho. A greve logo se espalharia por diversas outras fábricas e ofícios, ditando um tom generalizado do movimento, não só na capital paulista, mas também repercutindo em outras cidades do estado e do país, inclusive no Rio de Janeiro, capital da República. Não corria a ideia entre os trabalhadores do cotonifício de colocar em execução um movimento coordenado de greve geral, com uma pauta definida de reclamações junto ao poder público e os patrões. Não

havia, tampouco, uma articulação política ou ideológica sob orientação sindical com o propósito de unir as classes laboriosas num ato unificado de luta e resistência contra os abusos e a exploração perpetrados pelos industriais.

O ano de 1917 inscreve assim, um marco da história do movimento operário no Brasil e integra um contexto histórico de luta e conquistas políticas e sociais dos trabalhadores que irão adquirir cada vez mais relevância em todo mundo: a Revolução Russa e a ascensão dos bolcheviques ao poder, a instituição de organismos internacionais dedicados a questão social e trabalhista do operariado, o fortalecimento de organismos de representação dos trabalhadores, sobretudo na Europa e na América, e a instituição por diversos Estados de ordenamentos jurídicos destinados a legislação social e trabalhista. Esses fatos repercutem no Brasil não só no interior do movimento operário, mas também chamam a atenção de políticos para os problemas que afligiam os trabalhadores urbanos e da urgência de considerá-los na esfera legislativa. O debate parlamentar sobre o assunto colocava em confronto a natureza liberal do mercado e, por conseguinte, a relação entre patrões e empregados, garantidos na Carta constitucional de 1891, bem como a necessidade do Estado como árbitro das disputas entre o capital e o trabalho.

À medida que o Brasil subscrevia protocolos firmados em convenções internacionais e comprometia-se oficialmente perante a comunidade internacional, endossava princípios e diretrizes favoráveis à ação do Estado nas questões sociais e trabalhistas, mesmo que internamente houvesse forte resistência de correntes políticas refratárias, como a bancada gaúcha de forte viés positivista e liberal. O peso do Rio Grande do Sul no arranjo político da Primeira República fazia de sua bancada um agente poderoso nas ações contra implantação de um Código do Trabalho. Noutro campo de forças, estavam figuras controversas, como o senador paulista Adolfo Gordo, cujas ações destinadas à aprovação de leis relacionadas ao mundo do trabalho demonstrava, de certo modo, um pouco do próprio perfil da bancada paulista no Congresso. Os deputados paulistas exerciam forte pressão pelos interesses econômicos do estado, mas eram também, à medida da conveniência, consequentes em determinadas pautas relativas à questão social. Adolfo Gordo é conhecido na história por sua trajetória política na Primeira República, autor de um Projeto de Lei aprovado em 1907, que tomava providências para a expulsão de estrangeiros acusados de ameaçar a segurança nacional e a tranquilidade pública. Tal investida detinha a clara finalidade de inibir o envolvimento de imigrantes em agitações operárias, tidos como principais agentes das doutrinas socialistas revolucionárias e do sindicalismo no país, fosse no campo ou na cidade. A lei foi revista e aprovada novamente nos anos de 1913 e 1919, muito provavelmente por conta da sucessão de greves e agitações operárias ocorridas naqueles momentos, com expressiva participação de estrangeiros. O propósito era corrigir brechas e torná-la ainda mais eficaz na punição aos infratores, ou seja, servir

de peça jurídica para as perseguições, ameaças e excessos praticados contra imigrantes (GOMES, 2014; DE LUCA, 2001).

Entre os defensores do papel intermediador do Estado, importava a responsabilidade do poder público, dada a situação de abandono e miséria em que se encontravam as classes laboriosas. Com o passar dos anos, a República não havia garantido condições mínimas de subsistência aos trabalhadores no sustento de suas famílias. Os salários eram incompatíveis com os altos preços dos alimentos, aluguéis, transportes e vestuário que cresciam de forma desproporcional frente os pequenos reajustes nos vencimentos. Tânia Regina de Luca (2001, p. 24) cita um exemplo dessa situação através de um levantamento feito pelos operários e militantes anarquistas Antônio Candeias (Hélio Negro) e Edgard Leuenroth no ano de 1919. Ao publicarem o livro *O que é marxismo ou bolchevismo*, apresentam um cálculo bem desfavorável aos operários de São Paulo. Um trabalhador adulto recebia, em média, entre 80 e 120 mil reis mensais, enquanto que, para garantir o mínimo a uma família de dois adultos e duas crianças, seria necessário um salário de no mínimo 207 mil reis a ser utilizado somente para as despesas básicas de uma família de quatro membros, como habitação, alimentação e vestuário. E concluíam que:

[...] nestas despesas não estão incluídos quaisquer divertimentos, bebidas, bondes, luz, educação das crianças nada absolutamente que vá além do que é estritamente necessário à vida de quatro entes humanos. Foi calculada uma alimentação parca e da mais inferior qualidade [...] supomos também que o chefe da família trabalha desde o primeiro até o último dia do ano, embora saibamos que há as paragens forçadas, por doença, desemprego, greve etc.

Outro dado comum às cidades com considerável número de fábricas, constantemente denunciado não só pela imprensa operária e suas lideranças, mas evidente aos olhos de qualquer observador com o mínimo de senso crítico, encontravam-se nos bairros operários e cortiços onde habitava grande parte das camadas populares. Muitas eram também as famílias que vivam enfurnadas em cômodos alugados nos fundos de outras casas ou armazéns ou em qualquer outro lugar cujo parco salário fosse suficiente para pagar. O que se via eram casas pequenas com péssima infraestrutura, sem calçamento e desprovidas em muitos casos de fornecimento de água e iluminação pública – um completo desprezo pela vida humana. Eram lugares onde se amontoavam famílias por vezes numerosas em cômodos apertados cujas condições sanitárias eram péssimas, deixando homens, mulheres e crianças vulneráveis a toda sorte de doenças. Tais condições despertavam o alerta das autoridades sanitárias e higienistas, não sendo, obviamente, nenhuma surpresa para os governos.

As agitações operárias na capital do país repercutiam na Câmara e no Senado e soavam, aos ouvidos de deputados trabalhistas como Maurício de Lacerda, como um alerta ao perigo iminente de uma “agitação social revolucionária” conduzida pelo

“proletariado nacional”. Naquele mês de junho de 1917, devido aos “fatos desenrolados na capital paulista” cuja evolução das manifestações grevistas se expandira para outras cidades e o Distrito Federal, o parlamentar asseverava:

Começou a agitação no Rio de Janeiro. A carestia da vida, o completo desprovemento em que estava o trabalhismo nacional, de leis a respeito das relações patronais e operárias, que quanto aos contratos de trabalho, que quanto aos seus derivados, nos salários, nos acidentes, na assistência a menores, a mulheres, a aprendizes, tudo isso determinava o conflito como única expressão de reivindicação e de emancipacionismo proletário, isto é, a ação direta dos sindicatos operários oposta a dos patrões, a dos sindicatos patronais.⁴⁹

O deputado chamava à responsabilidade os “homens de Estado”, alertando-os para o problema social que se agravava, motivado tanto pelo desequilíbrio econômico e mercantil entre os povos num cenário de conflito mundial, quanto pela especulação do comércio varejista, por um “protecionismo sem limites” e pelo “empirismo financeiro nas emissões de papel”, sem qualquer tipo de lastro, sem qualquer compromisso monetário que fosse, a não ser aquele predisposto ao “papelismo sem regra”. Tais eram as causas que Maurício de Lacerda apontava como indutora dos conflitos entre o capital e o trabalho; causas, estas, provocadas pelo próprio Estado, que, à vista disso, deveria então arcar com sua parcela de culpa ao promover a anarquia administrativa e a “obliteração da disciplina social”.

A posição dos deputados trabalhistas na defesa da intervenção estatal em prol da causa operária significava a responsabilização do Estado pela carestia de vida que aplacava os trabalhadores. O diagnóstico era preciso nesse sentido: legislar em favor da regulamentação do trabalho não prejudicava a indústria, não impedia o exercício pleno dos direitos individuais e de propriedade. Pelo contrário, atuava no sentido de dirimir as agruras do proletariado e impedir, ao mesmo tempo, o recrudescimento dos conflitos entre trabalhadores e patrões em proporções irreversíveis, caso o Estado não revisse sua conduta, limitada a mero espectador ou como agente repressor.⁵⁰

No entender de homens como Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, o sindicalismo importava um instrumento poderoso de organização da classe operária, concebido como a fórmula ideal para solucionar os problemas oriundos das relações

49 Discurso do deputado Maurício de Lacerda na Câmara dos Deputados. Coleção de Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 17 de julho de 1917.

50 Ângela de Castro Gomes (2014), por intermédio das análises dos discursos de Maurício de Lacerda no decorrer das sessões da Câmara dos Deputados nos meses de julho e agosto de 1917, demonstra o esforço dos deputados trabalhistas em pautar discussões sobre a necessidade de uma legislação trabalhista. Evidencia um movimento proativo de correntes políticas embaladas pelo contexto internacional, fosse pelos impactos da revolução bolchevique e a organização revolucionária dos operários, fosse pela via reformista com a ação direta do Estado nas relações de trabalho. Atesta também a existência de uma intelectualidade crítica da sociedade de seu tempo e ciente de seu papel político e social, representando diversas correntes de pensamento.

conflituosas entre o capital e o trabalho. Por meio dos sindicatos, os trabalhadores se organizavam e adquiriam a capacidade de controlar o mercado de trabalho, de fortalecer vínculos de identidade a partir de suas experiências coletivas e congregar os trabalhadores na luta por sua ascensão social. Os deputados trabalhistas reconheciam o sindicato como uma organização legítima dos trabalhadores e de fundamental importância na proteção de seus interesses; temiam, porém, a sua transformação em instrumento político-ideológico de lideranças anarquistas e comunistas, de resistência libertária e luta revolucionária, a buscar mediante embate direto com os patrões a emancipação da classe operária. Lacerda era taxativo em afirmar o perigo envolvido caso as classes laboriosas lograssem sucesso na conquista de suas demandas pela via direta, sem a intervenção do Estado no apaziguamento dos conflitos de classe.

O Estado tem de se colocar, se quiser paz social, como um mediador entre os interesses dos patrões, de um lado, e as reivindicações e interesses não menos legítimos dos operários, de outro. Se se colocar do ponto de vista patronal, só atendendo as suas vantagens ou desvantagens, provocará fatalmente o conflito, não entre o proletariado e o patrão, mas entre o proletariado e o próprio Estado, tornado aliado dos patrões, na causa, e será responsável por uma grave agitação social revolucionária.⁵¹

O pensamento do deputado encontrava respaldado nas ideias do advogado e jurista Evaristo de Moraes, defensor da legislação trabalhista como instrumento de ação do Estado na questão social. Em seu livro, *Apontamentos de Direito Operário*, de 1905, expunha as razões pelas quais identificava a experiência sindical dos trabalhadores o meio ideal de corrigir os defeitos do capitalismo e as imposições da grande indústria. Ao arregimentar os trabalhadores e representar seus interesses frente aos patrões, o sindicato contribuiria para atenuar os conflitos de classe, promover a paz social, a educação do operariado, bem como sua prosperidade. A greve seria então, o princípio, a ação direta precedente ao sindicato, este, responsável somente por conduzir sua preparação (GOMES, 2014, p. 92-93).

A discussão parlamentar sobre a ação regulatória do Estados nas relações de trabalho condizia a urgência de colocar em discussão também questões relativas à produção industrial e ao comércio. Desde a eclosão da Guerra, ocorrera um sensível crescimento das atividades urbanas, favorecidas pelo crescimento da demanda interna e o colapso das importações, abertura de crédito e inflação.

[...] ao mesmo tempo que o período de 1914 a 1919 se caracteriza por uma elevação geral do custo de vida, agravada muitas vezes pela escassez de gêneros no mercado interno (já que se realizava larga escala de exportação

51 Discurso de Maurício de Lacerda, Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 17 de julho de 1917, v. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, p. 467 (apud GOMES, 2014, p. 92).

dos mesmos), assinala também um momento significativo de expansão das atividades comerciais e industriais. Estas estavam sendo exatamente favorecidas pelo processo inflacionário e os baixos níveis salariais, depreciados além de tudo uma convocação intensa de mão de obra feminina e infantil (GOMES, 2014, p. 78-79).

Ângela de Castro Gomes substancia o complexo contexto político dos debates sobre a questão social cuja pauta se alinhava desde os problemas de subsistência dos trabalhadores, dilatados pela carestia de vida, até o contínuo processo de industrialização e urbanização do país. Confrontava-se, de um lado, a responsabilização dos empresários pela carestia de vida dos operários, em contraste com os lucros exorbitantes auferidos pela burguesia, sob os auspícios do Estado, quando mantinha políticas de favorecimento a classe industrial, através de tarifas alfandegárias que geravam o aumento de gêneros no mercado interno. No conjunto das mobilizações políticas e sociais, as camadas médias urbanas se inclinavam pela defesa dos trabalhadores, reivindicando do Estado uma ação mais objetiva de proteção do trabalho e assistência social dos operários. Havia, portanto, considerável predileção em defesa da classe operária, dado seu grau de organização, mobilização e luta por meio das greves, como também pela percepção do favorecimento estatal dispensado aos empresários por meio de políticas alfandegárias protecionistas, gerando encarecimento dos gêneros.

Certo é que o problema da questão social havia adquirido maior relevância e incorporado à pauta das discussões parlamentares em 1917, tendo em vista as greves que haviam tomado São Paulo em junho daquele ano se estendendo para outras cidades do país, inclusive o Distrito Federal. O ano seguinte, embora menos efervescente que a onda de agitações operárias do ano anterior, não esmoreceu as discussões políticas sobre a questão social e trabalhista.

Embalados pelas notícias que vinham do Leste Europeu desde a derrubada do *Czar* em fevereiro de 1917 e repercutidas em jornais como *A Plebe*, em São Paulo, e *O Debate*, no Rio de Janeiro, lideranças libertárias como Astrojildo Pereira e José Oiticica, reunidos na Aliança Anarquista, aventaram a possibilidade real de levar a cabo uma insurreição operária e militar que desencadeasse uma Revolução Social na capital federal em novembro de 1918. Os sucessos do movimento foram exíguos e violentamente reprimidos pelas forças do exército e da polícia.

Fato é que, a partir de 1917, com a expressiva experiência grevista iniciada em São Paulo se massificando na cidade e transbordando para outros centros, os movimentos sociais dos trabalhadores passam por um momento de inflexão, sobretudo na forma de organização, coordenação e articulação, sobretudo, na condução das negociações com o governo e os patrões. É sob esse ambiente, a pouco mais de dois anos depois dos acontecimentos de junho de 1917, que São Paulo irá assistir a uma nova onda de greves, colocando em alerta autoridades e patrões.

CAPÍTULO 7 MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

Em 1919 os efeitos econômicos da guerra começavam a arrefecer e as atividades industriais e comerciais a retomar níveis animadores de crescimento com impactos no mercado de trabalho, tendo em vista a redução do desemprego. Por outro lado, a carestia de vida, os baixos salários e as extensas jornadas de trabalho permaneciam como os maiores dilemas enfrentados pelos trabalhadores e continuavam a atuar como principal motivo de uma nova onda de agitações nas principais cidades industriais do país. Greves se espalharam nas cidades de Santos, onde 13 categorias paralisaram suas atividades no decorrer daquele ano, com destaque para os estivadores da Companhia Docas de Santos (SILVA, 2003), entre os operários e artífices de Salvador, que paralisaram a capital baiana e repercutiram sua ação para outras cidades do Recôncavo baiano (CASTELLUCCI, 2005), e novamente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife (BARTZ, 2014).

Em São Paulo, o mês de outubro de 1919 marcaria um trágico episódio da história do movimento operário. No dia 19 uma grave explosão em uma casa localizada no bairro do Pari, levou a morte os portugueses Belarmino Fernandes, Joaquim dos Santos Silva e José Prol Bougas. Logo depois, seria noticiado pelo jornal O Estado de São Paulo que na casa havia grande arsenal de explosivos, além do envolvimento de uma das vítimas com o militante anarquista do Rio de Janeiro Aquilino Lopes, preso por distribuir panfletos a soldados de um quartel de artilharia. Dizia o jornal tratar-se de uma conspiração comunista articulada com o objetivo de tomar a cidade tal como ocorrera a um ano no Rio de Janeiro com a fracassada tentativa de insurreição promovida por anarquistas. O episódio da explosão na comunidade portuguesa desencadearia uma onda de paralisações na cidade de contornos expressivos e, na mesma medida, violentamente reprimido pela polícia, com uso demasiado da força para coibir as agitações e prisões sumárias, algumas delas lideranças anarquistas como Sylvio Antonelli, Everardo Dias, Gigi Damiani e João da Costa Pimenta; os três últimos deportados do país. Logo, outras cidades do interior responderiam com greves de diversas categorias (BARTZ, 2014, p. 164-165).

Bartz (2004, p. 166) destaca uma passagem do livro *História das Lutas Sociais no Brasil*, de Everardo Dias, em que o autor, ao observar os acontecimentos de outubro de 1919, diz tratar-se de um movimento planejado para irromper simultaneamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Atribui o fracasso da insurreição a precipitação de uma greve no setor de transportes precedida de brutal intervenção policial: “Tais fatos inesperados e surgidos de forma tão desconcertante causaram o adiamento do movimento, que não mais conseguiu coesão e firmeza, devido a prisão de dezenas e dezenas de líderes, deportação de grande número e ocultamento de outros” (DIAS, 1977, p. 91).

A historiografia social do trabalho compõe significativa literatura que nos permite avaliar, sem muito esforço mental, a dimensão da repressão do Estado

contra o movimento operário na Primeira República. A clarividência dos registros e das fontes sobre o tema aponta uma predileção das forças policiais às organizações e aos movimentos engajados na luta direta em defesa dos interesses laborais, muitos deles refratários às interferências externas na mediação entre operários e patrões. O ativismo sindical de muitas categorias de trabalhadores e o envolvimento diligente de lideranças socialistas revolucionárias no seu interior dava o fermento exato de uma receita perigosa aos olhos do empresariado, da classe política e variados segmentos conservadores. Não raro se mostra, também, a busca cada vez maior da intermediação como meio mais eficaz de alcançar êxito nas reivindicações junto aos patrões, em alguns casos, mesmo em paralisações sob a condução de sindicatos de ação direta. Nesta seara, o pragmatismo libertário, revolucionário, doutrinário e ideológico do movimento transfere parte de seu conteúdo político para o espaço da negociação, da incorporação pelo Estado da questão social e da sustentação de uma legislação de proteção e amparo ao trabalhador na afirmação de sua condição. Tal mudança de rumos é explicada por efeito de uma nova conjuntura mundial, de expansão dos partidos comunistas em todo mundo guiado pelas orientações da III Internacional e do reconhecimento da necessidade de considerar o problema econômico e social das classes trabalhadores pela via institucional.

OS COMUNISTAS ENTRAM EM CENA

Até a efetiva implantação do regime soviético na Rússia, após os eventos revolucionários de 1917, com a ascensão de Lênin ao poder, muitos foram os questionamentos na imprensa anarquista sobre qual fora de fato o princípio ideológico e doutrinário que norteava as ações bolcheviques naquele país, o que contribuiu para uma série de interpretações, entre elas, a de que se encaminhava uma revolução libertária em direção à fundação de um Estado comunista. Portanto, os anos entre 1917 e 1920 foram marcados por um intenso debate entre anarquistas e entre estes e outras frações ideológicas sobre a organização do movimento operário, suas bases sindicais e diretrizes doutrinárias. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Juiz de Fora, Santos, entre outros centros, jornais como A Lanterna (São Paulo – 1901), O Cosmopolita (Rio de Janeiro – 1916), A Plebe (São Paulo – 1917), O Debate (Rio de Janeiro – 1917), Spartacus (Rio de Janeiro – 1917), A Semana Social (Maceió – 1917), Tribuna do Povo (Recife – 1918), O Proletário (Juiz de Fora – 1920), a revista Movimento Comunista (Rio de Janeiro – 1922), empenhavam-se em repercutir as principais notícias que chegavam da Europa, muitas delas redigidas por representações de correntes anarquistas e marxistas de diversos países. A existência de muitos artigos traduzidos e de temas internacionais ocupavam colunas de destaque na imprensa operária e somavam-se às manchetes sobre assuntos importantes de diversas regiões do país, tais como a fundação e as atividades de organizações de classe, as greves,

eventos e comemorações, crônicas, poesias e ensaios com propósitos instrutivos, educacionais e doutrinários, com o objetivo de gerar um maior senso de solidariedade, engajamento e colaboração mútua dos trabalhadores.

As discussões, apesar da confusão – termo, este, utilizado por muitos articulistas nos jornais operários – formada em torno do verdadeiro significado da Revolução Russa e do bolchevismo, contribuíam para tornar mais sólido o argumento de que a ação coletiva, autônoma e organizada do proletariado não alcançaria outro fim, senão o comunismo, a exemplo da vitória dos soviets na Rússia. Em contrapartida, verificava-se em todo mundo um acirrado combate por parte da “organização burguesa da sociedade” aos princípios socialistas, anarquistas e comunistas, ao difamar o nome de seus principais representantes, aprovando leis contra o direito de expressão e associação de todos aqueles engajados ideologicamente na luta revolucionária. Decisões arbitrárias para cercear a liberdade de ideias e opiniões frente as crises mundiais só incentivariam ainda mais os sentimentos revolucionários, segundo observações de um colunista no jornal *O Proletário*, ao tratar do projeto de lei apresentado pelo senador Adolpho Gordo ao Senado, contra a difusão do anarquismo no Brasil:

Quem quiser agora falar em maximalismo, bolchevismo e outras doutrinas subversivas que a guerra espalhou entre as nações europeias, terá que o fazer com tais cuidados que o melhor será nada dizer sobre essas palpitantes questões sociais que, como nenhuma outra, empolgam a opinião pública de todo o mundo.⁵²

Na visão do articulista, este era o principal meio de combater a ameaça perigosa do maximalismo e afastar qualquer pretensão revolucionária atentatória à ordem política e institucional no país. Nos “cinematógrafos americanos, nos jornais de Londres, Paris e Estados Unidos” corriam ataques sucessivos ao bolchevismo, numa atitude declarada de “defender-se e arrumar-se com os elementos de que dispõe para combater todas as correntes sociais e econômicas que propugnam por uma distribuição mais igualitária da riqueza”. Tratava-se de uma investida desmoralizante e agressiva contra os ideais socialistas e em defesa da exploração capitalista e a manutenção dos privilégios da classe burguesa.

Em alusão aos ataques praticados pela imprensa burguesa europeia e as leis direcionadas ao combate do maximalismo e do bolchevismo no Brasil, Antonio Leão Velloso atribui um caráter socialista ao movimento revolucionário da Rússia, ao considerar os ataques ao bolchevismo como sendo um ataque ao comunismo. Sob uma perspectiva revolucionária, o articulista faz alusão à Revolução Francesa para estabelecer um parâmetro histórico entre os dois movimentos:

52 ANARQUISTAS e depredadores. *O Proletário*, Juiz de Fora, 19 de setembro de 1920, p. 1-2.

[...] o bolchevismo é mostrado como um “mal terrível que todos devem temer e afugentar como se fosse a própria peste”, não mais poderão falar sobre coisas em que se vislumbrem o socialismo [...]. As balelas que os jornais capitalistas do Velho Mundo inserem todos os dias à cerca da situação dos países às voltas com os germes do socialismo [...].

[...] a Europa arrumou-se para combater a revolução Francesa, como hoje o mundo se arruma para combater o maximalismo. Naquele tempo eram as aristocracias que se viam ameaçadas pela nova corrente, e por isso as grandes casas da Europa aceitaram defender Bourbons de França, embora não morressem de amores por eles nem pela França. Mas era o princípio do direito aristocrático que eles acautelariam contra o liberalismo nascente; como hoje, é a sociedade burguesa e capitalista que se garante contra o comunismo socialista.⁵³

Não obstante o claro entendimento da revolução comunista como um movimento do socialismo marxista revolucionário, alcançado no início da década de 1920, o anarquismo sobrevive junto à classe trabalhadora com manifestações a favor do comunismo soviético visto como a “vitória do comunismo anarquista”, da libertação do proletariado russo das amarras opressoras do absolutismo czarista, servindo de exemplo a todos os trabalhadores do mundo. Era preferível “sacrificar-se e morrer lutando pela anarquia do que morrer à mingua de fome”.⁵⁴ *O Proletário* aparece com vários textos de anarquistas como Sorel e Kropotkin; Neno Vasco dá orientações para a fundação de sindicatos de resistência.⁵⁵ Os adeptos da corrente libertária sentiam que “o anarquismo nunca esteve tão perto de seu triunfo”,⁵⁶ mostrando que, apesar do acirramento da repressão, da cooptação política e da oposição ideológica dos socialistas diante das variadas versões da experiência comunista na Rússia, eles ainda mantinham uma força significativa no movimento operário.

As críticas libertárias aos regimes burgueses eram fundamentadas com a alegação de serem eles os principais responsáveis pela exploração por todas as formas, da raça humana. Os “bonachudos governadores, deputados e ministros”, empenhavam o país unicamente para satisfazer uma “república de agiotas” e submeter a classe proletária à mais degradante condição de calamidade, sendo ela “aquela que mais trabalha e menos considerações tem, pois, além de ser sugada em seus parcos vencimentos, ainda era enxotada como unção da sociedade”. Porém, o momento mostrava-se oportuno: chegava a hora de se libertar da ignorância dos primeiros tempos e “arrancar dos corações a obediência cega por tudo o quanto era do governo”. Uma sociedade

53 ANARQUISTAS e depredadores. *O Proletário*, Juiz de Fora, 19 de setembro de 1920, p. 1-2.

54 CARMO, Hermes. O espírito de sacrifício. *O Proletário*, Juiz de Fora, 31 de outubro de 1920, p. 2.

55 VASCO, Neno. A fundação do sindicato. *O Proletário*, Juiz de Fora, 24 de outubro de 1920, p. 3.

56 AS TRANSFORMAÇÕES do anarquismo. *O Proletário*, Juiz de Fora, 23 de janeiro de 1920, p. 1.

igualitária só seria possível se os homens do trabalho transformassem “suas pacíficas ferramentas” em “terríveis armas de destruição e combate”, da mesma forma como haviam feito os proletários russos, camponeses e operários, “demolindo tudo quanto os nossos antepassados fizeram de inútil”.⁵⁷

Um outro exemplo de como as questões ideológicas marcaram o discurso operário e as práticas associativas dos trabalhadores pode ser dada com a trajetória da Federação Operária Mineira – FOM, fundada na cidade de Juiz de Fora em janeiro de 1918 como Associação Beneficente Operária, de viés reformista e cooperativista, orbitando em seus círculos figuras de fora do meio operário, como políticos, advogados e jornalistas. Em 1920, logo após uma paralisação operária de forte repercussão na cidade, a Associação se converte em Federação e passa, a partir de então, sofrer a influência de lideranças de correntes ideológicas diversas, como pode ser percebido, pelo conflito de ideias e posicionamentos presentes nas colunas do jornal *O Proletário*, seu órgão de imprensa. Depois de se transformar em federação, a sociedade passou a assumir discursos de teor anarquista e comunista ao mesmo tempo, sem deixar, contudo, de manter entre seus quadros representações de orientação reformista (ALMEIDA, 2005).

Por conta da forte presença dos chamados “vermelhos”, muitos operários optaram por deixá-la e buscar filiação na Associação Beneficente Irmãos Artistas, outra organização operária da cidade. Em 1921, um dos antigos diretores da Federação, Antônio Scanapieco assume a presidência da Associação Beneficente e em excursão realizada pela entidade à cidade de São João Nepomuceno, acusa a FOM de lançar mão de meios reivindicatórios violentos e de sobrepor a política ao programa social da instituição (ANDRADE, 1987, p. 137). A essa altura, os conflitos ideológicos na cidade começavam a se polarizar: de um lado, defensores de um sindicalismo reformista e assistencial e, de outro, adeptos do comunismo, cada vez mais depurados de interpretações libertárias que preconizavam a abolição do Estado e a soberania do indivíduo através da ação direta sem se submeter aos ordenamentos hierárquicos e autoritários das instituições políticas do capitalismo.

Entre os adeptos do comunismo, os anos 1919 e 1920 experimentaram as primeiras tentativas de organização de um partido comunista no Brasil. O jornal *A Liberdade*, nº 29, de abril de 1919, apresentava um programa próximo às reivindicações anarquistas. Em janeiro de 1920, foi a vez do jornal *Spartacus* noticiar a criação de um grupo comunista denominado Zumbi, compostos por admiradores da Revolução Russa cujo propósito de formar um partido comunista era ainda embrionário, sem o entendimento claro das experiências revolucionárias vividas naquele país (SENA JÚNIOR, 2016, p. 53). Assim, conclamavam os brasileiros a se alistarem como sócios no “Grupo Comunista Brasileiro Zumbi”

57 CONSIDERANDO. *O Proletário*, Juiz de Fora, 05 de setembro de 1920, p. 2.

[...] contra a ditadura republicana, contra o domínio da burguesia sobre as outras classes, contra o culto das incompetências, contra a exploração organizada, contra a mentira oficial.

Pelo homem livre sobre a terra livre, pela emancipação da mulher, pelo culto a criança, que é o homem de amanhã, pela abolição dos privilégios de classe, pela ordem proveniente de um mútuo acordo entre os homens, pela República Universal, onde todos trabalhem e onde todos tenham direito à vida (SPARTACUS, 1920, p. 2 apud SENA JUNIOR, 2016, p. 53).

No transcorrer do ano de 1921, com o alcance de um maior entendimento sobre o significado real do bolchevismo e o comunismo russo, os próprios anarquistas tiveram de optar por um dos dois caminhos abertos: ou encampavam os princípios do comunismo bolchevique ou empregavam todos os seus esforços na defesa da doutrina da revolução libertária, mantendo o exemplo dos soviets, combinada a uma forte crítica ao bolchevismo e seu afã pelo poder do Estado. Já deixando transparecer uma tendência mais direcionada ao comunismo estatal, tornando-se frequente a publicação de artigos ligados a esta corrente ideológica, O Proletário editou uma entrevista com Lênin, aventando que o governo russo tencionava manter uma conciliação entre capitalismo e o socialismo.

Ao contrário das “injuriosas afirmações” espalhadas pela imprensa mundial a respeito da causa bolchevique, “impondo-lhes o silêncio e impedindo sua propaganda”, Lênin advogava que todo e qualquer governo tinha de obedecer ao princípio da evolução, e não seria diferente com o bolchevismo.⁵⁸ Em outro artigo, intitulado “Os delegados trabalhistas na Rússia”, relatava a ida de delegados trabalhistas ingleses ao país, onde descreviam a forma de funcionamento do regime comunista russo.⁵⁹ Manifestações de intelectuais franceses orientados por Anatole France na direção da revista CLARTÉ, instrumento de união internacional entre os povos para a “preparação da República Universal” e para a “abolição das barreiras fictícias que separam os homens”, contribuíam para esclarecer melhor as proposições internacionalistas do comunismo.⁶⁰

No artigo “Na Rússia dos Soviets”, membros do Partido Socialista Francês, em visita àquele país, apresentavam-na como um novo mundo em construção, sob incontestável influência bolchevista dentro dos conselhos operários e camponeses, do Partido Comunista e na organização sindical – tudo sendo feito com muito sacrifício do povo russo. A estrutura governamental estava sendo organizada segundo um modelo

58 LENINE fala a um correspondente japonês. *O Proletário*, Juiz de Fora, 26 de setembro de 1920, p. 2-3.

59 OS DELEGADOS trabalhistas na Rússia. *O Proletário*, Juiz de Fora, 19 de setembro de 1920, p. 3.

60 LEIAM E ADMIREM. *O Proletário*, Juiz de Fora, 27 de fevereiro de 1921, p. 3.

CAPÍTULO 7 MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

hierárquico de administração, composta por instituições soviéticas desde o soviete local aos conselhos de comissários do povo, podendo representá-los todos os homens e mulheres maiores de 18 anos e que nunca tivessem tido qualquer participação no antigo regime. Uma das principais bases da organização econômica do proletariado no governo soviético seriam seus sindicatos.⁶¹

Em 1922, Astrojildo Pereira, no editorial da revista carioca Movimento Comunista, nº 7, veio a revelar a formação de um “núcleo mais antigo de decididos partidários da Revolução Soviética Russa” denominado União Maximalista, criado na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no ano de 1918. Era concebido naquele instante “o núcleo orgânico mais antigo de decididos partidários da Revolução Sovietista Russa e da Internacional Comunista”. Dava destaque ainda para a militância das camadas mais avançadas do proletariado sob orientação anarquista nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, entre outras, que sob os auspícios da literatura bolchevista vinham amadurecendo seu entendimento sobre os eventos revolucionários de 1917 e o sentido do marxismo naquele processo. Ao citar o Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira provavelmente fez alusão à sua própria experiência à frente da extinta Aliança Anarquista, sendo seus membros responsáveis pela fundação do Partido Comunista em março de 1919. Considerada também uma das primeiras agremiações comunistas do Brasil, apresentavam propostas no sentido de construir um projeto de Revolução Social para o país sem dispensar a contribuição de intelectuais progressistas (BARTZ, 2014; SENA JÚNIOR, 2016, p. 56).

É nesse contexto que nos anos 20 é inaugurado o 3º Congresso Operário, realizado entre os dias 23 e 30 de abril de 1920 no Rio de Janeiro. O evento marca uma mudança de orientação político-ideológica no interior da militância operária, com a superação dos anarquistas pelos comunistas, a ditar novas estratégias de ação, com opção inequívoca pelas diretrizes da III Internacional Comunista. Operava-se, assim, a cisão entre anarquistas e comunistas. Em 1921, com a criação do Grupo Comunista por Astrojildo Pereira no Rio de Janeiro e, logo depois, a conversão da União Maximalista de Porto Alegre também em Grupo Comunista, tinha início os preparativos para a aceitação do Brasil na Internacional e posterior fundação do Partido Comunista do Brasil. Os PC atuavam junto à classe operária dotados de um programa obreirista, de ação sindical, com engajamento revolucionário para a derrubada do capitalismo e a implantação da ditadura do proletariado, sem, contudo, negar a ação político-partidária dos trabalhadores com vistas a representação parlamentar, ou seja, ao reverso do conjunto doutrinário e ideológico dos libertários anarquistas.

Como vimos, a origem do PC no Brasil, ao contrário da maioria de outros movimentos internacionais onde os partidos comunistas surgiram a partir de cisões no

61 NA RÚSSIA dos soviets. *O Proletário*, Juiz de Fora, 31 de outubro de 1920, p. 2.

socialismo e na socialdemocracia, deve sua criação às lideranças anarquistas aderentes ao bolchevismo e às orientações da III Internacional Comunista. A fundação do Partido ocorreu na cidade de Niterói em março de 1922, contando com representantes de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Estiveram presentes Abílio de Nequete, do Grupo de Porto Alegre, eleito secretário-geral, José Oiticica, outrora uma das referências mais relevantes do anarquismo carioca, compôs a Comissão Central Executiva, junto com Antônio Bernardo Canellas, Luís Peres, Antônio Gomes Cruz, além do próprio Nequete. O PCB foi, seguramente, o primeiro partido fundado no país com o propósito de arregimentar o operariado nacional em torno de um movimento classista centralizado, derivado de um projeto revolucionário de conquista do poder pelo proletariado e a consequente conversão do sistema capitalista de exploração em um Estado comunista.

A fundação do PCB coincidiu com um período bem conturbado do regime republicano. O governo Arthur Bernardes (1922-1926) foi marcado por uma intensa repressão ao movimento operário, principalmente aos anarquistas, seguidas de prisões, desterro e deportação de suas lideranças. Boa parte de seu governo foi conduzida sob estado de sítio, e sua posse como presidente da República precedida de um levante de jovens oficiais do Exército no Forte de Copacabana, na capital federal. Dois anos depois, mais uma insurreição militar em São Paulo, em 1924, daria o ensejo necessário para a intensificação da repressão policial às manifestações políticas e sociais. Ainda assim, o governo de Arthur Bernardes acenou para os trabalhadores urbanos ao dar sanção à criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1923, a aprovação da Lei Elói Chaves e ainda instituir o 1º de maio como feriado nacional em 1924.

A essa altura, o Partido já atuava na clandestinidade tendo em vista seu fechamento pelo governo Nilo Peçanha em junho de 1922, restava-lhe atuar na formação de quadros para a manutenção da doutrina. Apesar da perseguição, a penetração nos sindicatos manteve-se ativa, graças, em parte, a aproximação entre comunistas e cooperativistas da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira⁶² (CSCB). Postura não exatamente contrária à tática de atuação junto a organismos e representações formais presentes no meio operário, consentida pela Internacional Comunista com o objetivo de fortalecer o comunismo no interior dos movimentos operários em todo mundo. A ilegalidade não o impediu o PCB de estreitar relações com a CSBC e de utilizar inclusive, as colunas operárias do jornal O Paiz, veiculado a associação e com

62 A CSCB foi uma associação cooperativa surgida em 1921 no Rio de Janeiro e presidida por Sarandy Raposo a esta época. Após sua fundação, rapidamente ganhou a adesão de muitos trabalhadores, mantendo proximidade com o governo e o empresariado. Concorrente dos anarquistas e contrária a concepção da luta de classes, atuava no colaboracionismo entre patrões e empregados em favor da intermediação do Estado nos conflitos entre capital e trabalho. Desde 1923, após a realização de uma assembleia geral, as lideranças da CSCB adotaram uma postura declaradamente voltada a ação parlamentar e não dispensaram a aliança com os comunistas no intuito de fortalecer suas bases em direção a suas pretensões eleitorais (GOMES, 1988, p. 164; KAREPOVS, 2006, p. 33).

CAPÍTULO 7 MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

intercâmbio junto ao governo federal. Assim, construir frentes de arregimentação do operariado em diferentes meios de atuação ao longo de toda a década de 1920 – estratégia refutada pelas correntes libertárias que tiveram que concorrer no meio operário com a unidade de cooperativistas e bolchevistas – significou um passo importante de inserção dos comunistas no meio operário, endossada obviamente pelas diretrizes dos III e IV Congressos da Internacional Comunista em 1921 e 1922 (GOMES, 1988; KAREPOVS, 2006).

A infiltração de militantes dentro de sindicatos e indústrias era uma tática utilizada pelos comunistas no intuito de angariar adesões suficientes com o objetivo de formar uma frente única e possibilitar o fortalecimento do partido e suas orientações ideológicas dentro do meio operário rumo ao estágio revolucionário. A estratégia consistia em estabelecer núcleos sindicais orientados pelo Comitê Central Executivo (CCE) e transformá-los em um organismo capaz de centralizar decisões e planejar a realização de inúmeros comícios e panfletagens nas portas das fábricas, além de buscar convergências com sindicatos, associações e partidos socialistas com propósitos de difundir o comunismo no meio em que atuavam. Com o fim do estado de sítio em 1923 e a volta à legalidade, o PCB lança seu primeiro candidato as eleições de 1924, o gráfico João Jorge da Costa Pimenta, escolhido para representar um programa constituído a partir de um “Bloco Operário”, tal como orientado pela IC e experimentado pelo PC francês em 1923 para as eleições de maio de 1924 a partir da formação de um “Bloco Operário e Camponês”. Todavia, as investidas da repressão policial contra a realização do II Congresso Operário em 1924, concretizada somente em maio de 1925, e o retorno do estado de sítio colocaram obstáculos a efetiva candidatura de Costa Pimenta, frustrando as expectativas do partido em eleger seu primeiro deputado federal pelo Rio de Janeiro (KAREPOVS, 2006, p. 37-38).

Mais tarde, em janeiro de 1927, o PCB organiza uma frente única através do Bloco Operário com o propósito de participar das eleições parlamentares de fevereiro de 1927 no Distrito Federal. Desta vez, disposto a seguir as orientações da CI sobre políticas de alianças com a pequena burguesia, endossada pelas resoluções do II Congresso Operário em 1925, o Bloco lança a candidatura do médico e político João Batista de Azevedo Lima a deputado federal, depois de Maurício de Lacerda declinar do convite, conquistando uma cadeira na Câmara. Ao final do mesmo ano, no mês de novembro e com o partido novamente na clandestinidade, com o objetivo de buscar uma aproximação com os trabalhadores rurais, surgiria o Bloco Operário Camponês (BOC). Durante um curto período, após o fim do estado de sítio, de janeiro de 1927 até a aprovação da Lei Celerada em agosto do mesmo ano, o PCB experimentou um breve período de legalidade e pode atuar de maneira mais ostensiva com a contingência de aumentar consideravelmente sua capacidade de inserção junto aos trabalhadores e perspectiva de investir nos pleitos eleitorais. O crescimento do partido tornava

concreta a possibilidade de eleger candidatos em disputas eleitorais, como fizera com Azevedo Lima em 1927 e com Octávio Brandão e Minervino de Oliveira ao Conselho de Intendência do Distrito Federal em 1928 – todos filiados ao BO e depois ao BOC. A atuação do Bloco para além das frentes operárias e camponesas buscava também obter aderência junto a outros seguimentos das camadas medias urbanas e a juventude militar (KAREPOVS, 2006).

A Lei Celerada significou um duro golpe na atuação legal do PCB. Seu instituto reforçava as bases de um decreto de 1890 que previa a criminalização de atos que visassem “desviar os operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimentos” e “causar ou provocar cessação ou suspensão do trabalho de trabalho por meio de ameaças ou violências para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salario” (ABREU, 2015). O decreto evidenciava o momento delicado do governo de Washington Luís que via sob suspeição as ações da Coluna Prestes e do movimento tenentista, mas que não isentavam as organizações operárias, como as atividades do PCB no plano político-partidário e sua estratégia de unificar as classes laborais em torno do BOC. Ainda assim, os comunistas continuaram a atuar no meio laboral e político em acordo com as diretrizes traçadas no congresso realizado em 1925 até a realização do último congresso antes da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, entre 28 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. O momento coincidiu com um duro golpe ao Bloco Operário Camponês e o discurso comunista no meio político, com a perseguição aos intendentes do Conselho Municipal do Distrito Federal, Minervino de Oliveira e Octávio Brandão, em dezembro de 1928, depois de uma manobra articulada por intendentes anticomunistas para impedi-los de exercer o seu mandato.

Para os comunistas a década de 1920, encerrava-se como mais um revés entre tantos que marcara sua breve história desde 1922. Contudo, o empenho de suas lideranças em manter-se ativas e obedientes às diretrizes da III Internacional sinalizava um compromisso com seus princípios doutrinários e um alinhamento à conduta internacional dos PC, em especial, na Europa. É inegável a contribuição dos comunistas na construção da história do movimento operário e na luta sindical e partidária em prol da expansão da doutrina comunista entre os trabalhadores pelas vias que lhes eram factíveis, fosse através de alianças com os “amarelos”, fosse através da participação do jogo político do sistema burguês capitalista, ou das estratégias de arregimentação dos trabalhadores do campo e da cidade pela experiência do Bloco Operário e Camponês.

TRABALHISTAS *VERSUS* PATRÕES: LEGISLAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL NA DÉCADA DE 1920

CAPÍTULO 7 MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

No plano institucional, a questão social e a relevância do operariado urbano no campo político não podia mais ser ignorado. As experiências dos anos subsequentes à década de 1920 demonstravam claramente a necessidade de incluir na ordem do dia os direitos trabalhistas e as condições de vida do operariado. No campo legislativo, a Comissão de Legislação Social da Câmara encaminhara para a aprovação da Casa, em 15 de janeiro de 1919, o Decreto nº 3.724, estabelecendo normas relativas ao amparo do trabalhador urbano em casos de acidentes de trabalho. O que seria uma das primeiras medidas de intervenção do Estado nas relações de trabalho, na verdade, mostrou-se satisfatória ao empresariado, uma vez que a prestação da assistência aos acidentes de trabalho ficou a cargo da iniciativa privada através da criação de Companhias de Seguro especializadas, tirando a possibilidade de um sistema público de amparo ao trabalhador, ou de repasses realizados pelas empresas às associações de auxílio mútuo, fossem patronais ou ligadas ao operariado. A lei de acidentes de trabalho se mostrou economicamente tão viável para os empresários que sucessivas tentativas de reformar a legislação enfrentaram resistência da classe neste sentido, mantendo a cobertura das indenizações a cargo das Cias. privadas de seguros até a década de 1960.

As condições insalubres das fábricas e das oficinas, submetendo homens, mulheres e crianças a situações das mais adversas possíveis, eram constantemente denunciadas não só pela imprensa operária, como também em jornais de grande circulação dos centros industriais. Os acidentes no trabalho eram constantes, não havia a responsabilização dos patrões pela integridade física dos operários e qualquer tipo de amparo ou indenização ao empregado caso tivesse que se afastar do trabalho por conta da lesão sofrida. Exceções havia aos trabalhadores amparados pelas sociedades de auxílios mútuos ou pela ação beneficente de alguma entidade a que pudessem recorrer. Não eram raros os casos em que acidentes vitimavam fatalmente os operários, tanto que um dos motivos de acelerarem as discussões sobre o assunto na Câmara relacionava-se à repercussão ainda viva na cabeça dos parlamentares de um incêndio ocorrido no Hotel New York em 1918, levando à morte dezenas de operários.

Em pesquisa realizada a partir da análise do Departamento Estadual do Trabalho entre 1890 e 1919, Esmeralda B. de Moura (1982 apud PIRES, 2019, p. 6) enumera as principais causas de acidentes de trabalho na cidade de São Paulo ao longo da Primeira República. As péssimas condições de trabalho em ambientes precários e insalubres, somados às extensas jornadas diárias de trabalho e à falta de descanso semanal, aparecem constantemente nos relatórios do Departamento, no entanto um dado chama a atenção da autora. Superando todos os outros, a falta de equipamentos de segurança é o principal responsável pelos acidentes de trabalho. Em pesquisa semelhante realizada na cidade do Rio de Janeiro, Pires (2019, p. 6) observa um número considerável de relatos na imprensa carioca atribuindo à falta de equipamentos de segurança e de manutenção das máquinas um dos principais fatores de danos a integridade física dos operários, especialmente nas indústrias têxteis, como é possível perceber em matéria extraída de dois jornais da cidade.

Com um braço fracturado um operario Manuel Rodrigues, operário da Fabrica de Tecidos Alliança, nas Laranjeiras, ante-hontem, á tarde, foi alcançado por uma polia, ficando com o braço esquerdo fracturado. Manuel, que tem 32 annos, é casado e morador á rua Cardoso Junior, foi socorrido na Assistencia, recolhendo-se depois á sua residência.⁶³

Na Fabrica de Tecidos Corcovado verificou-se hontem um desastre funesto para o operario James Hathaway. Trabalhava elle em um tear, quando um dos pistons saltou do logar, caindo-lhe sobre o braço esquerdo, fracturando-o. O ferido foi recolhido ao Hospital dos Inglezes, depois de medicado na Assistencia.⁶⁴

Isabelle Pires chama a atenção para um fato interessante que ressalta a importância das sociedades de auxílio mútuo e sindicatos no socorro aos seus filiados. O operário James Hathaway recebeu assistência no Hospital dos Inglezes para dar sequência ao tratamento da lesão, ao contrário de Manoel Rodrigues que fora enviado para sua casa depois de passar pela Assistência. Tudo indica que James Hathaway fosse inglês, por conta do sobrenome e por ter sido amparado no hospital que prestava atendimento aos imigrantes ingleses e seus dependentes. Tratava-se, portanto, de uma sociedade beneficente ou mutual dedicada a amparo, proteção e assistência dos ingleses residentes na cidade, filiados à associação.

Muitos outros casos de acidentes eram constantemente publicados nos jornais, denunciados pelos sindicatos e pela imprensa operária. Bastasse a cidade reunir uma dezena de fábricas e oficinas, de qual porte fosse, com um certo contingente de operários e de máquinas, para dar espaço a notícias não raras, na imprensa local, de acidentes de trabalho. Evaristo de Moraes encontrava na jurisprudência argumentos condizentes a determinadas obrigações instituídas nas relações contratuais de trabalho, dentre as quais “a segurança material” que o empregador deveria garantir ao empregado.

Este fica, de fato, sujeito às ordens do outro; tem de permanecer dentro das casas, minas, fossos, embarcações, à mercê dos acidentes que lhes sejam causados por culpa de quem lhe alugou o esforço, de quem assalaria o trabalho. Daí resulta que a *culpa* do patrão para com o operário prejudicado é resultante do contrato. Quem emprega um trabalhador não só se obriga, diretamente, a lhe pagar o salário, como, implicitamente, a garanti-lo contra possíveis acidentes (MORAES, 1986, p. 40, grifo do autor).

O jurista enumerava uma série de países da Europa cuja jurisprudência já havia avançado em reconhecer os direitos dos trabalhadores no resguardo de sua integridade física ao prestar seus serviços ao empregador. Dizia ele “o acidente reparável é o sucedido por causa do trabalho, ou por ocasião do trabalho. Cabe a magistratura

CAPÍTULO 7 MOVIMENTO OPERÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

estabelecer a ligação direta entre o trabalho e o acidente, isto é, o nexos de causalidade exigido pela lei” (MORAES, 2009, p. 43 apud SANTOS 2013, p. 7540)

Segundo o artigo 1º da lei, eram considerados acidentes de trabalho

a) o produzido por uma causa subita, violenta, externa e involuntária no exercício do trabalho, determinado lesões corporais ou perturbações funcionais, que constituam a causa única da morte ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho; b) a molestia contrahida exclusivamente pelo exercício do trabalho, quando este for de natureza a só por si causal-a, e desde que determine a morte do operário, ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Muito embora a legislação tivesse sido motivo de muitas críticas devido a falhas e à demora em sua aprovação, ela significou um marco no reconhecimento do Estado da necessidade de sua intervenção na questão social, de atuar em prol dos interesses dos trabalhadores lhes assegurando instrumentos legais de proteção no trabalho. Todavia, mesmo com a provável diminuição do número de acidentes de trabalho depois da promulgação da lei, notícias ainda eram relativamente frequentes nos jornais dando conta de algum acidente de trabalho envolvendo operário em serviço.

Após a promulgação da lei de acidentes de trabalho, outro projeto de lei foi apresentado à Câmara pelo deputado federal Elói Chaves. Pertencente à bancada paulista, cujo histórico apresentava viés favorável a questão social, o posicionamento de Chaves não se mostrava tão controverso quanto de Adolpho Gordo, deputado autor da lei de extradição de estrangeiros apanhados em agitações operárias e movimentos de orientação político-ideológica e, por outro lado, responsável pelos encaminhamentos que deram origem à primeira lei federal de teor trabalhista.

A Lei Elói Chaves, de nº 4.682, foi sancionada pelo presidente Arthur Bernardes em 24 de janeiro de 1923. Posteriormente foi reconhecida como um marco na projeção do Estado em direção à instituição de um modelo estatal de assistência previdenciária cujo fundo seria financiado pelos empregadores com 1% da renda bruta da empresa, os trabalhadores com desconto em folha e o Estado, através do aumento de 3% no custo dos serviços. A lei instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões aos ferroviários com mais de dez anos de serviços prestados, concedendo benefícios por tempo de serviço ou invalidez, além de assistência médica e pensões por morte ou acidente de trabalho. Para que fosse possível o pagamento das aposentadorias e pensões aos ferroviários, cada companhia devia criar uma CAP (Caixa de Aposentadorias e Pensões) destinadas a recolher as contribuições das companhias e dos empregados.

A lei foi levada à frente pelo Congresso e sancionada pelo presidente depois de uma série de greves de ferroviários que se espalhara por diversas companhias em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com a pressão dos operários, a bancada paulista, tendo à frente Elói Chaves, formulou o projeto de lei. O tom do deputado ao criticar a persistência

de empresários em criar subterfúgios para não obedecer a lei e conceder os benefícios aos operários que completassem 50 anos de idade e 30 de trabalho, mostra a evidência de um discurso cada vez mais sólido não só entre os parlamentares trabalhistas, mas como parte de um consenso mais abrangente dentro do Congresso na defesa da questão social. O parlamentar se empenhava na defesa da lei como instrumento viável de conciliação de classes, creditando à medida a capacidade de atuar na supressão das paralisações operárias e como instrumento de mediação entre patrões e empregados para a maior eficiência e regularização dos serviços ferroviários.

Defender a ação do Estado como interventor nas relações de trabalho representava um sinal da força dos trabalhadores urbanos no cálculo eleitoral dos políticos, menos por seu contingente numérico nas urnas e mais pela projeção social que poderiam auferir com tais atitudes. Assim, foi resultado de um movimento contínuo de urbanização, de representatividade na configuração do tecido social onde estavam inseridos os trabalhadores. Muito embora o país ainda preservasse suas bases agrárias, com a grande maioria da população residindo e labutando no campo, os espaços de manifestação, de livre expressão de pensamento, de contestação à ordem vigente, de posicionamento crítico diante dos problemas políticos, sociais e econômicos se adensavam no espaço urbano com papel de destaque para o movimento operário.

A crescente industrialização demarcava o espaço de atuação de uma soma cada vez maior de novos atores sociais, empregadores e empregados nos mais diversos ofícios a juntar-se com outros segmentos da sociedade civil e dos meios militares. Não havia entre os políticos a possibilidade de isentar-se das questões sociais que emergiam do solo urbano, de dispensar o capital político localizado nas cidades, mesmo que de menor relevância em termos eleitorais, concentrada no campo e sob a égide voto de cabresto e do curral eleitoral.

No caso específico dos ferroviários, tratava-se de um serviço de transporte público, de mercadorias e de carga, portanto, estratégico para a economia e para a mobilidade como um todo. Não por acaso, a aprovação de lei pelo Congresso estabelecendo a obrigatoriedade da criação de caixas de aposentadoria e pensões para a categoria foi a primeira destinada a trabalhadores do setor privado, mesmo que os defensores do projeto de lei argumentassem tratar-se de um setor de natureza pública cujas empresas atuavam através de concessão do Estado. O amparo previdenciário foi estendido anos depois aos portuários e marítimos, com a Lei nº 5.109, de 20 de dezembro de 1926, e, em 30 de junho de 1928, com o Decreto nº 5.485, ao instituir caixas de aposentadorias e pensões para trabalhadores do setor de telégrafos e radiotelegráficos.

Por outro lado, a postura refratária do empresariado às inclinações intervencionistas do Estado na questão social demonstrava sua resistência em conceder direitos aos trabalhadores a partir de um aparato estatal de assistência. Insistiam em evocar a Constituição como o bastião das garantias das liberdades individuais e de mercado cuja intromissão do Estado significava um atentado à ordem liberal vigente. Evocar o

liberalismo como doutrina sustentada sob bases constitucionais republicanas contra a ação do Estado na questão social não encontrava entre o empresariado a mesma disposição, como, por exemplo, para denunciar a censura contra a liberdade de expressão da imprensa operária – muito perseguida na década de 1920 por conta do estado de sítio de Arthur Bernardes e da Lei Celerada de Washington Luís –, contra os direitos de ir e vir das lideranças do movimento, constantemente perseguidas e ameaçadas; de decretar medidas de extrema violência a estrangeiros, mesmo àqueles residentes no país a décadas, com esposa e filhos em solo brasileiro. Não se incomodavam com as tarifas protecionistas mantidas pelo Estado, causa de permanente estado de carestia de vida desde fins da Primeira Guerra e por todo os anos 20. Não se voltaram contra a lei de acidentes de trabalho, pois autorizava os próprios patrões o direito de fundar companhias destinadas a concessão das indenizações.

Mesmo sob protestos do empresariado, a lei de aposentadoria e pensões concedida aos ferroviários foi seguida da criação do Conselho Nacional do Trabalho pelo Decreto nº 16.027, de 30 de abril do mesmo ano, para servir de “órgão consultivo dos poderes públicos em assumptos referentes a organização do trabalho”. As atribuições do Conselho se mostravam bem abrangentes, os seus doze membros, escolhidos pelo presidente da República – “sendo dous entre os operarios, dous entre os patrões, dous entre altos funcionarios do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio e seis entre pessoas de reconhecida competencia nos assumptos de que trata o artigo anterior” –, deveriam ocupar-se dos estudos sobre o trabalho infantil e feminino, da jornada diária de trabalho nos principais ramos da indústria, da remuneração dos trabalhadores, dos contratos coletivos, dos sistemas de conciliação e arbitragem, especialmente para prevenir ou resolver as “paredes”. Suas atividades envolveriam também assuntos relativos à aprendizagem e ao ensino técnico, bem como a acidentes de trabalho, seguros sociais, caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários, instituições de crédito popular e caixas de credito agrícola.

O texto ainda previa outras competências administrativas e fiscais sobre previdência social, pensões, “economia social”, seguros de acidentes de trabalho, outros seguros operários, as caixas de pensões e aposentadorias dos ferroviários, além de “realizar inquéritos sociaes, ouvindo os profissionaes e interessados”. Essa particularidade denuncia um fato caro à legislação sobre a questão social na Primeira República: a fiscalização sobre o cumprimento da lei. Os empresários eram bem resistentes à instituição de órgão de fiscalização da legislação social, fosse por autoridades policiais ou qualquer outro organismo estatal, mas principalmente por associações representativas dos trabalhadores, os sindicatos. Essa postura pode ser observada em praticamente todas as discussões que envolveram projetos de lei e decretos sobre a questão social e trabalhista entre os anos de 1917 e 1930: na Lei de Acidentes de Trabalho, na Lei Eloy Chaves, na Lei de Férias e no Código de Menores.

A lei de férias, sancionada pelo Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925, foi outra legislação social de impacto no trato da regulamentação das relações de trabalho pelo Estado. Tema polêmico entre associações patronais do comércio e da indústria, a lei sofreu intensa reação do patronato industrial à sua aplicação e objeções por parte dos comerciantes a alguns pontos passíveis de regulamentação, como a de facultar às entidades representativas dos trabalhadores o direito de fiscalizar o cumprimento da lei nos estabelecimentos. No transcorrer das atividades parlamentares sobre o projeto de lei, apresentado pelo deputado Henrique Dodsworth, a matéria ganhou novos capítulos com a apresentação de um substituto pelo deputado Agamenon Magalhães no curso dos trabalhos da Comissão de Legislação Social, com o adendo de resoluções sobre contratos e jornada de trabalho. Ao perceber a dimensão da insatisfação da classe empresarial contra as medidas do substitutivo, Dodsworth, depois de criticar a postura intransigente dos comerciantes que não queriam ver seus lucros divididos com aqueles que haviam os ajudado a auferir, resolve solicitar o encaminhamento da lei de férias para votação em separado (GOMES, 2014, p. 211-212).

De acordo com Ângela de Castro Gomes (2014, p. 214), os comerciantes não tinham impedimentos à concessão de férias aos trabalhadores, no que tange exatamente aos 15 dias de descanso, dando por encerrada a discussão depois de garantir seus interesses no processo de regulamentação da lei. Por outro lado, como o decreto dizia respeito também aos operários de fábrica e trabalhadores de diversos outros setores, o Centro Industrial do Brasil empreendeu vigorosa resistência a sua aceitação causando sucessivos constrangimentos à aplicação da lei no setor industrial até 1930, com diversas justificativas sobre a impossibilidade de sua aplicação e os grandes prejuízos que traria ao setor. Tal era a indisposição dos industriais à lei de férias, sobre a qual chegaram a propor inclusive sua substituição por outras concessões de caráter previdenciário e assistencial, quando das discussões sobre a reforma da legislação das Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Já o Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926, instituiu o Código de Menores a partir da consolidação de uma série de medidas voltadas à proteção e assistência das crianças até a maioridade de 18 anos. A lei versava sobre uma série de ordenamentos relativos aos menores desde seu nascimento até a idade adulta, condizentes a amamentação, orfandade, tutela e abandono, proteção da vida e da saúde, instrução, delinquência e contravenções, das autoridades incumbidas da vigilância sobre os menores, além da questão do trabalho. No capítulo IV, “Do trabalho dos menores”, o assunto passa a ser tratado a partir do artigo 59 de forma clara e objetiva: “É proibido em todo o território da República o trabalho aos menores de 12 anos”. A partir dessa idade, até completar 14 anos, eram previstas restrições relativas à instrução primária e à admissão em estabelecimentos de trabalho em usinas, estaleiros, minas, trabalhos subterrâneos e pedreiras. Estava proibida aos menores de 18 anos

quaisquer atividades que colocassem em risco a sua saúde, sua vida, integridade física e moral. Para o exercício de qualquer ofício, o menor deveria ser submetido a um exame de aptidão física por médico qualificado e estar munido desse certificado no ambiente de trabalho, para efeito de fiscalização das autoridades competentes. A todos os trabalhadores de 14 anos até completar a idade de 18 anos, a jornada de trabalho ficava limitada a seis horas diárias.

Pelo que se nota do teor do decreto, é possível inferir a reação do patronato à regulamentação do trabalho do menor, tema de constantes enfrentamentos da classe operária contra os abusos praticados pelos patrões e cada vez mais incorporado às pautas legislativas sobre a questão social. As reações contra a lei logo se fizeram reverberar no congresso e novamente com o protagonismo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, deixando evidente o *lobby* patronal no meio político. Alegavam ser a lei um abuso da liberdade individual e de contrato e do livre mercado de trabalho, garantidos na Constituição.

Sob seu entendimento, exercer ingerência sobre o trabalho do menor correspondia em privá-lo de alcançar seu bem-estar pelo próprio esforço, de aprender um ofício, de ajudar os pais no sustento da casa e de não se entregar aos vícios da ociosidade. Quando questionados a respeito da substituição do trabalhador menor pelo adulto, os empresários diziam que isso seria inviável, visto que o adulto não se adaptava fisicamente a certas funções das quais ao menor caberia mais aplicabilidade. Outro problema era que o trabalhador adulto não aceitaria receber o mesmo salário que o menor para cobrir o horário restante de duas ou três horas, requerendo até o triplo proporcional ao salário obtido por cinco ou seis horas do menor. Isso mostra também que, para os patrões, a exploração do trabalho do menor significava uma mão de obra barata e de manipulação mais fácil que o adulto (SILVA, 2001, p. 181).

Por meio de um memorando enviado ao Congresso em 1927 pelo Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo, os empresários reivindicaram das autoridades públicas a equiparação das condições de trabalho dos indivíduos entre 13 e 18 anos ao trabalho de adultos e aos menores de 13 anos, a jornada de seis horas diárias. Algo que incomodava o patronato era a disparidade de horários dentro da própria fábrica, e a questão do menor só viria a complicar ainda mais essa situação. Um dos maiores industriais do período, Francisco Matarazzo, era um defensor da uniformidade do horário na fábrica. Em artigo publicado no Progresso de São Paulo em fevereiro de 1929, julgava ser o “trabalho leve do menor a continuidade do trabalho vivo do adulto [...] qualquer perturbação, qualquer parada, desmantela tudo”. Se o organismo fabril funcionava como um todo único, o horário de trabalho deveria ser único também, caso contrário o risco na queda de produção poderia ser ocasionado pela descontinuidade de trabalho. As atitudes dos empresários contra o Código renderam ações de Juízes de Menores por conta do descumprimento sistemático da lei, dando a entender que

no caso do trabalho do menor, após o decreto, a fiscalização foi exercida com mais vigor e incomodou os patrões (GOMES, 2014, p. 216; SILVA, 1996, p. 177).

Após o Código dos Menores, algumas outras iniciativas do Estado voltadas à questão social manteriam a concorrência entre empresariado e defensores da regulamentação de uma legislação trabalhista. Esse movimento iniciara de forma mais contundente após as agitações operárias dos anos 1917 a 1919 e com a crescente capacidade organizacional dos trabalhadores e seu engajamento político na luta por direitos sociais reclamados cada vez mais ao Estado. Os anos 1920 apresenta essa mudança na conduta do movimento operário, ciente do papel do Estado na responsabilidade de intervir em prol das demandas trabalhistas e a entrada do PCB na cena política e social. Por outro lado, encontram um empresariado também mais organizado em torno de entidades representativas e com forte capacidade de persuasão política. Isso lhes garantiu impor obstáculos ao avanço do campo legislativo na construção de um Código do Trabalho, garantindo sua desidratação, mas não a completa eliminação de sua substância, haja vista a sequência de medidas aprovadas até 1930.

Uma das últimas quedas de braço entre deputados trabalhistas e o empresariado na Primeira República se deu em torno do projeto de lei discutido na Comissão de Legislação Social que disciplinava a matéria sobre as caixas de seguro contra doenças, instituindo a obrigatoriedade da assistência médico-farmacêutica aos trabalhadores por meio da criação de Caixas de Seguros. A reação do patronato foi imediata, insistindo com a improcedência da iniciativa, pois boa parte dos patrões já mantinha em seus estabelecimentos serviços médicos aos seus empregados, sendo desnecessário onerar ainda mais trabalhadores e patrões com mais essa lei. Pela proposta, as Caixas seriam financiadas com descontos na folha de pagamento, com um percentual sobre o salário dos empregados, outra parte com a contribuição patronal e, por fim, robustecida com subvenção estatal. Mais uma vez, quem encampou a luta contra o projeto de lei foi o Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo, sob a direção de Jorge Street e Pupo Nogueira, que não só inviabilizaram a aprovação do projeto na Câmara como também atuaram para tornar letra morta uma proposta de aposentadoria dos trabalhadores têxteis (GOMES, 2014, p. 217).

Os anos 20 sinalizam um ponto de inflexão na atuação do movimento operário, antes marcado pela luta direta dos trabalhadores contra os patrões, sem a ação efetiva do Estado, senão através do poder coercitivo da polícia e da justiça. O modelo baseado na violenta punição aos “agitadores” e às lideranças político-ideológicas, à medida que a arena dos conflitos entre capital e trabalho cede espaço à intervenção estatal, estabelece novas relações de força, agora concentrada no interior do campo institucional da política. Todavia, a resposta ao movimento operário pelas vias repressivas permaneceu

operante até mesmo a partir de 1930 com a fundação de um novo tipo de Estado, com feições trabalhistas e corporativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos problemas enfrentados pelo movimento operário na conquista de seus direitos pela via da ação direta foi marcado por um certo distanciamento do discurso ideológico, militante e revolucionário de suas lideranças com a realidade brasileira. Esse distanciamento por vezes pode ser observado nas análises e interpretações dos principais jornais da imprensa operária nas décadas de 1910 e 1920, mostrando a inequívoca preferência dos articulistas por exposições teóricas dos principais ideólogos e suas correntes, os sucessos das revoluções europeias, a luta de classes sob a perspectiva das sociedades industriais dos grandes centros do velho continente. Poucos se dedicavam à compreensão da complexidade da estrutura oligárquica de poder, tampouco ao entendimento mais crítico da herança escravagista na cultura do trabalho e nas experiências coletivas dos trabalhadores fora do meio laboral do operariado fabril. Bandeiras de luta classista, como a jornada de trabalho de oito horas, a exploração do trabalho infantil e feminino, as condições precárias de trabalho e os baixos salários ganhavam um tom de conquista universal sem um exame mais detido das assimetrias regionais, culturais e socioeconômicas das cidades mais industrializadas distribuídas de norte a sul do país. Neste sentido, a historiografia social e política do trabalho, para alcançar um entendimento mais amplo das singularidades e semelhanças que forjam a trajetória do movimento operário, ampliou seu campo de pesquisa ao longo das décadas, com a diversificação das fontes e dos objetos, dos referenciais teóricos e das bases metodológicas.

Quanto à condução das discussões no campo legislativo e à inserção do Estado como mediador das relações entre o capital e o trabalho, é possível observar que os obstáculos para uma legislação social anterior a 1930 deveu-se muito às pressões contrárias dos industriais e dos comerciantes, cada vez mais organizados em torno de suas entidades representativas. O mesmo contexto em que ascendem as lutas sociais dos trabalhadores é também aquele sob o qual os patrões percebem a necessidade de instituírem associações fortes para o embate com os sindicatos, as greves e as reivindicações operárias e sua projeção política.

A defesa do pensamento liberal, por outro lado, não era evocada para contestar políticas protecionistas favoráveis ao empresariado e demasiadamente penosa para o restante da população assalariada, composta de trabalhadores urbanos dos mais diversos ofícios, públicos e privados. A carestia de vida pesava tanto quanto as duras e extensas horas de trabalho, a violência constante do aparato repressivo do Estado, pronto para a repressão das manifestações sociais e a perseguição sumária às lideranças operárias, sindicais e ideológicas ligadas ao movimento operário.

Assim, os anos de 1920 transcorreram com a tentativa de construção de um caminho para a resolução do problema social, considerando cada vez mais a necessidade de atuação do Estado, sem, contudo, conseguir evitar conflitos de interesses interpostos entre representantes dos trabalhadores e do empresariado. Como vimos, o problema da questão social não podia mais fugir da agenda estatal por diversos fatores, de ordem econômica, social, política e ideológica. O fim da Primeira República significou o esgotamento de um tipo de arranjo institucional inadequado às mudanças postas em curso depois da Primeira Guerra Mundial. Uma delas indubitavelmente derivou do desenvolvimento urbano e industrial e da ascensão do movimento operário como agente político.

Capítulo 8

A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE SAÚDE PÚBLICA NA DÉCADA DE 1920

Este artigo tem por objetivo contribuir para uma revisão historiográfica sobre as transformações pelas quais a saúde passa na década de 1920. Bandeira de médicos e intelectuais, a centralização das políticas de saúde foi pleiteada, com mais intensidade, ao longo da década anterior. Foi preciso eclodir uma pandemia, a Gripe Espanhola, para que a discussão ganhasse força e, em 1919, fosse promulgada a Reforma da Saúde Pública – a cargo do médico Carlos Chagas – e a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). A despeito de ser chamado de “nacional”, as ações do DNSP estavam restritas ao Distrito Federal e ao território do Acre, mas abria brecha para convênios com os estados. Desta forma, o pacto federalista, definido da Constituição de 1891, era mantido.

Para dar corpo às questões norteadoras deste artigo, ele será dividido em três partes distintas. Na primeira, procurei demonstrar como a saúde era organizada historicamente, chamando a atenção para o papel do Estado e da sociedade civil (caridade e filantropia). Com papéis muito distintos e delimitados, filantropos e Estado não eram concorrentes, senão partícipes da organização da saúde e com papel delimitados.

A segunda parte enfatizará a década de 1910 e as críticas ao modelo federalista de gestão da saúde pública – que delegou aos estados os cuidados com a saúde pública. Defendendo que a saúde não é local, mas nacional, médicos e intelectuais se dedicaram a uma cruzada em prol da centralização das ações. Nesse sentido, farão parte desta discussão o papel dos médicos, notadamente aqueles ligados ao Instituto Oswaldo Cruz e à Academia Nacional de Medicina, e a eclosão da Gripe Espanhola, que deixa clara as fragilidades do sistema então em prática.

Por fim, a última parte pretende discutir os rumos pelos quais a saúde pública vai tomar no Brasil, a partir da criação do DNSP e as ações no Distrito Federal, que deveriam servir de espelho para o resto do país. Também pretende mostrar como, através dos convênios, esse projeto foi sendo implantado em outros estados. Como será visto na primeira parte, a filantropia era parte importante da organização da saúde – mesmo nesta questão dedicada à ação do estado, o papel dos filantropos será fundamental.

ASSISTÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA: DOIS CAMINHOS DISTINTOS

A primeira advertência que faço ao leitor é esquecer o que entendemos hoje por saúde, doença e hospital. Esses três conceitos, apesar de muito antigos, devem ser pensados a partir do tempo e do espaço definidos, em sua historicidade. São, todos os três, uma construção histórica e têm significados e respostas distintas ao longo do tempo. O significado da saúde, o conhecimento da doença e da medicina é que distinguirão os diferentes tempos. Não resta dúvida de que a industrialização teve papel importante neste processo e que o século XX foi fundamental para o entendimento do que hoje significam estas três palavras.

O que hoje consideramos como saúde seguiu, ao longo do tempo, dois caminhos paralelos. De um lado, as questões que diziam respeito à saúde do *indivíduo*, de seu adoecimento, suas possibilidades de cura (médicos, benzeduras, curandeiros, remédios, boticas, mezinhas); e, de outro lado, o que atinja a *coletividade*.

As epidemias são episódios que desarticulam social, política e economicamente uma sociedade. Seus efeitos estão para além do adoecimento do indivíduo e, por esta razão, eram objeto de atenção dos governantes. As medidas de isolamento das cidades, de controle da circulação de pessoas e mercadorias eram as principais armas existentes desde, ao menos, a Idade Média. E, juntamente com a saúde dos portos, normalmente uma porta de entrada de doenças, formavam as ações da “saúde pública”. Todo o resto dizia respeito ao indivíduo.

Aqueles que tinham condições mínimas eram atendidos em suas casas por médicos, boticários e outras artes de curar. A escolha do “profissional” menos dependia de sua capacidade econômica do que da oferta na localidade e de suas crenças pessoais. Durante muitos séculos, a capacidade de resposta do arsenal terapêutico de médicos, boticários e curandeiros não era muito distinta. Somente a partir do século XVIII, com o caráter localista da doença, é que se começou mudar o olhar sobre a medicina e suas respostas terapêuticas.

Mas havia uma parcela da população que dependia da caridade para poder vencer o momento de adoecimento: eram aquelas pessoas que viviam de sua própria força de trabalho e que, por doença, não podiam tirar seu sustento. O sociólogo francês Robert Castel fala dos laços de solidariedade primária (família) e da desorganização

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

das sociedades tradicionais que empurraram uma massa de pessoas a dependerem de outrem. A família é a principal forma de apoio em caso de doença; depois, os vizinhos, pensando nas sociedades camponesas. No campo, a presença de horta e da criação de pequenos animais garantia as condições mínimas de alimentação. Igualmente os laços de dependência garantiam algum sustento. Tal solidariedade primária deixa de existir nas cidades (CASTEL, 2010).

As pessoas sem laços ou que dependem unicamente de sua força de trabalho têm no hospital seu lugar de socorro, ou, como Maria Antonia Lopes afirma, as famílias “que dependiam do trabalho manual podiam viver em situação de pobreza iminente ou na mais completa indigência, incapazes de prover as necessidades mínimas” (LOPES, 1999, p. 16). Como demonstrei anteriormente (SANGLARD, 2008a), os hospitais foram, ao longo do tempo, o lugar de abrigo das misérias humanas: o doente, o louco, o velho, a criança e a parturiente. Com o advento da era moderna e com o conhecimento médico, foi-se transformando aos poucos.

Na Idade Média, buscava-se conforto para o corpo (agasalho e alimento) e para a alma (sacramentos). Muitos estavam de passagem, como os peregrinos; outros não tinham muito para onde ir, como os idosos e os “incuráveis”. A especialização era dada, na maioria das vezes, pelo orago: S. Lázaro, leprosos; S. Tiago, peregrinos; Santa Catarina, prostitutas, e assim sucessivamente. Em comum aos hospitais medievais, havia a grande influência da Igreja Católica e um corpo médico restrito a um médico e um cirurgião, ou apenas a este último.

O período Moderno trouxe a questão da cidade para a assistência. De um lado, a historiografia dos anos de 1980 interpreta a caridade como uma resposta às demandas da pobreza, criando uma demanda existente. As ações em prol da assistência eram vistas como meras obrigações morais e religiosas. Para esta historiografia, discutida por Cavallo (1989; 1991) e Abreu (2010), a pobreza era analisada quer pelo viés demográfico, quer pelo lado econômico (epidemias, fome, migrações etc.). A década seguinte procura ressaltar as motivações político-sociais para a caridade e, sobretudo, os pobres deixam de ser interpretados “como uma massa anônima e passiva, para se tornarem objeto da história, [... para serem] estudados através da sua inserção em conjunturas econômicas, ciclos familiares, ciclos de vida e das suas capacidades negociais” (WOLFF, 1997, p. 7).

A partir da década de 1990, os hospitais ganham evidência na historiografia internacional. Em 1982, é lançado o livro de Olivier Faure, *Genèse de l'hôpital moderne – les hospices civils de Lyon de 1802 à 1845*, fruto de sua tese de doutorado. A obra ganhou o prêmio Emile Bonnet da Société Française d'Histoire des Hôpitaux e ressalta a administração, o pessoal, o orçamento e, sobretudo, a relação entre o hospital e a sociedade (FAURE, 1982). No final da década, em 1989, é lançada em Londres e Nova York a obra organizada por Lindsay Granshaw e Roy Porter, *The hospital in History*,

que reunia artigos de diversos historiadores que se debruçavam sobre o hospital e procuravam entendê-lo como um microcosmo da sociedade (GRANSHAW; PORTER, 1989). Os anos de 1990 trouxeram outros olhares sobre essa instituição: em 1991 sai o livro editado por Jonathan Barry e por Collin Jones, *Medicine and charity before the welfare state*, que rapidamente se tornará referência para os estudos de caridade e sobre o hospital até o século XIX (BARRY; JONES, 1991). Em 1995 é a vez da tese de Sandra Cavallo, *Charity and power in early modern Italy – benefactors and their motives in Turin, 1541-1789*, que enfatiza o papel da vida urbana e dos benfeitores na reforma da assistência em Turin no início da era Moderna (CAVALLO, 1995). Isabelle von Bueltinglowen publica sua tese (*Machines à instruire, machines à guerir – les hôpitaux universitaires et la médicalisation de la société allemande, 1730-1850*), orientada por Olivier Faure, trata da especificidade do reino de Hanover e, a despeito do remeter à obra célebre de Michel Foucault et al. (1979), a autora segue um caminho inverso daquele proposto pelo filósofo (BUELTZINGLOWEN, 1997). Por fim, vale ressaltar a coleção editada por Ole Peter Grell, Andrew Cunningham e Robert Jütte – *Health Care and Poor Relief in 18th and 19th Century in northern Europe*, já no início do século XXI (GRELL & CUNNINGHAM; JUTTE, 2002). Anos depois, Ole Peter Grell, Andrew Cunningham e Bernd Rock lançam um volume dedicado ao Sul da Europa – *Health Care and Poor Relief in 18th and 19th Century in southern Europe* (GRELL et al., 2017). Tais indicações, longe de serem exaustivas, indicam os olhares que cada década oferece acerca do hospital, da caridade e da pobreza.

Em estudo sobre o Hôtel-Dieu de Paris, Tim McHugh chama a atenção para o processo de laicização que a instituição passou ao longo do século XVI e XVII, quando a administração passou para a cidade de Paris. Tal processo permitiu a expansão do hospital no que tange à oferta de leitos, de pessoal especializado, bem como no envolvimento das elites locais. Se até 1587 o pessoal do Hôtel-Dieu de Paris era formado exclusivamente por 80 monges e freiras agostinianas, a partir dessa data, com o convênio com a Faculdade de Medicina de Paris, o hospital passou a contar com o cargo efetivo de médico. Para o autor, a administração laica e a presença de médicos são os pontos chave para entender o processo de laicização do hospital (MCHUGH, 2007).⁶⁵

A relação que se estabeleceu entre o Hôtel-Dieu e a Faculdade de Medicina de Paris será capital para entender o processo de transformação da medicina, sobretudo a partir do século XVIII, conforme demonstrou Othmar Keel (2001).

O século XIX vê surgir, sobretudo na França, uma grande quantidade de instituições filantrópicas. As diversas obras surgidas no início do século XIX serão divididas em três vértices principais: o primeiro, a escola – o ensino mútuo, salas nos asilos, instrução técnica; o segundo, o patronato – instituição de aprendizes, de prisioneiros, de doentes, entre outras; e, por último, as de previdência, que podem

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

ser uma simples poupança individual ou societária, ou num sentido mais alargado de prevenção à ignorância, à indigência ou à delinquência (DUPRAT, 1996, p. XI).

Catherine Duprat observa um constante alargamento das ações das sociedades de beneficência. O ponto importante anotado pela historiadora é a mudança do eixo da assistência para a previdência: do conhecimento à educação; do patronato à moralização; e da enquete social a um projeto de ciência social (DUPRAT, 1996, p. 324). Essas mudanças que vão acontecendo gradativamente ao longo do século XIX traduzem as mudanças sociais ocorridas no seio da sociedade francesa.

Os benefícios oferecidos pelos patrões a seus empregados, ou a tutela patronal, é uma das feições que a filantropia vai ganhar a partir do século XIX até o advento do estado de bem-estar social nas sociedades liberais. Nota-se nesse movimento a presença da higiene dos corpos e dos lares, bem como uma atuação de cunho mais moral voltada aos inválidos, aos órfãos e às viúvas.

Neste cenário, de transformações impostas pela industrialização, pelo conhecimento médico, pelo surgimento das especialidades médicas, o hospital vai se transformando no que Michel Foucault denominou de *machine à guérir* (FOUCAULT et al., 1979). Ou, ainda, assume a versão de um combate à doença, adotando uma metáfora de guerra, sobretudo para o século XX, como propôs Denise B. Sant’Anna uma vez que, seja “qual for a guerra imaginada, seu vocabulário tende a se misturar, há muito tempo, com aquele dos tratamentos médicos. Imagina-se que, na doença e na guerra, é sempre preciso vencer e conquistar o direito de viver” (SANT’ANNA, 2011, p. 4).

Portugal seguiu um caminho distinto daquele levado a cabo no mundo ocidental – quer em países católicos, quer em países protestantes. No Império português, a gestão da pobreza coube à Irmandade da Misericórdia, confraria leiga criada em fins do século XV e que, a partir da década de 1530, passou a gerir os hospitais tanto no reino, quanto no ultramar. A historiografia portuguesa tem discutido bastante o papel das Misericórdias na gestão da assistência aos pobres. Como característica desta historiografia, temos uma maior ênfase nos estudos locais, sendo as grandes sínteses a cargo de Isabel dos Guimarães Sá (1997, 2011), Maria Antónia Lopes (1998 e 1999) e Laurinda Abreu (2013; 2014).

Laurinda Abreu, no trabalho mais recente sobre o tema da assistência e da pobreza no período Moderno português, aponta como característica da assistência organizada o fato de ela ser tripartida, mantendo uma divisão típica do mundo medieval, mas atualizada às necessidades do tempo: à Coroa/Estado cabia a direção dos trabalhos; à Igreja, a manutenção dos recolhimentos e mercearias – o cuidados com as donzelas e viúvas; e às elites, por meio das ações pias das Misericórdias, a manutenção dos hospitais e a assistência aos prisioneiros – a primeira, a mais custosa; e a segunda,

aquela que dava maior visibilidade e capitalização por seus rituais e seus cortejos (ABREU, 2014).

Para os fins deste artigo, resalto a singularidade do Hospital do Espírito Santo de Évora que permite a autora indicar a característica deste hospital urbano, de uma região com forte tradição agrícola. Ao estudar o público do hospital, Laurinda Abreu percebeu que a internação era uma forma de o indivíduo conseguir recuperar sua força de trabalho, único bem que possuía. Tal afirmação é possível a partir da análise do movimento do hospital e da análise social de seus utentes: o público do hospital era majoritariamente de homens jovens e migrantes, que buscavam as enfermarias da Misericórdia eborense, sobretudo na entressafra, entre a safra da cortiça e a da azeitona. Assim, essa instituição era, ainda na época Moderna, o de ser um lugar para o pobre trabalhador imigrante, que buscava em Évora o trabalho sazonal na lavoura para sua sobrevivência (ABREU, 2014).

Tal peculiaridade eborense, provavelmente, não encontra eco em outra Misericórdia portuguesa. A questão local e/ou regional dá o matiz de cada uma das Misericórdias criadas no Reino e no Ultramar. Mas, como a historiadora defende, o hospital, com a assistência por ele ofertada, é o espaço de convergência de interesses diversos: para a Coroa portuguesa, questões políticas, econômicas e sociais; para as elites locais, buscaram moldar a administração herdada da Coroa, adaptando-a a seus interesses e capitalizando o que podiam – sobretudo a questão da mão de obra; e os imigrantes, sem redes de solidariedade, encontravam nestas instituições abrigo para os momentos de necessidade, onde muitas vezes a doença era má alimentação e exaustão física, pelo trabalho (ABREU, 2014).

Certamente esse enunciado de Laurinda Abreu pode ser útil para entendermos um pouco da configuração da assistência no Brasil, uma vez que as Misericórdias serão a grande referência na prestação da saúde no país, encontrando grande expansão após a Independência.

Assim, o hospital é, em última instância, o microcosmo da sociedade, tal como propôs Lindsay Granshaw (1989). Por meio dele, podemos conhecer seus beneméritos, seus pobres, o saber médico que nele era aplicado e as transformações pelas quais vai passar através do tempo, bem como a elite, que, segundo seus interesses, financiou-o em cada tempo.

ASSISTÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

A experiência brasileira não foi diferente daquela anotada no item anterior. Assistência e saúde pública seguiram caminhos paralelos, encontrando-se apenas em casos de epidemias. Havia apenas uma diferença, como Renato Franco chamou atenção: as Misericórdias coloniais eram extremamente frágeis do ponto de vista financeiro – à exceção daquelas do Rio de Janeiro e de Salvador, as capitais da colônia

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

(FRANCO, 2011) – o que explica o acanhamento de suas ações. O certo é que o Brasil chega à Independência em 1822 com pouquíssimas e frágeis instituições de assistência, localizadas sobretudo na faixa litorânea, onde o atendimento aos marítimos garantiria uma fonte de renda importante às irmandades.

A partir da outorga da Constituição de 1824, o governo imperial começa a organizar administrativamente suas ações. Com a reabertura da Assembleia Geral em 1826, discute-se o papel dos municípios na nova organização político-administrativa do país. A chamada Lei dos Municípios começa a ser discutida em 1827 no Senado e tinha como objetivo dar nova forma às Câmaras Municipais, delimitar suas atribuições, determinar o processo eleitoral para sua composição e redefinir o papel dos Juizes de Paz.

Gladys S. Ribeiro e Vantuil Pereira destacam que, até a promulgação da Lei dos Municípios em 1828, as Câmaras Municipais tiveram papel político importante, tendo sido, inclusive fiadoras do processo de Independência. Com a nova lei, elas deixam de ter papel político e ficaram restritas às questões administrativas locais (RIBEIRO & PEREIRA, 2009).

A Lei dos Municípios, no que interessa aos objetivos deste capítulo, em seu artigo 69, determina que caberá às Câmaras Municipais a criação e a manutenção de casas de caridade, com o objetivo claro de, na ordem: criar os expostos, curar os necessitados, vacinar os meninos e todos os que não o tivessem sido. E para tal deveriam ter um médico ou um cirurgião de partido. O artigo 76, que trata das rendas das câmaras, determina que não “podendo prover a todos os objetos de suas atribuições, preferirão aqueles, que forem mais urgentes” e entre os mais urgentes, os senadores indicam a criação e educação dos expostos, dos órfãos mais pobres e dos desamparados. Mas ainda determina, apenas nas “cidades, ou vilas, aonde não houverem casas de misericórdia”⁶⁶.

Contudo, ao definir que caberia às câmaras a criação e a manutenção de Casas de Caridade e que as câmaras só cuidariam dos expostos no caso de cidades onde não houvesse casas de misericórdia, o legislador transferia às instituições de caridade a obrigação na criação dos expostos, órfãos pobres e desamparados, bem como da assistência em geral. Está aí uma das chaves para entendermos a abertura das Casas de Caridade ou de Misericórdia no período imperial. Quer respondendo à Lei dos Municípios, quer apoiando ações de caridade que, ao fim e ao cabo, lhes renderia alguma mercê do Imperador, quer vendo uma chance de se desonerarem dos custos de manutenção a poderem recorrer às verbas provinciais, o fato é que as elites locais investiram recursos e prestígio na criação de Misericórdias ou de Casas de Caridade.

Com relação à saúde pública, é a eclosão da primeira epidemia de febre amarela no Brasil e, sobretudo na Corte, no verão de 1849-19850, que traz mudanças na sua gestão. No início de 1850 (14 de fevereiro) foi criada a Comissão Central de Saúde

Pública, logo transformada em Junta de Higiene Pública – contudo, sua regulamentação só ocorreu em setembro de 1851 ocasião em que ganhou sua denominação final: Junta Central de Higiene Pública (PIMENTA, 2004).

O importante a ser ressaltado é que a Junta Central de Higiene passou a reunir ações até então diluídas em diversos órgãos, como a Inspeção de Saúde do Porto, a fiscalização de boticas, droguistas, lugares que poderiam acarretar danos à saúde pública, e também algumas ações até então a cargo dos municípios (PIMENTA, 2004). Paralelamente viu-se também aumentar a preocupação com relação à vacinação contra a varíola, com a importação de *pus vacínico*.

Outra medida acarretada pela epidemia de febre amarela foi a proibição dos enterramentos dentro das igrejas. No caso da Corte, foi aberta uma licitação para a construção de um novo cemitério, afastado da cidade. Como contrapartida, deveria a irmandade vencedora construir enfermarias em lugares pré-determinados pelo governo. Coube à Misericórdia montar enfermarias para atender os pestilentos nos locais estipulados pelo governo, os quais, no princípio, funcionavam de maneira intermitente – só em casos de epidemia. Contudo, a partir de 1857, a antiga enfermaria da Saúde, já há muito ampliada, foi transformada no Hospício de Nossa Senhora da Saúde e funcionava como hospital de isolamento. A enfermaria manteve, a princípio, seu atendimento voltado apenas para doenças contagiosas. É para lá que eram encaminhados os casos de varíola, cólera e febre amarela.

Assim, os

esforços do governo imperial em propor o alargamento do debate em torno da saúde da população, o interesse em reformar os regulamentos do Instituto Vacínico e a criação da Junta de Higiene Pública apontam para as primeiras ações de Estado em saúde pública no Brasil. Talvez possamos argumentar que as medidas implementadas na segunda metade do Oitocentos, ou seja, o interesse do governo em que se fizessem cumprir os regulamentos e leis relacionados à saúde e ao combate às epidemias, foram adquirindo legitimidade, progressivamente, em fins do século XIX e início do século XX, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro (PIMENTA et al., 2019, p. 338).

E o século XIX no Brasil não vai fugir do quadro descrito anteriormente neste capítulo. A centúria vê surgir diversas instituições de auxílio mútuo, muitas vinculadas a grupos étnicos – como a Beneficência Portuguesa; instituições filantrópicas; além de diversos hospitais no interior das províncias. Também surgiram diversas instituições preocupas com a educação de órfãos – como o Asilo Santa Leopoldina em Niterói e o Asilo Furquim, em Vassouras (SANGLARD, 2020).

Essa transformação na assistência, sobretudo aquela voltada às crianças, deve ser percebida à luz do processo de Abolição da escravatura e, notadamente, a Lei do Ventre Livre de 1871. Enquanto durou o escravismo, a elite imperial não se preocupou com a

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

questão da formação da mão de obra, mas se começa a perceber uma preocupação com a formação de mão de obra, principalmente das crianças, a partir da segunda metade daquele século – o que mostra a questão da utilidade social dessas crianças. Outra característica do período é o surgimento de instituições de caráter previdenciário, ou apenas pecúlio para velhice e viuvez.

Não passou despercebido da administração imperial o aumento de instituições mutuais e filantrópicas. Surgiram leis que procuravam regulamentá-las. A legislação compunha

um arcabouço legal dentro do qual as associações tinham reduzido campo de manobra. Além da obediência aos decretos regulatórios, para que passassem a funcionar, deveriam ter seus estatutos avaliados pelo Conselho de Estado o qual atuava como um guardião do cumprimento da lei e do funcionamento da sociedade (VISCARDI, 2008, p. 122).

O final do Império já apontava para uma sociedade mais complexa, sobretudo com o impacto do mundo do trabalho – que afetará, sobremaneira, a assistência. Velhice, viuvez e orfandade passam a ser preocupações que a sociedade passa a conviver e precisarão gerir. Igualmente havia a questão da alta taxa de mortalidade infantil, que só não impactava negativamente na demografia brasileira em função da imigração. Esse processo de transformação pode ser percebido nas dependências do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, quando, desde a década de 1870, a presença de mães internadas com seus filhos pequenos, muitos nascidos lá mesmo, obrigou a Casa dos Expostos a abrir um livro de matrícula especial para as “crianças temporárias” – que lá estavam apenas enquanto suas mães estavam hospitalizadas. Mas se elas falecessem e não houvesse familiar para recolher a criança, esta acabava sendo registrada definitivamente na instituição (SANGLARD, 2016a).

Do ponto de vista da legislação, o Império legou à República um conjunto de medidas de saúde pública que funcionavam com maior ou menor alcance. Igualmente procurou regular as instituições mantidas pela sociedade civil.

Do ponto de vista da medicina, o século XIX pode ser caracterizado pelo surgimento da maior parte das especialidades médicas que conhecemos: psiquiatria, pediatria, ginecologia, obstetrícia, dermatologia, oftalmologia, entre outras. Tais cátedras passaram a fazer parte do currículo das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador a partir da reforma do ensino médico do final da década de 1870.

De igual modo, surgiu a bacteriologia, a nova ciência médica originada a partir das descobertas de Louis Pasteur em 1860. A medicina ganhou, então, um caráter *preventivo* – prevenção de doenças pela adoção de práticas de higiene (das cidades, das casas, das pessoas), pelo uso das vacinas e ampliou o papel social dos médicos (SANGLARD, 2008; SANT’ANNA, 2007). A preocupação em higienizar corpos e mentes, sobretudo das classes populares, já estava sendo cuidadosamente construída pelo médico

Carlos Costa nas suas palestras na Sociedade Protetora dos Operários da Lagoa (FREIRE & CARULA, 2017) – este mesmo médico dirigiu, ao longo de quase 20 anos, um periódico voltado à educação das mulheres da elite (*A mãe de família*) a quem dirigia seus conselhos de como deveriam cuidar de seus filhos.

Serão os médicos, envolvidos na institucionalização de suas especialidades, que estarão à frente das principais instituições filantrópicas voltadas à saúde criadas no início da República, notadamente aquelas voltadas à infância: higienizar mães e filhos, mudar hábitos sociais arraigados – como o uso de amas de leite, cuidar da saúde de mães e filhos foi um projeto ao qual diversos pediatras e obstetras se debruçaram, com apoio da sociedade civil, entre 1899 e 1918 (SANGLARD, 2016; BARRETO & OLIVEIRA, 2016).

Angela de Castro Gomes define o Rio de Janeiro da Primeira República como o lugar dos salões, da boemia e da catolicidade – eixos através dos quais se articulava a intelectualidade carioca (GOMES, 1999). A esses três espaços indicados pela historiadora, acrescento a filantropia como característica definidora daquela sociedade. A filantropia pode ser considerada uma das facetas da sociedade da *Belle Époque* carioca, que se reunia para angariar donativos para a infância necessitada, para a criação e manutenção de hospitais, entre outras ações.

A Primeira República foi marcada pelo advento de uma nova elite, capital novo, que conviveu lado a lado com a elite do Império e a ela buscou se parecer. Aquisição de mobiliário aristocrático, organização de coleções artísticas e científicas, arquitetura das residências, forma de vestir-se eram atributos pelos quais os novos ricos queriam ser reconhecidos. E se, durante o século XIX, a caridade e a filantropia eram um dos requisitos para almejavam o passaporte para um título nobiliárquico, o período da Primeira República é fértil para o estudo dessa prática, ganhando outros contornos e procurando responder às necessidades do seu tempo. Nesse cenário, combater a mortalidade infantil se tornou bandeira importante para essa sociedade: Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1899), Policlínica de Botafogo (1899), Policlínica das Crianças Pobres (1909), Hospital São Zaccharias (1914) – são exemplos de instituições que tinham o combate à mortalidade infantil como objeto, sendo criadas/geridas por médicos e mantidas pela filantropia. Era preciso garantir braços sadios para a construção nacional.

A preparação para o mundo do trabalho também movimentou os filantropos. A criação da Casa São José em fins do Império, pelo ministro da Justiça Ferreira Viana, é um exemplo desse conjunto de instituições. Com objetivo de atender as crianças abandonadas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, a instituição passou a ser lugar de passagem para o ensino profissional (Instituto Profissional Masculino), como Livia Freitas ressaltou (SOARES, 2019).

A regulamentação do ensino profissional em 1902 pode ser o mote para entender a transformação que a Casa dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

do Rio de Janeiro vai passar a partir de 1910, quando a instituição passa a fornecer ensino primário e profissionalizante a seus internos (COSATI, 2019). Ressalte-se que a Misericórdia carioca já mantinha, desde a década de 1890, o Asilo São Cornélio com ensino profissionalizante para meninos e meninas – conforme exigência de legado específico.

A preocupação com a infância também passa pela boa gestação das mães. As instituições de assistência à infância mantinham consultórios de ginecologia e obstetrícia; e os ginecologistas e obstetras também se envolveram na criação de instituições de assistência materno-infantil, como a Maternidade de Laranjeiras, de 1904, e que em 1914 é incorporada à Faculdade de Medicina; e a Pró-Matre, de 1918, que envolveu filantropas e médicos neste projeto de assistência à parturiente pobre.

Se do ponto de vista da oferta da assistência percebe-se o quanto a complexificação das relações sociais impactaram nas instituições e/ou foram propiciadoras para sua criação, reforçando a ideia do hospital como microcosmo da sociedade, conforme já apontado neste artigo, do ponto de vista da saúde pública a passagem do Império para a República não foi menos impactante.

A opção pelo federalismo na Constituição de 1891 trouxe impactos severos para a administração da saúde. Como visto, o arcabouço administrativo construído pelo governo imperial a partir de 1850 teve alcance relativo, mas foi fundamental para o controle das principais epidemias (cólera, varíola e febre amarela) de assolaram o território brasileiro na segunda metade do século XIX, com maior ou menor eficácia. A República passou aos estados a gestão da saúde. Isso significou que o que atingia o *indivíduo* continuou sendo gerido pela caridade e pela filantropia, contando com forte subsídio dos estados; já o que era coletivo passou a ser gerido pelos estados. Ou melhor, uma coletividade menor – não havia gestão geral para caso de epidemia.

Neste novo desenho, os alienados passaram a ser entendidos como um problema nacional, o que deveria ser gerido pelo governo Federal e não mais pela caridade.⁶⁷ Nesse contexto, o antigo Hospício de Pedro II deixa de pertencer à Misericórdia carioca e passa a ser gerido pelo governo Federal, passando a se denominar Hospício Nacional de Alienados. Contudo, a assistência psiquiátrica só se firmaria em 1903, já sob a liderança de Juliano Moreira.

Outra novidade trazida pela República foi a obrigatoriedade de os municípios gerirem prontos-socorros. Até então, os acidentes nas vias públicas e de trabalho eram encaminhados para os hospitais de caridade – quer mantidos pelas Misericórdias locais, quer pela filantropia. Contudo, a lógica de funcionamento destas instituições

67 Em 1890 é publicado o decreto que desanexando o Hospício Pedro II da Santa Casa da Misericórdia. Ao longo do ano, são publicados diversos decretos reorganizando a matéria até que em junho é promulgado o Decreto nº 508, que estruturou a assistência ao alienado. Em 1903 passa por uma segunda reorganização, ganhando a feição que se conhecerá na Primeira República – já com a liderança de Juliano Moreira.

era outro. E se pensarmos na chegada dos automóveis, a velocidade, as batidas os atropelamentos, bem como as obras de melhoramento que eram realizadas nas cidades, como o *bota-a-baixo* que varreu o Rio de Janeiro no início do século XX e as construções que surgiram, podemos imaginar os acidentes de trabalho – que também estavam presentes nas inúmeras fábricas que existiam na cidade. O certo é que a implementação desta norma irá acontecer lentamente nos municípios. A capital Federal só terá seu hospital de Pronto Socorro (atual Hospital Souza Aguiar) em 1907.

Outros estados terão experiências diversas de modo que se nota a expansão de instituições de assistência à saúde que se organizam como Misericórdias, e com elas querem parecer, ou instituições filantrópicas tanto de cariz religioso, como os hospitais mantidos pela Sociedade de São Vicente de Paulo, quanto laico. O papel dos vicentinos é grande no território mineiro, notadamente na Zona da Mata, como demonstraram Virna Braga e Ana Paula Magno Pinto (BRAGA, 2015; PINTO, 2017). São Paulo saiu de 22 hospitais mantidos por Misericórdias em 1889, para terminar a Primeira República com 99 instituições que assim se denominavam (IBAÑEZ et al., 2011).

O Rio Grande do Sul é um caso especial neste cenário. Como os outros estados da federação, viu a criação de hospitais em cidades médias do estado, entre 1896 e 1907: casas de caridade e Misericórdias. O que distingue este estado dos outros é que, conforme Daiane Rossi demonstrou, “esta expansão da assistência à saúde [foi] dinamizada pelo PRR em consórcio com as elites locais” amparada no “crescimento das cidades onde a criação de um hospital passa a ser entendida como uma forma de gerir os problemas urbanos motivados pela pobreza” (ROSSI, 2019, p. 77-78). A historiadora ressalta que, na década de 1910, “o Hospital de Caridade de Santa Maria tornou-se um espaço de experimentação da assistência pública na região central” (ROSSI, 2019, p. 248) ao ser criado o Departamento de Assistência Municipal, aos moldes do proposto para Porto Alegre.

Em 1908 é realizado, no âmbito das comemorações do Centenário da Abertura dos Portos no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada. Tinha como propósito repensar a assistência no país e reuniu um grupo de médicos e juristas que discutiram questões como Assistência Hospitalar, Assistência Psiquiátrica, Assistência à Infância – tanto no que concerne aos médicos (a mortalidade infantil), quanto aos juristas (a delinquência infantil). As propostas discutidas e aprovadas nesse congresso só serão postas em prática na década de 1920, com a Reforma da Saúde Pública levada a cabo por Carlos Chagas (SANGLARD, 2008b, 2016b).

Do ponto de vista da saúde pública, ou das doenças que atingem à coletividade, a Constituição de 1891 manteve, na alçada federal, o controle das epidemias e a saúde dos portos. E é, justamente, a eclosão de uma epidemia que mudará o cenário.

A chegada da epidemia de peste bubônica no porto de Santos, em outubro de 1899, passou pelo momento inicial de negação tanto do governo federal, quanto

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

do estado de São Paulo. Foram três médicos chamados: Emílio Ribas, por São Paulo; Eudardo Chapot Prêvot, pelo Distrito Federal; e, por fim, o jovem médico Oswaldo Gonçalves Cruz, recém-chegado de temporada de estudos no Institut Pasteur, em Paris. A solução encontrada tanto pelo estado de São Paulo, quanto pelo governo federal foi a criação de instituições de saúde pública, como o Instituto Soroterápico Federal, criado a 25 de maio de 1900, na fazenda de Manguinhos no Distrito Federal. A direção coube ao barão de Pedro Affonso, diretor do Instituto Vacínico, e a direção técnica, a Oswaldo Cruz (BENCHIMOL, 1990). A ascensão de Oswaldo Cruz à direção do Instituto em 1902 mudará, sobremaneira, a forma de pensar a saúde pública.

Herdeiro da tradição da medicina preventiva do Institut Pasteur, é esta marca que Oswaldo Cruz dará no instituto e ao assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública do Distrito Federal, com atuação também no território do Acre. O instituto produzia o soro antipestoso e construía uma agenda própria de pesquisa. Por sua vez, na gestão da saúde pública, o médico se envolveu no combate a três epidemias que impactavam na economia do país: a varíola, a febre amarela e a peste bubônica. Inclusive o poder de polícia que Oswaldo Cruz foi investido pelo presidente Rodrigues Alves é fortemente inspirado nas Lei de Saúde Pública francesa de 1902 (COSTA & SANGLARD, 2006).

O sucesso no combate à febre amarela coroou a liderança de Oswaldo Cruz e do instituto, que em função do prêmio na Exposição de Higiene e Demografia de Berlim, em 1907, passou a ser denominado de Instituto Oswaldo Cruz no ano seguinte. É também esta liderança de Oswaldo Cruz que ampliará a agenda de pesquisa da instituição a partir de contratos públicos e privados.

Na primeira década do século XX, ressaltamos a aproximação com os empresários Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, diretores da Companhia Docas de Santos, que contactaram Oswaldo Cruz, em 1905, em função das obras na Usina de Itatinga em Santos, que estavam sendo comprometidas pela malária. Coube a Carlos Chagas, indicado de Oswaldo Cruz, a responsabilidade de propor uma solução para o problema, uma vez que sua tese versara sobre o paludismo. Desta missão nasceu a amizade entre Chagas e a família Guinle, conforme se verá mais adiante neste capítulo (SANGLARD, 2008a). Esta missão também inaugura uma série de viagens do Instituto ao interior do Brasil.

Segundo Nísia Trindade Lima, tais viagens ocorreram quando o Instituto já estava consolidado como centro de pesquisa e de medicina experimental. A motivação para as expedições era a urgência de se conhecer o território nacional, de modo a mapear não só suas potencialidades como também seus problemas. A mesma autora e Ângela de Castro Gomes destacam o relativo consenso, entre a elite republicana, sobre a necessidade de se disponibilizarem informações sobre o Brasil, e nesse sentido as viagens científicas teriam um papel primordial para proceder a levantamentos e, sobretudo, para divulgá-los junto a um público mais amplo e diversificado (LIMA,

1999; GOMES, 2002). Assim, não é de estranhar que as viagens estivessem ligadas a projetos de modernização do país, como a abertura de estradas de ferro, as melhorias das condições de trabalho nos seringais e os trabalhos da Inspetoria de Obras Contra a Seca. No primeiro caso, inserem-se as expedições para profilaxia antimalárica realizadas juntamente com os trabalhos da Estrada de Ferro Central do Brasil (1908, 1909, 1911-12), da Madeira-Mamoré Railway (1909) e da Superintendência de Defesa da Borracha (1912-13). No segundo, as três viagens realizadas em 1912. Houve posteriormente mais duas viagens, em 1918 e 1922; a primeira em conjunto com o estado do Paraná visando à confecção de quadro sanitário da região visitada, e a segunda realizada somente por técnicos do IOC para estudo de problemas parasitológicos em Mato Grosso (LIMA, 1999, p. 87).

A expedição de Chagas à Minas Gerais dá uma guinada na vida do pesquisador e da instituição. É neste trabalho de campo que é descoberta a tripanosomíase americana, ou doença de Chagas, e seu causador – o tripanossoma cruzi, em homenagem a Oswaldo Cruz que o identificou em laboratório em Manguinhos (KROPF, 2009).

Outra viagem que merece destaque é uma das três expedições ocorridas em 1912 e que tiveram como destino o sertão do Nordeste, mais especificamente o norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí e todo o estado de Goiás. O percurso foi realizado em sete meses, de janeiro a julho, e teve como responsáveis os cientistas Arthur Neiva e Belisário Penna. O objetivo da viagem era estudar o quadro sanitário e as condições de vida e trabalho das populações locais, além de pesquisar a flora e fauna da região, com destaque para o uso médico destas. As observações de Neiva e Penna traçavam um cenário em que a pouca disponibilidade de água era associada a doenças, sobretudo à malária, e cujo pano de fundo era fornecido pela geografia médica, com anotações sobre clima, fauna, flora e as doenças dos homens, estas associadas às condições de vida. O homem daquelas regiões, descrito por Arthur Neiva e Belisário Penna, era “[...] ignorante, abandonado, isolado, com instrumentos primitivos de trabalho, desconhecendo o uso da moeda, tradicionalista e refratário ao progresso” (HOCHMAN, 1998, p. 222). Nada muito diferente do que Euclides da Cunha havia descrito em *Os sertões*.

Em 1916 é publicado o relatório da viagem, “*Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*”, na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. A repercussão na imprensa cotidiana e nos debates acadêmicos foi bem grande. Seu maior mérito foi o de ter atraído uma “parte da opinião pública ao seu dramático diagnóstico” (HOCHMAN, 1998, p. 222), mobilizando intelectuais e políticos e dando início à campanha pelo saneamento rural. Um bom exemplo dessa conversão foi Monteiro Lobato, que após a divulgação do relatório transformou-se no maior divulgador das ideias de saneamento: seu personagem

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

Jeca, antes indolente e inapto à civilização, transfigurou-se em doente, e a medicina e a ciência o salvariam.

Essa discussão eclodiu durante a primeira Guerra Mundial (1914-18) e desenrolou-se no período imediatamente posterior a ela, caracterizado na Europa e no mundo ocidental pela emergência de fortes sentimentos nacionalistas. No Brasil o nacionalismo manifestou-se em diversos campos, atitudes e ações, entre eles o serviço militar obrigatório e a profissionalização do Exército, a alfabetização, a saúde, o culto ao civismo e a ampliação do colégio eleitoral. No âmbito das discussões nacionalistas, a doença passou a ser percebida como problema crucial para a construção da nacionalidade, e a campanha do saneamento rural foi então investida de um caráter cruzadista, uma “cruzada da medicina pela pátria” (LIMA & HOCHMAN, 1996).

O grande arauto dessa cruzada foi, sem dúvida, o médico e sanitarista Belisário Penna, que em 1918 publicou o livro *Saneamento do Brasil*, reunindo artigos veiculados em jornais de grande circulação na época. Penna advogava que a doença, a sociedade e a política estavam intimamente ligadas, e no livro lançou as principais críticas ao modelo federalista instituído a partir da Constituição de 1891. Para o médico,

O problema do saneamento geral do Brasil e da sua população é mais do que higienico e médico, mais do que regional, mais do que social e humanitário; ele é o magno problema nacional, e só começará a ter execução no dia em que a nação compreender a necessidade inadiável de sair da desorganização e da desmoralização política em que se deixou afundar, e estabelecer as bases de uma verdadeira “Organização Nacional”, dentro ou fora do systema republicano, baseada nas suas tradições, nas suas tendências, e nas suas principaes e por emquanto únicas e seguras fontes econômicas – a terra e o homem (PENNA, 1918, p. 65).

A crítica do médico, endossada por diversos intelectuais e partícipes do movimento federalista, punha em questão sobretudo a autonomia dos estados e dos municípios com relação ao governo federal no tocante às questões da saúde, que no arranjo federativo ficavam a cargo dos estados e municípios, restringindo-se as ações sanitárias do governo federal ao Distrito Federal e à vigilância sanitária dos portos. O governo federal só poderia atuar nos estados e nos municípios em tempos de epidemia. Exceto essas situações de emergência, qualquer outra ação federal era interpretada como violação do pacto federativo.

Em 1918 a crítica a descentralização das ações de saúde estava bem assente entre os médicos reunidos na Liga Pró-Saneamento, bem como entre os intelectuais. Mas só isso não bastava para uma mudança na gestão da saúde no país.

A EPIDEMIA QUE DESORGANIZA O COLETIVO E REORGANIZA A SAÚDE DO INDIVÍDUO

Ao longo deste artigo procurei mostrar como a questão da saúde foi construída de forma separada: a doença que atingia o indivíduo era vista como uma questão privada, cada um cuidava de si; já a caridade e a filantropia atendiam aqueles que não tinham condições de cuidarem de si, momentaneamente. Esta é a característica da assistência, que foi agudizada com o liberalismo do século XIX.

Por outro lado, viu-se começar a ser esboçada uma maior interferência do Estado na saúde individual, ao passar para os municípios a obrigação de gerir os hospitais de pronto-socorro. No início o Império, os municípios podiam se eximir de custear a assistência a saúde de seus pobres quando houvesse uma casa de caridade, mas a partir de 1891 os municípios passaram a ser obrigados a se organizarem.

A saúde pública também foi se transformando gradativamente. O processo descrito anteriormente da difusão das práticas de higiene e do surgimento do caráter preventivo na medicina acarreta uma nova percepção do indivíduo. A nova noção de saúde pública é fruto “de uma visão global do indivíduo”, que o integra “a um conjunto mais vasto, a sociedade, e dá a essa a prioridade sobre aquele” (FAURE, 2009, p. 55). A prioridade a que se refere Olivier Faure pode ser traduzida nas ações de saúde pública e na criação de instituições de assistência à saúde.

Para o Brasil, do início da República, é a epidemia de peste bubônica que obrigou, ao menos, o Distrito Federal e São Paulo a se organizar e a criar instituições que tinham como objetivo a fabricação do soro antipestoso – que construíram agendas de pesquisa próprias: o Instituto Serumtherápico (posteriormente Instituto Butantan) especializou-se no ofidismo; o Instituto Soroterápico Federal (depois Instituto Oswaldo Cruz) seguiu pelas doenças endêmicas, sobretudo a partir da descoberta de Carlos Chagas. A década de 1910 foi caracterizada pela crítica da descentralização das ações de saúde.

Se a epidemia de peste levou à criação de duas instituições de saúde pública, a pandemia de gripe espanhola em 1918 redesenharia as ações de saúde pública no país. É a partir deste momento que a sociedade começa, de fato, a ter prioridade sobre o indivíduo, como argumentou Olivier Faure (FAURE, 2009).

A eclosão da epidemia de Gripe Espanhola na Europa no final da 1ª grande Guerra e a sua rápida chegada ao Brasil vai mudar essa história. Passado o período de negação inicial, os governos foram obrigados a agir rápido. Conforme Christiane Souza chamou atenção, a epidemia logo se alastrou para o interior – seguindo o trilho do trem (SOUZA, 2009). Essa epidemia ajudou a revelar a desorganização e ineficiência dos serviços de saúde, contribuindo enormemente para a causa do grupo engajado na luta pela centralização das ações de saúde pública: a gripe espanhola, considerada a última pandemia do século XIX, que em três meses — de outubro a dezembro daquele ano — dizimou 15 mil pessoas somente na capital republicana. A morte do presidente Rodrigues Alves causada pela gripe, quando estava prestes a assumir

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

mais um mandato presidencial, foi o argumento mais definitivo dos defensores da centralização das políticas de saúde para convencer seus adversários.

Em fins de 1918 a pandemia de gripe espanhola chegava ao Brasil e não demorou muito para assolar a capital federal, ceifando milhares de vida e deixando a cidade do Rio de Janeiro num verdadeiro caos. Além de causar muitas mortes, a epidemia paralisou a vida cotidiana da capital federal, proporcionando a falta de remédios e alimentos, deixando as autoridades públicas estáticas e sem respostas adequadas para combater uma doença pouco conhecida e que atingia a Europa e os Estados Unidos no mesmo período com uma intensidade igual ou maior (HOCHMAN, 1998, p. 11).

É nesse cenário que surge o cirurgião José de Mendonça, personagem atuante na defesa de uma assistência hospitalar pública organizada, assim como na criação de uma rede hospitalar capaz de minimizar a carência de leitos para o atendimento geral da capital. Mendonça, através de um artigo publicado no Correio da Manhã, mencionava os estragos gerados pela doença e a falta de organização e orientação do poder público diante de uma epidemia que poderia ser controlada caso houvesse número suficiente de leitos hospitalares para o atendimento da população (MENDONÇA, 1918, p. 2). Para suprir tal deficiência, José de Mendonça propunha a construção de quatro hospitais para o Rio de Janeiro, tendo cada um deles capacidade de mil leitos, sendo erguidos nos bairros de Botafogo, Andaraí, São Cristóvão, Méier ou Cascadura. O hospital construído em Botafogo deveria ficar ao lado da Faculdade de Medicina, sendo, portanto, o lugar da prática e do ensino; o de São Cristóvão, próximo à baía para socorrer os marítimos; os demais, nos subúrbios, vizinhos à Estrada de Ferro Central, destinados para a população vinda do interior. A assistência aos pacientes não deveria ser gratuita, mas proporcional aos rendimentos de cada doente. Somente em caso de indigência total poderia ser gratuita, mas o município de origem do paciente se encarregaria de arcar com os custos médico-hospitalares.

Enquanto pouco ou nada se fazia para conter a devastação da epidemia, a mortalidade fugia do controle das autoridades públicas. A precariedade dos serviços de saúde contribuía para o aumento de vítimas e o pânico tomava conta da população (BRITO, 1997). No início de 1919, a morte de Rodrigues Alves parece ter gerado uma inflexão sobre a necessidade urgente de mudanças no campo da saúde pública. A fragilidade dos serviços públicos de saúde e a falta de organização da assistência hospitalar passaram a dominar a pauta de discussões dos parlamentares para alterar um quadro caótico do qual a cidade vivenciava. Em fins daquele mesmo ano, o DNSP era criado na gestão do presidente Epitácio Pessoa, indicando uma postura de mudança do poder público frente à questão da saúde pública – não mais restrita ao controle das epidemias.

A saída de Carlos Seidl da direção da DGSP e a entrada de Carlos Chagas para assumir o controle da epidemia marcou a organização do Departamento Nacional de

Saúde Pública (DNSP) e a Reforma da Saúde Pública de 1920. A proposta da criação do DNSP foi encaminhada pelo presidente Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional e aprovada no final de 1919.

O DNSP foi formado por uma Diretoria Geral, sob cuja autoridade estariam três diretorias, a de Serviços Sanitários Terrestres na capital federal, a de Defesa Sanitária Marítima e Fluvial e a de Saneamento e Profilaxia Rural, esta última reincorporando ao Departamento suas atribuições específicas. Foram criadas também dez Inspetorias especiais: Fiscalização de Gêneros Alimentícios; Engenharia Sanitária; Profilaxia da Tuberculose; Estatística Demógrafo-Sanitária; Fiscalização do Exercício da Medicina, Farmácia, Arte Dentária e Obstetrícia; Profilaxia da Lepra e Moléstias Venéreas; de Higiene Infantil; e de Profilaxia Marítima. Havia também uma preocupação com a assistência hospitalar na capital Federal – o primeiro esboço de tentar reunir a saúde do indivíduo e a da coletividade.

A despeito de seu caráter nacional, o DNSP estava restrito ao distrito Federal e ao território do Acre. A solução encontrada foi a possibilidade de os estados firmarem convênios com a União através da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, o que dava um caráter voluntário à adesão dos estados à agenda proposta pelo DNSP. A incapacidade técnica da grande maioria dos estados era uma das justificativas de Carlos Chagas para a necessidade da centralização das ações, já que a União, ou melhor, o Rio de Janeiro, reunia melhores condições para realizá-las. Pode-se dizer que a fórmula teve boa aceitação, pois, como afirma Gilberto Hochman, até a metade da década de 1920 a maior parte dos estados tinha firmado convênios, o que ampliou as atribuições daquela Diretoria (HOCHMAN, 1999).

As ações da Inspetoria de Higiene Infantil (IHI), que no Distrito Federal ficaram a cargo do pediatra Antônio Fernandes Figueira, foram reproduzidas ao menos na Bahia, por Martagão Gesteira, que se considera seu herdeiro intelectual; e em Pernambuco, com Amaury Medeiros (SANGLARD, 2016b). O estado da Bahia também fez convênios para o combate à tuberculose e a sífilis (BATISTA, 2017).

Fernandes Figueira pôs em prática, em 1920, o relatório que ele apresentou no Congresso de 1908. O médico era, desde 1909, diretor da Policlínica das Crianças Pobres da Misericórdia do Rio de Janeiro, onde ele colocava em prática parte de suas ideias sobre a assistência à infância e, sobretudo, onde ele formava alunos. A IHI é para Fernandes Figueira o espaço por excelência da prática. Em 1924 é criado o Hospital-Abrigo Arthur Bernardes, que concretiza seu projeto médico-assistencial (FERREIRA, 2016). A IHI pode ser considerada a primeira política pública de assistência à infância.

A Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (IPLDV), outra inspetoria que foi bem forte naquela época, ficou a cargo do médico Eduardo Rabello, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para dar corpo ao projeto de combate à sífilis de Rabello, é criado, graças à filantropia de Guilherme Guinle, o

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

hospital Gaffrée e Guinle (SANGLARD, 2008a). Apesar de financiado por Guilherme Guinle, o hospital era mantido por recursos públicos e respondia à Inspetoria.

Em comum, Eduardo Rabello e Fernandes Figueira eram próximos a Carlos Chagas e à medicina praticada em Manguinhos (SANGLARD, 2008a e 2016b). Esta pode ser uma das traduções da gestão de Chagas no DNSP.

A desorganização trazida pela epidemia de gripe espanhola gerou intensos discursos na Câmara dos Deputados acerca da oferta de leitos hospitalares na cidade. O médico e deputado gaúcho Domingos Mascarenhas apresentou seu projeto à Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados. Seu projeto sugeria a construção de três hospitais para o Distrito Federal, com capacidade de mil leitos cada um e administrados pelo recém-criado DNSP. A assistência aos doentes não seria gratuita, mas proporcional, assim como defendera José de Mendonça, em 1920. Outro ponto comum com o projeto de Mendonça era que um dos três hospitais seria destinado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No entanto, o Projeto Mascarenhas, como ficou conhecido na época, não foi levado adiante e sofreu alterações que o descaracterizavam em sua essência, como o projeto substitutivo do deputado Teixeira Brandão, autorizando o governo federal a construir três hospitais, mas com o número de leitos inferior ao que propunha o deputado gaúcho. Essa querela estava longe de se resolver e, no ano seguinte, em 1921, o deputado Amaral Carvalho ainda discursa na tribuna da Câmara a favor da aplicabilidade do projeto de Domingos Mascarenhas e reclama das alterações e mutilações que o projeto sofrera ao longo do ano anterior. Amaral Carvalho defendia a tese de que o Congresso ou Conselho Municipal criasse mecanismos institucionais para legislar sobre a contribuição de fábricas e patrões para seus operários fossem atendidos em hospitais criados pelo poder público (SANGLARD & SILVA, 2010).

A insuficiência de postos de socorros transformou as escolas municipais em locais de assistência aos acometidos pela epidemia. Instituições como a Associação Brasileira de Imprensa transformaram seu consultório médico em pronto-socorro para os associados vitimados pela *espanhola*. A Pró-Matre abre suas portas para os gripados, assim como Moncorvo Filho transforma seu Instituto de Proteção e Assistência à Infância em posto de assistência – ele em conjunto com o corpo clínico fazem inclusive atendimento domiciliar. Em novembro de 1918, o governo Federal convoca serviço de alimentação para os pobres. Por todas as cidades foram vistas cenas como estas.

Em todo o país várias ações eram noticiadas pelos jornais em prol do socorro aos gripados. Liene Bertucci ressalta o papel do jornal O Estado de São Paulo ao divulgar regularmente as doações recebidas, informando o nome dos doadores e a quantia doada. Ao analisar o caso paulista, a historiadora chama atenção para o papel da colônia italiana na arrecadação de fundos, em colaboração com o periódico. O resultado dessa colaboração foi doado à filial paulista da Cruz Vermelha Brasileira a quem coube fazer a distribuição aos necessitados (BERTUCCI, 2019, p. 258). Outra

ação dos periódicos era a divulgação das estatísticas médico-sanitárias acerca do avanço da epidemia.

Para fins deste artigo, é importante destacar que a *espanhola* transformou a questão da assistência hospitalar em uma das bandeiras da gestão de Carlos Chagas (1919-1926) à frente do DNSP. Nesse período foram criados diversos hospitais no Rio de Janeiro, como o Hospital Pedro II (1920), o Hospital São Francisco de Assis (1922), o Hospital Gaffrée e Guinle (1924-1929) e o Abrigo Hospital Arthur Bernardes (1924). Foram também iniciadas as obras do Hospital do Câncer (1927-1935) e do Hospital de Clínicas Arthur Bernardes da Faculdade de Medicina (1926-1934), que mudariam a cara da Assistência Pública no Rio de Janeiro, sem contar a criação das colônias Juliano Moreira (para alienados, 1924) e Curupaity (para leproso, 1922-1928). Vale ressaltar que esses hospitais eram todos subvencionados pelo DNSP e vinculados à política de Carlos Chagas, sendo que dois deles foram construídos às expensas da filantropia de Guilherme Guinle – o Hospital Gaffrée e Guinle e o Hospital do Câncer (SANGLARD, 2008a).

Além dos dois hospitais voltados às ações da IHI e da IPLDV, já citados, criados na década de 1920 e já apontados, o Distrito Federal ganhou seu primeiro hospital voltado às *nosologias habituais*, ou às doenças do indivíduo como estou considerando neste artigo. Apesar de instalado no prédio do antigo Asilo o antigo Asilo São Francisco de Assis, o novo hospital enquadra-se em uma concepção moderna de hospital, não só devido a sua localização — na região do Mangue, próxima ao centro da cidade —, como também pelas atividades que incluía: um Laboratório de Pesquisa e um Serviço de Anatomia Patológica, este último sob a direção do IOC. Em suas dependências passaram a ocorrer aulas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cujas aulas se dividiram entre o novo hospital e os hospitais da Misericórdia.

O intenso debate em torno da carência de leitos e de construção de hospitais foi um legado para o pós-30. Os projetos e alternativas para solucionar o problema da assistência hospitalar para o Distrito Federal não foram abandonados por inteiro, mas apropriados ao discurso do projeto estatal oriundo do Golpe de 30. Um exemplo desse processo foi a política levada a cabo pelo interventor do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, a partir de fins de 1933 e ao longo de 1934, estimulando a construção de ambulatórios, logo transformados em pequenos hospitais, espalhados pela cidade. Uma das exceções foi a de que, no novo contexto, a ideia de construir hospitais grandiosos com mais de mil leitos, espalhados pela cidade, acabou sendo deixada de lado, como defendia José de Mendonça em 1918 e 1924. Entretanto, estender a rede hospitalar sob o auspício do Estado, assim como a construção e a manutenção de hospitais por toda a cidade tornaram-se política de Estado no pós-30.

Em relação ao Hospital das Clínicas, antiga reivindicação de médicos, professores e alunos, podemos afirmar que o projeto não conseguiu sair do papel, mesmo em

CAPÍTULO 8 A SAÚDE ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

uma conjuntura política diferente da dos anos de 1920 (SANGLARD, 2008a). Com isso, a década de 1920 chegou ao seu fim sem que um dos maiores problemas da assistência pública e antiga reivindicação dos médicos ligados à escola de medicina da capital federal tivesse sido resolvido.

Antes de tudo, as discussões acerca da construção desses hospitais na cidade do Rio de Janeiro apontam para o amadurecimento de uma ideia de Saúde Pública defendida e praticada no Instituto Oswaldo Cruz tendo à frente Carlos Chagas na gestão da Saúde Pública do Distrito Federal, de modo que a atuação da esfera pública não mais se restringiria ao às ações contra as epidemias. As ações de combate e controle de doenças endêmicas ganharia evidência a partir da década seguinte, com a criação de hospitais para doentes mentais, tuberculosos e leprosos, além do combate à febre amarela e à malária. Mas também as doenças urbanas, como a sífilis, teriam seu espaço na agenda da saúde pública.

Neste novo cenário, o espaço de atuação das esferas públicas e privadas (filantropia) passam a ser delimitados, tal como defendido no Congresso de 1908, ou, como Robert Castel propôs, caberia à filantropia uma atuação bem específica ou pontual e aos estados, as ações mais abrangentes (CASTEL, 2010). Este é o desenho que começa a se delinear na Primeira República e ganha corpo na década de 1920.

Para finalizar, gostaria de frisar que a assistência à pobreza é caracterizada por uma forte colaboração entre as diversas instâncias envolvidas, laicas ou confessionais, centrais ou municipais e mesmo pessoais ou profissionais (CASTEL, 2010, p. 81). E esta característica vai perdurar ainda por muito tempo. Do ponto de vista da ação filantrópica e/ou caritativa, o hospital foi seu lugar por excelência. Em um primeiro momento, funcionou como instituição integradora e protetora; e, mais tarde, como instituição preventiva – ou a prevenção da indigência e sua redenção pelo trabalho (CASTEL, 2010). E por meio do hospital podemos entender um pouco mais da complexidade da sociedade.

Para o Brasil do pós-1930, outro ingrediente é acrescentado: a questão previdenciária, a partir da qual a assistência hospitalar pública irá se organizar. Mas esta é outra história..

INTRODUÇÃO

Em 1889, com a Proclamação da República, iniciou-se o que se convencionou chamar de República Velha ou Primeira República. Essa fase foi caracterizada, especialmente, pelo domínio político de dois estados brasileiros: São Paulo e Minas Gerais. Conforme Bilhão (2015), no mês de abril de 1890, durante o governo provisório, foi instituído o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, cujo responsável foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Em sua gestão, Benjamin Constant defendeu um plano de educação único e uniforme em todos os estados, que se tornasse nacional e coletivamente assumido pelo governo e pelo conjunto da sociedade. A autora ressalta que a referida medida não chegou a ser encaminhada, limitando-se o recém-criado Ministério à elaboração de uma reforma educacional restrita à Capital Federal. A autora ressalta que a educação não contava com grande prestígio no governo, tanto que a pasta foi extinta onze meses após a morte de Benjamin Constant. Dessa forma, os assuntos da instrução pública, ciências, letras e artes passaram à competência do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores.

Este capítulo, especialmente, dedica-se a pensar a década de 1920, a qual se constituiu em um momento de intensa produção intelectual, marcada por movimentos de contestação, movimentos artísticos e culturais e mudanças nos mais variados setores da sociedade. Pode-se afirmar que foi um momento de muitas discussões sobre educação, tanto no âmbito nacional quanto nos diferentes estados. Dentre os movimentos de contestação, podem-se citar as greves operárias, o tenentismo, a Coluna Prestes, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a contestação cultural na Semana de Arte Moderna de 1922.

CAPÍTULO 9 EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920

Considera-se fundamental, ao dedicarmo-nos a uma visão sobre a década de 1920, identificar alguns dos vários autores que se dedicaram ao estudo da História da Educação durante a Primeira República. Em primeiro lugar, considera-se fundamental mencionar os estudos de Jorge Nagle, notadamente *Educação e Sociedade na Primeira República*, cuja primeira edição data de 1974. Tal obra propôs-se ao estudo do contexto político, econômico e social, bem como dos movimentos político-sociais e correntes de ideias que circulavam no país entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Após essa contextualização, Nagle dedicou-se ao que denominou de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, abordando as iniciativas e reformas realizadas no âmbito do governo federal, bem como as reformas ocorridas nas esferas estaduais.

A obra de Marta Maria Chagas de Carvalho, denominada *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931)*, foi publicada em 1998. Tal livro, que é o resultado da tese da autora, delineia-se a partir da compreensão do papel da Associação Brasileira de Educação e as propostas educacionais que corroboravam ou não para o sistema que então se estabelecia. Também é digna de menção a obra de Heloísa Helena Pimenta Rocha, denominada *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto de Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*, publicada em 2003. Tal estudo dedica-se aos médicos-higienistas e sanitaristas, os quais se propuseram ao enfrentamento das “mazelas da metrópole” e que promoveram um projeto de ordenação da cidade, no qual o ambiente escolar estava inserido.

Nesse mesmo sentido, torna-se relevante mencionar as teses de Rosa Fátima de Souza e de Luciano Mendes de Faria Filho, ambas acerca da institucionalização e implantação dos grupos escolares, respectivamente em São Paulo e Minas Gerais – a primeira, intitulada *Templos de Civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910)* e a segunda, *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)*. Destaca-se que ambas se situam na transição entre as escolares isoladas e os grupos escolares, originados em São Paulo, cujo modelo difundiu-se pelo país, estabelecendo-se a escola seriada, em prédio próprio.

Sobre tais instituições que foram modelos até a década de 1970, destaca-se a obra organizada por Diana Gonçalves Vidal, intitulada *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. O referido livro contém capítulos dedicados ao estudo dos grupos escolares em diferentes estados do país, contribuindo sobremaneira para a compreensão da escolarização da infância durante a Primeira República, especialmente para a forma como se organizavam os grupos escolares.

Embora tenha-se mencionado uma produção bibliográfica em livros, destaca-se que há um elevado número de pesquisas situadas nesse recorte temporal, as quais versam sobre História da Educação. Logo, o presente texto pretende lançar algumas reflexões acerca desse período, especialmente a década de 1920, tendo em vista a impossibilidade de abarcar tal tema profundamente. Inicia-se, então, com a apresentação do contexto da educação na Primeira República, especialmente a década de 1920. Posteriormente, são tecidas algumas considerações sobre a escola pública nos anos 1920 e, por fim, aborda-se a Associação Brasileira de Educação e as reformas educacionais ocorridas no período.

A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: SOCIEDADE E POLÍTICA EM TRANSFORMAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CENÁRIO DA DÉCADA DE 1920

Anteriormente, foi mencionado que Benjamin Constant assumiu o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, cujo tempo de existência foi muito curto. De acordo com Silva e Machado (2014), no final do século XX, ocorreu uma intensificação das discussões acerca da organização da escola pública. Durante a gestão de Benjamin Constant, promulgou-se o Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, o qual versava sobre os princípios que passariam a reger a educação primária e secundária. De acordo com Silva e Machado (2014, p. 204):

A sociedade que emergia passara por diversas mudanças, dentre elas a discussão para adoção da República, o fim da escravidão, o início do trabalho assalariado e da industrialização no país. Em meio a tais mudanças ocorridas na sociedade brasileira, priorizavam-se aspectos educacionais que correspondessem à formação da pessoa humana para este novo tipo de papel na sociedade, ou seja, quesitos de saberes e aptidões que passaram a ser exigidos nos currículos para que os indivíduos pudessem desempenhar sua função social de trabalhadores e cidadãos. E, para suprir a nova demanda, que exigia os novos meios produtivos a fim de que fossem inseridos nesta nova forma de sociedade emergente, era preciso preparar os indivíduos e, para isso, muitos dos intelectuais viam na educação a alternativa possível.

As autoras ressaltam que, para acompanhar tais transformações, foi elaborado um conjunto de medidas educacionais, cuja fundamentação originava-se no positivismo, o qual relacionava questões sociais e políticas que perpassavam aquele período. Bilhão (2015) resalta que, ainda que tal reforma pudesse ser considerada modelo e referência para outras reformas que ocorreram nos Estados e municípios, é fundamental não desconsiderar as limitações presentes nesse sistema, notadamente no que se refere à falta de escolas e de vagas.

CAPÍTULO 9 EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920

O alvorecer do século XX dá continuidade a esse processo de diversas transformações. Conforme Nagle (2001), a década de 1920 é marcada por um clima de efervescência ideológica e de inquietação social. De acordo com o autor, é diante de um quadro de transformações nos setores econômico, político, social e cultural que se deve analisar a escolarização nas suas variadas facetas. Esta é tida como um dos elementos do subsistema cultural, que deve ser, portanto, analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira e com as condições da existência social. Para esse autor, a evolução das ideias pedagógicas na Primeira República pode ser representada pela conjunção de dois movimentos ideológicos desenvolvidos por intelectuais do país, que são o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. De acordo com Nagle (2001):

[...] e um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a formação do verdadeiro homem brasileiro (escolanovismo) (NAGLE, 2001, p. 134).

Conforme o autor, o que distinguiu a última década da Primeira República das que a antecederam foi a preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico começaram por ser, na década anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais e que consistiu em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos.

Ao contrário de Nagle, Carvalho (1998) afirma que as propostas modernizadoras da década de 1920 não tiveram o sentido de apontar a educação como forma de mobilidade e ascensão social para as classes populares. Articuladas no âmbito de um projeto de construção da “nacionalidade”, tais propostas privilegiaram não a satisfação de uma demanda da população, mas, sim, a efetivação de um particular projeto da sociedade.

Além disso, para essa autora, é inegável que o movimento educacional incorporou valores culturais da Europa e dos Estados Unidos do pós-guerra e, neste ponto, teria residido a sua novidade. Tal incorporação foi o sinal de uma percepção aguda das possibilidades disciplinares dos novos métodos. A exigência de uma “política nacional de educação” esteve articulada, na década de 1920, a projetos de homogeneização cultural e moral aos quais não foi estranho o arsenal autoritário. Segundo a autora, deve-se enfatizar que o projeto de elaboração desta política nacional deu-se no âmbito da questão da “formação da nacionalidade”. Nele, a escola foi proposta como instância

de homogeneização cultural, por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas, de modo que se atribuía às “elites” um papel de liderança de qualquer transformação social.

Carvalho (2000) propõe a ideia de que o “entusiasmo pela educação” foi um projeto modernizador que se transformou, no decorrer dos anos 1920, sob o impacto desse interesse de estruturar mecanismos de controle do cotidiano das populações pobres nos grandes centros urbanos. Para a autora, o aceleração dos processos de industrialização e urbanização atraía para as grandes cidades populações que, provenientes de outras culturas, ou de regiões muito pobres do país, não partilhavam os códigos comportamentais que regiam o cotidiano da convivência interclasses no espaço urbano. A autora afirma que a representação negativa do analfabetismo forneceu um dos principais argumentos de legitimação das reformas dos sistemas públicos de ensino nos anos de 1920.

Nesse sentido, conforme Corsetti (1997), a constituição da nova sociedade implicava o seu reordenamento a partir da construção de novas formas de dominação que dessem conta da problemática colocada pelos novos tempos, ou seja, a de como dominar homens livres e formalmente iguais. Isso demandou a utilização de estratégias diferenciadas de poder, com a formulação de um novo ideário que sustentasse as práticas políticas destinadas a garantir a desigualdade. Tal ideário, portanto, ao mesmo tempo em que igualava os agentes sociais, diferenciava-os, por construir, também, o seu contrário ou a sua negação.

Corsetti (1997) afirma que o atraso passou a ser identificado com a sujeira, a feiura, a doença, a ignorância, a prostituição, a loucura, a vadiagem, a morte, ou seja, a desordem – elementos que deveriam ser eliminados. Em oposição, encontrava-se o progresso, do qual eram elementos constituintes a limpeza, a saúde, o embelezamento das cidades, a educação, ou seja, a disciplina, a ordem, a produtividade e a lucratividade. Nesse contexto, aponta que a educação passou a ter ênfase destacada. Para a autora:

Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão (CORSETTI, 1997, p. 167).

Para Corsetti (1997), definiu-se o objetivo da escola como o de formar um povo com aptidão para governar-se, remetendo-se à educação a tarefa de formação da consciência nacional, que conduzisse os indivíduos à compreensão da necessidade de um Estado que os representasse, agindo como elemento catalisador do ideal comum, disperso no social. Porém, para que a educação conseguisse alcançar o seu objetivo, ela deveria ser realizada segundo critérios científicos e “sob o ponto de vista positivo”. Segundo Souza (1996), os republicanos fizeram da educação popular um meio de

propaganda dos seus ideais e reafirmaram a escola como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira.

A ESCOLA PÚBLICA NA DÉCADA DE 1920 E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

A educação é fruto de um contexto histórico maior, que engloba as esferas econômica, política, social e cultural. Logo, para que as transformações educacionais realmente se concretizassem, foi necessário um conjunto de mudanças iniciadas ainda no decorrer do século XIX. Ao realizar uma periodização da história da escola pública brasileira, Saviani (2004) define como marco inicial do que considera o “longo século XX” o ano de 1890.⁶⁸ Para justificar tal escolha, o autor menciona vários fatores: economicamente, os cafeicultores estabeleceram-se como principal grupo; politicamente, a Monarquia encontrou o seu fim e instaurou-se a República; socialmente, grupos sociais que vieram a pressionar a classe agroexportadora já haviam surgido, como a classe média, os trabalhadores assalariados urbanos, a imigração estava estabelecida e havia ocorrido a abolição; culturalmente, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo, o romantismo encontravam-se na cena acadêmica.

Nesse turbulento contexto histórico, a escola ganhou um papel primordial na formação dos cidadãos da república nascente. Seja com o intuito de republicanizar, disciplinar e afirmar o regime ou com o objetivo de reduzir o analfabetismo que ainda atingia níveis altíssimos, a escola constituiu-se como uma das principais ferramentas governistas, especialmente na figura do grupo escolar, ou seja, com classes seriadas, cujo prédio era construído tendo em conta interesses curriculares e pedagógicos. Tal instituição acabou por tornar-se um templo de saber que não civilizava apenas os seus estudantes, mas os habitantes da cidade. Isso ocorria porque seu prédio era, na maior parte das vezes, um diferencial em relação ao seu entorno. A arquitetura escolar passou a ter determinadas características que tornavam visíveis o poderio republicano.

Outra questão não menos importante que envolve a escola foi citada por Hilsdorf (2005) e refere-se ao voto. Segundo a autora, a educação pelo voto e pela escola foi instituída pelos republicanos como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, sendo oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano. Dessa forma, a prática do voto pelos alfabetizados e a frequência à escola seriam os responsáveis pela formação do homem progressista, adequado aos tempos modernos, transformando o súdito em cidadão ativo.

Tal transformação é essencial em um momento de transição entre dois regimes de governos distintos: a Monarquia, baseada na tradição e na hereditariedade,

68 Embora o ano de 1890 faça parte do século XIX, o autor justifica a sua escolha por propor uma periodização que não se baseia apenas nos marcos temporais tradicionais. Além disso, a última década do século XIX é a primeira de efetivação do regime republicano no Brasil.

afirmando-se através de seus súditos; a República, baseada no voto do alfabetizado e na participação do cidadão. Cabe aqui ressaltar que existe um caminho a ser traçado entre o súdito e o cidadão, cuja formação se dá por intermédio de instituições e símbolos. Logo, a República não se eximiu de transformar a cidade em palco de sua simbologia.

Era importante ser detentor de uma dessas ferramentas, pois, de acordo com Hilsdorf (2005), as forças políticas buscaram controlar as instituições educativas e seus agentes com o objetivo de impor-lhes a forma escolar mais adequada e eficaz para ministrar e conformar a sociedade. Nesse mesmo sentido, Bencostta (2005) afirma que o discurso daqueles que implantaram o novo regime político em 1889, continha, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, o interesse em construir uma nação pautada em valores sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava. Logo, na tentativa de colocar-se contra as diversidades presentes no cotidiano social, Veiga (1998) afirma que a função do Estado foi a de assumir a liderança nos processos uniformizadores das populações, cujo objetivo era adaptar as pessoas à sociedade em que vivem. Nesse contexto, a escola tornou-se uma das instâncias legitimadoras do Estado, pois é uma instituição com função eminentemente ideológica.

É importante salientar que os primeiros grupos escolares foram implantados no estado de São Paulo, no início de 1890. De acordo com Souza (1996), a escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos, transformando os grupos escolares em um símbolo. Quando essa modalidade foi criada, representou uma das mais importantes inovações no ensino. Em poucas décadas, esse modelo foi adotado na organização do ensino primário em todo o país, sendo considerado como a forma mais moderna e eficiente para tal fim.

A exigência da alfabetização para a participação política tornou a difusão da instrução primária fundamental para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação foi considerada um elemento propulsor para o avanço econômico, tecnológico, científico, social, moral e político. A escola pública surgiu, então, como um elemento para a difusão dos ideais republicanos e comprometeu-se com a construção e a consolidação do novo regime. Dessa forma, a escola primária adquiriu uma finalidade cívica e moral.

Para Souza (1996), a crença no poder redentor da educação propunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Nesse contexto, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Conforme Cury (1978), para vários pensadores dessa época, o Estado deveria assumir como seu dever o incentivo para que todo cidadão alcançasse a sua educação integral. Além disso, Nagle (2001) diz que, enquanto o entusiasmo pela educação se traduzia pela luta contra o analfabetismo, desenvolveram-se outros

CAPÍTULO 9 EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920

aspectos do mesmo entusiasmo, nos quais foi negada a importância do mero combate ao analfabetismo, suscitando a difusão da escola primária “integral”, promovendo um ensino que tornou o cidadão uma partícula ativa do progresso do país. Nesse momento da discussão, o problema proposto foi não o de aumentar quantitativamente as escolas primárias, mas de pensá-las como uma etapa fundamental de “formação”, não apenas de “instrução”.

Para Faria Filho (1996), os grupos escolares significavam mais do que uma forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares.

De acordo com Souza (1996), a instrução moral e cívica ocupou o centro da cultura escolar prescrita para os grupos escolares até a década de 1970. Segundo ela, o espírito cívico-patriótico deveria perpassar todas as disciplinas e estar presente em todas as atividades escolares. Os exercícios militares, os batalhões infantis, os hinos e as canções patrióticas, a educação física e as poesias constituem outros exemplos da forma pela qual a escola primária buscou cumprir as suas finalidades cívico-patrióticas.

Na sociedade que se formava, a escola teve papel cada vez mais relevante, sendo utilizada como ferramenta de homogeneização cultural, difundindo valores patrióticos, com o intuito de disciplinar não apenas o ambiente escolar, mas também de realizar uma disciplinarização social, notadamente por meio das manifestações cívicas, que foram mencionadas anteriormente. A escola afirma-se como mecanismo de controle, focando-se nas diferenças raciais, sexuais e de classe social, estando permeada por processos de exclusão social e cultural.

Nesse bojo, desenvolveram-se, também, as preocupações sobre as questões sanitárias. Sobre o higienismo, Stephanou (1997) aponta que as práticas formativas da medicina social, nas primeiras décadas do século XX, estiveram envolvidas em procedimentos complexos de produção de novas práticas, relacionadas a um novo comportamento peculiar à vida na cidade, traduzível por um modelo de “urbanidade” e civilidade, que se impunha consoante às próprias mudanças de tempo e espaço que se operavam então.

Para essa autora, que pesquisou a educação no Rio de Janeiro durante a Primeira República, esse ideal de urbanidade veio ao encontro das perspectivas da ordem e da docilidade, produzindo uma nova relação de cada indivíduo para consigo, o que foi possível pelas modificações e novas experiências com que as pessoas se depararam frente ao urbano e pelos processos formativos que as envolveram. A escola, efetivamente, parece ter confirmado seu potencial, especialmente nas décadas iniciais do nosso século, quando então a formação sanitária nela encontrou espaço institucional, *locus* privilegiado para sua efetivação. Com base nas pesquisas de Stephanou, verifica-

se que o movimento higienista já havia chegado no Rio Grande do Sul muito antes da década de 1920.

A autora afirma que os discursos médicos não se restringiam a defender uma bandeira genérica de educação e saúde como solução aos problemas nacionais. Havia uma intensa discussão sobre qual saúde e qual educação deveriam ser preconizadas. O conceito de saúde englobava os âmbitos físico, mental, moral e sexual. Nesse período, médicos brasileiros ocuparam-se cada vez mais em discutir os conteúdos e objetos de ensino, os procedimentos pedagógicos, a avaliação, o exemplo do professor, a materialidade, a salubridade das escolas e os pressupostos teóricos dos pedagogos. Fundados no discurso da neutralidade da ciência, os médicos se apresentaram como arautos de uma poderosa alternativa para a cidade, seu espaço e sua população. Uma medicina social e urbana se legitimou pelo caráter de cientificidade, moralizador e salvacionista.

MODERNIDADE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E REFORMAS EDUCACIONAIS

A questão da modernidade e do moderno são repetidamente mencionados pelos autores, tendo em vista que a República se afirmou no contexto político brasileiro como uma proposta moderna, inserida em um ideário iluminista, que se opunha ao passado monárquico, tradicional e conservador. Além das transformações políticas que caracterizaram a história brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a modernidade esteve presente, também, em âmbito educacional. Formou-se um ideário amplo sobre educação, trazendo para o campo educacional uma série de novos conceitos que, até então, não faziam parte desse vocabulário, como aptidão individual, atividade e mobilidade. A assimilação de tais conceitos, agregada ao rompimento com as formas tradicionais como Igreja e a família seria, de acordo com Veiga (1998), uma expressão do modernismo na educação, porque quer romper com a gestão tradicional da escola e o academicismo das ações, além de buscar a invenção do indivíduo e recriar o social.

A década de 1920 é marcada pela circulação de diversos movimentos ideológicos. Nagle (2001, p. 63) afirma que: “O socialismo, o anarquismo e o maximalismo, apesar da restrita difusão e repercussão, concorreram para dar um colorido diferente às correntes de ideias e aos movimentos político-sociais, especialmente na década final da Primeira República”. Além dessas correntes, o autor menciona o nacionalismo. Entre diferentes grupos, setores novos e tradicionais, arrefeceu-se o debate educacional. Consequência das muitas discussões referentes à educação foi a criação da Associação Brasileira de Educação.

De acordo com Carvalho (1998), em outubro de 1924, um grupo de treze intelectuais cariocas fundou essa instituição, em uma sala da Escola Politécnica do Rio

CAPÍTULO 9 EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920

de Janeiro. A iniciativa foi resultado de entendimentos iniciados em março do mesmo ano, em reunião promovida por Heitor Lyra da Silva, que morreu em outubro de 1926. Logo, na década de 1920, a ABE foi a principal organização que atuou no sentido de conglomerar intelectuais interessados em remodelar a educação no país. Conforme a autora, ali congregavam-se católicos e liberais, ambos no intuito de trabalhar em prol de causas comuns, notadamente na campanha cívico-educacional. Entendia-se que, por meio da introdução da ciência e das técnicas modernas, seria possível redimensionar o sistema educacional e, conseqüentemente, engendrar uma nova civilização.

Segundo a autora, na ABE, um grupo de intelectuais se autorrepresentou como “elite” que se autoincumbiu de organizar o país. Construiu, portanto, representações de seu outro (o povo), que programou moldar segundo seus desígnios particulares. Para a autora, no projeto proposto pela ABE, a questão do direito do cidadão à escola fica subsumida ao dever deste de educar-se. Nesse projeto, a generalização da educação primária fica condicionada à qualidade do ensino ministrado (sua subordinação ao que era entendido como formação cívica).

De acordo com Carvalho (1998), a ampliação das oportunidades de acesso à escola secundária e superior fica atada ao interesse de manter o que era proposto como “hierarquia das capacidades” e a uma postulada necessidade de direção social do “povo” por uma “elite” com vista à formação da nação. Segundo a autora, na medida em que o projeto social dos reformadores sediados na ABE era o de um nacionalismo militante que identificava na educação seu instrumento principal, esta foi sobretudo invocada como recurso de moldagem do “povo”. Carvalho (1998) aponta que a ABE teria sido um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução de problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados (CARVALHO, 1998, p. 31).

Conforme Pereira (2020), a ABE possuía cunho nacionalista e constituía-se na instituição em esfera social mais relevante durante a década de 1920, com a promoção de discussão sobre a questão educacional e com o intuito da defesa da escola primária integral. A autora afirma que tais assuntos se constituíram pauta das Conferências Nacionais de Educação. Nesse sentido:

Evento marcadamente nacionalista, as Conferências Nacionais de Educação se constituíram em palco de propostas conservadoras e renovadoras e, é na perspectiva conservadora que o grupo católico da ABE propõe desde a 1ª Conferência, realizada em Curitiba, em 1927, o ensino religioso como uma das alternativas de “uniformização doutrinária da escola” (PEREIRA, 2020, p. 276).

Carvalho (1998) aponta para o fato de que existiam diferentes correntes de pensamento no âmbito da ABE. O grupo católico que integrava a referida associação

valorizava a escola primária, profissional e secundária, tendo em vista que a renovação cultural das elites, por meio da escola, não fazia parte do “rosário de doutrinação patriótica centrado na tradição católica que puxavam” (CARVALHO, 1998, p. 226). Bilhão (2015) aponta para o fato de que, dentre os vários desafios enfrentados pela Igreja Católica nesse período, encontrava-se a organização dos trabalhadores. A autora destaca que, no Brasil, tal organização foi marcada pelo surgimento de diferentes correntes de militância, entre elas, os anarquistas, os socialistas, os comunistas e os positivistas. Os referidos grupos divergiam em muitos aspectos, notadamente no que se refere às concepções e formas de atuação, entretanto convergiam no que se refere ao anticlericalismo.

Bilhão (2015) afirma que a separação entre Igreja-Estado advinda da instituição da República gerou diferentes sentimentos junto aos católicos: ao mesmo tempo em que causou alívio, decorrente da liberdade de ação ante o poder temporal então adquirida, provocou apreensão, tendo em vista que o projeto da nova Constituição apresentava propostas que limitavam a esfera de ação da Igreja Católica. Por isso, no que se refere à esfera educacional, a laicização do ensino público constituía-se em elemento de apreensão.

Conforme Costa (2006), os católicos consideravam o laicismo como o grande mal da República, especialmente pela sua inserção na esfera da educação escolar. Tal acontecimento induziu os católicos a desencadear um combate contra a Escola Nova. Os católicos acreditavam que a solução dos problemas sociais se encontrava em uma instrução que seguisse os ensinamentos religiosos cristãos. De acordo com a autora:

Ao perceberem que o professorado vinha tomando conhecimento das concepções educacionais defendidas pelo grupo rival, e que assim poderia abandonar os preceitos defendidos pelo catolicismo, e, conseqüentemente, confrontar-se com o poder da Igreja, os intelectuais católicos lançaram mão de diversos meios para se situarem no mesmo nível de seus adversários, de modo a se engajarem num mesmo jogo: a disputa pelo domínio do campo educacional (COSTA, 2006, p. 11).

Além dos católicos, destaca-se a inserção da Escola Nova. De acordo com Oliveira e Quillici Neto (2012, p. 524):

A “escola nova” é o nome atribuído a esse processo de renovação pedagógica no âmbito teórico e prático, que tem como objetivo principal a reformulação das práticas educativas no interior das instituições escolares. A preocupação comum das diferentes vertentes teóricas era introduzir na escola o pensamento racionalizado, fruto das pesquisas em diversas áreas do conhecimento (biologia, psicologia, sociologia, filosofia, etc.) que revelam o poder autônomo do homem de buscar respostas aos seus problemas cotidianos, livre da influência de forças externas a ele (religião).

CAPÍTULO 9 EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920

Em consonância com tal afirmação, Veloso (2009), a partir de sua leitura de Lourenço Filho, afirma que a expressão “Escola Nova” se refere a um conjunto de princípios que objetivava a renovação das práticas pedagógicas. Tal movimento não se caracterizou pela uniformidade e homogeneização. Mesmo no Brasil, a autora ressalta a coexistência de diferentes vertentes. De acordo com Celeste Filho (2013), no continente europeu, esse movimento articulou-se a partir da crítica a um modelo escolar plenamente instituído. O contexto brasileiro, no entanto, caracterizava-se pela inexistência de sistemas escolares em funcionamento, o que foi um embate para a Escola Nova.

A relação entre católicos e escolanovistas foi um tanto conturbada. Segundo Costa (2006), estrategicamente, os católicos adotavam duas atitudes frente à Escola Nova. Por um lado, os mais conservadores atacavam suas concepções educacionais; por outro, os grupos menos conservadores buscavam absorver alguns de seus princípios, adequando-os aos ensinamentos cristãos.

Tanto Carvalho (1998), como Pereira (2020) ressaltam que a ABE se apresentou contrária às campanhas de alfabetização e voltada para a educação das elites, notadamente as dirigentes. Buscava convencer a população de que a culpa do atraso do país não estava no analfabetismo, mas no despreparo das elites governantes e nos analfabetos que as sustentavam. Logo, os altos índices de analfabetismo converteram tal tema em grande preocupação. Pereira (2020) analisou essa questão a partir da leitura de Mário Pinto Serva, que apresentou o levantamento estatístico por Estado, realizado em 1920, cuja divulgação ocorreu em 1927, na I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba. De acordo com as informações, o Distrito Federal era o estado de menor número de analfabetos (38,7%), enquanto os estados do Norte e do Nordeste contavam com a maior percentagem, variando entre 70 e 88% de analfabetos.

Tais dados corroboraram para a realização das reformas estaduais que se difundiram pelas distintas regiões do país. Ao abordar o caso da reforma realizada em São Paulo:

Neste particular, na linha da Liga Nacionalista de São Paulo criada em 1917 se dá a Reforma Sampaio Dória em São Paulo, em 1920, uma das mais contraditórias da década, pela qual organiza uma escola primária, obrigatória, com duração de dois anos, voltada exclusivamente para a alfabetização, compreendida como a fórmula mágica para a reorientação dos costumes políticos. Através do alfabeto buscava integrar o país ao mundo moderno com vistas à mudança do eixo de desenvolvimento pela recomposição do poder político, aos moldes da democracia liberal, o que levava à necessidade de aumentar o corpo de eleitores para o que se fazia necessária a alfabetização, visto que a Constituição Republicana de 1891, artigo 70, parágrafo 2º impedia o voto do analfabeto (PEREIRA, 2020, p. 277).

Segundo Saviani (2004), em medidas tomadas por estados como São Paulo, fixava-se a ideia republicana da relevância e prioridade da instrução pública. Além disso, colocava-se como condição prévia para a eficácia da escola primária a adequada formação de seus professores. Em esfera nacional, a reforma de maior vulto foi a de João Luís Alves, estabelecida pelo Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Conforme Nagle (2001), foi a medida mais ampla da União, pois atuou no sentido de reorganizar diversos aspectos do sistema escolar brasileiro, bem como desenvolveu dispositivos que interessavam ao ensino primário, secundário e superior, bem como a administração escolar. Destacam-se, entre as questões abarcadas, o estabelecimento da Universidade do Rio de Janeiro e a decisão da intervenção da União na difusão do ensino primário.

No que se refere ao ensino secundário, Nagle (2001) afirma que uma das consequências foi a generalização da seriação na escola secundária, que até então constituía regime de exceção; dessa forma, foram abolidos os exames de preparatórios ou os exames parcelados para estudantes não matriculados no Colégio Pedro II e nos ginásios estaduais equiparados. Segundo Amaral (1998), nas primeiras décadas do período republicano, o funcionamento e a organização estrutural dos estabelecimentos de ensino secundário e superior estavam atrelados a uma legislação federal que impunha um modelo a ser seguido, através do sistema de “equiparação”. Dessa forma, as escolas públicas e particulares de nível secundário deveriam ter sua estrutura organizacional equiparada à da instituição modelar, o Ginásio D. Pedro II, da cidade do Rio de Janeiro. Os alunos oriundos dos estabelecimentos equiparados tinham o direito de ingressar em curso superior sem prestar exames. Sendo assim, a equiparação era um indicador de qualidade.

Como mencionado anteriormente, a década de 1920 caracterizou-se pela realização das reformas em esfera estadual. Nagle (2001) considera que os estados e o Distrito Federal apresentaram uma posição “progressista”, atuando na reforma e remodelação de seus sistemas escolares. Entretanto, não efetivaram pressão no Governo Federal no sentido de alterar os padrões de ensino e cultura da escola secundária e superior. O autor ressalta que isso não ocorreu notadamente nos estados mais “progressistas” no que se refere à educação, sendo os mesmos que sustentavam a “política dos governadores”. Como consequência, as alterações que ocorreram nos estados e no Distrito Federal não tiveram a necessária continuidade, nem atingiram os resultados mais desejáveis. De acordo com o autor:

Entre 1920 e 1929, particularmente, a instrução pública nos estados e no Distrito Federal sofre muitas alterações, de que resultam a ampliação da rede escolar, o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes, a criação de novas instituições, até mesmo de caráter paraescolar – com o que se estende o raio de ação da escola e novas funções lhe são atribuídas – e o estabelecimento de novos órgãos de natureza técnica,

CAPÍTULO 9

EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920

com o objetivo de tornar o complexo administrativo-escolar mais adequado à nova situação (NAGLE, 2001, p. 244).

Logo, a partir das reflexões propostas por Nagle, as reformas levaram a cabo uma série de transformações na esfera educacional, notadamente no que se refere aos sistemas escolares e à administração escolar. De tais reformas, emergiram instituições com características diferenciadas e que visavam o atendimento de diferentes públicos, bem como a diminuição do analfabetismo.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920

Ao longo do texto afirmou-se reiteradamente a incapacidade de abordar, em sua inteireza, as relações, os processos, os embates, as disputas e os encontros, bem como a vivacidade do ideário no âmbito da educação que caracterizou a década de 1920. Entretanto, o presente texto propôs-se a lançar reflexões acerca de vários aspectos da educação no referido período. O mesmo furor dos movimentos sociais e culturais que caracterizou os anos de 1920 perpetrou o debate educacional – seja pela presença de diferentes correntes ideológicas, como as mencionadas por Nagle (2001), seja pelas disputas que se davam entre católicos e escolanovistas, as quais acirraram-se a partir da década subsequente.

Modernidade, higienismo, nacionalismo, preocupações intensas com a formação do cidadão para um regime que ainda era extremamente jovem. A constituição de espaços de discussões, como a Associação Brasileira de Educação e suas seções regionais, bem como a realização das Conferências Nacionais de Educação permitiram que tais debates atingissem diversos setores e promovesse a organização de diferentes correntes. Considera-se, também, como apontado por Carvalho (1998), a dicotomização entre a formação das elites e a formação do povo, amplamente presente nos debates da ABE.

Além da fundação e do estabelecimento dessa instituição e de suas seções, compreende-se que as reformas estaduais e mesmo municipais também foram importante elemento que caracterizou a década de 1920. Tais reformas colocaram em destaque nomes que ganharam relevo nacional na década de 1930. Pode-se dizer que ocorreu uma remodelação intensa na organização dos sistemas escolares, ao mesmo tempo em que a escola seriada se instaurou como padrão, embora tenha mantido sua convivência com as escolas isoladas remanescentes do período anterior. Logo, é possível afirmar que os anos de 1920 abriram espaço para vários elementos que iriam integrar debates educacionais em anos que se seguiram.

PARTE III:
A EFERVESCÊNCIA
CULTURAL

A atenção popular continua a oscilar entre os imperantes mortos e os dois príncipes que os acompanham, [...] Correndo ao encontro dos desejos do público, podemos agora [...] acompanhar os repatriados, estudando-lhes as impressões deste primeiro dia no Brasil⁶⁹.

A Noite, 9 jan. 1921.

Capítulo 10

MEMÓRIAS DA MONARQUIA NOS ATRIBULADOS ANOS 1920: DA REPÚBLICA MAGNÂNIMA À REPÚBLICA EM CRISE

Desde meados de 1920, a realeza ocuparia constantemente as páginas da imprensa brasileira. Vários foram os eventos que contribuíram para tanto, talvez o mais importante e catalizador tenha sido a chegada dos restos mortais dos últimos imperadores brasileiros, D. Pedro II e Thereza Christina, em janeiro de 1921, na capital federal. Com eles vieram também o Conde d’Eu e o príncipe Pedro, membros da família imperial brasileira. Porém, já no ano anterior, a revogação do banimento da família imperial no dia 3 de setembro de 1920 contribuiu profundamente para que o passado monárquico voltasse à baila. No mesmo ano, a visita dos reis da Bélgica – o rei Alberto e a rainha Elisabeth – teve lugar privilegiado e constante nas páginas da imprensa brasileira. E como se as comemorações do centenário de 1922 não fossem suficientes para fazer ferver o caldeirão de questões que assombravam a sociedade brasileira, em 1925 outra comemoração se apresentou: o centenário natalício de D. Pedro II! Enfim, nosso objetivo com este capítulo é perpassar tais eventos procurando perceber como

a história e a memória⁷⁰ da monarquia serão ressignificadas na última década de Primeira República e como tais mudanças terão relação direta com as críticas que se acumulavam ao regime fundado em 1889⁷¹.

A associação da “reabilitação” da figura do imperador às comemorações de 1922 e às avaliações do regime republicano feitas pela intelectualidade na década de 1920 já foi alvo algumas análises, como a de Tereza Malatian (1992), que tomou como referência o livro organizado por Vicente Licínio Cardoso, intitulado *A margem da História da República*, que apresentava pontos decisivos nesse debate, valorizando o Império como período áureo em contraponto à República decadente, que seria amplamente identificada pela historiografia como exemplo de análises críticas ao presente republicano.⁷² Assim, segundo Malatian, em oposição à “anarquia republicana”, Pedro II era resgatado do incômodo adjetivo de “César caricato”⁷³ e idealizado como “rei sábio e justiceiro”, que soube exercer com firmeza o poder moderador (MALATIAN, 1992, p. 173). Ponto também abordado por trabalhos mais recentes, como o do historiador Noé Sandes (2000), para quem a imagem do imperador estava carregada desse sentido de crítica ao presente, e sua excessiva exposição na década de 1920 teria acentuado, inclusive, o desejo de reafirmação da simbologia republicana, em uma clara disputa memorial.

Contudo, ao analisar o retorno dos despojos de Pedro II, em janeiro de 1921, recebidos com pompa na capital republicana, e as comemorações de seu centenário natalício, em 1925, quando os ataúdes dos ex-imperadores foram trasladados para Petrópolis e depositados na Catedral da cidade, pretendemos ir além desse debate, ressaltando o caráter simbólico desses eventos, especialmente do traslado de 1921, “capaz de transformar o último rito de passagem numa festa política”, como bem ressaltou Lucia Guimarães (2009, p. 79).

As fontes utilizadas para analisar tais eventos possuem certas especificidades que devem ser ressaltadas. Trabalhamos basicamente com a imprensa e as publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – grande organizador da recepção dos restos mortais do ex-imperadores em 1921 e das comemorações de 1925 – boa parte do material coletado e publicado pelo instituto é composto de transcrições presentes nas edições de grandes jornais cariocas e paulistas. Em relação à imprensa⁷⁴, sua considerável produção nesse momento comemorativo aponta, desde já, para sua importante atuação na tessitura daquele presente em conexão com os acontecimentos passados, processo que torna o discurso jornalístico um documento precioso para perceber como a sociedade procurou articular as categorias de passado, presente e futuro (SIQUEIRA, 1995).

74 Trabalhamos com os seguintes periódicos: *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *A Noite* e *O Paiz*. *O Imparcial* e *O Jornal*.

A década de 1920 foi um período decisivo de posicionamento da República em relação ao passado; especialmente o ano de 1922, que conjugou a entrada em cena de importantes atores políticos, como os tenentes,⁷⁵ e a materialização da renovação cultural e artística, através da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo.⁷⁶ Tais eventos constituem alguns exemplos das grandes modificações pelas quais passava a sociedade brasileira, com um crescimento populacional acelerado e em pleno processo de modernização, visível principalmente nas cidades, onde era perceptível a emergência de novos grupos sociais, como as camadas médias e a classe trabalhadora.⁷⁷ Contudo, a revogação do banimento da família imperial, a visita dos reis belgas e a recepção dos despojos dos ex-imperadores ocorrem em um momento “pré-crise”, quando a República se apresentava forte e consolidada, além de que parecia finalmente se reconciliar com o passado monárquico.

SOBRE A REPÚBLICA MAGNÂNIMA: A RECONCILIAÇÃO COM O PASSADO MONÁRQUICO

Pedro de Alcântara, também conhecido como D. Pedro II, morreu no exílio, num quarto de hotel em Paris, no dia 5 de dezembro de 1891. Todavia, seu prestígio internacional lhe rendeu grandes funerais, tanto na França, como em Portugal, onde foi sepultado. A ausência de representantes da República brasileira em seus funerais e o fato de que decorreram mais de 30 anos até que seus restos mortais repousassem em solo brasileiro, são indicadores da complexidade que caracterizou as relações da República com o passado monárquico nesse intervalo de tempo. Acirrados foram os debates ocorridos no Congresso Nacional em torno dos projetos em prol da

75 A “Marcha dos Dezoito do Forte” marcou a estreia dos tenentes no cenário político e culminou em um movimento posteriormente denominado “tenentismo”. Tal movimento teve como principais figuras os oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes e capitães – que, em meio à crise das eleições de Artur Bernardes, radicalizaram as manifestações de protesto, passando à rebeldia aberta contra o regime, procurando intervir de fato nas disputas políticas. O movimento não tinha uma proposta militarista, no sentido de implementar um governo militar, mas defendia “a moralização da política contra as oligarquias cafeeiras” (LANNA JUNIOR, 2003, p. 313-349).

76 No bojo do movimento de renovação que marcou a intelectualidade brasileira na década 1920, o movimento modernista de São Paulo seria responsável por consagrar a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 nessa cidade, como marco de instauração do moderno no Brasil (VELLOSO, 2003).

77 Durante a Primeira República, a classe trabalhadora lutou pela conquista de uma nova legislação, enfrentando muita resistência por parte do patronato. Se as grandes greves de 1917, em São Paulo, e de 1919, no Rio de Janeiro, implicaram algumas melhorias, a partir do ano de 1920, durante o governo de Epitácio Pessoa, verificou-se um aumento considerável da repressão, voltada especialmente para os anarquistas. A chamada “questão social” ou “questão do anarquismo” configurou-se em uma “questão de polícia”, sendo os anarquistas identificados como os maiores inimigos da ordem e da sociedade (GOMES, 2005, p. 135).

revogação do banimento da família imperial⁷⁸ e do traslado dos despojos de Pedro II e Thereza Christina, que marcaram presença em praticamente todas as décadas republicanas, de 1891, momento do primeiro debate, até 1920,⁷⁹ quando o presidente Epitácio Pessoa assinou o decreto que revogava o banimento e previa a construção de um mausoléu para alocar os restos mortais do casal de imperadores.

Assim, podemos dizer que o período de tempo entre finais do século XIX e os anos 1920 é emblemático, pois possibilitou a solidificação da construção de um perfil de Pedro II como “grande homem”,⁸⁰ perceptível no primeiro projeto em prol do traslado de seus restos mortais, proposto pelo senador paraibano Coelho Lisboa, em 8 de julho de 1906, e que colocou pela primeira vez em discussão no Congresso Nacional e, na imprensa, a importância e o significado do traslado como um ato que simbolizava a continuidade histórica entre Monarquia e República. O momento era propício. Com sua capital reurbanizada, prestigiada pelo grande acontecimento que seria a Conferência Pan-Americana, a República construía, para si, uma imagem cada vez mais sólida e prestigiosa, que a vinda dos despojos de Pedro II ajudaria a complementar. Contudo, o projeto esbarrou no banimento da família imperial, que continuava vigente, e não foi aprovado. Todavia, seus debates já apontavam que o traslado dos restos mortais do imperador, assim como a revogação do banimento, caracterizavam-se cada vez mais como um ato de reparação, de justiça suprema, e quem empunhasse essa bandeira poderia, inclusive, considerar-se verdadeiramente republicano. Diferentemente do que ocorreu em agosto de 1891, quando o primeiro projeto em prol da revogação do banimento foi apresentado e aqueles que se colocaram a favor da revogação do banimento foram taxados de restauradores ou monarquistas. Os apoiadores do projeto de 1906 defenderiam para si a identidade de republicanos convictos. Por conseguinte, os que estivessem contra essa demanda passariam a ser taxados de republicanos radicais ou “jacobinos”, numa alusão a um extremismo completamente sem sentido.

78 O decreto emitido pelo Governo Provisório em dezembro de 1889, que banuiu do território brasileiro Pedro II e sua família, apresentava como justificativa, dentre outras, o fato de D. Pedro, após ter aceitado e agradecido o subsídio de 5 mil contos, mudar de opinião, declarando recusar o mesmo (FAGUNDES, 2017).

79 O primeiro projeto em prol da revogação do banimento foi proposto pelos deputados Caetano de Albuquerque, do Mato Grosso, e Anfilóbio de Carvalho, da Bahia, na sessão de 5 de agosto de 1891. Em 8 de julho de 1906, o senador paraibano Coelho Lisboa apresentou projeto requerendo apenas a transladação dos despojos imperiais para o Brasil e a construção de um panteão para abrigá-los. Um novo projeto em prol da revogação do banimento e pelo traslado foi apresentado em 29 de julho de 1911 na Câmara dos Deputados, pelo deputado Lindolfo Câmara, ambos rejeitados. Novamente em julho de 1912, deputado Maurício de Lacerda apresentou demanda semelhante, que foi também negada. O último projeto em prol apenas da revogação do banimento foi apresentado pelo deputado mineiro Francisco Valladares. Apresentado em dezembro de 1919; foi alvo de poucas atenções na Câmara e acabou arquivado (FAGUNDES, 2017).

80 Segundo Mona Ozouf (1997), a ideia de “grande homem” constrói-se no bojo do Iluminismo, em meados do XVIII, e tem como base a noção de mérito e, portanto, de enaltecimento do “grande homem” como uma figura em meio a uma “república de talentos e de virtudes”, na qual o rei não tem lugar reservado, mas, sim, um lugar a ser por ele conquistado; por isso a necessidade de separar os reis dos “grandes homens”, bem como dos heróis.

Olhando em conjunto os debates, vemos que o traslado dos despojos e, especialmente, a revogação do banimento foram temas importantes na agenda política da Primeira República, pois possibilitaram que em torno deles se criticasse a República, mas também se reivindicasse a consolidação de uma identidade republicana. Mas não era apenas o partidarismo político que dificultava a aprovação desses projetos. Havia também uma disputada memorial pelo lugar que Pedro II ocuparia no panteão republicano ou, até mesmo, se seria válido ocupar lugar de destaque, como demonstram alguns artigos do positivista Teixeira Mendes.⁸¹ Assim, seria a perspectiva comemorativa dos anos 1920 que impulsionaria de vez a revogação do banimento.

A iniciativa para a aprovação desse projeto partiu da mensagem inaugural que o presidente Epitácio Pessoa dirigiu ao Congresso Nacional em maio de 1920. Tal mensagem fazia referência ao traslado dos despojos do imperador D. Pedro II e da imperatriz Thereza Christina, associando-o às comemorações do centenário da Independência. O presidente iniciou sua mensagem apontando a importância de comemorar, “com o realce que a História espera do nosso patriotismo”, o centenário. Uma “missão” que cumpria a todos, para assim “dar ao estrangeiro e a nós próprios uma ideia justa do que somos, do que valem, do que, em todos os ramos do progresso humano, realizamos nesse século de vida nacional”.⁸² Então, como comemorar patrioticamente o centenário e dar provas do progresso brasileiro? Tratava-se da possibilidade de realizar a ligação entre passado, presente e futuro, no momento ritual das festas de 100 anos da Independência.

A comemoração do centenário da Independência oferece oportunidade feliz para a prática de um ato de elevação moral, que revelará a consciência da nossa continuidade histórica. O progresso das instituições políticas não exclui o reconhecimento dos serviços dos nossos antepassados, ainda quando as nossas ideias divirjam radicalmente das que eles representaram na sua época.⁸³

O “ato de elevação moral” a que fazia referência Epitácio Pessoa era justamente o traslado dos despojos do último imperador brasileiro, que o presidente justificava com argumentos nada novos, como os da continuidade histórica, já apontada desde 1906, e o do reconhecimento, por parte da República, da importância do passado monárquico. Todavia, há aí um elemento ainda mais forte para fundamentar a proposta do presidente: a exaltação de um “grande acontecimento” pressupunha a consagração cívica de um “grande homem” (ou de vários) e, para além da simples

81 Em reação ao projeto apresentando em 1911, o positivista Raimundo de Teixeira Mendes, líder da Igreja Positivista do Brasil, publicou uma série de artigos no *Jornal do Commercio*; os artigos foram republicados em 1913 em uma segunda edição da biografia de Benjamin Constant escrita por Teixeira Mendes (MENDES, 1913).

82 Diário do Congresso Nacional, 04 de maio de 1920.

83 *Idem*.

lembrança, a comemoração procura reintroduzir esse acontecimento – ou melhor, a sua interpretação do mesmo – no presente e nas expectativas do futuro de um grupo social, como o é a nação (CATROGA, 1999). A singularidade da mensagem de Epitácio Pessoa, considerando o teor da comemoração a se realizar, estava justamente em apontar D. Pedro II como o “grande homem” de 1922, e não seu pai, D. Pedro I, que, afinal, fora o ator desse evento da história do Brasil. Uma escolha que, segundo Marly Motta (2010), explica-se pela ligação muito próxima entre a figura do primeiro imperador e a herança portuguesa, sendo ele alvo de fortes críticas dirigidas à sua ignorância, impulsividade, indisciplina e falta de austeridade. Assim, a mensagem de Epitácio Pessoa condensava todo um processo, perceptível desde o início do século, que era o de dar à memória de D. Pedro II o caráter de representante principal da nacionalidade e de colocá-lo, oficialmente, no panteão nacional, como a grande figura imperial. Mas, ressalta Motta (2010), era necessário consagrar também a figura de um “grande homem” que efetivamente tivesse atuado na independência e, nesse caso, a escolha recaiu na figura de José Bonifácio. Assim, no dia 3 de setembro, realizou-se, no Salão de Despachos do Palácio do Catete, a assinatura do decreto que revogava o banimento da família real. Para a assinatura do decreto, foi oferecida ao presidente uma caneta de ouro, obtida especialmente para a ocasião, com recursos arrecadados mediante subscrição pública promovida pelo jornal A Rua.⁸⁴

Dois semanas após a revogação do banimento, desembarcavam no Rio de Janeiro Alberto I e Elisabeth. A relação entre os dois eventos – a revogação e a visita dos reis belgas – apareceu em algumas notas publicadas na imprensa internacional. Ao registrar a chegada dos soberanos belgas à América, o jornal argentino La Nación destacou como era recente a revogação do banimento da família imperial e que o país deveria se esforçar para que a “recepção dos príncipes belgas constitua uma espécie de laço de união entre as monarquias democratas e as repúblicas que observam o mesmo culto pelos ideais civilizadores”. Ou seja, tanto a revogação como a visita do rei belga adquiriram o significado de unir repúblicas e monarquias. Outra nota publicada por Luiz Pierard no jornal belga Le Soir, na qual comentava o ato de revogação do banimento, concluindo: “Não admira, portanto, que republicanos de coração tão nobre, tão forte e tão justo, preparassem tão extraordinária recepção ao Rei-Soldado”⁸⁵.

Os comentários, apesar de pequenos e limitados a jornais estrangeiros, demonstram que a revogação do banimento entrava como fator importante para o sucesso das festas para o rei Alberto. E, mesmo durante a visita belga, a figura do último imperador seria lembrada em alguns momentos. As referências aparecem

84 A campanha para arrecadar fundos para a confecção da caneta de ouro começou em 15 de julho de 1920. “Apelo ao Povo e ao Presidente da República!”. A Rua, 15 de julho de 1920.

85 Ambas as notas foram publicadas no Jornal do Brasil nas respectivas datas: 20 de setembro de 1920 e 28 de setembro de 1920.

CAPÍTULO 10 MEMÓRIAS DA MONARQUIA NOS ATRIBULADOS ANOS 1920

em comparações feitas pela imprensa, entre o rei belga e Pedro II, que em sua maioria procuravam aproximar os dois monarcas, como neste artigo de Bastos Tigre, em que o famoso caricaturista comenta que os “reis de hoje”, como o rei Alberto, depois “do sopro democrático [...] são simples cidadãos de sobrecasaca e cartola, como aquele rei republicano que nós aqui tivemos até os fins de 89”⁸⁶. Em outro artigo, da Gazeta de Notícias⁸⁷, as comparações incluíam também o presidente Epitácio Pessoa, com o objetivo de demonstrar como os presidentes da República haviam se distanciado do povo, e a permanência na capital, do rei Alberto, servia para mostrar “à nossa gente educada no regime republicano” aquilo que ela jamais viu “desde o dia em que despachamos barra afora o Sr. D. Pedro II”; ou seja, o fato de um cidadão ocupar a função de diretor dos negócios de um país não o inibia de continuar com seus hábitos individuais e andar “como outro qualquer mortal” pelas ruas. Além do imperador, o periódico ainda incluía o presidente Floriano Peixoto, exceção dentre os presidentes republicanos, e que, assim como fazia Pedro II, “andava de bonde” e percorria a cidade “sem aparatos”.⁸⁸ As comparações entre os personagens, longe de serem triviais, auxiliam-nos a pensar que tipo de chefe do Executivo brasileiro começava a se projetar naquele momento, e aqueles a quem a imprensa atribuía simpatias: não apenas o rei belga, mas principalmente o antigo soberano brasileiro.

Ao final de outubro de 1920, o couraçado *São Paulo* partiu em direção à Europa, levando consigo os soberanos belgas; retornou alguns meses depois, em janeiro de 1921, após uma parada estratégica no porto de Lisboa, onde recolheu os despojos mortais do imperador D. Pedro II e da imperatriz Thereza Cristina.

Assim, em julho de 1920, o Jornal do Brasil já noticiava os preparativos para a recepção dos despojos imperiais, que não esperaram a aprovação do decreto em prol da revogação do banimento para terem início, assinalando a intenção do IHGB de convidar algumas instituições para assentar o programa da recepção.⁸⁹ A articulação em torno do IHGB e a opção por restringir a organização do programa às associações mais antigas, ou seja, às que existiam antes de 1889,⁹⁰ são interpretadas por Lucia Guimarães como uma forma de evitar que o funeral se confundisse com uma “questão

86 Jornal do Brasil, 08 de agosto de 1920.

87 “O Presidente Alberto e o Rei Epitácio...” Gazeta de Notícias. 22 de setembro de 1920.

88 Idem.

89 “O Imperador e o seu túmulo. Onde devem repousar no Brasil os despojos de D. Pedro II? O Jornal do Brasil sugere a cidade de Petrópolis”. Jornal do Brasil, 23 de julho de 1920.

90 As instituições convocadas pelo Instituto Histórico foram representadas por seus respectivos presidentes: a Academia de Medicina foi representada por Miguel Couto; o Clube de Engenharia, por Paulo de Frontin; o Instituto da Ordem dos Advogados, por Carvalho Mourão; a Sociedade Nacional de Agricultura pelo senador Lauro Muller a Sociedade de Geografia, pelo almirante Gomes Pereira; a Sociedade Propagadora das Belas Artes e a Sociedade Amante da Instrução, por Francisco J. Bethencourt da Silva Filho; e o Colégio Pedro II, por seu diretor Carlos de Laet. Jornal do Brasil, 20 de agosto de 1925.

de Estado”, valorizando “um dos traços mais fortes da imagem de D. Pedro II, o de protetor das ciências e das artes” (GUIMARÃES, 2009, p. 77). Contudo, mais do que isso, remetem às relações entre os principais atores sociais envolvidos na organização das cerimônias: o governo republicano e o IHGB.

E o governo republicano, qual seria sua atuação? A morte de homens públicos durante a Primeira República contou com um ritual próprio, não se economizando na pompa e teatralização.⁹¹ Todavia, o retorno de Pedro II exigia certas precauções, para evitar polêmicas, adotando o governo federal “um distanciamento estrategicamente calculado”, como bem observou Lucia Guimarães (2007, p. 78). Organizadas as comissões para cuidar dos preparativos da recepção⁹², duas questões se apresentavam: a primeira envolvia o lugar onde repousariam os despojos dos ex-imperadores; a segunda, como seria a participação do governo no evento e, principalmente, se seriam conferidas honras de chefe de Estado a Pedro II. Primeiramente, cabe observar o que dizia o próprio decreto que revogava o banimento:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução legislativa:

Art. 1. Ficam revogados os artigos 1 e 2 do decreto n. 78A, de 21 de dezembro de 1889.

Art. 2. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévio assentimento da família do ex-imperador d. Pedro II e do Governo de Portugal, trasladar para o Brasil os despojos mortais do mesmo e os da sua esposa d. Tereza Christina, fazendo-os recolher em mausoléu condigno e para tal fim especialmente construído.

91 Como referência, ver os trabalhos de João Gonçalves (2000) e Luigi Bonafé (2008).

92 A comissão executiva formada para cuidar dos preparativos da recepção era extremamente heterogênea, composta pelo almirante José Carlos de Carvalho; pelo prefeito da cidade, Carlos Sampaio; pelo representante do cardeal Arcoverde, monsenhor Pio dos Santos; pelo subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, Rodrigo Otavio; e pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico, Afonso Celso. Seriam formadas ainda mais duas comissões gerais, uma formada exclusivamente por senhoras e presidida pela baronesa de Loreto, e outra, por senhores, cujo presidente era o conselheiro José da Silva Costa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO ESPECIAL. Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Christina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 23-24.

CAPÍTULO 10

MEMÓRIAS DA MONARQUIA NOS ATRIBULADOS ANOS 1920

Art. 3. Fica o governo autorizado a abrir para tal necessários créditos.

Art. 4. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1920, 99º da Independência e 32º da República – Epitácio Pessoa.⁹³

Observa-se que o decreto não aponta nem como seriam recebidos, nem onde seriam alocados os restos mortais, estabelecendo apenas que ficava a cargo do governo tal tarefa. O debate sobre onde alocar os despojos teve início em maio de 1920, logo após a mensagem de Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional, em que o presidente reclamava o traslado. O jornal *Correio da Manhã* publicou então uma entrevista com a princesa Isabel, na qual ela expressava seu desejo de que os restos mortais fossem depositados em Petrópolis, mais especificamente, em sua Catedral, cujas obras haviam sido reiniciadas.⁹⁴ Já o *Jornal do Brasil* publicou um telegrama da princesa Izabel a Afonso Celso, em resposta à consulta que lhe fora feita pela comissão encarregada da construção da Catedral de Petrópolis, confirmando a opinião geral acerca do lugar onde repousariam os restos mortais de seus pais,⁹⁵ e apontava, inclusive, alguns dos financiadores do monumento, como a Baronesa de São Joaquim, que patrocinaria os custos dos jazigos de mármore, onde seriam alocados os ataúdes. Diante da tal declaração, não havia mais razão para dúvidas sobre o local. A escolha de Petrópolis e de sua Catedral demonstrava que Pedro II tinha já um lugar reservado na memória coletiva, reunindo a cidade referentes materiais e simbólicos suficientes para ser imediatamente identificada como ligada estreitamente aos ex-imperadores.⁹⁶ Mas, com a catedral inconclusa, a comissão executiva resolveu que os restos mortais ficariam provisoriamente na “antiga Capela Imperial”, a Catedral Metropolitana, Igreja Nossa Senhora

93 “Ato de verdadeira reparação histórica e de justiça. Está revogado o banimento da família imperial. Foi ontem sancionado a respectiva resolução legislativa”. *Jornal do Brasil*, 04 de setembro de 1920.

94 A Matriz em estilo gótico, projetada por Francisco de Azevedo Peixoto, começou a ser construída em 1884, mas as obras foram paralisadas por falta de recursos (provavelmente devido à mudança do regime político), sendo retomadas somente em 1918. Foi inaugurada em novembro de 1925.

95 O telegrama é datado de 3 de agosto de 1920. “Os despojos mortais dos ex-imperadores”. A princesa Isabel indica a cidade de Petrópolis – A sugestão do ‘*Jornal do Brasil*’. *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1920.

96 Utilizamos aqui, como referência, a noção de “lugar de memória”, conforme definida por Pierre Nora (1997, p. 27).

do Carmo.⁹⁷ Decidido esse ponto, restava a questão mais complicada: qual seria a participação do governo federal na cerimônia de recepção?

Como colocado, o decreto que revogava o banimento apenas autorizava o Poder Executivo a trasladar os despojos, não fornecendo detalhes sobre como seria realizada a recepção no Brasil, nem se seriam concedidas honras de chefe de Estado a Pedro II. Se o decreto nada dizia, percebe-se, todavia, por meio da documentação diplomática, que o governo federal se empenhou rapidamente na tarefa de trazer os despojos. Segundo documento recebido pela embaixada brasileira em Lisboa, em 21 de outubro de 1920, pouco mais de um mês após a revogação do banimento, o governo brasileiro já havia entrado em contato com o português para que se efetuasse o traslado, e aprovava as homenagens que seriam prestadas ao imperador em Portugal.⁹⁸

As negociações para a vinda dos despojos transcorreram sem problemas. No entanto, o que chama a atenção durante todo esse processo foi a pressa do governo brasileiro em realizar esse traslado. Essa urgência transparece claramente nos telegramas entre a missão diplomática em Lisboa e o Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. A questão principal era aproveitar a passagem do couraçado *S. Paulo* por Lisboa, que ocorreria entre dezembro de 1920 e janeiro de 1921; assim, era essencial que tudo estivesse pronto para que o traslado se efetuasse sem atrasos.⁹⁹ Outro telegrama demonstra que o governo federal estava também à frente das negociações com a família imperial, para concessão de autorização para o traslado, bem como já tinha arranjado para que, junto com os ataúdes, viessem representantes e amigos da família, que seriam o Conde d’Eu, seu filho mais velho, príncipe D. Pedro e o Barão de Muritiba.¹⁰⁰ Entretanto, o ponto mais interessante da organização do traslado foi, sem dúvida, o caso da bandeira e da coroa. Em um dos telegramas enviados ao MRE,

97 “D. Pedro II”. *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1920. Com vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi elevada à categoria de Capela Real e também de Sé da cidade do Rio de Janeiro; com a independência em 1822, altera-se o nome para Capela Imperial. Com a proclamação da República, a Capela Imperial passou por reformas, sendo reinaugurada em 1900 como Catedral Metropolitana. (*Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé*, 2007).

98 *Trasladação dos Restos mortais do Imperador e Imperatriz do Brazil*. Nº 32, 3º piso, maço 26. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa. Portugal.

99 Telegramas enviados pelo Ministro das Relações, Azevedo Marques, em 06 de novembro: “Couraçado S. Paulo [...] passará Lisboa receber restos mortais imperadores. Queira Vossencia tomar providências para que isso seja feito sem perda de tempo. Comunique isso clara e urgentemente ao Governo Portugues.”; e em 23 de nov. de 1920: “Presidente quer saber urgência qual tempo mínimo necessário ao São Paulo para ali receber os restos mortais dos ex-Imperadores visto como ele deseja que vapor demore-se ali menos tempo possível havendo conveniência em que regresse logo ao Brasil. Peço providências nesse sentido”. *Telegramas expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa* (1918-1926). Est. 215, prat. 04, vol. 12 Arquivo Histórico do Itamaraty.

100 Como assinala o telegrama de 06 de novembro: “Governo já se entendeu com a família Imperador. Virão no São Paulo Conde d’Eu, Príncipe D. Pedro, Barão de Muritiba os quais embarcarão aí”. *Telegramas expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa*. Est. 215, prat. 04, vol. 12 Arquivo Histórico do Itamaraty.

era requisitada autorização, pela própria embaixada brasileira, para que os ataúdes viessem adornados com a “bandeira antiga”, ou seja, a bandeira imperial.¹⁰¹ A resposta foi imediata: “Não é possível usar agora de qualquer modo a antiga bandeira brasileira em navio de guerra nacional ou em atos oficiais no Brasil, pois seria contrário [à] Constituição e leis vigentes”.¹⁰² Outro pedido foi enviado ao Itamaraty, porém em nome da comissão de exéquias organizada em Portugal, para que fosse mantida a decoração dos ataúdes como estava no Panteão dos Bragança – adornados com a bandeira e a coroa imperial – e também requisitava autorização para que os marinheiros do couraçado brasileiro participassem do traslado.¹⁰³ A demanda, semelhante ao primeiro pedido, foi novamente negada. É compreensível a negativa do governo brasileiro. Afinal, a coroa e a bandeira eram símbolos da monarquia, e Pedro II voltaria como “grande homem” construído pela República, implicando obviamente, limites claros para o uso de tais símbolos. A troca de telegramas aponta que o governo estava à frente da organização das cerimônias em Lisboa. Fato também perceptível para as cerimônias que seriam organizadas na capital federal.

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, o presidente do IHGB reclamava que, se o governo português planejava dar caráter oficial ao traslado, o brasileiro não poderia “ficar aquém” das homenagens lusas.¹⁰⁴ Assim, a demora governamental nessa decisão afetava a organização da recepção, pois paralisava o trabalho das comissões, que nada podiam resolver. Se o governo decidisse conferir caráter oficial à recepção, restaria à comissão apenas auxiliá-lo da melhor forma possível.¹⁰⁵ É interessante observar que, no mesmo dia em que Afonso Celso publicou o citado artigo, a *Gazeta de Notícias* apresentou uma matéria sobre a organização das cerimônias, onde afirmava que, após reunião com a comissão executiva, o presidente Epitácio Pessoa havia decidido, de posse “de todos os documentos e projetos referentes às solenidades que se pretende levar a efeito”, que: “da parte do governo os ex-soberanos terão, na volta à pátria, a maior prova de acatamento”, sendo decretada honras de chefe de Estado para o ato do desembarque e transladação das urnas fúnebres.¹⁰⁶

101 A justificativa para utilizar a “bandeira antiga”, era de que era comum “nesses casos”. Telegrama recebido em 14 de dezembro de 1920. *Telegramas recebidos da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa*. (1919-1922). Est. 215, prat. 04, vol. 07. Arquivo Histórico do Itamaraty.

102 Telegrama expedido em 16 de dezembro de 1920 e assinado pelo ministro Azevedo Marques. *Telegramas expedidos para a Missão Diplomática Brasileira em Lisboa* (1918-1926). Est. 215, prat. 04, vol. 12 Arquivo Histórico do Itamaraty.

103 Telegrama recebido em 17 de dez. de 1920. *Telegramas recebidos da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa* (1919-1922). (1919-1922). Est. 215, prat. 04, vol. 07. Arquivo Histórico do Itamaraty.

104 “A recepção dos féretros imperais. Deverá ser puramente oficial? – O que o Governo está autorizado a fazer”. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1920.

105 *Idem*.

106 “O Repatriamento dos ex-imperadores. Honras de chefe de Estado e outras homenagens do governo. A Comissão Executiva, no Catete”. *Gazeta de Notícias*, 28 de novembro de 1920.

Porém, o programa do cerimonial, confirmando a participação oficial do governo na recepção e concedendo ao imperador honras de chefe de Estado em seu funeral, só seria publicado em 4 de janeiro de 1921.¹⁰⁷ As honras de chefe de Estado aplicadas ao ritual fúnebre referiam-se à atuação das Forças do Exército e da Armada e à participação de representantes do governo na cerimônia. A atuação das Forças Armadas reservava-se principalmente à formação de alas, desde o cais da Praça Mauá até a entrada principal da Catedral, sendo estendidas pela Avenida Rio Branco e Rua da Assembleia, a fim de prestar as continências militares.¹⁰⁸

Em síntese, o governo estava no controle das cerimônias, procurando manter uma participação discreta, porém ativa. Por isso a atitude de confirmar sua participação, mas atrasar a publicação da programação oficial. Rapidamente, a cerimônia passa a ganhar um aspecto grandioso. Publicações, de final de dezembro a início de janeiro, de longas listagens com os nomes de várias adesões às comissões de senhoras e cavalheiros, constituídas com este fim, indicam que, ao menos em princípio, todos poderiam participar da organização da recepção¹⁰⁹. Além da expectativa da chegada, completava o cenário a inauguração da *Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil*, no Club dos Diários.¹¹⁰

As edições do dia 8 de dezembro, dia previsto para a chegada do couraçado *S. Paulo*, foram caprichosamente adornadas com desenhos dos símbolos imperiais e republicanos e de fotos da família imperial. O Jornal do Brasil publicou, em sua primeira página, belíssimo desenho, em que a República aparecia rodeada por fotos de Pedro II, da imperatriz, pelo símbolo do Império e, por último, uma foto dos ataúdes dos imperadores no Panteão dos Bragança em Lisboa, decorados como estavam, com coroa e bandeira imperial. A ilustração, mostrando a República “cercada” de símbolos da monarquia por todos os lados, tinha a seguinte legenda: “A República, inabalável na sua fé, na posse de si mesma, acolhe os despojos dos dois exilados, que velaram pelos destinos da Pátria, quase meio século”.¹¹¹

É clara a mensagem de conciliação entre passado e presente, sob os auspícios da República, pretendida pelo jornal, chamando atenção, todavia, a publicação da

107 A Notícia, 04 de janeiro de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. TOMO ESPECIAL. Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Christina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 75-78.

108 Jornal do Commercio, 8 de janeiro de 1921.

109 *Diário Oficial*, 18 de dez. de 1920; *Jornal do Commercio*, 4 de jan. de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. TOMO ESPECIAL. Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Christina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 48-53, 73-74.

110 As notícias sobre essa exposição não fornecem detalhes sobre quem a organizou, mas, segundo *A Noite*, parte de suas peças vinham da coleção do IHGB e também havia peças de coleções particulares, como Simoens da Silva, José Mariano, Rego Barros e várias outras. A exposição foi visitada por Epiácio Pessoa, sendo por ele inaugurada em janeiro de 1921. *A Noite*, 04 de jan. de 1921.

111 “Não há mais proscritos no Brasil”. *Jornal do Brasil*, 08 de janeiro de 1921.

CAPÍTULO 10 MEMÓRIAS DA MONARQUIA NOS ATRIBULADOS ANOS 1920

foto com os ataúdes decorados com os símbolos da Monarquia, tão enfaticamente negados pelo governo. Afinal, como colocou o jornal *O Paiz*, a República, ao revogar o banimento, trazia “sob o seu pavilhão e com toda a solenidade das suas homenagens” os despojos do imperador, cuja figura histórica, continuava o jornal, “ela jamais procurou diminuir no conceito público”.¹¹² A revogação do banimento e o traslado consolidavam o “sentimento” de que a “República sabe cada vez mais ser digna do Brasil, prestando culto de piedoso respeito ao representante máximo da dinastia que ela demoliu por amor ao Brasil [...]”. Tratava-se, enfim, nas palavras do jornal de um dia de “comunhão cívica”, quando a República, “dignificando a memória do venerado imperador, dignificasse ela própria”¹¹³. Por fim, a narrativa do jornal encerra-se proclamando definitivamente a entrada do último imperador no Panteão.¹¹⁴

Finalmente, na manhã do dia 8 de janeiro de 1921, o couraçado *S. Paulo* adentrava a Baía de Guanabara, trazendo em seus compartimentos preciosa carga: os restos mortais de Pedro II e Thereza Cristina. O navio brasileiro foi recebido à entrada da Baía de Guanabara com uma salva de tiros feita pelas fortalezas de Santa Cruz e São João, ao mesmo tempo em que era içada, no Pão de Açúcar, uma enorme bandeira nacional, republicana, é claro.¹¹⁵

A bordo do *S. Paulo*, acompanhavam os ataúdes, o Conde D’Eu, o príncipe D. Pedro Augusto e Manuel Viera Tosta Filho (Barão de Muritiba), que foram recebidos pelo prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio, pelo presidente do IHGB, Afonso Celso, e outros importantes membros do instituto, como Ramiz Galvão, Max Fleiuss e Jonathas Serrano. Contudo, o desembarque dos ataúdes teve de ser retardado devido à forte chuva que caiu sobre a cidade; somente quando ela cedeu, o caixão do imperador tocou o solo brasileiro, sendo seguido pelo da imperatriz. O momento foi muito solene, marcado por salvas de tiros do couraçado *S. Paulo*, execução do hino nacional e mais salvas de tiros efetuados pelo Batalhão Naval. Em seguida, salvaram, a um só tempo, todas as unidades da Armada fundeadas na Guanabara e todas as fortalezas da baía, marcando o grande júbilo do momento.¹¹⁶

No longo cerimonial que se seguiu, cabe destacar a ausência do presidente Epitácio Pessoa. No caso, ao desembarcar na Praça Mauá, o conde e o príncipe foram recebidos pela esposa e filha do presidente, Mary e Laurita Pessoa, e pelo presidente do IHGB, Afonso Celso.¹¹⁷ O secretário da Presidência da República, Agenor Roure, e o chefe da Casa Militar, coronel Hastimphilo de Moura também compareceram

112 “Bem-vindos sejam”. *O Paiz*, 08 de janeiro de 1921.

113 *Idem*.

114 *Idem*.

115 *Jornal do Commercio*, 09 de janeiro de 1921.

116 *Jornal do Commercio*, 09 de janeiro de 1921.

117 *Idem*.

como representantes oficiais de Epitácio na cerimônia. Contudo, a presença de seus familiares, esposa e filha, marcava novamente a participação singular do governo na recepção. E o grande intermediário entre os representantes da República e da Monarquia foi o IHGB. Mary Pessoa, a primeira dama, teve uma atitude emblemática: convidou o conde e o príncipe para acompanhá-la no automóvel presidencial, no momento em que se compôs o cortejo. Isso não estava previsto no programa oficial. Associado à ausência de Epitácio, às honras de chefe de Estado (mas sem bandeira ou coroa imperial) demonstravam a construção calculada e comedida de um evento que celebrava o imperador cidadão que amava o Brasil, agora uma nação republicana. O gesto da República (assim como o da primeira-dama) de estender a mão ao passado, extraindo a “mais-valia do morto”,¹¹⁸ consagrava o presente como o grande unificador da nacionalidade.

Aliadas ao gesto de Mary Pessoa para com o conde, as considerações da imprensa sobre o evento consagrariam a recepção de 1921 como o grande momento de conagração nacional, representado pela união da Monarquia e da República, quando, segundo o *Jornal do Commercio*, o povo brasileiro demonstrou sua veneração por suas tradições e “rendeu culto patriótico ao passado”. Assim, as palmas vibrantes, quando da passagem do conde e do príncipe no cortejo, dirigiam-se aos representantes daquela fase histórica, “estágio essencial na evolução da vida política independente”:¹¹⁹

A massa popular que se premia em todo o percurso do cortejo fúnebre não foi prestar voto de fidelidade, nem fazer, pelas ruas, manifestações de fé monárquica. Foi render uma homenagem de alta significação patriótica ao monarca magnânimo e sábio, à imperatriz caridosa e pia, últimos símbolos da era imperial e da dinastia, à qual devemos a obra ingente da nossa independência política.¹²⁰

Significava, enfim, que não havia mais “questões de regime político a discutir” e que a República estava consolidada, cuja “prova mais eloquente” foi a cerimônia do traslado – homenagem, esta, que contou com a participação de “representantes de todas as nossas classes sociais, sem distinção de credos políticos e religiosos”.¹²¹ Evocou-se, assim, um momento singular do passado da nação, que não poderia ser esquecido:

A nação não podia esquecer a sua história; e renegar a Monarquia, por um

118 Termo utilizado por Walter e Goulot em artigo sobre os centenários de Rousseau e Voltaire; segundo os autores, em tais momentos “o presente paga aos defuntos ilustres”, “a sua dívida de reconhecimento”, com objetivo de “lhes extorquir uma mais-valia simbólica” (GOULEMOT & WALTER, 1997, p. 371).

119 *Jornal do Commercio*, 09 de janeiro de 1921.

120 *Idem*.

121 *Idem*.

critério estreito de partidarismo, equivalia a pretender suprimir o nosso passado, na fase principal da nossa formação política e consolidação da nacionalidade, constituída em Estado independente.¹²²

Assim, era desse passado que emergia as figuras de Pedro I, proclamador da independência, “de gênio irrequieto e audaz”, e de Pedro II, “espírito ponderado e disciplinador”, como aquele que consolidou as “instituições do Estado e fortaleceu o espírito de unidade nacional”. Tal história e tradição não poderiam ser negadas pela República, pois foi o “liberalismo sábio do monarca ilustre, que possibilitou o desenvolvimento do “espírito republicano”, preparando o advento do novo regime.¹²³

Já na perspectiva da *Gazeta de Notícias*, a solenidade do dia anterior também teria constituído uma espécie de ‘encerramento’ dos primeiros anos republicanos, recordados “com horror”, devido à anarquia predominante.¹²⁴ E o sucesso do evento devia-se ao público que, nas palavras da *Gazeta*, foi o grande ator, o responsável pelo brilho da solenidade, ou o “povo”, “anônimo”, “desinteressado e justiceiro”, com uma participação praticamente “apolítica”:¹²⁵

Quem ontem assistiu à trasladação dos restos mortais de d. Pedro II, da praça Mauá para a Catedral, e viu a massa formidável de povo que compareceu, comovida para participar da piedosa cerimônia pode ter a certeza de que toda aquela gente, sem nenhuma convicção monárquica, apenas estava, sem bem dar conta disso, manifestando confusamente o seu ideal de governo que se inspire unicamente no bem público, com patriotismo e com bondade, com tolerância e com zelo infatigável, exercitando as qualidades que dom Pedro II como chefe de Estado, possuía em alto grau reunidas e que o tornaram um tipo de homem por isso digno de gratidão e de respeito.¹²⁶

Compreende-se então por que o jornal havia definido anteriormente o “povo” que assistiu aos funerais como “desinteressado” ou “apolítico”, caracterizando sua participação, assim com o fez o *Jornal do Commercio*, como totalmente desvinculada das crenças monárquicas, pois a comunhão dava-se em torno dos valores atribuídos ao imperador, seu cuidado com o bem público, seu patriotismo, sua tolerância e ponto. Não havia glorificação ao regime monárquico, ou, pelo menos, as descrições e narrativas da imprensa procuravam prontamente enfatizar tal aspecto, que muito bem concorria para o sucesso do evento.

122 *Idem.*

123 *Idem.*

124 “Os ex-imperadores do Brasil”. *Gazeta de Notícias*, 9 de janeiro de 1921.

125 *Idem.*

126 *Idem.*

Enfim, junto às descrições do respeitoso silêncio, cortado apenas pelos toques de sentido, das senhoras que acenavam seus lenços, dos homens que se descobriam respeitosamente, da multidão que enxugava os olhos cheios de lágrimas,¹²⁷ celebrava-se, através do traslado, a “reintegração” entre passado e presente. Às vésperas da crise política e militar que abalaria suas estruturas, a República celebrava, na pessoa do imperador, valores básicos associados à sua própria origem, como o liberalismo e a justiça, e se reafirmava como destino último da sociedade.

Nesse processo de ressignificação das memórias, entraram também as narrativas construídas em torno do Conde d’Eu. Durante os anos em que viveu no Brasil, o Conde d’Eu não angariou muitas simpatias, sendo representado, inúmeras vezes, como o príncipe estrangeiro e antipático;¹²⁸ seu retorno em 1921, já com 78 anos, seria marcado por uma construção oposta, bem mais amigável e positiva, e ao final da visita transformara-se em um o velhinho simpático e veterano de guerra. É clara a reconstrução da imagem desse príncipe francês: foram esquecidos os episódios do passado, que caracterizaram negativamente esse personagem, selecionando-se sua fase militar devotada à defesa do país. Certamente por isso, uma nova viagem foi planejada para o ano seguinte e, assim, um dos mais atacados e desprezados membros da família imperial retornaria dentro em breve, com o intuito de participar das comemorações do centenário da Independência.¹²⁹

Todavia, não houve apenas consensos no traslado de 1921; o evento foi perpassado por tensões. Exemplo disso foi a publicação, em algumas folhas da capital, de um manifesto assinado por alguns republicanos históricos, como Lopes Trovão e o marechal Mena Barreto, que protestavam contra a cerimônia organizada, por haver esta “degenerado em uma imprudente agressão à memória dos fundadores da República e em extravagante e paradoxal apologia a monarquia”. Em defesa da “mocidade estudiosa e ativa” de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo recordavam o imperador “César caricato”,¹³⁰ “responsável por uma política de hipocrisia, corrupção e duplicidade pessoal”.¹³¹ Segundo o jornal *A Noite*, o manifesto

127 Idem.

128 Era caracterizado como avarento, deselegante e descortês; sua impopularidade ficaria marcada nas palavras de Ruy Barbosa: “Circunstancias, que toda gente sabe entre nós, envolvem hoje a família imperial na mais desastrosa impopularidade; e esta concentra-se sobre o nome do sr. Conde d’Eu” (apud MELLO, 2007, p. 189).

129 No entanto, com a saúde já fragilizada, o conde faleceria a bordo do navio *Massília*, exatamente quando retornava ao Brasil para participar de tais festas, em 28 de agosto de 1922.

130 Nas últimas décadas do Império, D. Pedro II foi alvo de caricaturas que o descreviam como o “Pedro Banana”, resultado da indiferença com que encarava os negócios do Estado. Por outro lado, se tornaria célebre o apelido de “César Caricato”, cunhado por Ferreira Viana, e que comparava D. Pedro II a um déspota (CARVALHO, 2007, p. 236; MELLO, 2007, p. 164-165).

131 “Manifesto dos Republicanos de 89”. *O Paiz*, 08 de janeiro de 1921; publicado também no jornal *A Noite*, 07 de jan. de 1921.

foi distribuído pelas ruas da cidade, às vésperas da chegada do couraçado *S. Paulo*.¹³² O protesto desdobrou-se também em uma romaria aos cemitérios São Francisco Xavier e São João Batista, para visita aos túmulos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant.¹³³ Segundo Marly Motta (1992, p. 26), o ato era uma indicação de disputa pelo controle da memória, ou, poderíamos dizer, mais especificamente, pela hierarquia dos “grandes homens” no Panteão da República.

Então, passado o traslado dos despojos imperiais em 1921, restava a última grande comemoração do governo de Epitácio Pessoa: o centenário da Independência. Projetada originalmente para ser uma mostra nacional, a exposição do Rio de Janeiro, realizada de setembro de 1922 a julho de 1923, assumiu gradualmente a estrutura e organização de uma típica exposição universal do século XIX (TENÓRIO, 1994, p. 123-148). Com seus “pavilhões e palácios profusamente iluminados”, a exposição oferecia aos seus visitantes “mais do que um retrato da nação presente”; evidenciava “os sonhos e as aspirações da nação moderna que se queria ser” (MOTTA, 1992, p. 72).

No entanto, enquanto na exposição do Rio de Janeiro figurava a “nação coesa e unida” (TENÓRIO, 1994), os modernistas articulavam e alimentavam um crescente regionalismo paulista, que tinha como principal objetivo “a legitimação da metrópole bandeirante como cabeça da nova nação que então se buscava construir”, implicando na desqualificação do Rio de Janeiro (MOTTA, 1992, p. 81). Ou seja, como uma “ilha de harmonia e consenso” (TENÓRIO, 1994), a exposição de 22 encontrava-se rodeada por todos os lados de agitações políticas, crises econômicas, rebeliões regionais, inquietações sociais e culturais, próprias da profunda crise identitária pela qual passava a sociedade brasileira, em parte gerada pela própria comemoração, que levantou polêmicas questões sobre que nação se devia ou queria comemorar (MOTTA, 1992). A própria inauguração do evento ocorreu em meio à grave crise política, devido à vitória de Artur Bernardes nas eleições presidenciais;¹³⁴ o clima de agitação marcou todo o primeiro semestre do ano de 1922, culminando com a revolta tenentista do

132 “Como alguns propagandistas encaram as homenagens prestadas a D. Pedro II”. *A Noite*, 07 de janeiro de 1921.

133 “Os fundadores da República. A romaria aos seus túmulos”. *O Paiz*, 09 de janeiro de 1921.

134 A sucessão do presidente Epitácio Pessoa e o subsequente governo do mineiro Artur Bernardes foram o ápice da crise política que marcou a década de 1920. Os grupos dominantes de Minas e São Paulo fecharam em torno da candidatura de Artur Bernardes e Urbano dos Santos. A chapa formada gerou discordâncias importantes no seio das oligarquias regionais, levando as oligarquias dos estados de segunda grandeza, representados pelo Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, a articularem um movimento que ficaria reconhecido como Reação Republicana, lançando, em 24 de junho de 1921, lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e J. J. Seabra à presidência e vice-presidência da República. A plataforma do movimento era justamente uma ampla crítica ao imperialismo dos grandes estados. A campanha também se revestiu de um apelo popular, com destaque para a agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910, e para a participação dos tenentes (FERREIRA, 1993, p. 9-23).

Forte de Copacabana em 5 de julho, sendo decretado, pelo presidente Epitácio Pessoa, imediato estado de sítio.¹³⁵

Uma “ilha de harmonia e coesão” que também estaria, é claro, presente na escrita da história e representada no *Livro de Ouro do Centenário*, que procurou sintetizar e selecionar temas capazes de “abrilhantar o presente”, com a escrita de uma história na qual não se escutavam os ecos tormentosos das lutas da independência na Bahia, em Pernambuco ou no Pará. Como analisou o historiador Noé Sandes, comemorava-se, no centenário, o progresso da nação brasileira, no qual a glória do Império, como consolidador da unidade nacional, era reconhecida, porém compreendida dentro da evolução natural da história, no sentido do ideário republicano, sendo este o “núcleo simbólico fundamental das comemorações de 22” (SANDES, 2000, p. 118).

Mas, em relação ao último imperador, restaria ainda um último capítulo. Afinal, acolhidos seus restos mortais na capital da República, faltava levá-los para seu ‘verdadeiro’ lugar, a cidade de Petrópolis. Todavia, tratava-se de “outra República”, mergulhada nas agitações do governo de Artur Bernardes, para o qual comemorar Pedro II adquiriu outros significados, ao passo que os debates sobre como o governo deveria participar de tais comemorações se apresentaram bem mais calorosos.

DA REPÚBLICA EM CRISE: O IMPERADOR COMO PATRIMÔNIO

Não pode haver nesse preito, no ensinamento cívico que representa a recordação de uma vida exemplar, nenhum intuito de propaganda monárquica, pois não há no Brasil mais questão monárquica. [...]. Glorificar o imperador, o brasileiro ilustre, que se confunde com um longo período de nossa historia, não é, portanto, agitar qualquer questão política, é simplesmente exaltar um grande brasileiro.

Jornal do Commercio, 2 dez. 1925.¹³⁶

O esforço do Jornal Commercio em marcar o objetivo cívico e pedagógico do evento, traduzido na comemoração de Pedro II como grande brasileiro, e não da monarquia, não era novo, sendo apontado já no traslado de 1921. Todavia, em 1925, alcançaria outro patamar, pois se tratava de um momento político particularmente tenso. Isso porque as agitações políticas do governo Artur Bernardes levaram a uma escalada da repressão do Estado, não apenas contra os participantes das revoltas tenentistas de

135 A Marcha dos Dezoito do Forte foi o epicentro de uma série de outros movimentos ocorridos na capital federal, como na Vila Militar e na Escola Militar do Realengo. Também foram registradas ocorrências de conflitos em Niterói e no Maranhão (LANNA JUNIOR, 2003, p. 317).

136 “O Centenário de Pedro II”, *Jornal do Commercio*, 02 de dez. 1925.

CAPÍTULO 10

MEMÓRIAS DA MONARQUIA NOS ATRIBULADOS ANOS 1920

1922 e 1924,¹³⁷ mas também contra movimentos políticos ligados à classe operária. A deportação e a expulsão foram os meios mais utilizados, além do estado de sítio, que serviu de pretexto para a investida policial contra associações operárias, apontadas como inimigas do governo e da sociedade brasileira. Portanto, é compreensível que essa grande ofensiva do governo Bernardes fosse também acompanhada do aumento dos debates na Câmara acerca da questão social, com a aprovação de algumas leis regulamentadoras do mercado de trabalho, em uma combinação entre repressão e negociação (GOMES, 2005, p. 144-145).

Nesse ambiente marcado pela censura e pela repressão, que atingiria também a imprensa,¹³⁸ as críticas à República seriam feitas de forma velada, como observou Eduardo Silva (1986), utilizando-se do debate em torno da comemoração do centenário natalício de Pedro II. Silva refere-se especificamente aos debates em torno do projeto apresentado pelo deputado baiano Wanderley Pinho. Tal projeto requeria que fosse considerado feriado nacional o dia 2 de dezembro, consagrado à comemoração do centenário natalício, e que, além disso, o Poder Executivo providenciasse a inauguração, na mesma data, de um mausoléu destinado a recolher os restos mortais do imperador e da imperatriz, solicitando os créditos para tal.¹³⁹

A ideia de apresentar um projeto requisitando fundos para a construção do mausoléu do imperador foi sugerida a Wanderley Pinho por Luiz Novais, secretário da Comissão Construtora da Nova Matriz de Petrópolis, segundo consta na correspondência trocada entre ambos. Em carta de 27 de outubro de 1924, o secretário pedia a atenção do deputado baiano para a necessidade de se apresentar um projeto de lei abrindo crédito de mil e quinhentos contos de réis para a construção do mausoléu. Junto à carta, seguia também um artigo de Afonso Celso, presidente do IHGB, publicado no *Jornal do Brasil*, no qual afirmava que o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores já possuía o plano completo do mausoléu.¹⁴⁰

A escolha de Wanderley Pinho é compreensível, se considerarmos a biografia do deputado. Neto do barão de Cotegipe, figura destacada do Império, o deputado descendia de uma família intimamente ligada à Monarquia, com forte atuação nos institutos históricos da Bahia e do Rio de Janeiro, dedicando-se, inclusive, à escrita de

-
- 137 O levante tenentista de 1924 em São Paulo tinha como objetivo a derrubada do governo de Bernardes, ícone das oligarquias dominantes, e marcou o amadurecimento político e ideológico do movimento (LANNA JUNIOR, 2003).
- 138 Em outubro de 1923, foi promulgada a Lei de Imprensa, também conhecida como Lei Adolfo Gordo (nome do senador paulista que redigiu o projeto) que estabelecia sérias punições para os periódicos que publicassem “segredos de Estado; ofensas ao presidente da República; chefes de Estado e nações estrangeiras” (DE LUCA, 2008, p. 164-165).
- 139 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t. 97, v. 151, 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.
- 140 “DÍVIDA SAGRADA — O mausoléu condigno. É preciso realizá-lo”. Por Afonso Celso. *Jornal do Brasil*, 29 de fevereiro de 1924. Arquivo Wanderley Pinho. Arquivo Histórico do IHGB.

várias obras sobre o Império. À demanda do secretário, Wanderley Pinho respondeu que seria uma honra apresentar tal projeto e, em nova carta, Luiz Novais sugeriu que a comemoração do centenário fosse utilizada como motivo para pedir a abertura do crédito.¹⁴¹ Em anexo à carta, havia outro artigo de Afonso Celso, no qual reclamava que nada havia sido feito até aquele momento para as comemorações do centenário natalício.¹⁴² Excetuando-se o IHGB, que começara a se preparar para as comemorações desde meados de 1922, não há registros de outras iniciativas.

Coincidência ou não, somente após a definição das homenagens do IHGB, em fins de maio de 1925, é que o deputado Wanderley Pinho apresentaria à Câmara, seu projeto em prol das homenagens do governo ao centenário natalício do imperador. Apelando para a união política, em prol de uma causa nobre, a argumentação do deputado, nada inocente, buscava angariar amplo apoio, algo que não seria nada fácil. Por isso, justificava que os créditos pedidos para o mausoléu eram necessários para pagar uma “dívida” da República, tanto monetária, como moral. Assim, o que propunha era, em sua expressão, a “amortização de um débito”.¹⁴³ Wanderley Pinho utilizou como exemplo a atuação da França, que, ao trasladar os despojos de Napoleão, depositou-os “em um monólito de pórfiro vermelho”;¹⁴⁴ enquanto no Brasil o corpo de Pedro II jazia em um cômodo da Catedral do Rio de Janeiro. A comparação tinha como objetivo justamente ressaltar a atitude de “descaso”, que, segundo o deputado, ocorria com relação aos restos mortais do ex-imperador brasileiro.

O parecer emitido sobre o projeto de Pinho, pela Comissão de Finanças da Câmara, assumiu um discurso extremamente laudatório para com D. Pedro II, caracterizando-o como o “Imperador democrata”, e concluiu que eram “felizes e aceitáveis” as sugestões do projeto.¹⁴⁵ Com o parecer favorável, o projeto seguiu para o debate na Câmara, que ocorreu apenas em novembro. Alvo de intensas críticas e algumas emendas muito polêmicas, a “querela do centenário”, como a chamou Eduardo Silva (1986), levou diversos grupos representados no Congresso Nacional a debaterem se era ou não conveniente à República homenagear o imperador. A primeira reação veio da parte dos deputados Ranulfo Bocaiúva Cunha, Simões Lopes e Joaquim Mello, que consideravam o projeto “como indício inaceitável de reação monárquica, ou de

141 Carta de Luiz Novais a Wanderley Pinho, de 24-11-1924. Arquivo Wanderley Pinho. Arquivo Histórico do IHGB.

142 “O CENTENÁRIO DO MAGNÂNIMO - Comemoração imprescindível. O que se projeta”. Por Afonso Celso. *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1924. Arquivo Wanderley Pinho. Arquivo Histórico do IHGB.

143 *Diários do Congresso Nacional*, 18 de julho de 1925.

144 *Idem*.

145 *Idem*.

críticas ao Governo”, e apresentaram “emendas aditivas instituindo o culto cívico “permanente” da República”.¹⁴⁶

Novamente era defendida uma identidade republicana em contraposição às homenagens à memória do Império ou do imperador. Algo que verificamos em relação aos proponentes das emendas, em especial, Ranulfo Bocaiúva Cunha, neto de Quintino Bocaiúva e, portanto, proveniente de uma família de tradição republicana, e que chegou a colaborar no jornal fundado por seu avô, O Paiz. Além disso, ambos os deputados, Lindolfo e Bocaiúva, apoiaram ativamente a Reação Republicana, encontrando-se, dessa forma, em oposição ao governo de Bernardes. Em decorrência disso, podemos concluir que as emendas tinham como objetivo provocar algum tipo de instabilidade política, prejudicando ou influenciando negativamente a atuação do governo nas comemorações, já que boa parte da opinião pública, pelo menos da imprensa, apoiava o projeto do deputado baiano.

Às vésperas das comemorações, a bancada baiana, liderada por Wanderley Pinho enviou diretamente a Artur Bernardes um telegrama, sugerindo que, como não havia sido aprovado o projeto de Pinho, “por falta de tempo”, o presidente poderia tomar algumas medidas por ele sugeridas, que não necessitavam de aprovação do Congresso para serem implementadas.¹⁴⁷ Finalmente, no dia primeiro de dezembro, às vésperas das comemorações, Arthur Bernardes assinou o seguinte decreto:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o dia de amanhã é o centenário do nascimento de D. Pedro II; Considerando que esse grande brasileiro devotou todas as suas energias, durante um reinado de meio século, ao progresso material e moral do Brasil, amando-o e servindo-o com o mais constante e extremo patriotismo;

Considerando que foi exemplo e lição de sua raça, na prática das mais altas e raras virtudes; Considerando que a República se dignifica e eleva, rendendo homenagem à sua memória benemérita, pois a justiça e gratidão dos povos julgam os seus servidores fora do quadro dos regimes políticos;

146 As emendas sugeridas eram as seguintes: construção de monumentos comemorativo da Proclamação da República, denominação de uma estação ferroviária Saldanha Marinho e a impressão de selos do Governo Provisório à época da Proclamação da República (SANDES, 2000, p. 199).

147 O Globo, 1º de dezembro de 1925.

Resolve declarar feriado em todo território nacional, o dia 2 de Dezembro corrente data em que se comemora o centenário do nascimento do ex-Imperador D. Pedro II. Rio de Janeiro, 1º de Dezembro de 1925, 104º da Independência e 37º da República – Arthur da Silva Bernardes. – Affonso Penna Junior.¹⁴⁸

No decreto, vemos, mais uma vez, que Pedro II era homenageado como um “grande brasileiro”, “exemplo e lição de sua raça”, detentor de “altas e raras virtudes”, independentemente do regime que “serviu”. A Monarquia aparece como momento de “progresso material e moral do Brasil”, e a República se congratulava e se enobrecia com tal ato de patriotismo. Mas as iniciativas oficiais do governo de Bernardes não pararam por aí, incorporando também outra demanda, presente no projeto de Pinho, que era trocar o nome da estação da Estrada de Ferro da Central do Brasil, para Estação Pedro II, sua designação inicial. A alteração do nome da estação foi feita em uma grande solenidade, com direito à inauguração de um busto do imperador e à presença do ministro da Viação, Francisco Sá, e do diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, Carvalho Araújo¹⁴⁹. Assim, com as “bençãos da República”, como apontou Lucia Guimarães (2007, p. 179), o imperador era incorporado “definitivamente, ao panteão cívico da Nação”. No interior da Estação Central, a partir de então, Estação D. Pedro II, o busto do ex-imperador, com suas longas barbas, passava a figurar dentre vultos reconhecidos da engenharia brasileira, como de Mariano Procópio, Christiano Ottoni, Pereira Passos e Paulo de Frontin.

Outro grande evento foi a inauguração da estátua do imperador na Quinta da Boa Vista, e que fixava no bronze o imperador “em seu caráter de amigo da ciência, estudioso e protetor da cultura intelectual”¹⁵⁰, representado de pé, com um livro na mão esquerda, e a mão direita pousada sobre o peito, uma disposição frequentemente adotada pelo imperador, principalmente após 1870, quando passou a encarnar os trajes e costumes mais simples do “monarca-cidadão”.¹⁵¹ Uma representação que procurava valorizar as virtudes de um homem, interessado na ciência, na cultura, enfim, de um “professor dos brasileiros”, cujo livro é seu grande símbolo.

A participação do governo nas comemorações da Capital Federal, apesar da polêmica levantada pelo projeto Pinho, ocorreu. Honras militares foram prestadas na missa na Catedral, na inauguração da estátua na Quinta da Boa Vista, e também no traslado dos ataúdes para Petrópolis, no dia 4 de dezembro pela manhã, no trajeto entre a Catedral e a Estação Ferroviária da Praia Formosa. O prefeito da cidade de Petrópolis,

148 Idem.

149 Jornal do Brasil, 03 de dezembro de 1925.

150 Idem.

151 Segundo Lilia Schwarcz (1999, p. 333), a posição da mão direita metida na casaca foi consagrada pelo imperador francês, Napoleão Bonaparte, e adotada por D. Pedro II em suas imagens, a partir da segunda metade do século XIX.

CAPÍTULO 10 MEMÓRIAS DA MONARQUIA NOS ATRIBULADOS ANOS 1920

Joaquim Moreira, recebeu as urnas e, dizendo-se “sem palavras”, terminou por solicitar a todos os presentes que, de joelhos em silêncio, prestassem homenagem à memória dos ex-imperadores.¹⁵² O gesto inusitado, impossível de se imaginar ocorrendo na capital republicana, marcava de uma forma bem característica, a chegada dos restos mortais daquele que foi seu fundador.

De um presente carregado de afetividade e emoção, passando pela utilização da imagem do imperador para representar um passado liberal e exemplar, que tornou possível a evolução republicana e, assim, sua elevação ao panteão nacional, percebe-se um intenso processo de “patrimonialização” desse personagem, permitindo, dessa forma, que em 1925, apesar das polêmicas, tivéssemos uma estátua do imperador inaugurada na Quinta da Boa Vista e o reconhecimento do nome do imperador como patrimônio nacional, como no decreto assinado por Bernardes.

Se inúmeras foram as manifestações e comemorações realizadas no dia 2 de dezembro de 1925, a quantidade de textos produzidos sobre o imperador e seu reinado supera, seguramente, a marca de 2.000 páginas. Esse conjunto de textos produzidos pela imprensa e pelo IHGB abarca, inclusive, os acontecimentos da proclamação da República, todo o processo em prol da revogação do banimento e traslado dos despojos imperiais, além dos eventos de 1921 e 1925. Trata-se, com certeza, da maior produção acerca dessas temáticas, realizada na Primeira República, em um momento específico. A despeito dos inúmeros textos extremamente laudatórios à figura do último imperador, o material produzido traz também algumas avaliações com tom mais crítico, que ressaltam justamente os elogios exagerados ao comemorado. Não nos estenderemos aqui em uma análise desse material, apenas destacaremos que o farto material publicado na imprensa brasileira demonstra claramente a relevância da temática, ou seja, a Monarquia continuava em alta nas páginas dos impressos, em um verdadeiro *boom* do passado imperial, tendo como figura principal o último imperador. E o IHGB aproveitaria muito bem tudo isso, publicando volumosas edições de sua revista, a partir de material selecionado na imprensa.¹⁵³

Em reação às homenagens prestadas ao imperador em 1925, não poderíamos deixar de mencionar o livro do jornalista e advogado Carlos Sussekind de Mendonça, *Quem foi Pedro II. Golpeando, de frente, o “saudosismo”* foi publicado em 1929,¹⁵⁴ com o objetivo de confrontar “as apologias de encomenda” sobre o imperador, produzidas no âmbito das comemorações, a pedido do “último reduto do ‘sebastianismo’ brasileiro”,

152 Tribuna de Petrópolis. 06 de dezembro de 1925.

153 Em 1925, o instituto publicou duas obras: um tomo especial de sua revista dedicado à transladação dos restos mortais dos imperadores, ocorrida em 1921, e a obra *Contribuições à biografia de d. Pedro II*, que englobava artigos de diferentes autores sobre sua vida e reinado, e deixaria suas marcas na historiografia brasileira, especialmente o capítulo escrito por Oliveira Vianna intitulado “A queda do Império 1887-1889”; foi publicado em 1925 com o título *O ocaso do império*.

154 Uma segunda edição do livro foi lançada em 1930.

o IHGB. O livro reuniu os artigos publicados por Sussekind na “Semana Pedro II”, em 1927, promovida pelo jornal A Esquerda, de Pedro Motta Lima (SANDES, 2000, p. 204-205). Por fim, outra voz dissonante foi a do jovem antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre.¹⁵⁵ Da conferência sobre D. Pedro II,¹⁵⁶ na Biblioteca do Estado de Pernambuco, no bojo das comemorações de dezembro de 1925, emergiria a imagem do “imperador cinzento”, que trocou a coroa pela sobrecasaca e cartola pretas, e, em meio aos livros “perdera de vista o Brasil: um Brasil que o queria não de cartola, mas de coroa [...]. Um Brasil que o queria mais para ver o cetro, reinando e a cavalo, como um São Jorge de verdade” (FREYRE, 1944, p. 133). Na avaliação de Lilia Schwarcz (1999, p. 427), a análise de Freyre foi uma das primeiras a interpretar a troca da “coroa pela cartola” como um ato que colocava em risco a própria existência da realeza, pois colocava em relevo a “incompatibilidade entre as expectativas do povo e a nova figuração do imperador”.

Mas, se muito foi publicado, pouco ou quase nada se fez em relação ao mausoléu. Os caixões foram alocados na catedral de Petrópolis, no espaço reservado para a construção do mausoléu, com uma singela decoração. Mais de uma década passaria até sua inauguração, quando o imperador voltaria novamente a ser alvo das atenções do governo republicano, porém, no âmbito de uma ampla política cultural, desta feita sob a égide do Estado Novo de Getúlio Vargas.

CONCLUSÃO

Em um dos artigos que escreveu sobre os passeios do Conde d’Eu e do príncipe Pedro pelo Rio de Janeiro, o intelectual maranhense Viriato Correa nos dá uma impressão preciosa sobre esses dois personagens: “[...] com um tom de democracia nas atitudes e na voz, a mão estendida numa camaradagem republicana, [...] [era] uma decepção verificar que os príncipes eram homens como nós outros”.¹⁵⁷ As palavras do jornalista concentram a ideia de que tais personagens deveriam ter um quê de maravilhoso, de algo fora do comum, porém, despidos de rituais e vestimentas majestáticas, apresentando muito vezes comportamento informal e roupas triviais, acabavam inserindo tons de democracia em suas imagens e relações. Observações semelhantes foram feitas sobre o

155 Com apenas 25 anos, Freyre havia acabado de retornar de uma temporada de estudos fora do país (1918-1923), durante a qual foi aluno de célebres nomes das ciências sociais, como Franz Boas, revolucionando sua percepção acerca da sociedade brasileira (ALMEIDA JUNIOR, 2003).

156 A conferência foi publicada em 1944, sob o título “A propósito de Dom Pedro II”, junto com outros artigos de Freyre sobre grandes personalidades brasileiras (como Euclides da Cunha, Oliveira Lima e Manuel Bandeira), pela editora José Olympio, como parte da *Coleção Documentos Brasileiros*, dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa.

157 “O Marido da Redentora”. Por Viriato Corrêa. Correio da Manhã, 21 de janeiro de 1921.

CAPÍTULO 10

MEMÓRIAS DA MONARQUIA NOS ATRIBULADOS ANOS 1920

rei belga, Alberto I, e serviram de mote para se criticar o presidente Epitácio Pessoa. Ou seja, do rei Alberto ao Conde d'Eu, passando pela reabilitação da imagem de D. Pedro II, tais ressignificações da realeza, em meio a uma república em crise, seriam como um fosforo em um rastro de pólvora, agindo como elemento central para alavancar uma revisão de valores e identidades.

Porém, em um primeiro momento, a perspectiva comemorativa liquidou qualquer partidarismo ou disputa política ainda existente em relação à revogação do banimento, e a recepção dos corpos do imperador e da imperatriz, em 1921, significou o enterramento do tom crítico às narrativas acerca dos caóticos primeiros anos republicanos, sempre trazidos à tona quando se discutia o banimento. Esse passado sensível finalmente “passava”, na forma do recebimento dos despojos dos imperadores. Mais do que se reconciliar com a Monarquia, a República tornava-se, ela mesma, tão magnânima quanto o imperador fora, trazendo-o para casa sob seus auspícios, o que significava recebê-lo como “grande homem”. Um aspecto que não poderia ser desconsiderado, donde a importância de se prestarem a seu corpo honras de chefe de Estado, mesmo que suavizadas através de alguns detalhes cruciais, como a supressão de símbolos da Monarquia nos funerais e a ausência do próprio chefe do Executivo, representado por outras autoridades do governo e por sua esposa e filha. No caso, o não comparecimento de Epitácio Pessoa deve ser interpretado também como uma forma de evitar qualquer tipo de polêmica em torno da recepção, mas que, de qualquer forma, demonstrava as disputas em torno da celebração de outras memórias e de outros “grandes homens”.

Daí o importante papel do IHGB, especialmente nas comemorações de 1921 e 1925, como mediador entre os representantes da República e da Monarquia, atuando como um grande mestre de cerimônias em um diálogo constante com o governo republicano. A instituição, que se retraiu após a proclamação da república – sendo considerada, durante um bom tempo, um reduto de monarquistas –, foi aos poucos recuperando seu prestígio. O lugar prestigioso de organizador das cerimônias foi habilmente e rapidamente preenchido pela casa, que, através de sua revista, procurou também organizar uma memória de tais eventos que privilegiasse as matérias na imprensa que o construíram como um acontecimento fraterno e coeso.

Ator político relevante, a imprensa foi um dos principais instrumentos do IHGB para demonstrar a importância de Pedro II no cenário nacional, e suas páginas podem e devem ser consideradas como “lugar de memória” por excelência das construções acerca do imperador e seu reinado. O importante, no entanto, é destacar que, salvo algumas exceções, o discurso da imprensa, tanto em 1921 como em 1925, aprofundou e cristalizou a imagem de Pedro II como “grande homem”, e da Monarquia como o período que cumpriu sua missão histórica de manter o país unido, preparando-o para a República.

Contudo, no intervalo de pouco mais de três anos, as tensões políticas e sociais produziram “outra República”. Em 1925, o regime encontrava-se assoberbado de críticas e envolto em uma profunda crise, deixando expostas suas fragilidades, suas dificuldades e suas perspectivas de futuro. Todavia, através dos atos do governo de Artur Bernardes, o nome de Pedro II retornou ao frontispício da Estação Ferroviária Central do Brasil, junto com um busto, em que era representado com suas longas barbas. O imperador em trajes civis, com seus livros e sua pose de intelectual, também foi materializado em bronze, na estátua confeccionada pelo IHGB, inaugurada também nesse momento.

Enfim, consolidava-se cada vez mais a imagem do Pedro de Alcântara cidadão de valores republicanos, cujo mausoléu, inaugurado algumas décadas depois, encarregou-se de gravar em vitrais, pinturas e mármore, os marcos de seu reinado e de sua figura na memória nacional.

Capítulo 11

ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO: SOBRE A CRISE DO LIBERALISMO NOS ANOS 1920

Em 14 de junho de 1920, morria, em Munique, por complicações da gripe espanhola, o sociólogo Max Weber. Um dos mais prolíficos e influentes intelectuais do início do século, Weber havia, poucos anos antes, em 1917, cunhado uma das expressões mais repetidas e analisadas pelos pesquisadores de sua obra: o desencantamento do mundo (*Entzauberung der Welt*). Não se tratava, claro, de uma constatação de uma decepção com o mundo, mas, sim, de uma progressiva cultura de racionalização do mundo, desligando o reconhecimento da realidade (material e histórica) de uma mistificação ou de uma superstição e o ligando à razão (WEBER, 2006, p. 30). Uma forma mais clara, talvez, de tradução desse conceito, fosse o desenfeitiçar do mundo. Esse conceito estava relacionado a uma imagem progressiva da história, uma imagem voltada à secularização e que não previa uma saturação ou uma superação da razão como medida de análise, apontando para a técnica e a burocracia como elementos-chave dessa lógica.

Uma década após a morte de Weber, Freud escreve um de seus textos mais festejados, *O Mal-estar na Civilização* (1997). Nele, o austríaco analisa o nascimento da civilização e identifica instintos centrais em sua origem: o do amor, voltado à união das pessoas em comunidades, e o da morte, ou a inclinação para a agressão (FREUD, 1997, p. 68), que age na contramão dessa união, exigindo um dispêndio de energia para ser suprimido e superado, permitindo, assim, que a civilização aflore. Freud localiza, no nascedouro da civilização, um sacrifício de liberdade (ligada ao instinto de morte) em favor da segurança do indivíduo e da espécie, possibilitando que uma liberdade ligada à ideia de comunidade seja concebida. É uma tese que dialoga também constantemente com seu próprio contexto de produção, ou seja, com a década de 1920. Como Zygmunt Bauman descreveria, o mal-estar aludido

no título do estudo de Freud resume a reclamação da elite europeia do *fin-de-siècle*: “para desfrutar dos dons gêmeos da liberdade social e da segurança pessoal, é preciso jogar o jogo da sociabilidade segundo regras que negam livre curso à luxúria das paixões” (BAUMAN, 2003, p. 27).

Ambos os conceitos, o do desencantamento do mundo e o do mal-estar na civilização, propõem visões sobre o que pode ser considerado o fenômeno da modernidade. Os pouco mais de dez anos que separam essas reflexões assistiram a uma movimentação de ideias e de ações na Europa que teve reverberação em todo o mundo e iria moldar, de forma indelével, as décadas seguintes. O que os dois conceitos evidenciam, nesse processo de agitações políticas e intelectuais, é uma preocupação com um embate entre a segurança e a estabilidade, por um lado, e a liberdade e o progresso, por outro. Mais do que isso, essas manifestações do campo intelectual buscam apreender também uma certa constatação emocional bastante presente no período que apontava para a melancolia, o medo e a insatisfação frente ao sistema dominante nas grandes potências europeias e, também, em outras partes do mundo (como o próprio Brasil). A economia emocional (FREVERT, 2011, 2013) da década variava da excitação cultural (o período fervilhava com os movimentos artísticos modernistas) ao temor com as crises que se apresentavam e a melancolia direcionada a um período longínquo, o qual a “modernidade” não havia tocado.

A década de 1920 é percebida, em larga medida, como a década do declínio: declínio da civilização (europeia), declínio do capitalismo (ainda que os Estados Unidos vivessem uma década de ouro, até que a crise de 1929 os jogassem também na crise), declínio do liberalismo. Emocionalmente todas essas percepções estavam conectadas e geravam uma reação frente à incerteza que a própria ideia de modernidade manteve longe nas décadas anteriores. Como a metáfora de Donatella di Cesare ilustra:

Quando se fala em modernidade, pensa-se em um trem que, depois de cada estação, retoma seu caminho acelerando. Ele carrega os passageiros que o esperam felizes à beira dos trilhos. Alguns sobem na primeira classe, outros na segunda, alguns até na terceira. Para todos, porém, o trem leva a luz da razão. Tolhe seus antigos preconceitos, elimina usos e costumes herdados do passado, suprime o peso da tradição, liberta-os do julgo da religião. No trem, os passageiros se tornam finalmente sujeitos autônomos, egressos do secular estado de menoridade, capazes de questionar tudo o que lhes diz respeito, a começar pelas próprias vidas. Não existem mais imposições, vínculos e coerções. Os passageiros se retiram do passado sem melancolia. Cheios de esperança, confiam no barulho do trem que se projeta em direção ao progresso (DI CESARE, 2019, p. 34).

Essa crença inabalável na modernidade, no progresso, na liberdade e na razão começava a ser questionada já na segunda metade do século XIX, com o surgimento daquilo que se chamou de “questão social”, que se refere à percepção do lugar e da

conformação de uma classe trabalhadora urbana que está intrinsecamente relacionada com a ascensão de um capitalismo industrial e que é oprimida pelas estruturas que se moldam nesse contexto.¹⁵⁸ A percepção da questão social levantava dúvidas sobre os caminhos da modernidade e sobre a justiça do sistema capitalista, e gera as primeiras grandes manifestações intelectuais voltadas a pensar uma outra modernidade, pensar “modernidades alternativas” (AARÃO REIS, 2006). Mas o liberalismo dominante parecia sofrer poucos abalos reais, sustentado pelos interesses da burguesia industrial e dos impérios coloniais. Teorias socialistas e anarquistas, além de experiências pontuais (da qual a Comuna de Paris é a mais relevante), contrapõem-se à ideologia dominante, mas os rumos do trem da modernidade pareciam inexoráveis. Ao menos até que a Europa e o mundo se defrontassem com as crises que a Primeira Guerra Mundial evidenciou e provocou.

As transformações que começam a ser gestadas durante a guerra e especialmente no imediato pós-guerra colocam em xeque o liberalismo, particularmente a democracia parlamentar e o liberalismo econômico. Além disso, a eclosão da Revolução Russa e da Revolução Alemã de 1918-19 colocam em evidência a modernidade alternativa do socialismo, fermentando a ala do campo intelectual e político que se via diante de um “perigo vermelho” e que passava a buscar por caminhos que possibilitassem, a um só tempo, a superação do liberalismo e do socialismo e sua denúncia da luta de classes. Entre os esforços, chegou-se à concepção da ideologia que completaria a “trinca” ideológica principal da primeira metade do século XX: o fascismo e suas variantes. A década de 1920 se configura, dessa forma, em um processo constante de atrito e de desgaste da concepção liberal de mundo em sua relação com essas duas modalidades de “modernidades alternativas”. Esse processo estava ainda intrinsecamente ligado a um sentido geral de decadência que levava os indivíduos a uma constante busca por uma visão de mundo, como Herman Hesse descreveu, em 1926: “Estes são os sinais da vida mental de nosso tempo: um enfraquecimento dos sistemas herdados, uma procura incessante por novas interpretações da vida humana, o florescimento de seitas populares, profetas, comunidades e o desenvolvimento das mais fantásticas superstições” (HESSE, 1994, p. 366).

158 A Questão Social se refere à percepção do lugar e da conformação de uma classe trabalhadora urbana que está intrinsecamente relacionada com a ascensão de um capitalismo industrial e que é oprimida pelas estruturas que se moldam nesse contexto. O que acontece de novo nesse processo é que, “no século XIX, essa situação é apreendida não mais apenas como política, mas também social, não apenas com a Política, mas também com a Sociedade. Pela primeira vez, problemas sociais são vistos e discutidos como questões de ordem que atingem a comunidade como um todo” (GÖHLER, 2002, p. 417). Nesse ponto é que se fundamenta o senso comum que era difundido na Primeira República brasileira de que a questão social era um caso de polícia, uma vez que a prioridade, por aqui, era a repressão de quaisquer possibilidades de manifestações sociais que viessem dessa nova classe de trabalhadores urbanos.

Partindo da percepção de que o sistema herdado da democracia parlamentar liberal estava no centro da incapacidade das repúblicas e monarquias ocidentais superarem suas crises, ideologias autoritárias começam a ganhar espaço e credibilidade no debate público. Como sublinhou Hannah Arendt, essa paralisia, coligada às crises que eclodem, “transformou as maiorias adormecidas, que existiam por trás de todos os partidos, numa massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias (liberais) eram vãs” (ARENDR, 2000, p. 365). O desenvolvimento da cultura de exceção, no rastro da Primeira Guerra, e a economia emocional que a acompanha (ligado ao medo, à frustração, ao ódio e à melancolia) estão na base dessa nova condição. Se pensarmos com as obras de Weber e de Freud que abrem este texto, são a racionalização e o desencantamento do campo político que estão no centro das críticas. As emoções e a ação passam ao primeiro plano das reflexões, e formas de trazer esses elementos para a base política das nações, circulando o “parlatório” do parlamentarismo liberal e o vagar das decisões, passam a ser discutidas de forma incessante. Em outras palavras, o dispositivo da ditadura, a política autoritária e a violência passam a ser vistos como possibilidades reais para o ordenamento dessas sociedades, para a superação das crises e para a mudança da condição emocional dominante.

A CRISE DA MODERNIDADE NOS TRÓPICOS

Os ventos melancólicos que sopravam na Europa chegavam também na República Brasileira. Tinham menos força, é verdade, mas era apenas natural que um sistema largamente inspirado nas ideias e modelos do hemisfério norte acusasse também o seu desgaste, e que esse desgaste fosse discutido entre os intelectuais. Como aponta José Murilo de Carvalho, são duas as principais tradições republicanas que compuseram, em uma miscelânea de argumentos e justificativas, o ideário republicano brasileiro quando da fundação da República: a norte-americana e a positivista francesa (CARVALHO, 1990). Mas, apesar da influência exterior, a “nação brasileira” carecia de unidade, carecia de um sentimento nacional propriamente formado, o que viria a ser perseguido por intelectuais e comentaristas durante toda a Primeira República – em vão. Será apenas no Estado Novo, com as possibilidades abertas por um projeto autoritário de poder, que se lançaria um projeto de *nation building*, buscando dar ares de unidade ao Estado-nação brasileiro (LIEBEL, 2018). A falta de unidade, argumentavam os comentaristas, não era “apenas” sentimental e identitária; era também social, cívica e econômica, camuflada por uma estrutura política e jurídica que ordenava e regulava o país, mas não o unificava. Como comentou Alberto Torres, ainda em 1914,

Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhes má e insuficiente instrução.

CAPÍTULO 11 ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

Ora, nós carecemos alcançar a linha da civilização contemporânea; e, para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surpresas do futuro (TORRES, 2002-b, s./p.).

Sem a unidade identitária que poderia colocar em andamento um projeto republicano de estilo jacobino, a República brasileira restava sobre as bases de um entendimento de Estado e de administração resultante de uma mescla de positivismo e liberalismo, um híbrido que defendia a prerrogativa das liberdades individuais, econômicas e políticas, implantava o federalismo com vistas à autonomia dos estados federados, eleições diretas e não censitárias, em uma busca pela realização da soberania popular, mas também dava centralidade ao Estado na condução dos assuntos públicos, garantia a separação de poderes e a laicidade do Estado, bem como o fortalecimento do poder legislativo, ainda que possibilitasse certo hipertrofismo do Executivo, tanto em termos federais quanto estaduais. As oligarquias, que caracterizavam o núcleo de poder da Primeira República, estavam alicerçadas em dinâmicas próprias no plano local (coronelismo) e nacional (conciliacionismo de interesses). Na descrição de Claudia Viscardi,

Entre as características dos regimes oligárquicos que estavam presentes na Primeira República, podemos destacar: o parentesco e a lealdade pessoal como critérios para o recrutamento político; a estabilidade baseada na contenção de minorias oposicionistas; o uso de instrumentos extralegais para a manutenção de privilégios e benesses; a prática de relações políticas tradicionais que não levavam em conta a meritocracia como mecanismo de ascensão política; a presença de expedientes autoritários, usados com o fim de se manter o poder concentrado nas mãos dos mesmos grupos; e, por fim, a presença de uma maioria politicamente apática, que não se interessava em integrar a comunidade política (VISCARDI, 2019, p. 290-291).

Esse regime republicano passa, durante toda a década de 1920, por um processo de desgaste intenso. As causas são várias e advêm de diferentes espaços e grupos sociais. O desgaste econômico é sempre salientado, uma vez que a economia, largamente dependente da exportação do café, sofre com o abalo das políticas de retenção na Europa no pós-guerra. Após dois anos de grande procura internacional pelo café brasileiro, em 1918 e 1919, a retenção fiscal e os juros altos que caracterizam as políticas de recuperação econômica dos países europeus levam à crise brasileira. “A reversão provoca uma queda nos preços de commodities em geral, mas atinge particularmente o café por razões exatamente contrárias àquelas que haviam feito subir seu preço em 1919, ou seja, escassez de oferta e crescimento de demanda” (FRITSCH, 1993, p. 5). A depreciação da moeda e a inflação são profundas e demandam ações do governo para buscar a revalorização do café e um possível reequilíbrio da economia

nacional, mas ocasiona também um desequilíbrio fiscal que, de certa forma, favorece a indústria nacional (o que será, também, determinante, no decorrer da década).

Para além dos aspectos econômicos, a política dos arranjos internos dessa oligarquia dominante sofre contestações, tanto por parte de atores próprios dessa dinâmica – como a Reação Republicana contra a candidatura de Artur Bernardes (FERREIRA & PINTO, 2019) – quanto de atores externos, provenientes de grupos sociais que se articulavam e iniciavam transformações evidentes no campo público brasileiro. Nesse aspecto, o liberalismo que compunha as bases do regime republicano brasileiro passa a ser questionado em nome de outras visões de modernidade, inclusive, como o estudo clássico de Maria Helena Capelato demonstra, de liberais “alternativos”, que defendiam que o “velho liberalismo tinha de ceder lugar a outro mais modesto e parcimonioso, renunciando ao propósito ilusório de proporcionar aos homens todas as liberdades, contentando-se em lhes assegurar umas poucas liberdades fundamentais” (CAPELATO, 1988, p. 22). O crescimento da importância dos empresários e industriais durante a década, aumentando também o peso das dinâmicas urbanas na política nacional e da “questão social”, diversifica as ideias em torno do liberalismo. Em São Paulo, por exemplo,

a imprensa paulista participou do debate travado entre os adeptos mais fervorosos da liberdade econômica (os liberais agraristas), os que admitiam exceções de acordo com as circunstâncias (liberais não agraristas) e os defensores do protecionismo (os industriais). O acompanhamento dessa polêmica permite concluir que, divergências à parte, os três grupos eram decididamente contra a proposta de controle efetivo da economia pelo poder central (CAPELATO, 1988, p. 59).

Apesar dessa variedade interna ao campo liberal, a visão de que o liberalismo estava desgastado e que outros modelos eram necessários para que o país solucionasse as diferentes crises ganhava espaço.¹⁵⁹ A modernidade liberal chegava a um impasse

159 No cenário mais amplo, essa busca por um caminho que transpassasse os obstáculos que surgiam com as variáveis e complexidades da própria modernidade leva a uma fragmentação da ideia de liberalismo que pode ser observada pela multiplicidade de definições, designações e partidos que surgem entre o final do século XIX e os anos 1920 na Europa. Liberal-conservador, liberal-democrata, social-liberal, liberal-democrata-cristão; as variantes e visões de mundo que se conformam e ancoram a uma base liberal se proliferam e surgem em diferentes países. Antes de uma contradição, essa proliferação que ocorre em meio a uma reconhecida crise do liberalismo pode ser percebida como a busca por uma solução, uma equalização do liberalismo que se contrapusesse às modernidades alternativas que ganhavam força no período. Com esse propósito, até mesmo uma forma de organização transnacional voltada ao diálogo e à colaboração entre os liberais foi tentada, em 1924, com a fundação da Entente Internationale des Partis Radicaux et des Partis Démocratiques Similaires, um protótipo do que viria a se tornar, em 1948, a Internacional Liberal (BEYME, 2013a, p. 326). Há, portanto, um reconhecimento daquele estado de coisas, daquela economia emocional que guiava aquela modernidade para a mudança, para a ruptura. Mas as palavras no meio liberal tendiam a girar em torno de fórmulas da representação democrática e de suas instituições. As ações enérgicas, as paixões e vontades que prometiam rupturas definitivas eram alheias ao campo liberal.

CAPÍTULO 11

ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

no Brasil com as mudanças econômicas, políticas e sociais que se verificavam, e as alternativas que se abriam, em especial na Europa, adentravam o país como promessas e profecias que poderiam mudar a perspectiva nacional. As críticas ao liberalismo se acentuam em um embate que terá seu ápice na década seguinte.

A caracterização das duas principais alternativas que se apresentam, o antiliberalismo socialista e o antiliberalismo conservador (incluindo o de influência fascista), bem como suas manifestações no Brasil da década de 1920, são o objeto das páginas que seguem.

ANTILIBERALISMO SOCIALISTA

Quando irrompe a década de 1920, a modernidade alternativa do socialismo parecia na dianteira da corrida pelo futuro. Em um processo de maturação conceitual e organizacional, as diferentes linhagens socialistas haviam acabado de conseguir sua maior vitória até então, com a Revolução Russa de 1917. No Brasil, o cenário ainda era incipiente, mas engendrava espaços para se desenvolver. A perspectiva que se abria, entretanto, ainda estava diretamente vinculada com o pensamento europeu, e as estratégias de expansão e de organização se alinhavam, quase automaticamente, com aquelas pensadas no hemisfério norte.

A experiência anarquista, que teve grande influência no final do século XIX e início do século XX no meio urbano brasileiro, é um exemplo. Em São Paulo, por exemplo, seguindo-se à expulsão dos anarquistas da Segunda Internacional, pequenas organizações anarquistas começam a se reunir e divulgar a ideologia por meios impressos. Nos primeiros anos do novecentos, já era possível detectar organizações e publicações anarquistas para muito além da capital paulista, em cidades como Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza (TOLEDO, 2007, p. 58-62). A relação do poder com essas organizações, fosse na cidade que fosse, era sempre a mesma: a repressão e a prisão dos militantes. Esse expediente segue e se intensifica, assim como as manifestações ligadas aos grupos anarquistas, anarcossindicalistas e, cada vez mais presentes, socialistas. Em 1917 elas chegam em um novo patamar com a organização de greves, que refletiam, também, um espectro mais amplo da situação dos trabalhadores no mundo. Em São Paulo, essas greves

se tornariam o símbolo não só da miséria social vivida pela classe trabalhadora no período, mas também de rebeldia e revolta de mulheres e homens que compunham a força de trabalho da cidade, e dos anos de guerra mundial que já pesavam sobre todos. Os conflitos propagaram-se a partir do Cotonifício Crespi, com cerca de 2 mil trabalhadores, e em pouco tempo congregaram 50 mil pessoas numa cidade de 400 mil habitantes (FRACCARO, 2017, p. 77).

No caminho até a década de 1920, os operários se organizariam em associações mutualistas, sindicatos e, por vezes, partidos políticos que não chegaram a ter a

representação desejada ou mesmo a penetração ambicionada junto às classes populares. Entretanto, como destaca Cláudio Batalha, essas tentativas tiveram a marca do sindicalismo reformista e dialogavam, de forma consistente, com as teorias e ideias de fundo marxista, o que “denota a existência de uma consciência em parcelas do operariado que está além dos limites da consciência sindical” (BATALHA, 1990, p. 124). Nesse processo, até que as ideias socialistas de matiz russa se estabelecessem plenamente em território brasileiro e se tornassem hegemônicas, a formulação da modernidade alternativa socialista e seus debates mais concentrados no antiliberalismo seguiu, à distância, seu desenvolvimento europeu.

A ação, nesse campo, torna-se um primado discursivo. É assim que, em meio às discussões sobre as especificidades conceituais do marxismo, a ideia de ditadura surgia com a naturalidade de uma necessidade histórica. As origens dessa discussão remontam ao próprio Marx, quando ele rompe com o individualismo inerente ao idealismo e propõe a prioridade do social sobre o individual,¹⁶⁰ estimulando uma gama de intérpretes e de movimentos que por vezes têm diferenças sutis, mas que se arvoram na mesma linha teórica. Essas diferenças ficam evidentes nos congressos das Internacionais que são organizadas para direcionar os pensamentos acerca da superação da questão social e a transposição histórica da modernidade (e aqui, pode-se dizer, esse princípio se converte, passo a passo, em uma ideologia teleológica, e a solidariedade, propagada como princípio fundamental pela Primeira Internacional, é convertida em estratégia política transnacional). Estado, violência e experiência comunal se tornam pontos de disputa, e mesmo experiências concretas e seus resultados são examinados de formas diferentes de acordo com cada linha.

É o que acontece, por exemplo, com a Comuna de Paris, o exemplo mais palpável da experiência socialista no século XIX. Marx iria perceber na tomada do poder pelos *comunards*, ao final do conflito franco-prussiano, uma primeira atitude proletária real em direção ao rompimento com a estrutura capitalista e em direção à ditadura do proletariado, mas que não se refere a ela diretamente por ter sido abortada antes de se configurar em poder de fato. Marx concebe a Comuna como uma primeira lição do fazer revolucionário, e destaca que seu maior ensinamento seria o de quebrar o Estado, a burocracia e o Exército, pois apenas dessa forma uma vitória do proletariado seria possível (MARX, 2011). Engels (1891), por sua vez, já veria um esboço da ditadura do proletariado desenhado na Comuna, enquanto Lenin (2017), em seus estudos sobre o Estado, verá na Comuna a primeira manifestação histórica real da ditadura, afirmando que as estruturas de dominação não devem ser propriamente quebradas, mas substituídas por estruturas proletárias. Já Bakunin (2011), em seus

160 Para Edmund Wilson (2003), mais do que a estrutura filosófica, a importância de Marx está na retórica revolucionária, algo que só seria possível, segundo ele, a um judeu, que substitui a figura oprimida do judeu pela figura oprimida do operário em suas reflexões e em sua narrativa.

CAPÍTULO 11 ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

escritos sobre a Comuna (ele teve a chance de observar *in loco* os desenvolvimentos em solo francês), defende que ela demonstra o princípio anarquista de que o Estado não pode ser um elemento na revolução proletária, e que a organização está além da própria revolução:

Contrariamente a esse pensamento dos comunistas autoritários, segundo a minha opinião completamente errôneo, de que uma revolução social pode ser decretada e organizada, seja por uma ditadura, seja por uma assembleia constituinte, emanada de uma revolução política, nossos amigos, os socialistas de Paris, pensaram que ela não podia ser feita, nem alcançar seu pleno desenvolvimento, senão pela ação espontânea e contínua das massas, dos grupos e das associações populares (BAKUNIN, 2011, p. 123).

Não é à toa que três dos conceitos que vão causar mais rupturas na história marxista, especialmente na virada do século XIX para o XX, são “revolução”, “partido” e “ditadura”, conceitos que se mostram centrais na condução dos movimentos e que determinam diferentes formas de abordagem pelos militantes.¹⁶¹ Para além do anarquismo e do anarcossindicalismo, dominante entre 1895 e 1914 e principal ator da Internacional Autonomista, movimento alternativo à Internacional marxista (TUCHMAN, 1990, p. 146), os movimentos políticos ligados ao pensamento socialista se dividiram em inúmeras variantes, por vezes com características francamente nacionais, apesar do caráter internacional e transnacional do fenômeno socialista.

A vitória da Revolução Russa de 1917, entretanto, coloca a ideia de ditadura do proletariado na dianteira das reflexões sobre a “modernidade alternativa” do socialismo, deixando para trás as tendências republicanas e democratas (reformistas) que passaram a dominar alas da socialdemocracia, especialmente na Alemanha de Kautsky. Nesse ponto, é necessário sublinhar que a democracia liberal, que era a base de sistemas republicanos, como a República de Weimar ou a República francesa, encara os anos de 1920 como um sistema em permanente descrédito e ameaça. Essa instabilidade estava vinculada, por um lado, aos partidos comunistas que, alinhados à proposta revolucionária que vinha de Moscou, pregavam o fim da democracia burguesa liberal e a ascensão de uma ditadura do proletariado. A República brasileira também terá, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, contato mais direto com a modernidade alternativa de matiz leninista. De fato, a questão conceitual da ditadura vai de encontro diretamente à ideia de liberalismo, e não necessariamente de democracia, como a reflexão de Norberto Bobbio esclarece:

161 Apenas como um exemplo desse grande debate – que é, de certa forma, um debate em torno da ação frente a um imobilismo melancólico – Löwy reflete sobre as críticas benjaminianas sobre a socialdemocracia nos seguintes termos: “Benjamin criticava a atitude de espera, o imobilismo desses sociais-democratas de inspiração neokantiana, que esperavam com uma calma divina, confortavelmente retraídos numa temporalidade vazia e homogênea, a chegada inevitável de uma ‘situação revolucionária’ que evidentemente não chegará jamais (LÖWY, 2019, p. 48).

o contraste entre o regime soviético e os regimes ocidentais não é um conflito entre democracia e não democracia, ou entre maior ou menor democracia, mas entre regime ditatorial e liberal. Em suma, não é por uma maior democracia (tanto no sentido de governo pelo povo quanto de governo para o povo) que o liberal se vangloria diante do comunista, mas por uma maior liberdade, que, para o liberal, é o pré-requisito (ele pode estar certo ou errado, mas deve ser provado) do próprio funcionamento da democracia. É válido confirmar que a polêmica frase de Lenin: “A democracia proletária é mil vezes mais democrática do que qualquer democracia burguesa”, que pode soar excessiva, mas não é contraditória, soaria falsa se a mudássemos para esta outra: “A democracia proletária é mil vezes mais *liberal* do que qualquer democracia burguesa” (BOBBIO, 2005, p. 340-341).

A fundação do PCB, em 1922, e seu automático alinhamento com a Internacional Comunista demonstram a centralidade que a Rússia adquiriria nos anos seguintes à revolução na condução da questão socialista no mundo. A Revolução Russa pode ser apontada como princípio aglomerador do PCB, criado por “um grupo de intelectuais e operários que formavam agrupamentos comunistas no Rio de Janeiro, em São Paulo, No Recife e em Porto Alegre [...] que havia abandonado o anarquismo e o anarco-sindicalismo [...] motivados pelos acontecimentos de 1917” (DALMÁS, 2013, p. 185). Além disso, a própria legitimidade do partido, em meio a outras associações e representações dos trabalhadores, era pautada justamente por sua relação direta com os preceitos e a liderança apresentados na III Internacional de 1920, ou seja, tornava-se a voz da revolução socialista internacional entre os trabalhadores brasileiros. Em fins de 1922, Antonio Bernardes Canellas foi escolhido como representante do PCB na IV Internacional, na qual buscava o reconhecimento do partido junto ao movimento internacional. Sua atuação, entretanto, levou ao reconhecimento do PCB apenas como agremiação simpatizante da Internacional, o que causou certo constrangimento e protelou a “oficialização” do partido até 1924 (DEL ROIO, 2003, p. 90-91).

Destaca-se, nesse processo de criação e de estabelecimento do PCB, o esforço cultural que foi feito para que o socialismo marxista-leninista tivesse um maior alcance em território nacional, promovendo a tradução de obras dos principais líderes da Revolução Russa e dos textos da IC. Esse processo acompanhou, da mesma forma, a dinâmica que se operava na própria Rússia. Assim, após a morte de Lenin, em 1924, as cisões entre as direções que a corrente bolchevique tomava e a dissidência de Trotsky se manifestavam também nos trópicos, e diferentes grupos de variadas orientações acabaram por expor o PCB (e, em certa medida, uma certa “esquerda” brasileira) aos perigos de uma fragmentação (DEL ROIO, 2003, p. 91 et seq.). A ligação direta com a IC e essas variações ideológicas caracterizam a década do ideal da modernidade alternativa do socialismo no Brasil. A busca por uma representatividade homogênea e por uma hegemonia no campo por parte do PCB não foi alcançada, e vem ainda a sofrer novo abalo com a ascensão do “prestismo” no final da década. É inegável,

CAPÍTULO 11 ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

entretanto, que o PCB conseguiu remodelar o campo da esquerda nacional, e mesmo Prestes que, depois de liderar o movimento contestatório que levava seu nome entre 1924 e 1927, tornava-se uma estrela ascendente no final da década de 1920, ao fundar a Liga de Ação Revolucionária, “tivera o cuidado [...] de enfatizar o papel do proletariado e do ‘seu partido, o PCB’” (AARÃO REIS, 2014, p. 270).

A primeira metade da década de 1930 viria alterar, ainda, o panorama em torno dessa linhagem antiliberal de fundo socialista com a ascensão, em grande parte do Ocidente, de uma linha antiliberal autoritária conservadora, particularmente, com vistas ao sucesso que o fascismo italiano lograra na década de 1920. A linhagem fascista demora a se organizar no Brasil, sendo a Ação Integralista Brasileira fundada apenas em 1932. Mas uma série de discussões e de reflexões em torno do autoritarismo conservador se desenvolvem ainda na década de 1920, muito em decorrência do que era discutido e vivenciado na Europa sobre o tema. Via-se, assim, uma segunda corrente se estruturar como contraposição à modernidade, e no Brasil as denúncias de certo “exotismo” do liberalismo ganhavam espaço e se mesclavam com o medo da ascensão socialista.

ANTILIBERALISMO CONSERVADOR/FASCISTA

Pensadores dos campos conservadores e reacionários europeus se propunham também uma nova modernidade, motivados pelo advento da revolução de 1917 e pelo imobilismo que resultara, em seu olhar, das revoluções de 1789 e 1848. Nesse sentido, o politólogo Klaus von Beyme, em seu estudo sobre os conservadorismos na tradição política europeia, faz uma escala de movimentos, visões de mundo e linhas de pensamento desse campo que apontam para uma confrontação com a modernidade reconhecida no liberalismo. Além dos conservadores do *status quo* (uma linha que parte de Burke) e do *status quo ante* (reacionários), destaca-se na escala de Beyme o grupo dos conservadores revolucionários, particularmente fortes na década de 1920. Essa definição não se diferencia das outras necessariamente pelo pensamento ou por elementos ideológicos, mas principalmente pelos meios sugeridos na luta política (BEYME, 2013b, p. 16), ou seja, pela violência na retórica e pela defesa da força como alternativa válida em busca da conformação da ordem social por eles defendida e da ruptura com a ordem ditada pela modernidade liberal.¹⁶²

A violência e a tendência autoritárias se mostram características determinantes dessa nova linha, que surge em meados do século XIX, fermenta nas duas primeiras décadas do século XX e vai culminar no nazi-fascismo no poder. Essa tendência ao acirramento do discurso e das práticas não é, por óbvio, um fenômeno exclusivo do conservadorismo. No campo ideológico, diferentes linhas progressistas e conservadoras

162 Para uma reflexão sobre o uso do conceito de revolução em relação aos movimentos de direita e extrema-direita na Europa da primeira metade do século XX, ver: ROLLEMBERG, 2017.

passam a concorrer pela hegemonia discursiva, ao mesmo tempo em que práticas e ações cada vez mais violentas são observadas tanto no centro da Europa, com as múltiplas rebeliões e revoluções, como também – e principalmente – longe da Europa, onde a lógica imperialista se vê livre para perpetrar uma violência física, discursiva, psicológica e econômica sobre os povos dominados. Esse permanente incremento e naturalização do uso da violência na esfera pública tem também sua influência no desenvolvimento de visões de mundo revolucionárias conservadoras, e ganha ímpeto no pós-guerra, com as crises que caracterizam o ambiente político mundial. Há, é claro, aqueles que, como Thomas Mann, percebem a guinada cada vez mais violenta dos movimentos e ideologias conservadores e passam a defender a democracia contra a ameaça do autoritarismo violento. Quando o então ministro das relações exteriores alemão, Walther Rathenau, foi assassinado, Thomas Mann criticou o terror e o obscurantismo sentimental que conduziam parte da população alemã a um abismo moral, passando de crítico a defensor da república e da democracia liberal (GÖRTERMAKER, 2005, p. 51). Mas o escritor alemão era uma das poucas exceções.

Em meio ao surgimento e ao fortalecimento da ideologia comunista, resultando na revolução de 1917, e em meio à ascensão e estagnação dos princípios liberais, democráticos e parlamentares, novos focos de pensamento conservador surgem e se desenvolvem, com uma inclinação cada vez maior à violência. As conjunturas nacionais acabam determinando as características dos movimentos conservadores autoritários e também o sucesso ou o fracasso de cada um deles a partir da década de 20. Se na França, por exemplo, a vitória na Primeira Guerra Mundial deu uma sobrevida à República e aos (contestados) ideais liberais, eclipsando minúsculos movimentos de caráter fascista e mesmo a ideologia monarquista-cristã conservadora de Maurras, na Alemanha a derrota na guerra e o Tratado de Versalhes são continuamente apontados como fundamentais para a ascensão do nazismo, seu racismo eliminacionista e ultranacionalismo. Na década de 1920, entretanto, é o fascismo italiano que ganha projeção e serve de modelo e de base de reflexões para pensadores conservadores em todo o Ocidente. Em suas descrições sobre a doutrina fascista, Mussolini enfatiza o caráter antiliberal do fascismo:

Anti-individualista, a concepção fascista da vida enfatiza a importância do Estado e aceita o indivíduo apenas na medida em que seus interesses coincidam com os do Estado, que representa a consciência e a vontade universal do homem como uma entidade histórica. Opõe-se ao liberalismo clássico, que surgiu como uma reação ao absolutismo e exauriu sua função histórica quando o Estado se tornou a expressão da consciência e da vontade do povo. O liberalismo negava o Estado em prol do indivíduo; o fascismo reafirma os direitos do Estado como expressão da essência verdadeira do indivíduo (MUSSOLINI, 2019, p. 16-17).

O papel do Estado, a transcendência da representatividade da vontade popular, o autoritarismo, o líder, o anticomunismo, o antiliberalismo, o nacionalismo palingenético,

CAPÍTULO 11 ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

o racismo e o fim da “luta de classes”. Esses temas se transformam em uma espécie de estrutura que organiza as reflexões dos intelectuais conservadores, que não necessariamente se alinhavam com o conservadorismo revolucionário fascista, mas que viam na possibilidade autoritária um caminho para o desenvolvimento nacional brasileiro. Tais reflexões estavam também condicionadas ao contexto brasileiro, que via ainda de forma bastante incipiente a formação de uma política de massas. De fato, como caracterizou José Murilo de Carvalho, antes de massas o que podia ser observado na Primeira República era uma “república feita de repúblicas” populares, na qual “os setores populares reagiam, acionavam o sentido integrativo de solidariedade e concretizavam suas próprias experiências de vida numa sociedade autogovernada [...] [mas] não consegue[m] forçar a criação de políticas públicas nem alcança[m] a democratização da República” (SCHWARCZ et al., 2019, p. 149). Esse fator, a um tempo excludente e interruptor da formação das massas, explica também, de forma parcial, a razão dos esforços anticomunistas no Brasil terem sido modestos, na década de 1920, em relação àqueles na Europa, algo que só viria a ser modificado na década seguinte, quando o levante comunista de 35 fornece uma representação “real” ao “perigo vermelho” em solo brasileiro (MOTTA, 2002, p. 6). É na Igreja que esse anticomunismo encontraria, na década de 20, alguma ressonância significativa, diante do posicionamento antirreligioso e internacionalista propagado pelos antiliberais socialistas. Mas a constituição de um campo público que envolva e que se pautar por uma política de massas ainda era algo distante da realidade brasileira.

Entre os antiliberais conservadores, a década de 20 assistiu a um intenso debate sobre o nacionalismo brasileiro, i.e., sobre a constituição do povo brasileiro, sobre o exotismo do liberalismo em terras nacionais e sobre a função do Estado na organização nacional. Esse princípio torna-se mesmo um lugar-comum entre os intelectuais brasileiros dos anos 1920-30, a percepção de um “desacordo entre o ‘idealismo republicano’ expresso na Constituição de 1891, e a ‘realidade nacional’” (BRESCIANI, 2007, p. 311). Esse antiliberalismo conservador que surge na década de 1920 dá origem ao que José Luis Bendicho Beired chama de nova direita:

Acentuadamente antiliberal, nacionalista, estatista e corporativista, essa direita nacionalista era essencialmente nova: rompia integral e declaradamente seu compromisso com o padrão da direita preexistente no Brasil –caracterizada pela adesão às práticas oligárquicas nos marcos do Estado liberal– ao mesmo tempo em que se sentia profundamente envolvida com as transformações que agitavam o mundo (BEIRED, 2007, p. 14).

A variedade de autores e de linhas é grande, incluindo autores modernistas, como Cassiano Ricardo e Plínio Salgado (que viria a fundar, na década de 30, a versão mais aproximada do fascismo que o país desenvolveria, o integralismo), até jornalistas, como Azevedo Amaral e seu autoritarismo modernizante/industrial. Nessa década,

entretanto, é justo destacarmos o pensamento e a atuação de dois nomes centrais na cena autoritária nacional: Oliveira Vianna e Francisco Campos.

A seleção de ambos para análise demonstra também características distintas do pensamento autoritário brasileiro que persistem ainda hoje, como representantes que compartilham ideias e valores, mas que se distanciam na interpretação e na condução desse princípio autoritário. Nesse sentido, Oliveira Vianna e Francisco Campos se destacam naquilo que Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 93) caracterizou como “autoritarismo instrumental”, que, em linhas gerais, pensava as sociedades europeias e norte-americanas (liberais) como a modernidade a ser atingida, mas que, devido a questões históricas, estruturais e sociais, o Brasil não apresentava as bases necessárias para alcançar. A solução, nessa lógica, seria um regime autoritário que corrigisse as mazelas nacionais, formatasse uma unidade e preparasse o terreno para a modernização nacional. Nesse processo, claro, a superioridade dos intelectuais era celebrada, autoproclamados, com certa condescendência, como leitores privilegiados da realidade nacional. Dessa forma, o autoritarismo conservador e instrumental brasileiro autoriza, com vistas ao processo modernizador, a aplicação da violência e de elementos específicos do autoritarismo e do conservadorismo revolucionário que se apresentam na Europa do período, mas não se compromete com suas ideologias ou se espelha nos partidos que lá surgem.

Oliveira Vianna, apoiando-se em princípios da sociologia do período, na crença no progresso e na história como grande farol do conhecimento (e, dessa forma, projetor de luzes mas também de modelos a servirem de inspiração), consegue se destacar entre os pares, produzindo monografias sobre a condição social, política e racial da nação brasileira, ensaios e artigos na imprensa que debatiam os rumos da política nacional e defendiam, com alguma veemência, o caminho autoritário. Sua escrita se utiliza de metáforas e de alegorias que explicitam as mazelas do federalismo e do parlamentarismo liberal. Como descreve Maria Stella Bresciani,

se nas décadas de 1910 e 1920, Oliveira Vianna lança mão de figuras de linguagem de grande apelo estético e afetivo, seria por partilhar a convicção no seu poder de comunicação. Ao unir a imagem ‘realística’ do ‘país ganglionar’ à imagem dos ‘ingênuos d’alma estetas de Constituições’, conseguiria contrapor, de maneira explícita, ciência e romantismo, verdade objetiva e idealização fantasiosa. Induziria também de forma subliminar a que se tomasse uma posição definida entre duas opções – ficar entre os ingênuos ou alinhar-se com os que elegeram a ciência para seus objetivos pragmáticos? Menosprezar as ameaças de fragmentação do país ou aderir firmemente a um projeto político, cujo objetivo inquestionável seria o de assegurar a integridade da nação e seu fortalecimento? (BRESCIANI, 2007, p. 318-319).

Nessas bases, Vianna estruturou seu pensamento e obra e, na primeira metade da década de 1920, já se colocava entre os principais pensadores de uma

CAPÍTULO 11 ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

modernidade autoritária, de fundo conservador-modernizante. Seu antiliberalismo e antiparlamentarismo ficavam evidentes, por exemplo, em *O Ocaso do Império*, monografia de 1925 encomendada a ele pelo IHGB. A estranheza liberal (a hipertrofia do individualismo, na verdade) se contrapunha a uma falta de unidade e de base cívico-social (e racial) no país. Essa falha podia ser observada por Vianna já no período monárquico, e, ao comentar sobre o Gabinete Zacarias, sentencia:

Vê-se que faltava a Zacarias a mentalidade do homem de Estado. Foi talvez um grande chefe de partido, mas é certo que nunca foi, nem podia ser, um estadista. O verdadeiro estadista, como observa um biógrafo de Hamilton, pratica a política da colmeia, ao passo que os “políticos” praticam outra política – a política da abelha. No primeiro, tudo se subordina ao interesse coletivo. Nos segundos tudo se subordina ao interesse individual (VIANNA, 1990, p. 26-27).

Já em *Evolução do Povo Brasileiro*, de 1923, o sociólogo expõe as razões (sociais, étnicas e políticas) para essa falta de unidade, lançando teses e sugestões para sua superação: “socialmente – a tendência colonizadora para os chapadões centrais; etnicamente – a evolução arianizante dos nossos grupos miscigêneos; politicamente – o movimento para a centralização, para a ascendência do poder central” (VIANNA, 1956, p. 5). O poder central, o cidadão brasileiro e a raça brasileira se tornam assim uma espécie de tripé do pensamento de Vianna. A natureza da cidadania ganha contornos peculiares quando o cidadão fardado é invocado em suas reflexões:

Depois de examinar a teoria do ‘cidadão fardado’ – que pretendia justificar o direito de oficiais militares fazerem política, de serem, na arena política, cidadãos iguais a quaisquer outros – e de indicar como criava ela uma situação de desequilíbrio entre os de farda e os de casaca, ao se estabelecer um conflito entre eles, Oliveira Vianna mostra a incompatibilidade radical entre a psicologia do militar e os princípios pelos quais se desenvolve, no país, a ação partidária. A causa do desequilíbrio, para ele, repousaria no sentimento muito vivo da dignidade da farda e em uma extrema sensibilidade dos militares à ofensa (PORTO, 1990, p. 12).

O conservadorismo de Oliveira Vianna se expressa, em primeiro lugar, em uma condescendência dirigida ao “povo miscigenado” nacional, o que aponta para a necessidade de um governo autoritário de feições nacionais para que a índole da ordem e da responsabilidade seja incutida na população, superando-se dessa forma o erro da transplantação direta de uma modernidade liberal, gestada e projetada em outras civilizações, na sociedade nacional. Por outro lado, reforça-se seu conservadorismo ao se conceber o Estado como centro necessário desse processo de “reordenamento” e outorgar à elite nacional a dianteira nesse processo (tal elite concebida em termos raciais “superiores”, como argumentado em *Populações Meridionais do Brasil* [1920/2005]

e em *O Tipo Brasileiro e seus Tipos Formadores* [~1931/1991], a partir da raça ariana, subdividida em “vários tipos étnicos que, por seu turno, tem cada um o seu tipo mental” [1991, p. 43]). Há, portanto, um caráter explicitamente conservador na argumentação de Vianna e dos pensadores autoritários que o rodeiam, e um caráter modernizante, visto que o autoritarismo seria também um meio para a busca da “modernidade” técnica, industrial e social.

Tal aspecto tem também ligação com a concepção de um Estado corporativo, temática na qual Vianna foi um dos pioneiros no Brasil e, possivelmente, seu maior projetor. Sua concepção do corporativismo foi extensamente influenciada pelos teóricos franceses, italianos e, em especial, pelo romeno Manóiesco (VIEIRA, 2010, p. 34 et seq.), que teve sua obra *O Século do Corporativismo* traduzida por Azevedo Amaral na década de 1930.¹⁶³ Mas já na década de 1920 ganhavam destaque os autores corporativistas e a experiência corporativista do Estado italiano. As primeiras indicações dessa inclinação pelo corporativismo em Vianna podem ser observadas, ainda de forma incipiente, já em obras como *Populações Meridionais do Brasil* (1920/2005) e *Evolução do Povo Brasileiro* (1923/1956), e de maneira mais contundente em *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*, de 1922. Ele se torna mais frequente “entre 1925 e 1928 para o caso dos artigos referentes ao tema, presentes em *Problemas de Política Objetiva* (1947), editado em 1930. O problema do corporativismo torna-se, a partir de então, quase constante nos escritos de Oliveira Vianna” (VIEIRA, 2010, p. 32). O desenvolvimento da questão corporativista colocou Vianna no centro das discussões sobre a constituição da nova ordem, preocupada, a um só tempo, em contornar a “questão social” brasileira e alavancar o país rumo à modernidade. Ele se torna, assim, intelectual incontornável nas análises da estrutura “orgânica” projetada para o Estado Novo varguista.¹⁶⁴

Da mesma forma que Oliveira Vianna, Francisco Campos foi um intelectual central para a constituição do Estado Novo varguista, na década de 1930. E, também como Vianna, o autoritarismo conservador de Campos denuncia o exotismo do liberalismo em terras brasileiras como algo a ser superado, mas concebendo o autoritarismo como o projeto mais apropriado para a nação. Nesse sentido, o autoritarismo de Francisco Campos, ainda que tenha muitos pontos de contato com o de Vianna, é pautado por uma perspectiva permanente, de corte constitucionalista, manifestando-se em sua produção intelectual e também em sua atuação política, como membro do Parlamento. Na linha de Francisco Campos, os pensadores autoritários “explicavam o autoritarismo moderno como fruto das condições históricas geradas pelas sociedades industriais

163 Sobre essa tradução e a relação de Azevedo Amaral com o conceito de corporativismo, ver: GOMES, 2012.

164 Além dos demais textos supracitados, destaca-se, na análise das influências de Oliveira Vianna, o competente artigo de Fábio Gentile (2019).

CAPÍTULO 11 ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

de massa, marcadas pelo conflito social extremo, diante do qual as relações privadas eram mecanismos insuficientes” (NAPOLITANO, 2019, p. 288).

Pensar sua atuação na década de 1920 implica, sempre, ter em mente que Francisco Campos será o grande artífice do Estado Novo, da Constituição de 1937 e da concepção do que ele chamaria de “democracia autoritária”, de caráter francamente populista, legando ao líder autoritário uma capacidade de transcendência (i)material e de se guiar pelo “primado do inconsciente” (CAMPOS, 2001, p. 19), decidindo, como personalização nacional, em favor da vontade da nação. Na sua base constitucionalista, sua concepção da política em termos teológicos e na sua ênfase no decisionismo, podemos encontrar um diálogo entre Francisco Campos e outro jurista, o alemão Carl Schmitt (ver LIEBEL, 2015). Essa ligação, entretanto, tem aproximações e afastamentos que se relacionam, em particular, ao conceito de exceção.

Como sabemos, tanto a Alemanha quanto o Brasil viveram momentos turbulentos nas décadas de 1920 e 1930. A exceção se torna praticamente uma norma, localizada entre sua base jurídica parcamente fundamentada e sua adoção altamente política. Nos anos finais da Primeira República brasileira, particularmente a partir de 1922 (ver GASPARETTO JÚNIOR, 2019, p. 260 et seq.), e da República de Weimar, o instrumento foi utilizado na contenção de diferentes crises, e se torna a norma de fato e por doze anos, a partir de 1933 na Alemanha. Mas as discussões sobre a natureza e o caráter do expediente do estado de sítio demarcaram profundamente os debates dos dois lados do Atlântico. É o que acontece, por exemplo, na atuação parlamentar de Campos. Ao defender o dispositivo do estado de sítio e uma (teoricamente) necessária relação orgânica entre os interesses da nação e o governo, o então deputado declarava, em sessão plenária no Congresso Nacional em 1925:

É este estado de sítio [...] que tem garantido ao país, senão a substância do regime, pelo menos essa aparência de majestade que a República deve ter, consagrando no Governo não a autoridade dos homens, mas a autoridade da Nação; consagrando no Governo não os programas do partido, mas os interesses comuns, que não se deixam dividir e classificar em grupos, em facções, em partidos, ou em quaisquer arregimentações efêmeras e provisórias, que todas elas, Sr. Presidente, podem ser órgãos da Nação, mas quando funcionando dentro dos limites prescritos pela vontade nacional, por intermédio das leis, a todas as atividades pacíficas (CAMPOS, 1979, p. 93).

O que Campos proclama aqui, na bancada do Congresso Nacional, é a impossibilidade de se praticar uma política de interesse nacional diante da ação da oposição, do dissenso ou da resistência. Nesse sentido, Francisco Campos flerta bastante de perto com um autoritarismo constitucional, e não apenas instrumental, como na classificação de Wanderley Guilherme dos Santos. É, como classifica Helena Bomeny, um antiliberalismo de convicção (BOMENY, 2010), no qual o jurista defendia que “o

princípio de liberdade não garantiu a ninguém o direito ao trabalho, à educação, à segurança. Só o Estado forte pode exercer a arbitragem justa, assegurando a todos o gozo da herança comum da civilização e da cultura” (CAMPOS, 2001, p. 59).

Essa defesa, por um lado, da ação do Estado forte e, por outro, da transcendência da ação do líder como intérprete e vetor privilegiado da vontade da nação repercute, em boa medida, em uma desmobilização que caracteriza o Estado Novo, suas estruturas político-sociais e extrema centralização. Por outro lado, indica também uma busca por uma modernidade alternativa, não no espelho do liberalismo, mas em seu combate. Nesse processo, Campos indica a necessidade, em tempos de sociedades de massas, do abandono dos racionalismos, de um retorno a um princípio sensível, emocional, pautado por uma inteligibilidade e interpretação dirigidas. Em 1935, diria que

Somente o apelo às forças irracionais ou às formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em regime de Estado. O Estado não é mais que a projeção simbólica da unidade da Nação, e essa unidade compõe-se, através dos tempos, não de elementos racionais ou voluntários, mas de uma cumulação de resíduos de natureza inteiramente irracional (CAMPOS, 2001, p. 20).

Francisco Campos, com essas percepções da modernidade, reflete também Weber e Freud, citados no início do texto. Não em termos intelectuais ou de referência direta, mas na interpretação própria de seu tempo. O clamor por um reencantamento do mundo, na forma de uma teologia política, estava ligado de forma indissociável à percepção da crise da modernidade liberal e do tipo de racionalidade que a caracterizava. Está ligado também a uma percepção do mal-estar da modernidade, ou da civilização, no vocabulário freudiano, diante do qual a violência ganha espaço para que certa “liberdade de ação”, voltada para a realização de um projeto autoritário de unidade, seja alcançado. Em Campos, toda a estrutura de Estado – e de violência – está voltada, de forma quase providencial, à conciliação social e à harmonia da unidade. É a expressão da angústia do aparente imobilismo liberal refletido no clamor carregado emocionalmente pela ação.

CONCLUSÃO

Nós, na América, estamos mais próximos do triunfo final sobre a pobreza do que qualquer país antes na história.

(Herbert Hoover, Discurso de aceite da candidatura republicana à presidência, 1928)

Esse panorama geral sobre a década de 1920 e a crise do liberalismo pode aparentar como um retrato rasteiro de uma história que aponta para o liberalismo

CAPÍTULO 11 ENTRE A PALAVRA E A AÇÃO

como grande vilão naquela década, mas que “venceria” todos os adversários e assumiria, triunfante, a posição de “ideologia dominante”. Tal interpretação pode ser reforçada inclusive por uma imagem, largamente disseminada hoje, de que os regimes democráticos liberais são preferíveis às ditaduras autocráticas. Como vimos aqui, há cem anos, essa ideia não era tão popular. Existiam variados movimentos, ideias e ideologias que se formavam e que buscavam se apresentar como “solução” às crises que se apresentavam, uma gradação bastante grande, de extremo a extremo, que compõe um mosaico variado e de impossível apreensão em poucas páginas.

Na década seguinte, o cenário aqui apresentado se torna ainda mais difícil para as democracias liberais. Como o clássico estudo de Huntington (1993) demonstra, a primeira onda de expansão da democracia liberal no globo atingia 29 países democráticos no ano de 1922, mas as sucessivas crises do pós-guerra levaram esse número a 12 em 1942. A crise que se abate no mundo com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, fecha uma década de tremendas variações e oscilações, apontando, definitivamente, para mudanças em praticamente todo o mundo.

Se a dicotomia apresentada no título deste capítulo é uma falácia, já que não existe oposição necessária nem natural entre a ação e o discurso (sendo mesmo o próprio discurso um tipo de ação), ela foi largamente propagada e eficientemente utilizada. Uma modernidade que já não era nova, pelo contrário, que já se apregoava uma tradição, o liberalismo viu sua imagem ser erodida. Reminiscências de uma cultura de exceção gestada e vivenciada aqui persistem ainda hoje, demonstrando que mesmo após novas guerras (quentes e frias) e décadas de crises e de superações, genocídios permanentes e perseguições, a ação emocional (e violenta) ainda consegue atrair multidões, deixando emudecer a palavra e a liberdade.

Capítulo 12

POR UM MODERNO SALTEADO: QUESTÕES PARA A HISTORIOGRAFIA DA MODERNIDADE ARTÍSTICA NO BRASIL

**João Brancato
Fernanda Pitta**

“Estou farto de falar e de ouvir falar de modernismo [...]. Se em 2022 ainda se lembrarem disso, então sim”.

Manuel Bandeira¹⁶⁵

Inevitavelmente, falar de cultura no Brasil na década de 1920 é falar de modernismo. Para exaltar a produção vasta e canônica, que perpassa as artes visuais, a literatura, a arquitetura e a música, ou citar o famoso Grupo dos Cinco – Anita Malfatti, Mário e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Menotti del Picchia – fala-se em modernismo. Para revelar as produções regionais, anteriores, concomitantes ou derivadas do movimento paulista, como no Pará, Minas Gerais, Pernambuco ou Rio Grande do Sul, bem como para relembrar os nomes que atuaram junto ao grupo consagrado, mas que foram postos à margem pelos próprios contemporâneos, fala-se em modernismo. Mesmo para investigar a produção artística majoritária da década de 1920, não alinhada com as diretrizes modernistas e bem representada pela capital da época, embora difundida (desigualmente) por todo o território nacional, fala-se em modernismo, procurando explicar o esquecimento acarretado pelas investidas de seus adversários e da historiografia posterior.

O projeto modernista de 1922 logrou-se de tal modo vitorioso nas narrativas históricas do Brasil que, ao contrário do que acontecia na época de seu aparecimento, não é mais o passado que lhe faz sombra e catalisa o desenvolvimento de si mesmo. Hoje, o próprio projeto – subsumido pelo “ismo” modernismo – faz sombra ao seu passado artístico, à produção que lhe antecedeu. Sua

165 Entrevista a Manuel Bandeira em 1952. Cf.: COELHO, 2012, p. 89.

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

consagração ao longo do século XX inverteu os termos da lógica temporal, tão caros ao ofício do historiador: os critérios dos sujeitos e fatos do futuro passaram a orientar a percepção sobre os sujeitos e fatos do passado. Em outras palavras, sua percepção é pautada pela lógica da teleologia. Tudo o que foi produzido anteriormente passou a ser compreendido sob a chave do tradicional, juízo então tido por negativo, sinônimo de convencional, conservador, imitação europeia.

No senso comum, os efeitos dessa operação historiográfica são notáveis. Se perguntamos a alguém um grande nome brasileiro na pintura, a resposta é quase invariavelmente Tarsila do Amaral ou Candido Portinari. Na escultura, Aleijadinho – nome em boa medida erigido e construído pelos modernistas como uma origem da arte nacional (BAUMGARTEN & TAVARES, 2013). Na música erudita, Heitor Villa-Lobos, e na arquitetura, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Na poesia, nomes como Gonçalves Dias ou Castro Alves talvez sejam lembrados por alguns, mas Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Vinícius de Moraes seguem líderes no panteão brasileiro. Apenas na literatura de prosa pode-se dizer que o pódio do cânone é dividido com escritores não pertencentes ao movimento, como Machado de Assis. Ainda assim, nomes como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Clarice Lispector inevitavelmente seguem associados ao legado modernista. Se ainda hoje, entre alguns, a leitura sobre o Modernismo produz essa sombra ao seu passado, é possível dizer que ele também serviu como luz para o seu futuro, uma espécie de orientação para uma geração de intelectuais e artistas que o sucedeu, bem representada, na década de 1960, por Hélio Oiticica e sua obra *Tropicália*, na companhia de teatro de José Celso, na nova música popular em torno do Tropicalismo ou no Cinema Novo (COELHO, 2012, p. 100).

Esse movimento de retomada cultural é parte e fruto de um processo mais amplo de consagração do modernismo de 22 na cena nacional ao longo do século XX, construído não sem disputas por meio de inúmeras ações. Dentre elas, é possível destacar: o trabalho constante da imprensa, mediante a veiculação de notícias e críticas de arte antes, durante e depois da Semana de Arte Moderna, prolongando-se na divulgação das subseqüentes comemorações dos decenários (BOAVENTURA, 2008; COELHO, 2012); o patronato estatal, vide a importância da atuação de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde durante o Governo Vargas (CARDOSO, 2019, p. 273-277); as conferências famosas como a de Mário em 1942 ou a de Oswald em 1945, que buscaram fazer um balanço do movimento (COELHO, 2012, p. 68-82); iniciativas acadêmicas, em torno da revista *Clima*, por exemplo, na qual atuaram nomes como Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza, mais tarde fundamentais para a integração da coleção e arquivo de Mário de Andrade à USP (SIMIONI, 2013, p. 8-9; CARDOSO, 2019, p. 279-281). Nos anos de 1940, a institucionalização de obras e artistas por meio de exposições, que acompanhou o processo de legitimação da

arte moderna mediante a programação dos recém-criados museus como o MASP, os Museus de Arte Moderna do Rio e de São Paulo, além da realização das Bienais, com suas premiações e salas especiais dedicadas aos artistas associados à Semana. Na década de 1970, a publicação de inúmeras histórias, antologias e biografias em torno dos principais nomes modernistas também garantiu não só a popularidade do grupo, mas também solidificou sua autonarrativa (COELHO, 2012, p. 114-115; SIMIONI, 2013, p. 8-9). Por fim, a atuação dos governos federal e do estado de São Paulo na promoção de comemorações no cinquentenário da Semana, incluindo desde a exposição no MASP até a publicação de revistas e livros sobre o assunto (COELHO, 2012, p. 110-114), além da entrada de obras nas coleções nacionais públicas e privadas (LOURENÇO, 1999; SIMIONI, 2013, p. 9-10).

Sob a ótica historiográfica, a compreensão do processo de consagração modernista deriva de um ponto de vista suficientemente distante para a sua revisão crítica, o que inclui desde a análise conjuntural dos agentes históricos envolvidos quanto a reinterpretação das narrativas que o sucederam. Ainda nos anos 1970, mas sobretudo a partir dos anos 1980, críticos e acadêmicos publicaram estudos reavaliando o Modernismo e sua hegemonia na história da cultura no Brasil. No campo específico das artes, esta renovação crítica ocorreu em paralelo com a emergência de uma nova historiografia na Europa, que também reavaliava a produção silenciada pelas vanguardas históricas (COLI, 2005, p. 9-10; CARDOSO, 2013, p. 308-309; SIMIONI, 2013, p. 10-12). Desde então, o trabalho em curso no Brasil vem definindo os limites do movimento modernista, desconstruindo a preeminência de sua narrativa e lançando novos olhares para a produção que lhe foi contemporânea, atentos aos debates intrínsecos dos contextos locais e não aos critérios e interesses particulares dos grupos modernistas.

Os autores do presente texto se inserem nas discussões anunciadas de revisão historiográfica da produção artística dos séculos XIX e início do XX. Assim sendo, ao longo do capítulo pretende-se questionar a construção binária da narrativa modernista, tecendo, na própria argumentação crítica, um olhar para a produção no campo das artes visuais da década 1920 que vá além das fronteiras consagradas. Como se espera demonstrar implicitamente, à luz desses debates, é possível compreender distintas experiências de modernidade, concebida como um fenômeno mais plural (MALOSETTI COSTA, 2001), e o contexto cultural da época de forma mais complexa e abrangente. Não à toa, o título do trabalho parafraseia o artista brasileiro Helios Seelinger, atuante entre o fim do século XIX até meados do século XX, que diante dos questionamentos acerca de suas filiações estilísticas responderia chistosamente ser um “salteado”, alguém não compromissado com uma única corrente artística (VALLE, 2006). Trata-se aqui, em última instância, da defesa de uma compreensão mais plural e multifacetada do processo de modernização artístico brasileiro, que se traduz em uma modernidade salteada.

A DÉCADA DE 1920

Certamente a Semana de Arte Moderna de São Paulo é um dos primeiros eventos que vem à mente quando pensamos na produção cultural do Brasil na década de 1920. Não seria necessário repassar aqui sua história, antecedentes e desdobramentos, já extensamente analisados pela bibliografia (BATISTA et al., 1972; AMARAL, 1998; BOAVENTURA, 2008). Entretanto, nunca é demais lembrar que, no que diz respeito às participações no campo das artes visuais e da arquitetura, longe de configurar um grupo coeso com uma agenda única, os integrantes da semana praticavam formas distintas e diversas de experimentação artística, num campo muito mais amplo de apostas “modernizadoras” do que as que se convencionou a associá-los posteriormente. Dos desenhos de plantas e fachadas do arquiteto Antonio Moya, que conjugavam a simplificação geométrica às inspirações revivalistas, baseadas nas culturas pré-colombianas, à maquete da *Taperinha na praia grande*, de Georg Przyrembel, de espírito neocolonial de acordo com Aracy Amaral (1998, p. 158-159), primitivismo e o passado local traziam para alguns a referência a uma cultura autóctone e “genuína”. Entre os escultores, Victor Brecheret – então em Paris desfrutando de seu pensionato garantido pelo governo de São Paulo – era representado por doze obras produzidas ainda no Brasil, como *Soror Dolorosa*, *Cabeça de Cristo* e *Ídolo*, inspiradas na poesia de Guilherme de Almeida e de clara referência Art Déco. Wilhelm Haarberg, artista alemão aqui domiciliado e ainda hoje pouco conhecido, expunha cinco esculturas em madeira marcadas pela síntese formal expressionista. A seção de pintura representava a maior da exposição, com sessenta e quatro obras, e ali também era evidente o pluralismo. Expunham artistas como Anita Malfatti – com quase um terço do total –, cuja produção realizada entre a Alemanha e os Estados Unidos e marcada pelas experimentações da pintura empastada do expressionismo alemão e o colorismo da pintura moderna norte-americana, anteriormente exposta em sua individual, seguia despertando rejeição por supostamente desconhecer por completo harmonia, cor e perspectiva”, na opinião de críticos como o que assinou sob o pseudônimo Pauci Vero Electi em A Gazeta. O mesmo que chama a Di Cavalcanti, um artista então ainda muito distante daquele que se consagraria como pintor da realidade brasileira, de “molecote”, entendendo as ilustrações da vida boêmia que apresenta com os *Fantoches da Meia-Noite* como “atentados burlescos” de quem “nunca aprendeu nada em sua vida” (BOAVENTURA, 2008, p. 256). Além deles, ainda havia as pinturas de John Graz, realizadas na Europa, e inspiradas pelo “paralelismo” de Ferdinand Hodler, segundo Amaral (1970), as de Zina Aita, igualmente marcadas pelo diálogo com vertentes “periféricas” do moderno, como o divisionismo italiano, ou ainda Vicente do Rego Monteiro, este talvez o único mais afinado com as experimentações da Escola de Paris, então também empenhado em criar uma versão local do primitivismo, inspirado nos motivos da arte indígena marajoara. Figuraram ainda obras dos hoje quase completamente desconhecidos Alberto Martins Ribeiro, J. F. de Almeida Prado e do ilustrador Ferrignac.

Além de mais uma vez lembrar a diversidade de experiências modernas ali apresentadas, também nunca é demais lembrar que foram necessárias sucessivas operações historiográficas para transformar tal evento, de proporções que hoje podem ser consideradas modestas, tanto em duração quanto em número de participantes, e que não obteve continuidade, em um marco na história da arte no Brasil, constituindo o “nó teleológico” a que aludimos anteriormente.

Mas, para além da Semana de 1922, os anos de 1920 foram cruciais para a constituição da memória dessa “primeira geração modernista”, seja pelos sucessivos eventos irruptivos, pela criação de obras icônicas ou por sua capacidade de articulação nos circuitos intelectuais e artísticos brasileiros. Trata-se de um período de profunda constituição e amadurecimento, e não por acaso o período possui muito destaque em sua história, sendo chamado por vezes de fase heroica (BATISTA, 2012, p. 250) ou “1º tempo” (BATISTA et al., 1972). Após a Semana, muitos episódios foram destacados pela historiografia, constituindo uma verdadeira teleologia do Modernismo. Por exemplo, a partida de alguns dos principais nomes para Paris, onde tomariam contato mais profundo com as vanguardas da época. Já em princípios de 1924, ano fulcral para o grupo, a chegada do poeta modernista suíço Blaise Cendrars ao Brasil, após conhecer Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade em Paris. Com os modernistas, experienciam juntos o carnaval carioca, a beleza das cidades coloniais mineiras durante a semana santa e o crescente progresso de São Paulo. A viagem é tida como fundacional para a concepção nacionalista que emerge entre eles (majoritariamente ausente durante a Semana), incidindo diretamente na escrita do Manifesto Pau-Brasil por Oswald, publicado na imprensa em março daquele ano (BOAVENTURA, 1995, p. 94, 104-105). No mesmo ano ocorreu na Academia Brasileira de Letras (ABL) o discurso icônico e antiacadêmico de Graça Aranha, um dos principais participantes da Semana, que rompe com a instituição – espaço mais representativo do cânone literário brasileiro de então. A partida do jovem Candido Portinari para a Europa em 1929, após se sagrar vencedor do Prêmio de Viagem das Exposições Gerais de Belas Artes organizadas pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) finaliza a cadeia de grandes acontecimentos da década, como a preannunciar quem assumiria o destaque do movimento modernista nos anos 1930.

É concomitante a esses eventos, mas em geral mais ou menos independente deles, que ocorre a publicação de inúmeras revistas modernistas pelo Brasil. Em geral de curta duração, circularam aquelas associadas ao movimento paulista, dentre outras, *Klaxon* (1922-23), *Terra Roxa e outras terras* (1926) e *Revista da Antropofagia* (1928-29) em São Paulo; mas também aquelas articuladas por outros grupos de artistas e agentes modernizantes, como *Estética* (1924-25) e *Festa* (1927-28) no Rio de Janeiro; *A Revista* (1925-26), *Verde* (1927-28) e *Leite Criôlo* (1929) em Minas Gerais; *Madrugada* (1928) em Porto Alegre; *Mauriceia* (1923) em Pernambuco; *Arco e Flexa* (1928-1929) na Bahia; *Maracajá* (1929) no Ceará, e *Novidade* (1931) em Alagoas (MARQUES, 2013, p. 15-17). A capilaridade dessas publicações pelo território brasileiro, embora realizadas por vezes com baixa qualidade técnica, orçamento e tiragem,

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

responde à distintas articulações de jovens artistas e produções de níveis locais, ainda que elas também tenham promovido a criação e fortalecimento de redes de sociabilidade entre jovens interessados pelas mais variadas expressões modernas. A partir da segunda metade da década, pululam manifestos por todo país – esse gênero textual tipicamente moderno –, a exemplo do Manifesto Pau-Brasil de 1924, às vezes a partir dos grupos formados pelas revistas ou veiculados nelas, mas também em outros circuitos, como o *Manifesto Regionalista*, escrito por Gilberto Freyre em 1926;¹⁶⁶ o *Manifesto do Grupo Verde*, da pequena cidade de Cataguases, em 1927; o famoso *Manifesto Antropófago* de Oswald em 1928 e o *Manifesto Nhengaçu verde-amarelo*, assinado por Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo em 1929 (TELES, 1978).

Mas se foram os anos 1920 escolhidos como ponto de início do modernismo no Brasil, como que a construir a precedência e liderança dos integrantes da semana no processo construção do moderno no Brasil, seria importante ressaltar certa arbitrariedade desse marco temporal. Dependendo do ângulo que se vê, questões que se tornariam centrais à autocelebração do movimento de 22, como o compromisso com o Nacional pelo viés primitivista, ou a experimentação formal afastada dos cânones das Belas Artes, já estavam presentes nas décadas anteriores, na produção de artistas associados ao movimento, como Vicente do Rego Monteiro (para a primeira questão) e Anita Malfatti (para a segunda), mas também de nomes que ficaram à margem das narrativas hegemônicas, como Theodoro Braga (FIGUEIREDO, 2003). Ou ainda entre aqueles que, não participando da semana, teriam seus nomes associados ao grupo modernista por toda a historiografia posterior, como Tarsila do Amaral e Lasar Segall.

Analisando a escrita da narrativa sobre o modernismo, chama a atenção a sua pretensa coerência, uma linearidade desprovida de tensões ou descaminhos. Todos os acontecimentos relevantes e destacados sobre o grupo parecem se encaminhar inevitavelmente para a atualização da linguagem estética, agora moderna, e para a temática nacional, “rompendo os elos com a tradição europeia”, em oposição à linguagem supostamente conservadora e de temas estrangeiros mantida pelas instituições oficiais – representadas, por exemplo, pela ABL e pela ENBA. Tal como um destino-manifesto, a narrativa modernista foi concebida como um vetor único da história. Seu caráter teleológico evidencia a construção feita *a posteriori*, respaldada por todo o processo de legitimação e consagração envolvidos. Sobretudo, a narrativa representa muito bem como um grupo vitorioso é capaz de dar forma à história.

Nesse sentido, também fica patente o quanto a eleição da Semana de Arte Moderna de 1922 enquanto o grande acontecimento e marco fundador da história do Modernismo era um dado pouco evidente para os seus contemporâneos. Não é objetivo deste trabalho pormenorizar as razões de sua escolha como marco ou relativizar sua importância para o

166 Teles (1978, p. 283) põe em dúvida a leitura do manifesto por Freyre no Congresso Regionalista do Nordeste de 1926 a partir das informações de Joaquim Inojosa. A primeira publicação do manifesto é tardia. Seja como for, o interesse de Freyre é da época, como se afere por sua relação com o Centro Regionalista do Nordeste.

grupo, muito menos para a cultura brasileira. Contudo, é necessário notar o quanto outros episódios, tão decisivos para a compreensão das distintas percepções do moderno na cultura brasileira quanto ela, antes ou depois do seu acontecimento, também poderiam ter sido estabelecidos como referenciais para a compreensão desse processo histórico. Assim, desde a sua realização até a consagração, a escolha de 1922 não é fortuita, mas pode ser encarada como uma tentativa de celebração alternativa da cultura brasileira no ano de comemoração do centenário da Independência do Brasil, ou uma proclamada “emancipação” artística através do “rompimento” com a tradição.

Por outro lado, é preciso destacar o que a década representou efetivamente no cenário oficial para a produção artística a fim de relativizar tanto a percepção comum de uma mudança radical nas artes, sobretudo após a Semana, quanto a pretensa univocidade do que se entendia por moderno ou modernizador naquele contexto. Para isso, vale centrar-se também em 1922, mas nas comemorações oficiais do centenário. No Rio de Janeiro, uma grande exposição universal começou a ser planejada em 1920, durante o governo presidencial de Epitácio Pessoa (MOTTA, 1992, p. 67). Em nível municipal, o prefeito Carlos Sampaio – presidente da Comissão Organizadora dos festejos – dava andamento a um grande projeto de remodelação urbana do Rio de Janeiro, sucedendo a famosa reforma Pereira Passos, com o arrasamento do morro do Castelo e o aterramento de áreas próprias para a Exposição (KESSEL, 2001, p. 60). O evento incluiria pavilhões de países estrangeiros e nacionais, estes representativos dos “progressos” e da modernização do país em diversas áreas: agrícolas, industriais, educacionais, na saúde pública etc. (MOTTA, 1992, p. 67-68). Tratava-se principalmente de aproveitar a ocasião para apresentar ao “mundo” o Brasil como uma nação moderna e “civilizada”.

A partir das informações textuais e visuais disponíveis, fica claro o quanto a arquitetura dos pavilhões brasileiros distinguia-se entre duas frentes, bastante em voga na época: o vocabulário eclético, internacional, correntemente empregado na cidade nas primeiras décadas daquele século como signo de modernização (ainda que posteriormente rechaçado como passadista pelas correntes arquitetônicas modernas que se tornariam hegemônicas nos anos 1930), e o neocolonial, cujo historicismo luso-brasileiro, igualmente moderno, vinha em crescente ascensão desde as palestras de Ricardo Severo na capital paulista em 1914 (PINHEIRO, 2011) e das recentes incursões no tema por José Marianno Filho no Rio de Janeiro no início da década de 1920 (VIANA, 2005, p. 25-29). A presença do neocolonial no cenário oficial das comemorações indica o quanto ele foi rapidamente aceito pelas elites dirigentes como uma representação moderna e original da jovem nação brasileira frente à comunidade internacional. Nessa época, a arquitetura neocolonial era aprovada por modernistas como Mário de Andrade, que louvava os esforços de Ricardo Severo e incluía, ao menos por certo tempo, o neocolonial no hall do modernismo paulista (PINHEIRO, 2011, p. 15 et seq.). Desprezar esse tipo de evidência no seio da oficialidade da Primeira República serve apenas para reforçar a (falsa) associação dela (e de suas instituições) a um eterno arcaísmo de valores e práticas – que, em última instância, legou ao período o nome de República Velha.

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

As comemorações do Centenário se estenderiam ainda pelo centro da cidade com inúmeras inaugurações e iniciativas de instituições públicas. Dentre elas, a ENBA ficou responsável por realizar uma Exposição de Arte Retrospectiva, a fim de apresentar aos visitantes o “desenvolvimento” da arte no país, e uma exposição de arte contemporânea, conhecida como o Salão do Centenário. A partir das obras expostas, o governo federal se dispôs à compra de quatro pinturas e duas esculturas de temática histórica representativas de fatos relacionados à independência do país. Não houve vencedores quanto às últimas, mas foram adquiridas as pinturas *Sessão do Conselho de Estado* de Georgina de Albuquerque, o tríptico *Minha Terra* de Helios Seelinger, *Primeiros Sons do Hino da Independência* de Augusto Bracet, e *O Precursor* de Pedro Bruno (VINCENTIS, 2015).

De todas, *Sessão do Conselho de Estado* é a mais famosa, pintada por uma artista que já possuía consagrada reputação nos meios artísticos. Trata-se de uma obra inovadora para o modelo de pintura histórica da época. Sua construção pictórica despojada, de pinceladas soltas e claras, conferindo leveza e iluminação à cena – técnica advinda da compreensão dos processos desenvolvidos pelos impressionistas franceses – diverge da fatura lisa e bem acabada consagrada nas pinturas históricas do século anterior. O tema também é bastante imprevisto: a artista escolhe como episódio importante para a independência do país uma ação protagonizada por uma mulher, a princesa Leopoldina, quando tradicionalmente essas representações sempre protagonizaram homens. Além disso, a ação de Leopoldina na cena é diplomática, se associa ao mundo da razão e da política, tradicionalmente restrito à masculinidade. De um certo ponto de vista, Georgina de Albuquerque também pode ser considerada uma modernizadora, pois subverteu as regras da pintura histórica, alçando uma mulher a uma condição de dignidade de representação antes limitada a homens, em uma época onde não havia obras do gênero produzidas por mulheres (SIMIONI, 2002).

Menos conhecido que a tela anterior, o tríptico *Minha terra*, de Seelinger, também propôs uma interpretação moderna da história do país, embora pouco comum à época. Apelando para um caráter marcadamente simbolista e sem receio de lançar mão aos empastamentos de tintas e grafismos – que o aproximam aos recursos visuais aplicados pelo pintor secessionista Gustav Klimt no fim do século XIX –, o tríptico é centrado na construção da “Nação” brasileira, supostamente representada na figura alegórica coroada do painel central. Estruturando-se a partir dos três capítulos de nossa história – colonização, império e república –, concede ao segundo o momento de libertação da nação do jugo português, via independência, conferindo protagonismo, inesperadamente, não a “grandes vultos da pátria”, mas a uma pretensa união de raças – representada nas figuras dos homens negro e branco que conduzem um terceiro homem branco ao alto, em desatados grilhões. As duas figuras da base dessa pirâmide, que parecem emergir de um mar revolto, convertido no tão referenciado “caldeirão de raças em amálgama” que seria o Brasil de então, acaba ambíguo nas conotações do que seria o “produto” dessa fusão, podendo sugerir acepções eugenistas bastante em voga na época (SCHWARCZ, 1993). Seja como for, seria esse resultado que

conduziria a Nação brasileira ao presente republicano, representado na terceira parte pela marcha a galope de militares brasileiros. Curiosamente, para o espectador da obra em 1922, suas significações poderiam coincidir tanto com a luta dos republicanos históricos de 1889 quanto aos anseios contemporâneos por renovação política promovidos pelos tenentistas.

Produções como a do círculo de Georgina de Albuquerque e Helios Seelinger estavam sendo atacadas naquela época por parte da crítica modernista a fim de consolidar um programa de oposição à pintura considerada oficial, embora as relações entre as produções de artistas do seu círculo e aqueles que se consagrariam como pertencentes aos grupos da vanguarda modernista foram mais fluidas e menos tensas – basta pensar na importância que teve Wash Rodrigues para o grupo paulista, por exemplo. A homogeneização acrítica do discurso modernista favorece o apagamento do caráter inovador de obras como *Sessão do Conselho de Estado* ou *Minha Terra*, possuidoras de um discurso ousado e que contaram inclusive com a anuência do Estado, que as adquiriu. Como as outras duas, essas obras foram enviadas para o Museu Histórico Nacional – também criado especialmente em comemoração ao Centenário (MUSEU, 2013, p. 97-105) –, onde hoje se encontram expostas. Contemporaneamente, uma obra como a de Georgina de Albuquerque constitui um caso relevante para a construção de narrativas que não sejam coniventes com a invisibilização do protagonismo feminino ao longo da história. Contudo, apenas em tempos recentes ela também pôde ser devidamente valorizada pelas qualidades próprias de suas opções estéticas – e compreendida no que trouxe de ruptura e inovação.

Ainda no Rio de Janeiro, a remodelação do espaço urbano e as comemorações do Centenário insuflaram a renovação de edifícios públicos, levando à criação do Palácio Pedro Ernesto, antiga Câmara Municipal, inaugurado em 1923, e do Palácio Tiradentes, antiga sede do poder legislativo federal, inaugurado em 1926. Construções de arquitetura eclética – em consonância com outros prédios dos arredores erguidos na mesma época, como a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal e a ENBA (hoje Museu Nacional de Belas Artes) –, receberam decorações com pinturas e esculturas em estilo afinado com as tendências então entendidas como modernas naquele círculo, fruto de encomendas públicas. Artistas consagrados com atuação no Rio de Janeiro trabalharam nessas decorações. Na pintura, Eliseu Visconti, Aurélio de Figueiredo, Rodolfo Amoedo, os irmãos Timotheo da Costa e os irmãos Chambelland são alguns nomes, além de Leão Velloso, Zacco Paraná, Cunha Mello, Modestino Kanto e outros na escultura (VALLE, 2010; GUIMARÃES & SCANAPIECO, 2016).

Hoje pouco conhecida do público, a produção decorativa cresceu muito ao longo da Primeira República, tanto na esfera privada, em lares abastados, quanto na esfera pública, subvencionada por governos para suas repartições. Dividindo-se entre representações alegóricas, plasmando valores cívicos e ideias de modernidade e progresso (VALLE, 2014), ou forjando uma história visual de cidades, federações ou da nação (FIGUEIREDO, 2003), a arte decorativa cumpriu um papel de integração com a arquitetura muito valorizado no início do século, além de possuir um tom fortemente pedagógico (VALLE, 2010; 2014), sendo

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

executada segundo as experimentações estéticas então consideradas mais avançadas. É possível afirmar inclusive que a inovação trazida pela pintura decorativa, em sua estreita relação com a arquitetura, persistiria, ainda que com modificações na linguagem, como característica da arquitetura brasileira, criando uma relação de continuidade entre a expressão eclética e a modernista. Prova disso são os famosos painéis de Portinari sobre os ciclos econômicos do país, feitos para o Ministério da Educação e Saúde entre 1936 e 1945, ou mesmo os painéis de Athos Bulcão para os edifícios de Niemeyer em Brasília.

Se durante o Império as encomendas de obras para espaços públicos centraram-se na figura do Imperador e do poder central, ao longo da Primeira República percebe-se uma clara fragmentação pela federação. De Norte a Sul do país, governantes adquiriram grandes pinturas históricas ou encomendaram programas decorativos para as sedes de palácios, algo inédito durante o império, retratando por vezes um imaginário próprio, fruto da criação de identidades regionais (VALLE, 2007) num processo que também pode ser entendido como modernizador. Um importante artista que foi capaz de gerenciar esses interesses foi Antonio Parreiras, com produções em estados longínquos de sua morada fluminense como no Amazonas e Rio Grande do Norte (STUMPF, 2014). Artistas como Belmiro de Almeida e Helios Seelinger, ambos com maior inserção no Rio de Janeiro, buscaram fazer o mesmo, garantindo grandes obras em Minas Gerais e Paraná, no caso do primeiro, e em São Paulo e Rio Grande do Sul, no caso do segundo.¹⁶⁷ Tal movimento sinaliza uma ampliação do campo de atuação para artistas que mobilizaram sua produção para além das fronteiras dos espaços dos salões da capital carioca, constituindo outras clientelas e consolidando mercados regionais.

São Paulo é um exemplo muito ilustrativo de todas essas questões, além de permitir o retorno à conjuntura dos modernistas após a Semana de 1922. A crescente industrialização do Estado e sua explosão populacional permitiram o financiamento de grandes obras na capital, que passava por um processo de reurbanização semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro (SEGAWA, 2004; LEMOS, 2020). No bojo dessas transformações pode se incluir a ampliação do Museu Paulista para as comemorações do Centenário. Apesar de se constituir originalmente como um “monumento à independência”, no início do século XX a instituição pendia mais para um museu de história natural (MATTOS, 1999, p. 124). Foi sob a gestão de Affonso Taunay – quando a ampliação foi realizada – que o museu consolidou como sua a missão de apresentar uma história do país de uma perspectiva paulista, com foco não só na celebração de São Paulo como local da independência, origem do monumento que abriga o museu, mas também e nas contribuições dos paulistas anteriores ao processo que teriam pavimentando o caminho para a construção de uma forte identidade regional, uma “paulistanidade” (MOTTA, 1992, p. 93) ou “paulistismo” (PITTA, 2013, p. 206).

167 Como as pesquisas de doutorado em andamento de Samuel Mendes Vieira e João Brancato (um dos autores desse texto) pretendem demonstrar.

Para tal, Taunay planejou um ambicioso programa decorativo em que tomaram parte artistas nacionais e estrangeiros. Dentre os brasileiros, o diretor dividiu os trabalhos entre artistas de destaque no panorama de então, elegendo-os entre professores (e ex-professores) da ENBA, como Rodolfo Amoedo (já citado), J. Baptista da Costa e os irmãos Bernardelli, e artistas paulistas com atuação e prestígio local, como Wash Rodrigues, Benedito Calixto e Oscar Pereira da Silva (MATTOS, 1999, p. 134). Apesar dos esforços de Taunay, o projeto, como tantos outros, não foi finalizado a contento para as comemorações do Centenário, se estendendo pela década (ÀS MARGENS, 1990, p. 18-20).

O que importa destacar mais uma vez é que, de forma geral, havia muito mais convivência entre os artistas consagrados pelo dito sistema oficial e aqueles alinhados ao projeto modernista. As encomendas oficiais, por exemplo, permaneceram nas mãos de artistas consagrados pelo sistema de arte institucionalizado, não havendo substancial alteração nessas dinâmicas ao menos até a década de 1930, e em maior quantidade nos anos 1940 e 1950 (AMARAL, 1998, p. 22). Conforme aponta Renata Cardoso (2019), por meio da análise das obras brasileiras encaminhadas à *Latin American Exhibition of Fine and Applied Art* em Nova York, é possível perceber essa convivência, sendo que as disputas que posteriormente separariam “acadêmicos” e “modernistas” na verdade não estariam consolidadas nem mesmo no final dos anos 30. Como frisado desde o princípio, a consolidação do modernismo como único sinônimo de modernidade em nossa cultura é um processo longo, não imediato. Do explicitado até aqui, pode-se concluir que a década de 1920 foi construída como marco pelos modernistas particularmente (e para a historiografia que o consagrou), mais do que propriamente pelos seus contemporâneos.

A ATUALIZAÇÃO DA LINGUAGEM

Ponto fundamental da crítica modernista é a sua reivindicação à atualização da linguagem estética no cenário nacional. Era preciso ser “moderno”, atualizado com a produção estrangeira de vanguarda. Em 1921, Mário de Andrade publicou a sua série de artigos *Mestres do Passado*, no *Jornal do Commercio*. O intento era, com respeito aos grandes literatos, de fato “mestres” da poesia parnasiana no Brasil, relegá-los ao passado, deixando ao presente a prática de uma nova geração, comprometida com novos valores (KIMORI, 2017). Oswald e Menotti se envolveriam em famosas polêmicas em defesa de Villa-Lobos, criticando o autor da ópera *O Guarani*, Carlos Gomes, como europeizado e passadista (RODRIGUES, 2011). Nas artes, conforme Oswald nos *Idos da Semana*, a produção associada às Academias – “academismo”, muitos se refeririam – seria apenas “a imitação servil, a cópia sem coragem e sem talento que forma os nossos destinos” (ANDRADE apud BOAVENTURA, 2008, p. 70). Era preciso, portanto, “acertar o relógio império da literatura nacional”, como ele concluiria, mais tarde, em

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

seu Manifesto Pau-Brasil (TELES, 1978, p. 270). Entretanto, o valor de atualidade não foi exclusividade dos modernistas.

É preciso reconhecer que os valores de originalidade, liberdade artística e experimentação formal também pautavam as escolhas estéticas de outras vertentes do moderno no Brasil. Embora sejam obras com interesses muito distintos, é possível comparar a nível formal *Sessão do Conselho de Estado*, de Georgina de Albuquerque, com *O homem amarelo*, de Anita Malfatti, por exemplo, a fim de perceber as diferentes noções de moderno em jogo nessas produções, superando a dicotomia criada pelo discurso triunfalista dos modernistas, que procurou separar de modo estanque “acadêmicos” e modernos. A obra *O homem amarelo* esteve presente tanto na famosa exposição da artista em 1917, famosa pela crítica de Monteiro Lobato no artigo *A propósito da Exposição Malfatti*, quanto na Semana de 1922. Mais tarde, foi comprada por Mário de Andrade, e hoje pertence ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP, que guarda a sua coleção (AMARAL, 1998, p. 172-173). A pintura é um retrato anônimo pouco convencional. A construção da figura humana não se centra na ilusão da realidade, ou seja, no virtuoso desenho, modelado e colorido que busca aproximar a pintura do mundo sensível, conforme aprendido nas academias de arte. Seu corpo é construído por linhas sintéticas, genéricas, anguladas, embora permaneça claramente como uma figura humana, e as cores, sem deixar de conferir volume através do jogo de luz e sombra, não respeitam as ideias então construídas de “realidade”. Elas são percebidas imediatamente por seu conjunto, em sua harmonização entre os planos – o homem e o fundo. O grafismo das linhas pretas e compridas, a diagonal formada pelo corpo, o gestual evidente das pinceladas marcadas na tela, os tons quentes e o olhar distante da figura criam uma impressão nervosa, conferindo movimento à obra. São características muito presentes no cenário artístico alemão do início do século, onde Anita Malfatti estudou, e que associam esta fase de sua pintura ao expressionismo (BATISTA, 2012, p. 219-220).

Como já dito, a fatura da pintura histórica de Georgina de Albuquerque também diverge dos modelos consagrados daquele gênero, que em geral buscavam esconder do espectador os registros da ação do pintor – ou seja, as pinceladas –, garantindo a “ilusão da realidade”. É possível encontrar a mão da artista na tela – como na tela de Malfatti –, seja nas vestes dos personagens, seja na natureza que invade o ambiente de interior. Se o aspecto geral é percebido como mais sóbrio, as pinceladas entendidas como menos enérgicas e o “poder de realidade” mais convincente se comparado à *O homem amarelo*, é necessário reconhecer que essa normalização dos critérios estéticos apresentados por Georgina de Albuquerque é fruto de um processo histórico, e não dada de antemão naquele contexto. Se nenhuma das artistas se afasta visceralmente da figuração, *Sessão do Conselho de Estado* hoje parece conciliar valores plásticos inovadores com aqueles que os modernistas atacavam como conservadores, especialmente uma certa noção

de verossimilhança, o que não significa que assim fosse percebida na época, apenas retrospectivamente – pois, se hoje as experimentações pictóricas de *O homem amarelo* parecem-nos mais avançadas do que aquelas apresentadas por Georgina, isso se deve a uma construção histórica que implementou como valor artístico positivo a progressiva ruptura com os valores da verossimilhança e o incremento da estilização. Mais uma vez, a teleologia do modernismo.

Como colocado anteriormente, não havia entre os expositores da Semana de 1922, nenhuma unidade, senão a partilha do desejo de mudança e a insatisfação com a produção dominante, sentimento esse que não era de maneira alguma exclusivo do grupo, mas compartilhado por artistas em diferentes lugares do país, que buscavam se auto-organizar em círculos artísticos onde não havia instituições formais de arte, ou mesmo criar circuitos independentes, quando havia um oficial, como o caso do Salão Primavera, no Rio de Janeiro.¹⁶⁸ As obras expostas se dividiam entre tendências diversas, mesmo na produção de um mesmo artista, e algumas decerto não eram novidade para o cenário local (BOAVENTURA, 2005, p. 5-6; COUTO, 2005, p. 3). Será ao longo da década de 1920 que o núcleo principal dos artistas modernistas de então encontrará condições de estruturar uma linguagem moderna que se apresentará como mais coesa, não no Brasil, mas em Paris, assim como haviam feito, em outros centros estrangeiros, Anita Malfatti e Lasar Segall na década anterior. Brecheret, Rego Monteiro, Di Cavalcanti e Tarsila do Amaral – assim como nomes que se aproximam mais tarde do grupo, como Ismael Nery – permaneceram alguns anos estudando e produzindo na cidade, travando contato com a cultura clássica e com as vanguardas europeias (BATISTA, 2012, p. 225), sobretudo as experiências continuadoras do cubismo, que ansiavam por elevá-lo a um novo classicismo (FABRIS, 1994, p. 75), e constituindo aquilo que se tornaria a referência principal para a construção da ideia de ruptura moderna.

A ideia da vanguarda guarda em si uma concepção de história moderna, linear e evolutiva. Ela concebe o novo – que se quer futuro – a partir do conflito com o vigente, rompendo sempre com o passado, inconciliável. Ao assumi-la para si, os modernistas precisavam necessariamente se afastar da produção contemporânea, ainda que em muitos casos não fossem completamente contrários a ela. Antes de criticá-los, Mário admirava os poetas parnasianos e as óperas de Carlos Gomes; Oswald frequentara quando jovem as rodas de literatos de Bilac (BOAVENTURA, 1995, p. 49), e Anita e Georgina eram próximas, não antagonistas como as divergências entre grupos e obras podem aparentar (ALVES, 2019, p. 177-178). Mário tinha consciência disso já nos anos 1920, quando afirmara em metáfora: “Há exageros em nossa arte? É natural. Não se constrói um arranha-céu sobre um castelo moçárabe” (ANDRADE, 1922 apud

168 Laíza Rodrigues vem se debruçando, dentre outras questões, sobre a iniciativa de organização do Salão em questão em sua dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

BOAVENTURA, 2008, p. 9). Era preciso desqualificar a produção contemporânea para se estabelecer como uma alternativa a ela.

Assumindo a lógica evolucionista da vanguarda – e sobretudo a específica concepção da narrativa proposta em meados do século XX por Clement Greenberg (SIMIONI, 2013, p. 11-12) –, alguns autores afirmaram que a produção dos modernistas, embora contasse com inovações, não era lá tão vanguardista, de maneira geral, se comparada à produção europeia.¹⁶⁹ Haveria limites palpáveis de até onde teriam avançado. Mário de Andrade pode oferecer novamente um bom exemplo disso em uma correspondência com Tarsila do Amaral, então em Paris em 1923: “Creio que não cairás no Cubismo. Aproveita deste apenas os ensinamentos. Equilíbrio, Construção, Sobriedade. Cuidado com o abstrato. A pintura tem campo próprio.” (ANDRADE apud AMARAL, 2003, p. 74).

Apesar disso, a orientação de Mário permite refletir também sobre os problemas intrínsecos à lógica progressista da narrativa da arte, construída a partir de uma experiência tomada como central, a europeia, e experiências derivadas, periféricas – por vezes consideradas “incompletas”, “inferiores” –, como as latino-americanas. Ao demonstrar conhecer as vanguardas, mas estimular Tarsila a avançar por certos caminhos e não outros, o crítico está formulando um programa específico para a arte no Brasil – o que vale igualmente para Tarsila e os demais artistas. Porém, se compreendemos isso simplesmente como uma forma de conservadorismo, esvaziamos suas ações no passado como sujeitos históricos, dotados de desejos, interesses e racionalidades que por vezes divergem dos modelos hegemônicos.

Conforme Annateresa Fabris (1994, p. 82), a produção modernista poderia ser considerada “localmente moderna”, não tomando por central a experiência externa, mas os dilemas e caminhos internos da arte no Brasil. Tal argumentação permite-nos ampliar a compreensão da produção artística para além dos modelos unívocos, sincrônicos e canônicos da História da Arte. Ao invés de identificar experiências de modernização mais ou menos modernas, ou diacrônicas com relação a marcos temporais unívocos, admite-se operar com a ideia de múltiplas modernidades, em temporalidades, espacialidades e grupos distintos, mas também diversas em propósitos e objetivos. Ou como afirmou Angela de Castro Gomes (1999, p. 12), “[...] para a possibilidade de uma variedade de projetos de modernização que se expressariam por numerosas, mas não arbitrarias, estéticas modernistas”. Da mesma forma, essas reflexões podem se estender até uma reavaliação de produções divergentes e concomitantes àquela do grupo modernista no país, que acabaram no esquecimento por serem consideradas “periféricas” ao modelo “central” brasileiro representado por São Paulo.

169 Dentre esses autores, vale citar Ronaldo Brito, Rodrigo Naves e Nelson Aguilar. Sobre o assunto, cf.: AMARAL, 1998, p. 15-16; COUTO, 2005, p. 12-13; SIMIONI, 2013, p. 10-11.

Em outras palavras, assim como a persistência de Mário, Tarsila e os demais sobre uma pintura figurativa e o engajamento com a questão da representação dos tipos e assuntos nacionais podem ser encarados como elementos de um projeto consciente para uma arte brasileira, os artistas filiados à Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e outros grupos fora do eixo paulista também consideravam modernos seus próprios projetos, conciliando inovação e experimentação, criativamente apropriadas muitas vezes das referências estrangeiras, às demandas, gostos e interesses locais. Observando de perto as narrativas desses agentes históricos, percebe-se a sintonia de seus discursos com os daqueles que se tornariam as vozes hegemônicas do modernismo. Eles também buscavam maior liberdade pessoal para a prática de sua arte e referenciais estéticos locais para sua produção; desejavam se afastar em alguma medida da produção do passado (BRANCATO, 2018), e se organizavam em grupos e espaços alternativos a fim de lograr sucesso nessa empreitada, como são casos tão diversos quanto a incursão de Theodoro Braga pelo repertório da arte indígena nos anos de 1900 (GODOY, 2013), os muitos movimentos regionalistas por todo o país e iniciativas como as da fundação do Centro Artístico Juventas, em 1910, por Anibal Matos.

A TEMÁTICA NACIONAL

A obra *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, representa hoje um dos maiores ícones do modernismo, e talvez uma das mais famosas pinturas brasileiras. Criada em 1928, teria inspirado o Manifesto Antropófago de Oswald, cujo texto proclamaria que “só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago” (TELES, 1978, p. 293), abrindo a senda para a caracterização da cultura brasileira como uma permanente absorção e deglutição do outro, em eterna recriação. A tela de Tarsila aprofundaria a exploração da temática nacional, questão constante da arte brasileira, aliada à questão da atualização da linguagem, cristalizando assim o amálgama da ideologia modernista.

O corpo humano dominante na pintura é construído a partir de curvas e volumes sintéticos que recordam o aprendizado com Fernand Léger; contudo, em vez de representar a modernidade e o progresso, temas caros ao mestre, Tarsila se voltou ao seu oposto, fazendo referência ao originário e ao primitivo. A deformação do “homem que come gente”, caracterizada pelos enormes pés e mãos e diminuta cabeça, em pose melancólica, acentua seu contato indissociável à terra, sem sinais do desenvolvimento urbano. Ao contrário, sua figura se localiza num tempo longínquo, da ordem do mito. No cenário formado por intensas cores bráslicas e através da linguagem simplificada de Tarsila, o corpo do Abaporu transforma-se em totem, bem ao gosto da cena francesa dos anos 1920 e especialmente da Escola de Paris, que incentivava a exploração do “primitivo” e do “exótico” nas obras (BATISTA, 2012, p. 225).

São obras como *Abaporu*, *Antropofagia* ou ainda *A negra* que, na pintura de Tarsila, e mesmo entre os modernistas como um todo, tornar-se-iam, em retrospecto,

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

mais representativas do movimento – ainda que produzidas fora do contexto da Semana. As três compõem essa chamada segunda fase do modernismo, sobre a qual ele próprio é mais lembrado, a partir da reivindicação de uma temática plenamente nacional, brasileira. Uma carta de Mário dirigida a Sergio Milliet, então em Paris, datada de 10 de dezembro de 1924, marca bem o tom da questão:

Problema atual. Problema de ser alguma coisa. E só se pode ser, sendo nacional. Nós temos o problema atual, nacional, moralizante, humano de abasileirar o Brasil. Problema atual, modernismo, repara bem, porquê hoje só valem artes nacionais. O francês é cada vez mais francês, o russo cada vez mais russo. E é por isso que têm uma função no universo, e interessam, humanamente falando. Nós só seremos universais o dia em que o coeficiente brasileiro nosso concorrer prà riqueza universal (DUARTE, 1977, p. 301).

A inteligência de Mário de Andrade é capaz de conciliar pares aparentemente opostos: ser nacional e universal ao mesmo tempo. Curiosa formulação, que buscando resolver um problema atual – diz ele, modernista – acaba por explicitar uma continuidade com relação à problemática do nacional nas artes, do século anterior, e aproximar-se de interesses aos da Exposição do Centenário e de seus participantes, por exemplo, que desejava apresentar um Brasil em pé de igualdade com os países ditos civilizados. Sem dúvidas “abasileirar o Brasil” fora um problema profundamente compartilhado entre os modernistas, mas não era exclusividade sua, nem novidade apenas daquele contexto.

Segundo a historiografia, a partir de autores ligados sobretudo à crítica literária, as origens atribuídas ao “brasileirismo” modernista remontariam à publicação do Manifesto Pau-Brasil por Oswald em 1924 – mais tarde dispersadas em outras iniciativas, como o movimento Verde-Amarelo, surgido em 1926 pelo trio Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, de marcado viés conservador. Para alguns intérpretes, a emergência dessa “consciência nacional” derivaria da conjuntura nacional da época, mais propriamente à Revolução de Isidoro, no mesmo ano. Outros, tentando escapar de uma conexão esquemática e reflexiva entre política e arte, buscaram compreendê-la como consequência do contato dos modernistas com as vanguardas parisienses e o gosto de então pelo chamado “primitivismo”. Se contestar tais afirmações parece um equívoco, tratar a questão como desconectada do debate artístico anterior e de outros debates contemporâneos é cair em maior erro. É importante notar o quanto já havia no Brasil um substrato ideológico nacional em fermentação, expresso não só na política, mas na cultura como um todo, como já apontara Eduardo Jardim de Moraes (1976, p. 69-79). Assim compreendem também outros autores, que recordariam que o interesse pelo nacional já havia sido descoberto, em seus próprios termos, no século XIX, e o quanto outros nomes, no início do século XX, continuariam a discutir a questão (ZILIO, 1982, p. 47-55). Seria impossível, assim, falar em uma “retomada”

da orientação nacionalista, pois ela nunca teria deixado de existir (CHIARELLI, 2007, p. 264), sendo um problema colocado e recolocado por sucessivas gerações de artistas.

Se, na Literatura, Machado de Assis em 1873 distinguiria certo “instinto de nacionalidade”, a ser consolidado pelo trabalho de diversas gerações “interrogando a vida brasileira e a natureza americana”, entre a classe intelectual a questão da nação foi um tópico frequente entre o final do século XIX e o início do XX, e especialmente presente entre os herdeiros da Escola de Recife ou da chamada geração de 1870. Se um dos grandes legados do modernismo seria a incorporação dos personagens e costumes da cultura popular em seu léxico, podemos nos remeter às figuras caipiras dos anos de 1890 de Almeida Júnior, no campo das artes visuais, ou ainda ao sertanejo de José de Alencar, já de 1875. Ainda que em sua maior parte apoiados em teorias evolucionistas de alto teor racista, os debates acerca da formação étnico-racial do Brasil da segunda metade do século XIX no Brasil foram também centrais, e nomes como Sílvio Romero, em sua obra *História da literatura brasileira*, de 1888, devem ser lembrados como aqueles que pela primeira vez exaltaram a figura do “mestiço”. Suas interpretações encontram interlocução, durante a Primeira República, em obras tão díspares quanto *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, ou *Evolução do povo brasileiro* (1922), de Oliveira Vianna. Afinal, como demonstrou Chiarelli em mais de uma ocasião, tão importante quanto demarcar as diferenças entre o modernismo e a arte produzida no Brasil antes dele é assinalar as continuidades; é pensar na “manutenção de questões que não necessariamente se esgotam quando a produção artística vai sendo moldada pelas gerações que se sucedem” (CHIARELLI, 2010, p. 131).

Para além desse quesito, outras produções de intelectuais buscaram igualmente a valorização de aspectos do Brasil para a constituição de uma identidade nacional. É o caso da exaltação da natureza tropical por Afonso Celso, em *Por que ufano de meu país* (1900); do livro paradidático *Através do Brasil* (1910), de Olavo Bilac e Manoel Bonfim, ou do inquérito sobre o Saci-Pererê proposto por Monteiro Lobato em 1917, publicado em forma de livro no ano seguinte. Tais iniciativas demonstram claramente o quanto havia uma forte tendência para discussão de temas nacionais entre a intelectualidade brasileira, decerto acentuada a partir da entrada do Brasil na Primeira Guerra e a criação da Liga de Defesa Nacional.

Ao longo dos Oitocentos, a temática nacional também esteve em voga nas artes visuais ao menos desde a produção indianista, persistindo no ocaso do século e no seguinte por meio, por exemplo, das explorações sobre as paisagens e costumes locais, de que são testemunhos as obras de artistas como os já citados Almeida Júnior e Antonio Parreiras, mas também Modesto Brocos, Henrique Bernardelli, Firmino Monteiro, Carlos Oswald e Gustavo Dall’Ara. O primeiro, inclusive, seria mais tarde considerado uma espécie de “elo” entre a arte acadêmica e a modernista devido a tematização da cultura caipira. É o que diria, por exemplo, o próprio Portinari, em

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

entrevista a Plínio Salgado em agosto de 1930: “Almeida Júnior, que é do tamanho do maior pintor da França, abriu picada para a pintura brasileira, mas deixaram crescer capim de novo” (apud CHIARELLI, 2007, p. 149-161). Implicitamente, nessa frase um tanto quanto missionária, parece caber ao próprio Portinari e modernistas a tarefa de roçar o terreno para a “pintura brasileira”.

Contudo, é difícil concordar com tais afirmações quando se observa detidamente a produção artística da Primeira República para além das fronteiras modernistas. Primeiro, porque não é possível dizer que o trabalho de Almeida Júnior foi um caso isolado. Se sua temática era de fato original na década de 1890, ela seria retomada por inúmeros artistas nos anos seguintes. Na verdade, um olhar cuidadoso encontrará assuntos nacionais em diversos âmbitos. Nas artes decorativas, como já comentado, houve um vigoroso esforço de formação de um vocabulário estilístico para ornamentação derivado da natureza e cultura indígenas brasileiras, empreendido por diversos nomes, dos quais se destacam Eliseu Visconti, Theodoro Braga, Carlos Hadler, Antonio Paim Vieira, Manoel Pastana e August Herborth (GODOY, 2013). O próprio interesse pela cultura material indígena, despertado pelas pesquisas arqueológicas e etnográficas desde a década de 1870 – apresentadas seja através de publicações, como as dos Anais do Museu Nacional, ou exposições, como a Exposição Antropológica de 1882 ou ainda a mostra realizada no contexto da Exposição Universal de Paris, em 1889 –, estaria na base das pesquisas artísticas subsequentes e daria substrato às invenções do primitivismo (DANTAS, 2015; KERN, 2017). A apropriação dos elementos da cultura marajoara, trabalhados por alguns desses artistas e aplicados até mesmo na arquitetura – que ganharia o nome de neomarajoara (VALLE, 2008) – ocorre inclusive anteriormente às famosas pinturas de Vicente do Rego Monteiro, que trabalhará o tema a partir dessas investigações prévias.

Nas letras, Mário de Andrade – mais uma vez –, oferece uma das mais representativas obras do período, *Macunaíma* (1928). Seu “herói sem caráter” e burlesco, que atravessa o país em busca da muiiraquitã de sua amada e luta contra o gigante burguês, nasce negro, filho de mulher indígena, e se transforma em branco. É um ser híbrido e instável, de certa forma “antropófago” no sentido oswaldiano, e muito representativo do que se concebia então como o “caldeirão de raças” que se processava no Brasil. Ao longo de todo o livro, cheio de peripécias protagonizadas por Macunaíma, o leitor se depara com uma obra rica de pesquisas etnográficas sobre todo território nacional, ainda hoje impressionantes (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 188-209). A despeito da aparente distância que separam Mário de Andrade e os artistas anteriores em grupos antagônicos, há intensas semelhanças nos interesses entre ambos.

Uma boa comparação possível a fim de demonstrar esse ponto reside entre *Macunaíma* e duas pinturas: *Curupira*, de Manoel Santiago, e *Muiiraquitã*, do já citado

Theodoro Braga. Seus autores foram alunos da ENBA, o primeiro provindo do Amazonas e o segundo do Pará. Suas obras, fruto do interesse de ambos, cultivado desde os primeiros anos do século XX, pela temática indígena brasileira, foram aprovadas pelo júri e apresentadas nas Exposições Gerais de Belas Artes – o certame oficial das artes brasileiras de então – em 1926 e 1927, respectivamente. São pinturas que procuram dar uma visualidade inédita a histórias oriundas de culturas indígenas – tal qual o inquérito sobre o saci de Lobato, as ilustrações de Rego Monteiro ou o interesse análogo de Mário de Andrade em seu livro. A partir dos referenciais locais, em diálogo com a tradição da pintura ocidental, mas também com vertentes simbolistas contemporâneas, Santiago e Braga procuraram conciliar temáticas “originais” brasileiras a composições derivadas de assuntos clássicos da arte europeia, como as ninfas e o fauno ou as banhistas (SILVA NETO & FIGUEIREDO, 2012), e às suas reelaborações pela pintura simbolista de fins do século XIX, de um Giulio Aristide Sartorio a Franz von Stuck. Não seria isso, afinal, ser nacional e universal também, como queria Mário de Andrade?

MODERNIDADES PLURAIS

Em 1952, quando então se comemoravam trinta anos da Semana de Arte Moderna, Manuel Bandeira demonstrou certa irritação ao perguntado sobre o modernismo – vide a frase com que abrimos o capítulo. Sua reação parecia indicar certa supervalorização do movimento ou talvez uma proximidade muito grande de 1922 para tecer conclusões. Seria preciso aguardar cem anos – ele sugere – para aí sim avaliar corretamente a sua importância. Se Bandeira tinha dúvidas em 1952, é possível que hoje, às vésperas do centenário, ele tivesse outra opinião.

Desde mais recentemente, é possível de fato reavaliá-lo em perspectiva, distante das paixões que o motivaram em sua época, como tentamos, sinteticamente, abordar aqui. Compreender o modernismo como uma experiência específica dentre outras sobre a modernidade não significa relativizar a sua importância – como pode parecer a alguns –, mas perceber que o seu processo de construção operava a partir de uma lógica (a da vanguarda) inerentemente excludente em seus pressupostos, que não permitia alteridades. Em síntese, uma lógica autoritária com o que lhe era diverso (COLI, 2005, p. 9).

Para que possamos estabelecer um panorama claro do que foram essas outras experiências, é preciso recontextualizá-las, e para isso é de fundamental importância a mudança no próprio léxico empregado ao nos dirigirmos a elas. Por exemplo, escalonar produções de acordo com um grau de modernidade tomando como parâmetro uma regra que lhe é exterior perde o sentido. Utilizar o termo “acadêmico”, sistematicamente utilizado como um atributo pejorativo, implica um cuidado redobrado sobre sua definição. Da mesma forma, supor no moderno (e nos adjetivos que em geral o acompanham – original, inovador, subversivo, vanguardista) uma posição unívoca,

CAPÍTULO 12 POR UM MODERNO SALTEADO

progressista ou necessariamente libertária, buscando uma analogia com o espectro político, pode ser perigoso ou mesmo frustrante.

De resto, a importância do movimento modernista para a cultura do país permanece inegável, e o que melhor o atesta é a maneira como a própria cultura se apropriou imensamente dele ao longo do tempo. Impressiona a farta fortuna crítica sobre o assunto ou o quanto uma exposição como *Tarsila popular*, ocorrida no MASP em 2019, pode acarretar filas enormes e recordes de público no Brasil. Mas, para além de sua importância ao longo do tempo, o modernismo teve méritos incontestáveis em sua época. Em uma década de intensas discussões acerca do futuro do país e de questionamentos sobre a sua liderança e instituições oficiais – consequências de disputas econômicas e de um sistema político em descrédito que dava sinais de esgotamento –, os modernistas impulsionaram o confronto com o sistema artístico oficial e contribuíram, como muitos outros, para a ampliação dos valores artísticos e a desconstrução de cânones. Em respeito a essa história que seria interessante não erigi-los em novos totens.

Capítulo 13

O CATOLICISMO NOS ANOS 1920 E SUAS AÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

A década de 1920 foi importante para o processo de reestruturação do Catolicismo no Brasil, pois marcou o estabelecimento de movimentos e atores comprometidos com o processo de fortalecimento institucional. De acordo com Francisco Oliveira Silva, após a contrarreforma do século XVI e principalmente após o Concílio Vaticano I, 1869/1870, a Igreja Católica tornou-se mais centralizadora e clericalizada, principalmente em locais onde havia governos centralizadores e onde o catolicismo despontava, muitas vezes, como religião oficial ou com regalias que criavam uma estrutura de privilégios para a instituição perante o avanço de outras correntes religiosas. Foi na década de 1920 que cresceram os questionamentos sobre este modo de ser do católico frente as mudanças ocorridas no início do século XX, onde a autoridade eclesial foi colocada a prova. Alguns defendiam um catolicismo mais sacramental e Cristocêntrico, visto o cenário amplo em que a instituição estava inserida com as transformações advindas do processo de laicismo que os principais países estavam adotando (SILVA, 1995, p. 57). No Brasil, a reforma da Igreja recebeu o nome de romanização, pois pregava uma obediência maior do catolicismo brasileiro junto ao papa. Durante a primeira República brasileira, o catolicismo foi classificado como uma instituição anacrônica, inadequada para atender aos novos desafios dos tempos modernos. Entretanto, desde aquele momento, o catolicismo permanecera como a religião da maioria da população, de modo que negligenciar esse fato poderia gerar riscos a própria ordem constituída.

É fato que a Constituição brasileira de 1891, que selou o processo de transição do regime monárquico para o regime republicano com início em 1889, pretendia eliminar traços e características do período Imperial, e uma das principais medidas adotadas foi o distanciamento

CAPÍTULO 13 O CATOLICISMO NOS ANOS 1920

jurídico entre a Igreja e o Estado estabelecendo o Estado laico – fenômeno, este, ocorrido em vários outros países, sendo mais ou menos desestruturador do catolicismo institucional. É importante frisar que o movimento de laicismo impactou diretamente nos alicerces do catolicismo enquanto instituição, havendo menos desestruturação na base da Igreja, ou seja, no montante populacional que se identificava enquanto católico. Desta forma, Miroslav Hroch (1996), ressalta que os movimentos nacionais que emergiram como resultado de crises e desintegração de um velho regime buscavam no período republicano “libertar” a nascente República de possíveis heranças do regime político anterior, e a Igreja era uma dessas heranças que deveria ser apagada, como se o catolicismo tivesse sido transformado em uma estrutura da própria monarquia, não fazendo parte mais de uma instituição supra nacional ligada a Santa Sé.

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificativa racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo (CARVALHO, 1990, p. 11).

Embora o processo republicano enquadrasse o catolicismo enquanto uma estrutura monárquica e com isso tenha criado limites para sua atuação na vida política e social, a participação da Igreja Católica ainda desfrutava de grande adesão da população, que, no início do século XX, representava a grande maioria entre os cidadãos brasileiros. Os republicanos mantinham certo cuidado, pois ir contra o catolicismo poderia representar ir contra a população, ou pelo menos criar conflitos desnecessários para o momento, visto que os atores da República vislumbravam questões mais complexas na montagem do Estado brasileiro (NERI, 2011, p. 7).

Vendo-se separada do Estado e em pé de igualdade com as religiões ditas protestantes, a Igreja precisou se rearticular, buscando novas estratégias de ação. Toda essa alteração ocorre dentro do processo conhecido como romanização dos católicos no Brasil. Embora a ligação entre o Estado e a Igreja durante o regime do padroado desse aos católicos a segurança e a garantia de que eram a religião oficial e suprema dos brasileiros, os eclesiásticos respondiam diretamente às ordens do governo imperial e não da Santa Sé. José Oscar Beozzo identifica o período entre os anos de 1870 e 1930 como um período de aproximação da Igreja Católica brasileira com Roma. Neste intervalo mudanças significativas ocorreram na atuação católica dentro do Brasil, visando uma maior institucionalização e controle eclesiástico das questões religiosas (PETERS, 2012, p. 20).

Os republicanos teriam produzido artifícios que levaram a um distanciamento entre República e Igreja Católica; porém, é preciso considerar o caráter social do catolicismo, não como uma estrutura rígida e inflexível, mas como uma instituição orgânica, ligada às

mudanças sociais e políticas. A Igreja Católica antes do republicanismo estava mais ligada à figura do monarca do que à do papa, característica dos países que experimentaram o padroado. O contexto de laicismo que atravessava vários países despertou a necessidade de uma reaproximação entre o catolicismo e a Santa Sé. Assim, o discurso papal também se altera. É necessário observar as mudanças ocorridas no Brasil não como um fato isolado, desde a separação entre Estado e Igreja até a formação dos movimentos de reestruturação do catolicismo, mas como um movimento amplo, que perpassou vários territórios e que encontrou mudanças de posicionamento até mesmo na Santa Sé, que necessitou amparar as estruturas herdadas do monarquismo. O papa começou então a apontar mudanças na atuação dos católicos, e, depois de certa divergência da Igreja ao que o mundo moderno havia formulado como novas práticas de ação política e social, com o papado de Pio XI (1922/1939),

a Igreja assume uma posição de conquista, um esforço de cristianização da sociedade corroída pela chamada “peste do laicismo”. Ele retorna à orientação básica do Papa Pio X: *instaurare omnia in Christo*. A Igreja devia afirmar positivamente a sua presença no mundo. No Brasil, segundo o próprio Cardeal, o povo era marcado por uma profunda “ignorância religiosa”. O clero era, na sua análise, insuficiente diante deste país de tão grande extensão territorial. Muitos católicos nem se quer viam facilmente um padre. A catequese era fraca e deixava muito a desejar. A intelectualidade brasileira, salvo exceções, incrédula, poderia influir pouco diante da presença do laicismo, do Positivismo. Era preciso alguém muito capaz para fazer presente uma verdadeira recristianização da sociedade brasileira (SILVA, 1995, p. 10).

As transformações ocorridas no Brasil durante o período de implementação da República impuseram certas modificações para o catolicismo, trazendo consigo questionamentos e provocações à Igreja, tais como seu possível anacronismo político, levantando a hipótese de ser o catolicismo uma instituição exclusivamente monárquica com pouca ou nenhuma utilidade para a República. Neste sentido, cabia à Igreja não apenas se reorganizar nesse novo cenário político brasileiro, mas também criar estruturas democráticas, constituir-se como uma instituição viável ao republicanismo. Não foi simplesmente reorientar seus fiéis, mas repensar sua forma de agir, uma vez que não era ela mais a detentora de religião oficial do país. Porém, para além do caráter religioso que rege e dá significado a instituição, o catolicismo é um agente político, levando em conta que o simples ato da missa semanal pode ser carregado de significado político, podendo moldar as condutas sociais e políticas dos fiéis praticantes.

A própria missa semanal, ou o culto, é carregado de influência em função de seu efeito repetitivo e sua valorização afetiva. [...] A homilia, os cantos, a prece universal são assim atualizações da mensagem que reúnem os crentes na sua vida cotidiana. [...] sob a luz do ensinamento sobre a unidade em Cristo, eles adquiriram a certeza de que a paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político, que implica

CAPÍTULO 13 O CATOLICISMO NOS ANOS 1920

confronto e lutas, aparece como um mal, um lugar onde se “sujam as mãos” (COUTROT, 2003, p. 336).

É importante notar que, de acordo com José Murilo de Carvalho, a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas (CARVALHO, 1990, p. 11). De fato, a estrutura católica remontava ao escopo monárquico, como organismo acoplado ao Estado Absoluto, que impunha sua fé e estruturava sua administração próxima a organização católica. Por outro lado, havia a expectativa de que o catolicismo como instituição entraria em crise com o fim do padroado, afinal a estrutura clerical organizada no Brasil respondia aos mandos da monarquia brasileira, afastando-se, não por completo, da autoridade papal. Como uma instituição complexa com ramificações extensas que versam desde o alto clero até sua base de fiéis seguidores, o catolicismo se reestruturou, aproximou-se da autoridade papal e criou mecanismos de sobrevivência frente ao laicismo. Neste sentido, a separação do Estado brasileiro abriu caminho para maior autonomia institucional e com isso fortalecendo suas bases e criando mecanismo de participação política e social, independentemente das ações do governo. Portanto, possui a década de 1920 aspectos relevantes para o entendimento da reestruturação do catolicismo no Brasil. Contando com atores como Jackson de Figueiredo, padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, Joaquim Henrique Mafra de Laet e Sebastião Leme da Silveira Cintra, então arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro e principal articulador do movimento de reestruturação do catolicismo no Brasil.

SEBASTIÃO LEME E A REFORMULAÇÃO DO CATOLICISMO NOS ANOS 1920

O processo de reestruturação do catolicismo no Brasil contou com vários atores e não se restringiu ao período republicano, já havia sinais de desgastes entre a monarquia brasileira e lideranças católicas; porém, como foco desta publicação, os anos 1920 balizam ações importantes para a nova Igreja Católica e este processo possui como figura central a atuação do religioso Sebastião Leme. Desta forma, como agente ativo no processo de reconquista do espaço católico brasileiro, após publicar suas Cartas Pastorais que repercutiram com boa aceitação nacional, Dom Leme retornou para o Rio de Janeiro em 1921, marcando a nova fase do religioso na rearticulação do catolicismo e do laicato. Em sua nova função na capital federal, começou sua busca por lideranças para fortalecer as estruturas católicas. Foi a partir desse momento que Jackson de Figueiredo, estimulado por Dom Leme, decidiu reunir um grupo de intelectuais católicos a fim de realizar o projeto de buscar exercer uma atuação mais intensa próximo das forças políticas.

Sebastião Leme da Silveira Cintra foi nomeado arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro em 15 de março de 1921, com credenciais para a sucessão do então Cardeal brasileiro Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, primeiro Cardeal eleito na América Latina. Cardeal Arcoverde foi nomeado Cardeal do Brasil em 1905, após negociações intensas entre o Barão do Rio Branco e a Santa Sé, durante o papado de Pio X (LEITE, 2004, p. 14). Com a morte de Arcoverde, Sebastião Leme sucedeu à sé metropolitana do Rio de Janeiro em 18 de abril de 1930. Em 02 de julho de 1930, D. Leme foi elevado ao grau de Cardeal (SILVA, 1995, p. 34-36).

As articulações de retomada da estrutura de relação do catolicismo com as esferas políticas são intensificadas com o retorno de Leme para o Rio de Janeiro. Leme havia ganhado projeção nacional durante sua administração como Arcebispo de Olinda e Recife entre 1916 e 1921, período em que publicou duas cartas pastorais de alcance nacional, uma no ano de sua chegada e outra no ano de sua saída, além de organizar grupos de leigos para atuarem no processo de reconquista do espaço religioso na sociedade brasileira. Fixando-se no Rio de Janeiro, Leme trouxe consigo projetos que desenvolverá no Nordeste, além de começar a articulação da recatolização, inspirando alguns intelectuais a aderirem esse projeto de fortalecimento da Igreja frente ao Estado, além de maior envolvimento da Igreja com as demandas do povo de forma geral. Leigos como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, bem como o jesuíta padre Leonel Franca foram fortes aliados de Leme na tentativa de rearticulação da Igreja Católica. Sem dúvida, a ação pastoral que Leme vinha exercendo desde Olinda e Recife até sua chegada ao Rio de Janeiro, de regresso, foi bem vista pela Santa Sé, constatação expressa pela púrpura cardinalícia que recebera em 1930 (SILVA, 1995, p. 11).

Em sua Carta Pastoral de 1921 dedicada a São José e aos operários, inspirada na Carta Encíclica *Rerum Novarum*, Leme se dirige às classes produtoras do Brasil. Para ele havia uma natural desigualdade das classes, porém ricos e pobres deveriam considerar que o valor mais importante é a vida no céu. Cada qual deveria ficar satisfeito com a situação em que estava, não perdendo o foco na vida celeste. Continuando o conteúdo da carta, Leme coloca como foco a Revolução Francesa. Para ele, a Revolução “levará a uma negação e esquecimento do sobrenatural, acabará com as corporações de classes”. De acordo com Leme, o grande problema nos resultados da Revolução Francesa seria a organização do povo sem a orientação da Igreja e com seu afastamento das coisas relativas a Deus. Era, assim, uma crítica ao laicismo e à perda de poder por parte da Igreja sobre as relações políticas. Prosseguindo, D. Leme explica como os pobres, diante do único valor que era o material, tomando consciência da força que possuíam, partem para a luta de classes, estimulados muitas vezes por ideologias socialistas, às quais a Igreja era veementemente contrária. Para o religioso, os pobres dizem: “hoje somos a força, amanhã seremos a guerra, depois a vitória, como na

Rússia”; ele acrescenta: “e o bolchevismo serpejou em toda parte, avermelhando o céu de clarões sinistros”. Observa o comunismo como um verdadeiro trabalho de aniquilação universal de Deus, família, autoridade e propriedade. Observa-se que a luta pela preservação do ideário de Deus, família e a autoridade ou o Estado já era base de luta intelectual e será o arcabouço norteador dos mais diversos movimentos religiosos que o catolicismo construiu na década de 1920 no Brasil (SILVA, 1995, p. 30).

É perceptível que a proposta de Leme era mostrar para os industriais que o catolicismo surgia como um agente disciplinador do operariado. A Igreja teria uma função importantíssima na estabilidade das relações sociais entre empregados e empregadores, pois, segundo Leme, sem esse freio social, os operários poderiam se rebelar contra seus empregadores e gerar, assim, uma grave crise social. Essa foi uma das linhas de atuação do religioso para se mostrar útil socialmente.

Com o agravamento do estado de saúde do Cardeal Arcoverde, Leme, em 24 de fevereiro de 1921, recebeu carta do Núncio Apostólico comunicando-lhe sua nomeação pela Santa Sé como Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro, tendo tomado posse em 5 de agosto do mesmo ano. Com seu retorno ao Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1922, fundou a Confederação Católica do Rio de Janeiro, numa tentativa de aglutinar o povo ao redor da Igreja.

Antes de mais nada, reafirmo a declaração de que, como organização católica, a Confederação não se formará nunca em partido político: longe de mim a heresia de dizer que a Religião nada tem que ver com a Política. Seria um erro palmar, mil vezes condenado e mil vezes condenável. Mas, o que eu disse, e repito, é que não devemos identificar ou confundir a religião e a política partidária. São campos diferentes de ação. Assim é que se algum dia os católicos se reunirem em partido político, as suas campanhas meramente políticas não serão feitas em nome da Igreja, em lugar sagrado, nas associações de piedade, etc., e sim nas organizações que para esse fim específico se fizeram entre os católicos (SILVA, 1995, p. 33).

A Confederação faz parte das ações tomadas pelo alto clero brasileiro com objetivo de diversificar a atuação de retomada de espaço social e político que o catolicismo havia perdido com a República. Não havia ainda naquele momento campo de ação política para a instituição, o que era produzido para orientar seus fiéis eram os documentos produzidos pelos bispos como as Cartas Pastorais, publicações de forma geral, todas alinhadas com as novas propostas de atuação da Santa Sé, além da própria atuação do clero nas celebrações. Pensar em uma participação ativa politicamente por parte do alto clero católico nesse momento ainda parecia algo prematuro, pois a Igreja ainda estava reformulando e reestruturando sua base social. Contudo, podemos identificar grande carga política na formação e funcionamento das organizações piás e grupo de leigos.

A arquidiocese do Rio de Janeiro já contava com movimentos católicos organizados. Obras de piedade e ação social, Conferências Vicentinas, Congregações Marianas, Pias Uniões Filhas de Maria e as ligas Católicas Jesus, Maria, José, por exemplo.

Essas organizações não mantinham laços que as unissem numa organicidade maior. Cada qual existia em independência uma da outra na sua área ou perspectiva particular de ação. A Confederação teve por objetivo ordenar a ação desses organismos. Formaria-se um corpo maior de ação e, portanto, de maior eficácia na conquista dos objetivos traçados pela liderança episcopal. Uma de suas principais preocupações foi a de formar lideranças. Ela funcionou como uma antecipação da Ação católica. Com efeito, foi objetivamente uma ação católica, com as iniciais minúsculas. Em 1924, já contava com mais de 400 associações da arquidiocese do Rio de Janeiro. Agiu intensamente em questões como o voto feminino, em 1933, e o direito ao descanso festivo nos domingos e dias santos.

Segundo sua concepção, a Confederação não deveria assumir a política como seu objeto de sentido. Era uma organização religiosa. Entretanto, eventos políticos poderiam colidir contra a doutrina ou contra as proposituras morais fundamentais do catolicismo ou, ainda, contra temas julgados importantes, como o ensino católico nas escolas públicas (SILVA, 2008, p. 551).

Organizada oficialmente no Brasil na década de 1930, a Ação Católica foi uma proposta da Santa Sé para organizar e sistematizar a vida dos católicos pelo mundo. Podemos perceber que, para os anos 1920, a Confederação Católica que estava sendo implementada em várias dioceses foi, de certa forma, o arcabouço para o projeto Ação Católica. A Confederação reunia em si as mais diversas propostas tanto de leigos quanto do clero e somava forças em prol do reestabelecimento do catolicismo.

Quanto à sua base política, ainda que a instituição publicamente apontasse para um viés apolítico, sem dúvidas estas questões eram pelo menos discutidas. A própria aversão ao comunismo e as propostas de aniquilamento de suas estruturas no Brasil eram amplamente divulgadas aos fiéis; portanto, havia, sim, discussões de cunho político.

Para atingir esse objetivo, Dom Leme dividiu a Confederação em duas grandes Seções, as quais, por sua vez, dividiram-se em diversas comissões (Defesa e preservação da fé, obras de piedade e culto, propaganda, caridade e assistência, escolas, obras sociais e operárias, etc.): a Confederação Católica Masculina e a Confederação Católica Feminina, tendo como líderes exercendo a função de secretários, dois “delegados” escolhidos a dedo por Dom Leme: Secretário-Geral da Seção Masculina, Joaquim Henrique Mafra de Laet, advogado, católico praticante e futuro membro do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro; e para a Secretaria Geral da Seção Feminina foi indicada Stella

CAPÍTULO 13 O CATOLICISMO NOS ANOS 1920

de Faro, que dirigiu esta Seção até 1945 (MESQUIDA, 2009, p. 284).

Para comandar a Confederação, eram escolhidos leigos de renome nacional e que estivessem comprometidos com os objetivos de reestruturação do catolicismo. À frente da Confederação estavam Joaquim Henrique Mafra de Laet e Stella de Faro. Como visto, embora os setores mais abastados da Igreja tenham sentido o impacto da perda de *status* de religião oficial, por outro lado a Igreja ganhou mais autonomia e identidade, e, no processo de romanização, a figura do papa ganhou mais força.

Entre 1922 e 1928 foram criadas 17 novas dioceses no Brasil. Do total, uma foi criada no Norte e Nordeste (Petrolina), duas em Minas Gérias (Belo Horizonte e Juiz de Fora, três no Rio de Janeiro (Campos, Barra do Pirai e Valença), quatro na região Sul (Ponta Grossa, Joinville, Jacarezinho e Lajes), e sete em São Paulo (Sorocaba, Santos, Bragança, Cafelândia, Jaboticabal, Rio Preto e Assis).

As novas dioceses deveriam garantir maior presença dos bispos junto ao clero e aos fiéis, promovendo a intensificação da disciplina romana como o remédio para os problemas levantados no Brasil pelo Núncio, por D. Leme e pelos Visitadores Apostólicos (ROSA, 2011, p. 119).

Como havia conquistado maior autonomia e se aproximado mais da Santa Sé, também haveria maior cobrança sobre as ações do catolicismo no Brasil, e foi o que ocorreu. Uma das dificuldades apontadas por Leme e por outros setores da Igreja era justamente a falta da presença dos padres e suas celebrações nos mais diversos locais do país. A falta de padres para acompanhar a vida religiosa de seus fiéis também foi um tema delicado, pois não se poderia criar grandes estruturas se faltava a mão de obra fundamental para a ação da Igreja. Neste sentido, os movimentos de leigos, os movimentos formados pela Igreja e sua maior organização em dioceses poderia aproximar e dinamizar a relação da Igreja com a sociedade de forma geral. O exemplo da Confederação Católica do Rio de Janeiro foi estimulado para que organizações semelhantes fossem formadas por todo território brasileiro.

Ainda em 1922 D. Leme fundou a 'Confederação Católica do Rio de Janeiro'. Este braço da Igreja deveria atuar como um órgão incentivador e coordenador do apostolado leigo. Pouco depois, em 1923, publicou o livro 'Ação Católica: instruções para a organização e funcionamento das comissões permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro'. Nesta obra, o arcebispo retoma algumas preocupações anunciadas em sua pastoral em 1916: o crescimento da heresia protestante e das superstições espíritas nas camadas populares, o avanço do laicismo nas classes dirigentes, a pouca instrução religiosa do povo, a falta de pudor nos comportamentos e de identidade política entre os brasileiros, o enfraquecimento de nossas instituições e o desmoronamento das tradições (COELHO & ROMERA, 2016, p. 122).

Leme incorporou em sua atuação no Rio processos que já havia utilizado durante sua passagem por Olinda e Recife. A Confederação Católica demonstra esse intercâmbio feito pelo religioso. Neste sentido, é importante analisar a atuação de Leme no Nordeste brasileiro para se compreenderem os motivos que geraram sua transferência para o Rio, a possível sucessão automática a posição de Cardeal com o falecimento de Arcoverde, embora o Cardeal tenha sido contrário ao retorno de Leme para o Rio e a possibilidade de tornar-se Cardeal em sua sucessão, além dos documentos produzidos por Leme ainda no Nordeste, pois muito do que o religioso implementou em Olinda e Recife também foi implementado no Rio de Janeiro.

As ações das lideranças católicas não ficaram somente nos movimentos e publicações que buscavam estimular a ação dos fiéis na defesa religiosa, mas também em grandes eventos.

D. Leme admoestou os líderes católicos a realizar grandes celebrações de Páscoas Coletivas. Assim, a celebração da Páscoa dos Militares em 1924 assumiria um significado marcante para as pretensões da Igreja. Em seu discurso, D. Leme dirigiu-se aos líderes do Governo, do Exército, da Igreja e do Povo, incentivando-os a concorrerem juntos pela restauração da fé cristã. Aos soldados exortou que fossem fiéis aos seus deveres para com Deus e o Brasil; fiéis ao povo e às instituições; fiéis ao cumprimento da lei; à disciplina e virtude; fiéis à Cruz e à bandeira. Tal aproximação com as forças militares pode ser interpretada como aliança e apropriação cultural de elementos simbólicos que reforçavam a ordem social e a estabilidade política, representadas pelo princípio de autoridade incorporado pelas Forças Armadas e pela Igreja (COELHO & ROMERA, 2016, p. 122).

As relações entre Igreja Católica e outras esferas sociais e políticas ocorriam de maneira que o *status* religioso iria sendo restaurado – não de forma jurídica, mas restaurando a atuação do catolicismo como religião do Brasil, ganhando posição privilegiada no cenário nacional. Reconquistar a presença religiosa nas fileiras do Exército poderia garantir a instituição católica uma reaproximação com um setor forte e muito presente nas arenas políticas do país.

Nesta empreitada de retomada de espaço, não havia no campo religioso, sem dúvidas, somente Dom Leme, porém ele foi uma figura catalizadora dos projetos do clero brasileiro e acompanhar sua trajetória neste momento remonta, de forma geral, os anseios e as ações tomadas pelo catolicismo no Brasil.

A Reação Católica manteve o espírito tridentino como fundamento da ação de líderes eclesiásticos e do laicato. Dom Leme tornou-se o grande artífice da restauração e foi apoiado pelos representantes mais destacados do episcopado brasileiro, a saber: Dom Antônio dos Santos Cabral, Dom João Becker, Dom Duarte Leopoldo e Silva, Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom Francisco de Aquino Correia. Também recebeu o apoio de grandes nomes

CAPÍTULO 13 O CATOLICISMO NOS ANOS 1920

da intelectualidade católica, como o padre jesuíta Leonel Franca (COELHO & ROMERA, 2016, p. 123).

É bem verdade que Leme não conquistou a simpatia do então Cardeal Arcoverde, como já exposto, porém esse desafeto não limitou a atuação do religioso. Leme, além de grande influência dentro do cenário eclesial brasileiro, contando com o apoio de vários bispos e colocando em prática as demandas advindas não só do catolicismo no Brasil, mas também das questões advindas da Santa Sé, exercia grande influência e desfrutava de prestígio em certos setores políticos no Brasil.

As boas relações de D. Leme com Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes favoreceram o aproveitamento daquele momento político para o cumprimento da tarefa de colocar em evidência o peso da Igreja como representante da maioria da população, ou melhor, da “nação católica”.

As ações exteriores promovidas pelo Coadjutor evidenciavam na esfera política a postura da Santa Sé de negociação com os governos laicos, mas, também, indicava a desconfiança da Igreja com relação a Nilo Peçanha, velho opositor de muitos anos, e aos positivistas reunidos em torno do gaúcho Borges de Medeiros. Afinal, a Secretaria de Estado acompanhava desde 1921, por meio dos relatórios da Nunciatura, os candidatos à presidência e tinha conhecimento do posicionamento ideológico de cada um deles. É importante frisar que as eleições no Brasil eram tratadas como assunto de Estado pela Santa Sé, portanto, cabia à Nunciatura o diagnóstico e o acompanhamento das condições políticas brasileiras continuamente. Particularmente, o Núncio acompanhava os desdobramentos das ações de D. Leme, mensurando as reações da elite política (ROSA, 2011, p. 116-117).

A presença do Coadjutor nas esferas políticas fortalecia o catolicismo como instituição e estimulava seus fiéis a caminharem juntos com a Igreja na busca por um país cada vez mais forte e cristão. Por outro lado, lideranças políticas viam em Leme a possibilidade de apaziguar os ânimos políticos que estavam aflorados na década de 1920. Neste sentido, as ações tomadas por Leme no Rio de Janeiro representavam cada vez mais um fortalecimento do próprio catolicismo enquanto instituição. Outro ponto de apoio do processo de restauro do catolicismo foi, sem dúvidas, o laicato. Leme contou com um grande aliado na tarefa de reorientação do povo católico, Jackson de Figueiredo.

Foi a partir desse momento que Jackson de Figueiredo, estimulado por Dom Leme, decidiu reunir um grupo de intelectuais católicos a fim de realizar o projeto de conseguir exercer uma atuação mais intensa com as forças políticas. A aproximação de Leme com leigos intelectuais trouxe nova fórmula de domínio religioso. Fugindo da esfera da autoridade religiosa, o leigo começou a ganhar papel de destaque na estrutura do catolicismo no Brasil (OLIVEIRA, 2018, p. 60).

A presença de nomes fortes ligados a cultura, política, letrados e juristas próximos do projeto de reestruturação do catolicismo, deu legitimidade a proposta da instituição e lograram êxito em sua articulação, criando uma Igreja mais estruturada e forte nos anos 1920.

A ATUAÇÃO DOS LEIGOS NO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO CATOLICISMO NO BRASIL

Jackson de Figueiredo foi um dos primeiros grandes nomes a contribuir com o projeto religioso. Advogado, professor e político, Jackson atuou junto ao laicato, criando em 1921 e 1922, respectivamente, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital. Jackson se autointitulava um reacionário, razão pela qual foi acusado de ser lusófono, principalmente por ter mantido relações estreitas com António Maria de Sousa Sardinha, principal idealizador do integralismo lusitano (OLIVEIRA, 2018, p. 83). Em 1928 Leme ganhou um novo aliado para os projetos do religioso, Alceu Amoroso Lima, nome de peso da intelectualidade brasileira. A partir desse momento, D. Leme, Alceu e o padre Leonel Franca articularam a criação de um grupo de evangelização católica.

A atuação deste grupo não fora uma empresa fácil, dado que as elites haviam adotado filosofias do tipo naturalista, racionalista ou positivista, uma crença do tipo não-confessional, indiferente à pregação católica. Sabemos, por exemplo, que Augusto Comte tinha como teoria principal que os dogmas, ritos religiosos eram já ultrapassados, que terminariam desaparecendo diante do programa das ciências e das técnicas (SILVA, 1995, p. 36).

Partindo dessa tendência de estimular leigos a encabeçarem obras ligadas aos interesses religiosos, Jackson de Figueiredo implementou e estimulou a entrada de parcela da intelectualidade brasileira nas fileiras do catolicismo, principalmente com a criação do Centro Dom Vital. Fundado em 1922, o Centro recebeu o nome do religioso Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda entre 1871-1878 que havia sido preso por solicitar que os maçons fossem expulsos do Brasil. Ao ser questionado por suas atitudes, Dom Vital alegou que estava colocando em prática a encíclica do papa Pio IX (AZZI, 2003). O bispo capuchinho de Pernambuco se destacara em seu confronto com o Estado, em defesa dos princípios católicos ultramontanos, contrariando a perspectiva liberal da política da coroa. Desde a escolha do nome do Centro até seus propósitos, o objetivo central era lutar contra possíveis ameaças às conquistas católicas, além de fomentar a aglutinação de um contingente coeso e pronto para salvaguardar a instituição. É possível identificar uma base política ideológica forte, embora esse viés político tenha sido inúmeras vezes negado pelas publicações religiosas.

Dom Sebastião Leme propunha uma ação dos fiéis em novos termos. Urgente. Disciplinada. Combatente. Inteligente. Teve especial atenção pe1a formação

CAPÍTULO 13 O CATOLICISMO NOS ANOS 1920

de uma intelectualidade católica. Em 1921, aprovou a fundação do Centro Dom Vital, cuja função seria estender o apostolado intelectual por todo o Brasil. Dentre seus colaboradores mais íntimos estavam intelectuais como Alceu Amoroso Lima e padre Leonel Franca (SILVA, 2008, p. 550).

O Centro Dom Vital, que atualmente se encontra em atividade, constituiu-se para os anos 1920 uma das principais instituições de leigos autorizada pela autoridade católica. Tinha como principal foco ser organizada por leigos para formação de leigos, que atuariam como atores no processo de reformulação das bases do catolicismo. Como já desenvolvido, o Centro compartilharia com o clero a tarefa de reorganização da instituição Católica frente a possível queda da base social, visto que novas denominações poderiam de organizar de forma mais estruturada no país.

[...] em 1922, o Centro Dom Vital, que surgiu no mesmo ano do Partido Comunista do Brasil. Perilo Gomes e Hamilton Nogueira foram seus co-fundadores. Dom Leme, então arcebispo-coadjutor, em 1923, escreve:

Muito recomendamos aos católicos o Centro Dom Vital, obra destinada à penetração espiritual dos intelectuais, por meio de bibliotecas e publicações de livros especiais, etc. A generosidade que dispensamos a essa belíssima idéia frutificará em uma nova geração de intelectuais católicos (SILVA, 2008, p. 557).

O Centro surgiu como resposta ao avanço de outras ideologias com influência sobre a intelectualidade brasileira, principalmente ao avanço do comunismo. Já como Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, Leme autorizou e convocou as lideranças intelectuais brasileiras para comporem as fileiras da nova empreitada católica. O Centro buscou reunir ao seu redor nomes que pudessem de alguma forma estimular uma aproximação dos fiéis com a nova fase que o catolicismo atravessava, mas além disso buscou se aproximar de figura e autoridades políticas que pudessem criar condições de atuação da instituição; porém, os ganhos maiores só ocorreram na década seguinte, ou seja, a década de 1920 serviu de base para a estruturação.

Criada um ano antes do Centro a revista *A Ordem*, fundada em 1921 por Jackson de Figueiredo, tornou-se o órgão difusor das ideias do movimento. É importante salientar que, embora transparecesse ser uma ação de um católico leigo com o intuito de auxiliar na organização institucional da Igreja, as ações tomadas pelos leigos, tanto publicações quanto movimentos, eram acompanhadas de perto por Dom Leme.

A revista *A Ordem* assumiu um perfil conservador sob a liderança de Jackson. De caráter religioso-político, combatia toda a forma de transformação revolucionária. Assumia, ao mesmo tempo, uma função de formação religiosa e de embate político. Não era um jornal oficial da Igreja, mas um jornal católico, fundado por um católico de estreita colaboração e grande fidelidade ao seu

arcebispo (SILVA, 2008, p. 557).

A revista *A Ordem* contou com dois principais diretores nesse período. O primeiro foi seu fundador Jackson de Figueiredo, que administrou a publicação até o ano de sua morte em 1928 e destinou claramente as publicações da revista para uma carácter extremamente político, no sentido de salvaguardar os interesses da instituição, mesmo não sendo um órgão oficial da Igreja. Após sua morte, quem assumiu o cargo de diretor da revista foi Alceu Amoroso Lima.

Durante a administração do intelectual, as matérias tinham características essencialmente políticas e uma disposição voltada para o autoritarismo. Com o falecimento do diretor d'A Ordem e do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima foi o indicado para assumir o cargo. Discípulo e convertido ao catolicismo por Jackson de Figueiredo, o novo diretor era admirado por muitos do meio intelectual brasileiro. Graças à nova organização, o periódico também dedicou espaço para as questões culturais, porém não abandonou os princípios defendidos [...] (MOURA, 2015, p. 210).

Alceu era próximo de Dom Leme, que demonstrava grande simpatia pela atuação do intelectual, tanto que Alceu protagonizou a coordenação dois principais órgãos de organização leiga que foram desenvolvidos no Brasil na década de 1920, tendo forte apoio do religioso. Com a morte de Jackson, Alceu também assumiu a direção do Centro Dom Vital, onde conseguiu criar ramificações em outros Estados brasileiros, com vários membros de prestígio. Embora inclinado para a área cultural, mesmo assim Alceu desempenhou um papel político significativo na defesa dos interesses católicos com o Estado, atendendo ao pedido de Dom Leme (BARRETTO & PAIM, 1989).

Rio de Janeiro, 11-1-931

O Centro Dom Vital é a maior afirmação da inteligência christã em terras do Brasil.

A obra grandiosa quem do saudoso Jackson de Figueiredo ao nosso Tristão de Athayde, vem ele desenvolvendo, só podem ficar (ilegível) os espíritos sem fé, sem coração e sem patriotismo.

É, pois, com entusiasmo de apóstolo e de brasileiro, que, elogiando e encarecendo a atuação do Centro Dom Vital, aqui deixamos fervoroso apelo em benefício da revista "A Ordem".

Sebastião, Cardeal Arcebispo.¹⁷⁰

Analisando a trajetória do Centro, pode-se distinguir duas fases importantes. A primeira fase, dirigida por Jackson, é de intenso envolvimento político, em que a

170 Arquivo Alceu Amoroso Lima para Liberdade. Carta de Sebastião Leme para Alceu Amoroso Lima. 013 06 0879.

CAPÍTULO 13 O CATOLICISMO NOS ANOS 1920

revista *A Ordem*, com seu jornalismo católico em defesa do governo estabelecido, reagia fortemente contra as pretensões de movimentos revolucionários que buscavam se estabelecer no país. Sob esse aspecto, mantinha-se coerente com a própria orientação da hierarquia eclesiástica. Na década de 1920, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, o conservadorismo católico transformou-se numa força atuante e passou a contar cada vez mais na arena política nacional. A segunda fase foi sob a direção de Alceu Amoroso Lima, sendo, como visto, uma fase mais cultural, porém sem deixar de lado as questões políticas que eram basicamente questões que iriam de encontro à estrutura da Igreja, tais como a autorização do divórcio e o afastamento da esfera educacional pública (BARRETTO & PAIM, 1989).

Outros nomes de relevância nacional também passaram pelo Centro Dom Vital. Entre os que aderiram às causas logo em seu primeiro momento estavam: Hamilton Nogueira, Perilo Gomes, Jonatas Serrano e Tasso da Silveira. Com o desenvolvimento das atividades do Centro e seu maior alcance, somaram nomes como o de Sobral Pinto, Everardo Backheuser e Gustavo Corção.

Por quase uma década, Alceu manteve as principais tendências de pensamento que Jackson havia desenvolvido. Foi contrário à Revolução de 30, caracterizando-a como fruto do pensamento liberal. Com o passar do tempo, Alceu começou a assumir uma postura mais aberta, em contraponto a outros membros do Centro Dom Vital, que continuavam fiéis à posição conservadora e tradicional de Jackson. O Centro Dom Vital se manteve atuante durante todo o período. Não obstante, diversos de seus membros passaram a agir também em outros movimentos, tornando-se, inclusive, fundadores de alguns deles (AZZI, 2003).

Em suma, o Centro Dom Vital cumpriu o papel de aglutinador de forças que eram organizadas para, em seguida, serem redistribuídas de volta ao social, como ressalta a relação do Centro com os movimentos religiosos de massas e com os demais organismos. O Centro foi também o reelaborador das doutrinas orientadoras das atividades católicas, conforme os programas desenvolvidos para atingir diretamente os intelectuais. Submetido às orientações do episcopado, ele contribuiu decisivamente para a obra restauradora católica no Brasil (DIAS, 1996, p. 92).

Para fortalecer ainda mais a atuação da Igreja na sociedade, foi criado em 1929, pelo próprio Alceu, em conjunto com o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica (AUC), sendo o Cônego Manuel Macedo designado por Dom Leme como assistente eclesiástico. A AUC conseguiu arregimentar um grupo de jovens universitários para transmitir os princípios católicos no meio acadêmico. “Nas Faculdades, os ‘aucistas’ enfrentavam os comunistas em ásperas contendidas. No meio católico, os rapazes da AUC faziam propaganda pela pena, e, mais tarde, pelo apostolado litúrgico” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 303).

Mesmo o movimento não possuindo caráter partidário, a AUC começou a ganhar conotações políticas definidas. Uma das bandeiras levantadas por esses jovens era a defesa da fé católica diante do avanço do Estado laico, de acordo com as diretrizes do episcopado, estabelecidas por Dom Leme. As estratégias de atuação católica não pouparam esforços para arrematar novos contingentes para suas fileiras.

É importante observar que as articulações criadas por lideranças católicas nesse momento não representam um ineditismo de organização brasileira, grande parte dos países que transitaram da Monarquia para a República e que tiveram no catolicismo sua base religiosa também tiveram momentos de reformulação da atuação católica, principalmente estimulados pela aproximação ocorrida com a Santa Sé, que buscou conduzir o processo de retomada institucional se aproximando da elite intelectual e de vertentes políticas para compor os novos quadros do catolicismo. A aproximação de Leme com leigos intelectuais trouxe nova fórmula de domínio religioso. Fugindo da esfera da autoridade religiosa, o leigo começou a ganhar papel de destaque na estrutura do catolicismo no Brasil, e essa aproximação era bem vista pelo alto clero que buscou novas agendas de atuação.

Enquanto as declarações episcopais são uma constante da história da Igreja, uma nova forma de expressão organizada dos cristãos apareceu no século XX: os movimentos leigos. Sem dúvida, os séculos passados conheceram uma multiplicidade de obras dirigidas por notáveis e de associações de caridade, mas os movimentos confessionais são de uma outra natureza. Criados e animados por leigos, mesmo que pastores e capelães exerçam neles uma função importante, são representativos das aspirações espirituais e humanas de seus membros. Os movimentos como tais são lugares de formação total, particularmente cívica, extremamente rica pois que ela se encarna em ações concretas desenvolvidas em comunidades. Suas atividades, que em geral não comportam engajamentos políticos, a não ser em períodos excepcionais, ultrapassam em muito o quadro de seus membros; são com frequência reconhecidos como corpos representativos pelos poderes públicos (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 344).

Naquele momento o laicato ganhou mais força dentro da estrutura católica brasileira, possuindo assim uma nova fórmula de aproximação com o povo de forma geral. A figura do padre e das mais diversas organizações religiosas compartilhou sua autoridade com leigos formadores, agentes comprometidos com a causa religiosa, mas que poderiam transitar em outros campos da sociedade, ou como atores políticos, atores ligados a questões econômicas do país ou mesmo figuras de prestígio social. Essa ampliação das funções da Igreja trouxe mais dinamismo à instituição, dando nova roupagem às ações de reestruturação católica. Embora o clero, de forma geral, estivesse comprometido com a restauração religiosa, grande parte das ações de formulação do campo religioso católico teve como palco o Rio de Janeiro e viu na figura de Dom Leme um apoio

CAPÍTULO 13 O CATOLICISMO NOS ANOS 1920

na criação de ferramentas para que tal reorganização obtivesse êxito. A década de 1920 e, consecutivamente, parte da vida religiosa de Dom Leme estiveram inseridas sob a orientação do pontificado do Papa Pio XI (1922-1939); com isso, Leme foi instruído já em uma vertente de conquista, inspirada nas novas diretrizes papais. O pontificado de Pio XI é visto como um ofício de conquista da cristianização perante a sociedade, classificada pelas autoridades eclesiásticas como corrompida pelo processo do laicismo.

No Brasil um dos pontos importantes nesse processo de reconquista está no laicato disperso e no número reduzidos de clérigos, que deixava várias regiões do Brasil sem assistência, além da falta de um líder nacional (SILVA, 1995). Para se ter êxito nas propostas descritas pelo catolicismo e, conseqüentemente, arregimentar fiéis mais participativos para a retomada católica, havia um modelo de leigo a ser formado, sob a fé teocêntrica e a submissão a um Deus todo-poderoso, gerando no fiel um sentimento da sua fragilidade. O fiel começa a se inserir em uma ordem natural que é preciso ser respeitada, ligada a uma sociedade fortemente estruturada por imagens paternas e familiares. Esse tipo de fiel deveria trilhar por regimes que se apoiavam numa figura de autoridade, atraído pelos sistemas hierárquicos nos quais cada um tem seu lugar, sem tensões nem rivalidades (COUTROT, 2003).

A década de 1920 foi palco de disputas de espaço dentro da arena política e social. Ainda em reestruturação, o catolicismo teve como ponto a seu favor o fato de já possuir uma base de organização no Brasil que remonta ao período de conquista deste território por parte de Portugal. É fato que o novo sistema político implementado no Brasil com o fim da Monarquia trouxe novos desafios para o catolicismo enquanto instituição, cabendo a ele demonstrar sua resiliência frente a nova organização social e política, criando estruturas de atuação.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Imprensa:

A Noite (Rio de Janeiro)

A Pátria (Rio de Janeiro)

A Rua (Rio de Janeiro).

Revista Careta (Rio de Janeiro)

Correio da Manhã (Rio de Janeiro)

Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro)

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)

Jornal do Commercio (Rio de Janeiro)

O Globo (Rio de Janeiro)

O Imparcial (Rio de Janeiro)

O Jornal (Rio de Janeiro)

O Paiz (Rio de Janeiro)

Tribuna de Petrópolis. (Petrópolis)

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. t. 90, v. 144, 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

_____. v. 151, 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

_____. t. 98, v. 152, 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

_____. TOMO ESPECIAL. *Contribuições para a biografia de D. Pedro II.* Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. *Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Christina.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

Relatórios de Governo:

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. *Relatório do Governo*. Manaus: Tipografia da Imprensa Pública, 1926.

Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BAHIA. *Relatório do Governo*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

_____. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Parecer da mesa do Congresso. 21 de maio de 1930. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro/DF, ano XII, n. 16. Disponível em: <https://bit.ly/3svd3LR>. Acesso em: 14 ago. 2020.

_____. *Constituição (1891)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://bit.ly/31r2I7L>. Acesso em: 13 ago. 2020.

_____. *Decreto n.º 3.316, de 16 de agosto de 1917*. Autoriza o Poder Executivo a amparar e fomentar a produção nacional e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3fktlDy>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. *Decreto n.º 4.801, de 9 de janeiro de 1924*. Autoriza o Poder Executivo a amparar a exploração industrial siderúrgica e carbonífera existente e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3w72ctZ>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____. *Decreto nº 5.568, de 12 de novembro de 1928*. Aprova o contrato celebrado com a “Itabira Iron Ore Company, Limited”. Disponível em: <https://bit.ly/3tZUeRr>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. *Decreto nº 8.787, de 16 de junho de 1911*. Concede autorização à «Itabira Iron Ore Company, Limited», para funcionar na República. Disponível em: <https://bit.ly/3dahWn7>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. *Decreto-lei nº 1.507, de 11 de agosto de 1939*. Declara irrevogavelmente a caducidade do contrato de 20 de maio de 1920, entre a Itabira Iron Ore Company Limited e o Governo Federal. Disponível em: <https://bit.ly/3lWsD0u>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. *Decreto-lei n.º 4.352, de 1 de junho de 1942*. Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3rvOQUm>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. *Lei nº 3.644, de 31 de dezembro de 1918*. Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício da 1919. Disponível em: <https://bit.ly/2NYsu05>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Presidente. *Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

_____. *Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. *Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

CEARÁ. *Relatório do Governo*. Fortaleza: Tipografia Gadelhaz, 1926.

GOIÁS. *Relatório do Governo*. Goiás: 1926.

PARÁ. *Relatório do Governo*. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

_____. *Relatório do Governo*. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1926.

PARANÁ. *Relatório do Governo*. Curitiba: 1925.

Documentos parlamentares:

CORRESPONDÊNCIA de Luis Novais a Wanderlei Pinho. Arquivo Wanderley Pinho.

DIÁRIO do Congresso Nacional. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acesso em: 30 out. 2008.

DOCUMENTOS PARLAMENTARES. *Estado de Sítio. Volume X (1922-1923)*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1925.

_____. *Estado de Sítio. Volume XII (1924-1925)*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1930.

EMENDA CONSTITUCIONAL de 03 de setembro de 1926. Disponível em: <https://bit.ly/3svoVgS>. Acesso em: 15 maio 2020.

Documentos Judiciais:

PROCESSOS DE *HABEAS CORPUS* (1920-1929) – Arquivo do Supremo Tribunal Federal, Brasília.

Outras fontes:

TELEGRAMAS recebidos da Missão Diplomática Brasileira em Lisboa. 1919-1922. Estante 215, prateleira 04, volume 07. Arquivo Histórico do Itamaraty.

REFERÊNCIAS

TRASLADAÇÃO dos Restos mortais do Imperador e Imperatriz do Brasil. Nº 32, 3º piso, maço 26. Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Portugal.

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. *Luís Carlos Prestes – Um Revolucionário entre dois Mundos*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. Os Intelectuais Russos e a Formulação de Modernidades Alternativas: um caso paradigmático? *In: Revista Estudos Históricos*, nº 37, p. 7-28, jan./jun. 2006.

ABREU A. A. Itabira Iron Ore Company. *In: ABREU, A. A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARAO, S. T. N.; PAULA, C. J. (orgs.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3w8NMJz>. Acesso em: 2 ago. 2020.

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII: continuidades e alteridades. *In: Revista Varia história*, v. 26, nº 44, dez. 2010.

_____. *O poder e os pobres – as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

ABREU, Martha; GOMES, Angela de Castro. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *In: Revista Tempo*, v. 13, nº 26, 2009.

ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. *In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). Antropologia dos Militares*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20. *In: KOSMINSKY, Ethel; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas. Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *Movimento operário em Juiz de Fora em Juiz de Fora na Primeira República*. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Caroline Farias. *Arte, gênero e sociabilidade: Nair de Teffé, a Brasileira retratada por Georgina de Albuquerque*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2019.

AMARAL, Aracy. (org.). *Correspondência Mário de Andrade & Tarsila do Amaral*. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. *Artes plásticas na Semana de 22*. 5 ed. (rev. e ampl.). São Paulo: Editora 34, 1998.

AMARAL, Giana. *Gymnasio Pelotense: a consolidação de um ideal maçônico no campo educacional*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1998.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma História de Lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARAGÃO, Isabel. *Da caserna ao cárcere: um identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. A organização do Poder Judiciário na Primeira República. O Poder Judiciário na Constituição de 1891. In: ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. *O Estado e o Poder Judiciário no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ÀS MARGENS do Ipiranga: 1890-1990. *Catálogo de exposição* (6 dez. 1990 – 28 abr. 1991). São Paulo: Museu Paulista – USP, 1990.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. v. 3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973.

ASSISTÊNCIA Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1922.

AURELIANO, L. M. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AZZI, Riolando. *Os pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

BAKUNIN, Mikhail. A Comuna de Paris e a Noção de Estado. In: *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2011.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições brasileiras: 1891*. 2 ed. v. 2. Brasília: Senado Federal, 2001.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. 2014. 269f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.
- BARMAN, Roderick. *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91*.
- BARRETO, Maria Renilda; OLIVEIRA, Samuel S. R. “Cidade, assistência e saúde: as maternidades entre o privado e o público no subúrbio do Rio de Janeiro (1889-1930)”. *In: Delaware Review of Latin American Studies*, v. 17, p. 1-17, 2016.
- BARRETTO, Vicente; PAIM, Antônio (orgs.). *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.
- BARRY, Jonathan and JONES, Colin. *Medicine and Charity before de Welfare State*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991.
- BARTZ, Frederico Duarte. *Movimento operário e Revolução Social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922*. 2014. 300f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BATALHA, Cláudia H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Cláudio. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista da Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS, Revista dos Tribunais, 1990.
- BATISTA, Marta Rossetti. *Escritos sobre arte e modernismo brasileiro*. Organização por Ana Paula de Camargo Lima. São Paulo: Prata Design Gráfico, 2012.
- _____; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares de. *Brasil: 1ª tempo modernista - 1917/29: documentação*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.
- BATISTA, Ricardo dos Santos. *Sífilis e Reforma da Saúde na Bahia (1920-1945)*. Salvador: Edunab, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMGARTEN, Jens; TAVARES, André. O Barroco colonizador: a produção historiográfico-artística no Brasil e suas principais orientações teóricas. *In: Perspective*, nº 2, 2013.

BEIRED, José Luis Bendicho. Os Intelectuais e a Direita Autoritária no Brasil. *In: Estudos Sociais*. Santa Fé, vol. 17, n. 33, jul.-dez., p. 123-154, 2007.

_____. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BENCHIMOL, Jaime L (coord.). *Manguinhos do sonho a vida – a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1990.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *História da Educação, arquitetura e espaço escolar* - São Paulo: Cortez, 2005.

BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo, Edusp, 1996.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (orgs.). In: Para uma história cultural*. Lisboa: 1998.

BERTUCCI, Liene Maria. O Combate e O Estado de S. Paulo noticiam a gripe espanhola: informação, educação e crítica. *In: FRANCO, Sebastião; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Uma história brasileira das doenças*. v. 9. Belo Horizonte: Fino Traço; 2019.

BEYME, Klaus von. *Konservatismus: Theorien des Konservatismus und Rechtsextremismus im Zeitalter der Ideologien 1789-1945*. Wiesbaden: Springer, 2013b.

_____. *Liberalismus: Theorien des Liberalismus und Radikalismus im Zeitalter der Ideologien – 1789-1945*. Wiesbaden: Springer, 2013a.

BILHÃO, Isabel. Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na primeira república brasileira. *História da Educação (Online)*, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 141-157, jan./abr., 2015.

BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *A Semana de Arte Moderna e a crítica contemporânea*. *In: Vanguarda e Modernidade nas artes brasileiras*, 2005, Campinas. Cadernos da Pós-graduação do Instituto de Artes. Campinas: Programa de Pós-graduação em Artes, v. 8, 2005.

_____. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Editora Ex Libris, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Política e Cultura*. Turin: Biblioteca Einaudi, 2005.

REFERÊNCIAS

- BOMENY, Helena. Antiliberalismo como Convicção: teoria e ação política em Francisco Campos. In: MARTINHO, Francisco Carlos; LIMONCIC, Flávio (orgs.). *Os Intelectuais do Antiliberalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 263-316, 2010.
- BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2008.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil: revolução de 30 e governo provisório*. 3 ed. v. IV, Brasília/DF: Senado Federal, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/akcelrud/1957/11/plataforma.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE, 2006.
- BORGES, Vera Lucia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BRAGA, Virna Lígia Fernandes. *Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1871-1923)*. 2015. 245f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2015.
- BRANCATO, João Victor Rossetti. *Crítica de arte e modernidade no Rio de Janeiro: intertextualidade na imprensa carioca dos anos 20 a partir de Adalberto Mattos (1888-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2018.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade*. São Paulo: UNESP, 2007.
- BRETAS, Marcos Luiz. Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 20. In: *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, nº 3, out. 1997.
- BRITO, Nara Azevedo de. La dansarina; a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. In: *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. IV, mar./jun. 1997.
- BUELTZINGLOEWEN, Isabelle von. “Clinique et hôpital” In: *Machines á instruire, machines à guérir – les hôpitaux universitaires et la médicalisation de la société allemande (1730-1850)*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon; 1997.
- CAMPOS, Filipe Q. de. *O Brasil entre as grandes potências: a diplomacia presidencial de Arthur Bernardes na Liga das Nações. (1919-1926)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFJF, 2019.

CAMPOS, Francisco. *Discursos Parlamentares*. Coleção Perfis Parlamentares. v. 6. Rio de Janeiro: José Olympo, 1979.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001.

CAPELATO, Maria Helene. *Os Arautos do Liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As malhas de Aço no Tecido Social: A Revista "A defesa Nacional" e o Serviço Militar Obrigatório*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 1985.

CARDOSO, Aliana Anghinoni; PERES, Eliane. A criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE) e suas primeiras ações no campo educacional. *In: História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, p. 51-68, abr. 2005.

CARDOSO, Rafael. Forging the myth of Brazilian Modernism. *In: SILVER, Larry; TERRACIANO, Kevin (orgs.). Canons and Values: Ancient to Modern*. Los Angeles: Getty Publications, 2019.

CARDOSO, Rafael. Histories of nineteenth-century Brazilian art: a critical review of bibliography, 2000-2012. *In: Perspective*, nº 2, 2013.

CARDOSO, Renata. As exposições de Arte Latino-americana no Riverside Museum de Nova York em 1939 e 1940: trâmites da organização da seção brasileira. *In: MODOS- Revista de História da Arte*, Campinas, v. 3, nº 1, jan. 2019.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. *D. Pedro II. Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. *In: FAUSTO, Boris; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.), História Geral da Civilização Brasileira - Sociedade e instituições*. v. 2, tomo III, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

REFERÊNCIAS

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Ed. Vozes; 2010.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 50, jul./dez., p. 131-166, 2005.
- CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. Goffman e os militares: Sobre o conceito de instituição total. In: *Revista Educação & Sociedade*, v. 34, n. 123, Campinas, abr./jun. 2013.
- _____. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *O Espírito Militar*. Um antropólogo na caserna. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 [1990].
- _____. *Os Militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, Celso; IZECK-SOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____; LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- _____. Por uma antropologia dos militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CASTRO, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí*. Brasília: Senado Federal, 2008.
- CASTRO, Tatiana de Souza. *“Assim se espera Justiça”: o remédio jurídico do habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (1920-1929)*. Tese de Doutorado em História. PPGH, UFRRJ, Seropédica, 2018.
- CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.
- _____. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.
- _____. The motivations of benefactors- an overview of approaches to the study of charity. In: BARRY, Jonathan; JONES, Colin. *Medicine and charity before the welfare state*. London/New York: Routledge, p. 46-62, 1991.
- CAVALLO, Sandra. *Charity and power in early modern Italy – benefactors and their motives in Turin, 1541-1789*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. Charity, power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals: the case of Turin. In: GRANSHAW, L.; PORTER, R. *The hospital in History*. Londres/New York: Routledge, p. 93-122, 1989.

CELESTE FILHO, Macioniro. Intelectuais brasileiros em disputa pela escola nova na década de 1930. In: *Historia y Espacio*, nº 40, p. 75-109, fev./jun. 2013.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 16, 1995.

_____. Histoire Intellectuelle et histoire des mentalités. Trajetctiores et questions. In: CHARTIER, Roger et al. *La sensibilité dans l'histoire*. Ed. Clamency, 1987.

CHIARELLI, Tadeu. De Anita à academia: para repensar a história da arte no Brasil. In: *Novos estudos CEBRAP*, nº 88, p. 113-132, 2010.

_____. *Pintura não é só beleza: a crítica de arte de Mário de Andrade*. São Paulo: Letras Contemporâneas, 2007.

_____. *Tropical, de Anita Malfatti: reorientando uma velha questão*. In: *Novos estudos CEBRAP*, nº 80, p. 163-172, 2008.

CHIARIZIA, M. M. A. *Itabira Iron Ore Company Limited*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

CHINELLI, Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos Militares*. Reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COELHO, Claudio Marcio Coelho; ROMERA, Edison. Reação católica e “questão religiosa” no Brasil Republicano. In: *Estudos de Religião*, v. 30, nº 3, p. 111-128, set./dez. 2016.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COELHO, Frederico. *A semana sem fim: celebrações e memória da Semana de Arte Moderna de 1922*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo, ed. SENAC, 2005.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

REFERÊNCIAS

CORSETTI, Berenice. A Escola Pública no Rio Grande do Sul e o Projeto Político Republicano (1889/1930). In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil: História e Historiografia*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 6 a 9 de novembro de 2000.

CORSETTI, Berenice. *O poder em migalhas – a escola no Rio Grande do Sul na Primeira República*. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

COSATI, Letícia Conde Moraes. *Assistência à infância na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: a transformação da Casa dos Expostos (1888-1912)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

COSER, Ivo. Federal/federalismo. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

COSTA, Emilia Viotti de. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Ieje, 2001.

COSTA, Renato da Gama-Rosa; SANGLARD, Gisele. “Oswaldo Cruz e a lei de saúde pública na França”. In: *História, ciência, saúde*, Manguinhos, v.13, nº 2, p. 493-507, jun. 2006.

COSTA, Viviane da. O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. In: *Paideia*, v. 16, nº 33, p. 9-17, 2006.

COUTO, Maria de Fátima Morethy. Modernos ou vanguardistas: a construção do moderno na arte brasileira da primeira metade do século XX. In: *Vanguarda e Modernidade nas artes brasileiras*, 2005, Campinas. In: *Cadernos da Pós-graduação do Instituto de Artes*, Campinas: Programa de Pós-graduação em Artes, v. 8, 2005.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

DALMÁS, Carine. Os Comunistas, a Cultura e a Política das Frentes Populares. In: NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; CZAJKA, Rodrigo (orgs.). *Comunistas Brasileiros – Cultura Política e Produção Cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

DANTAS, Regina. *Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia? A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de Paris em 1889*. Rio de Janeiro: Nea, 2015.

DE LUCA, Tânia Regina de. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1971.

DE LORENZO, Helena de C.; COSTA, Wilma P. (orgs.). *A década de vinte e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; DE MORAES, João Quartim (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v. 1 – O Impacto das Revoluções. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

DI CESARE, Donatella. *Terror e Modernidade*. Belo Horizonte: Âyiné, 2019.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem, a doutrina Católica sobre autoridade no Brasil – 1922/1933*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [198-].

DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes - rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

DUPRAT, C. *Pour l'Amour de l'Humanité – Le Temps des Philantropes: la philanthropie parisienne des Lumières à la monarchie de Juillet*. Paris: Éditions CTHS, T. 1, 1993.

_____. *Usage et Pratiques de la Philantropie: pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cour du premier XIXe siècle*. Paris: Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale, v. 1 e 2, 1996.

ENGELS, Friedrich. *Introdução a Der Burgerkrieg in Frankreich*. 1891. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1891/03/18.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

REFERÊNCIAS

FABRIS, Annateresa. Modernismo: nacionalismo e engajamento. In: AGUILAR, Nelson (org.). *Bienal Brasil século XX*. Catálogo da exposição (24 abr. – 29 mai. 1994). São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1994.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos*. Curitiba: ed. Prismas, 2017.

_____. *Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)*. Dissertação (Mestrado) – PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte*. São Paulo: USP, 1996.

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder em Poulantzas. In: *Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS*, GT 24: marxismo e ciências sociais, 2008.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, A.; COURTINE, JJ.; VIGARELLO, G. (dir.). *História do Corpo*, v. 2 – Da Revolução à Grande Guerra. 3 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *O Pensamento Nacionalista Autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Revista Educação e Realidade*, v. 29, n. 2, jul/dez. 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Reação Republicana. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário da Elite política republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3foG1t3>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____; PINTO, Sumara Conde Sá. A Crise dos Anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DE DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano: o Tempo do Liberalismo Oligárquico*. Versão ebook. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

_____. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>. Acesso em: 01 ago. 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O vernissage da história: Antonio Parreiras, Benedito Calixto e Theodoro Braga em Belém do Pará, 1903-1908. In: *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 4, nº 5, p. 116-125, 2003.

_____. Querelas esquecidas: o modernismo brasileiro visto das margens. In: PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). *Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Campus, p. 259-283, 2003.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 7-75, 1972.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. In: *Revista Tempo*, v. 23, n. 1, jan./abr. 2017.

FONSECA, Pedro Dutra. A gênese regional da “Revolução de 1930”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP, v. 29, n. 1, p. 113-127, jan./mar. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3u5xVtz>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FONTOURA, João Neves da. *A jornada liberal: discursos parlamentares e extra-parlamentares*. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1932.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: a Aliança Liberal e a revolução de 1930*. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Globo, 2v, 1963.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Tenentismo. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário da Elite política republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2QSM7bf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel et alli. *Les machines à guérir (aux origines de l'Hôpital moderne)*. Bruxellas/Liège: Pierre Mardaga Editeur, 1979.

FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Mulheres, Sindicato e Organização Política nas Greves de 1917 em São Paulo. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v. 37, nº 76, p. 73-90, 2017.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa* (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2011.

FRANCO, Virgílio Alvim de Melo. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FREIRE JÚNIOR, Francisco José. *Seu Julinho vem*. 1929.

FREIRE, Jonis; CARULA, Karoline. Camadas populares e higienismo no Rio de Janeiro em fins dos anos de 1870. In: VENANCIO, Giselle Martins; SECRETO, Maria Verónica; RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cartografias da cidade (IN)visível - setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ; 2017.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FREVERT, Ute. *Emotions in History: Lost and Found*. Budapest: Central European Univ. Press, 2011.

_____. *Vergängliche Gefühle*. Göttingen: Wallstein, 2013.

FREYRE, Gilberto. A propósito de Dom Pedro II. In: FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. 1922: A Crise Econômica. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, p. 3-8, 1993.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, Laila Maia. *História Constitucional Brasileira na Primeira República: um estudo da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 1923*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

GARRIDO, Álvaro. *Queremos uma economia nova*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2016.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Atmósfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio en la Primera República brasileña*. Valência: Tirant lo Blanch, 2019.

_____. *Direitos Sociais em Perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

GASTALDO, Édison. Tradição, transformação e o espírito militar: uma entrevista com Celso Castro. *In: Revista Silva: Humanidade em Ciências Militares (Revista Científica do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias)*, v. 1, nº 1, mar. 2017.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GENTIL, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

GENTILE, Fábio. A Apropriação do Corporativismo Fascista no “Autoritarismo Instrumental” de Oliveira Vianna. *In: Revista Tempo*. v. 25, n. 1, Niterói, jan.-abr., p. 111-131, 2019.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das letras, 1989.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GODOY, Patrícia Bueno. O desenho brasileiro e a afirmação de uma iconografia nacionalista no século XX. *In: Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 37, nº 1, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GÖHLER, Gerhard. Antworten auf die soziale Frage – Eine Einführung. *In: Heidenreich, Bernd (org.). Politische Theorien des 19. Jahrhunderts*. Berlin: Akademie Verlag, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 1999.

_____. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. *In: NOVAIS, Fernando; SCHWARZ, Lilia Moritz. História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Através do Brasil: o território e seu povo*. *In: GOMES, Ângela de Castro et al. (orgs.). A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FGV, 2002.

REFERÊNCIAS

- _____. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- _____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.
- _____. Azevedo Amaral e o século do corporativismo de Michael Manoilesco no Brasil de Vargas. In: *Sociologia & Antropologia*, v. 2, nº 4, p. 185-209, 2012.
- _____. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- _____. Prefácio. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José Almino (orgs.). *República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- _____; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*, nº 4, 1989.
- _____; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-61, 2000. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>. Acesso em: 01 jun. 2005.
- GÖRTERMAKER, Manfred. *Thomas Mann und die Politik*. Frankfurt a. Main: Fisher, 2005.
- GOULEMOT, Jean-Marie; WALTER, Éric. Les centenaires de Voltaire et de Rousseau. Les deux lampions des Lumières. In: NORA, Pierre. (dir.). *Les Lieux de Mémoire*. v. 1. La République. Paris: Gallimard, 1997.
- GRANSHAW, Lindsay. Introduction. In: GRANSHAW, L.; PORTER, R. *The hospital in History*. Londres/New York: Routledge; 1989.
- GRELL, Peter O.; CUNNINGHAM, Andrew; JÜTTE, Robert [dir.]. *Health care and poor relief in 18th and 19th century northern Europe*. London: Ashgate: 2002.
- GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- GUIMARÃES, Cláudia; SCANAPIECO, Luciana (org.). *Palácio Tiradentes: 90 anos. Catálogo da exposição*. Brasília: Centro Cultural Câmara dos Deputados, 2016.

- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 69-82, 2009.
- HESSE, Hermann. The Longing of our Time for a Worldview. In: KAES, A.; JAY, M.; DIMENDBERG, E. (eds.). *The Weimar Republic Sourcebook*. Berkeley: Univ. California Press, 365-368, 1998.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWN, E. J. *The age of empire, 1875-1914*. New York: Vintage Books, 1989.
- _____. *The age of extremes, 1914-1991*. New York: Vintage Books, 1996.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HROCH, Miroslav. Nationalism and National Movements: Comparing the Past and the Present of Central and Eastern Europe. In: *Nations and Nationalism*, v. 2, n. 1, p. 35-55, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel. *The Third Wave*. Norman: Univ. of Oklahoma, 1993.
- IBAÑEZ, Nelson; DUARTE, Ivomar Gomes; DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. As irmandades da Misericórdia e as políticas públicas de assistência hospitalar no estado de São Paulo no período Republicano. In: MOTT, Maria Lucia; SANGULAR, Gisele (orgs.). *História da Saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Fiocruz/Ed. Manole; 2011.
- JASMIN, Marcelo G. e FERES JR. João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- JAY, M. The Extraterritorial Life of Siegfried Kracauer, 1976 [1975], apud GINSBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- JÜTTE, R. *Poverty and deviance in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

REFERÊNCIAS

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento*. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006.

KEEL, Othmar. *L'avènement de la médecine clinique moderne en Europe – 1750-1815*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal/Georg Éditeur, 2001.

KERN, Daniela. Historiography of Indian Art in Brazil and the Native Voice as Missing Perspective. In: MATTOS, Claudia; CONDURU, Roberto (orgs.). *New Worlds, Frontiers, Inclusion, Utopias*. São Paulo: CIHA, Vasto, 2017.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KIMORI, Lúgia. A lição dos mestres: os parnasianos na biblioteca de Mário de Andrade. In: *Estudos avançados*, São Paulo, v. 31, n. 90, mai./ago. 2017.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da primeira república brasileira (1841-1920)*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *O habeas-corpus na prática judicial brasileira (1841-1920)*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1998.

KRAKAUER, Siegfried; KRISTELLER, Paul Oskar. History: the last things, before the last, 1969, p. 8, cap. 4 e cap. 12, apud GINSBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, SP: Cia das Letras, 2007.

KREIDLLOW, Daniel. *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais*. In: *Revista Educação e Realidade*, v. 29, n. 2, jul./dez. 2004.

KROPF, Simone P. *Doença de Chagas, doença do Brasil - ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2009.

LACOMBE, Américo J. Apresentação. In: FUNDAÇÃO casa de Rui Barbosa. *Rui Barbosa e a constituição de 1891*. Rio de Janeiro: FCRB, 1985.

LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, t. 3, v. 2, 1978.

LANG, Alice B. da S.G. *Dicionário da Primeira República*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3sAURjZ>. Acesso em: 4 ago. 2020.

- LANNA JÚNIOR, Mario Cléber M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 6. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- LAVRABRE, Marie Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CEFAL, Daniel. (Dir.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, p. 233-252, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEIRNER, Piero. *Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LEITE, Marjone Socorro farias de Vasconcelos. *Dom Arcoverde: o Cardeal dos Serões 1870-1922*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- LE MOS, Carlos A. C.. A São Paulo que eu vi. In: LEITE, Luiz Eugênio Teixeira. *A São Paulo que São Paulo não vê: a ornamentação eclética na arquitetura civil paulistana*. Rio de Janeiro: Editora Eleetele/Artepadilla, 2020.
- LENIN, Vladimir I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. In: *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-20, 2014.
- LIEBEL, Vinícius. 2016. Confrontação e Cordialidade: Elementos para uma Comparação entre os Pensamentos Autoritários de Carl Schmitt e Francisco Campos. In: *Oficina do Historiador*. Porto Alegre, v. 8, n. 2, jul-dez. 2015, p. 120-136.
- _____. *Nation-building à Brasileira – A Experiência Histórica do Estado Novo*. In: CARVALHO, Keila; CORDEIRO, Janaína; SOUZA, César. *O País do Futuro*. Modernidade, Modernização e Imaginário Coletivo no Brasil Republicano. Curitiba: Appris; Prismas, 2018.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro – 1930*. São Paulo: Alfa Ômega, 1983.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro; 1996.

REFERÊNCIAS

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ; 1999.

LIRA NETO. *Getúlio 1882 - 1930 - dos anos de formação à conquista do poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPES, M. A. Os pobres e a Assistência Pública. In: MATTOSO, J. (org). *História de Portugal*. v. 6. Lisboa: Editorial Estampa; 1998.

_____. *Pobreza, assistência e controlo social, Coimbra (1750-1850)*. 2 v. Coimbra: Palimage Editores, 1999.

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem moderno*. São Paulo: Edusp, 1999.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LÖWY, Michel. *A Revolução é o Freio de Emergência*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

LYNCH, Chrystian Edward Cyril. O momento oligárquico: A Construção institucional da República. (1889-1891). In: VISCARDI, C.M.R. ALENCAR, J. A. (orgs.). *A república revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. A (re)organização nacional: as propostas de Alberto Torres e do Clube 3 de Outubro para um Estado corporativo-autoritário no Brasil. In: GRECCO, Gabriela de Lima; NETO, Odilon Caldeira (orgs.). *Autoritarismo em foco: política, cultura e controle social*. Rio de Janeiro: Autografia; Pernambuco: Edupe; Madrid: UAM Ediciones, 2019.

_____. *Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a República liberal-oligárquica*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes: estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

MALATIAN, Teresa. O Retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, M. Stella. (Org.). *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Fapesp, 1992.

MALOSETTI COSTA, Laura. *Los Primeros Modernos: Arte y Sociedad en Buenos Aires a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

MARQUES, Ivan. *Modernismo em revista: estética e ideologia nos periódicos dos anos 1920*. São Paulo: Leya, 2013.

MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARSON, M. D. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. In: *Estudos Econômicos*, v. 45, n. 4, p. 753-785, out./dez. 2015.

_____. *Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1960*. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTEI, L.; SANTOS JUNIOR, J. A. Industrialização e substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada. In: *Revista de Economia*, v. 35, nº 1, p. 93-115, jan./abr. 2009.

MATTOS, Cláudia Valladão de. Da Palavra à Imagem: sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 6-7, nº 1, 1999.

MAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de Sítio. In: *Revista de Informação Legislativa*, set. 1965.

Mchug, Tim. The reform of the Paris Hôtel Dieu; The reform of poor relief in Paris. In: *Hospital politics in seventeenth-century France – the crown, urban elites and the poor*. Hampshire: Ashgate, 2007.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MENDES, Raimundo de Teixeira. *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, 1913.

MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Quem foi Pedro II. Golpeando, de frente, o “saudosismo”*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1930.

MENDONÇA, J. *Assistência hospitalar no Rio de Janeiro*. Correio da Manhã, 14 jun. 1918.

REFERÊNCIAS

- MESQUIDA, Peri. A educação na restauração lealista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. In: *Diálogo Educacional* (PUCPR), v. IX, p. 279-295, 2009.
- MOORE JR. *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MORAES, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na revolução*. 2 ed. Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1933.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista – sua dimensão filosófica*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1976.
- MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 3 ed. São Paulo: LTr, 1986.
- MORAES, Evaristo de. *Os acidentes no trabalho e a sua reparação*. São Paulo: LTr (edição fac-similada do original de 1919), 2009.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTA, C. G.; LOPEZ, A. *História do Brasil: uma interpretação*. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992.
- _____. 1922, O Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão. In: *A Experiência da Primeira República: Portugal e Brasil*. Seminário promovido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e pelo CPDOC-FGV, p. 1-15, Coimbra, 5-7 maio / Rio de Janeiro, 20 set. 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios de possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia: In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm: 2009.
- _____. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MOURA, Carlos André Silva de. *Histórias cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942)*. 2015, 443p. Tese (Doutorado em História)- Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.
- MUSEU Histórico Nacional. São Paulo: Editora Olhares, 2013.

MUSSOLINI, Benito. A Doutrina do Fascismo. In: *Fascismo: Textos Fundamentais e Históricos do Séc. XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 11-51, 2019.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAPOLITANO, M. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Intelectuais entre dois Autoritarismos. In: MARTINHO, Francisco Carlos; VANNUCCHI, Marco Aurélio; FREIRE, Américo. *O que há de novo sobre o Estado Novo?* Rio de Janeiro: FGV, p. 285-308, 2019.

NERI, Marcelo Côrte (Coord.). *Novo mapa das religiões*. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2011.

NICOL, R. N. V. C. *A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1930)*. 1974. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

NOGUEIRA, Rubem. Pedro Lessa e sua influência na evolução constitucional do Brasil. In: *Revista da Faculdade de Direito da USP*, São Paulo, 1959.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les Lieux de Mémoire*. v. 1. La République. Paris: Gallimard, 1997.

NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em S. Paulo*. São Paulo: [s.n], 1924.

NUM, José. Amérique Latine: la crise hégémonique et le coup d'État militaire. In: *Sociologie du travail* (número especial: «Classes sociales et pouvoir politique em Amérique Latine») nQ 3/67, 1967, apud FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*, RJ: Cia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Alexandre Luís. *A política dos cardeais: uma análise transnacional da atuação de Sebastião Leme e Manuel Cerejeira (1930/1945)*. 2018, 220p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Revolução de 1930: uma bibliografia comentada. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, BIB, Rio de Janeiro, n. 4, 1978. Disponível em: <https://bit.ly/39n163y>. Acesso em: 13 ago. 2020.

_____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes de; NETO, Armindo Quillici. Infância e educação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: *Cadernos de História da Educação*, v. 11, nº 2 – jul./dez. 2012.
- OZOUF, Mona. Le Panthéon. L'École normale des morts. In: NORA, P. (org.). *Les Lieux de Mémoire*. v. 1. La République. Paris: Gallimard, 1997.
- PAIM FILHO, Firmino. Ao Rio Grande do Sul e à Nação. *O Paiz*. Rio de Janeiro. 9 out. 1930. p. 2. Disponível em: <https://bit.ly/3u8oVnl>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- PAULA, R. Z. A. *Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais; 1918.
- PEREIRA, S. M. As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários. In: *Cadernos de História da Educação*, v. 19, nº 1, p. 271-292, 13 fev. 2020.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PETERS, José Leandro. Aparecida na memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. In: *Sacrilegens*, v. 9, p. 87-96, 2012.
- PIMENTA, Tania Salgado. Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera no Rio de Janeiro em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de (orgs). Brasília: Paralelo 15, 2004.
- PIMENTA, Tania Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. Varíola e vacina na província do Rio de Janeiro. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tania Salgado; MOTA, André. *No rastro das Províncias – as epidemias no Brasil Oitocentista*. Vitória: EDUFES; 2019.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Ricardo Severo e o Neocolonial: Tradição e Modernidade no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. In: *Intellèctus*, v. 10, nº 1, 2011.
- PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- PINTO, Ana Paula Magno. *Assistência, saúde e sociedade: a sociedade são Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939)*. 2017. 328f. Tese (Doutorado em

História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

PINTO, António Costa. Corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. *In: Revista Vária História*, Belo Horizonte, v. 30, nº 52, p. 17-49, 2014.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva. Centenário da Lei de Acidentes de Trabalho: análise sobre acidentes em fábricas de tecidos do Rio de Janeiro na Primeira República. *In: Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rBA12C>. Acesso em: 23 set. 2020.

PITTA, Fernanda Mendonça. *Um povo pacato e bucólico: costume, história e imaginário na pintura de Almeida Júnior*. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In: Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTO, Walter Costa. Apresentação. *In: VIANNA, Oliveira. O Ocaso do Império*. Recife: Massangana, 7-14, 1990.

_____. *Eleições presidenciais no Brasil: Primeira República*. Brasília: Senado Federal, 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

PRESTES, Anita L. *A coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do Tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La ‘sociabilidad’ y la historia política. *In: PEIRE, Jaime (org.). Actores, representaciones e imaginarios: homenaje a François-Xavier Guerra*. Caseros: Eduntref, Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.

RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. RJ, Zahar Editores, 1961.

REIS, Elisa P. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. *In: SORJ, Bernardo et al. (orgs.). Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, p. 194-217, 1985.

RESTAURAÇÃO da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé. Caderno de Educação. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Comissão para as

REFERÊNCIAS

Comemorações do Bicentenário da Chegada de D. João ao Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2007.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O primeiro reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2009.

_____. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. In: *Revista Tempo*, Niterói, jan./jul. 2009.

_____. O Povo na Rua e na Justiça, a Construção da Cidadania e Luta por Direitos: 1889-1930. In: SAMPAIO, Maria da Penha Franco BRANCO, Maria do Socorro C.; LONGHI, Patrícia. *Autos de memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. O uso do habeas-corpus no Judiciário Federal para o alargamento dos direitos de cidadania: o caso dos imigrantes portugueses no Distrito Federal. In: *Cadernos temáticos: Justiça Constitucional no Brasil: política e direito*. Revista da Escola de Magistratura Regional Federal, v. 1, 2010.

RIBEIRO, Marly M. Revisão constitucional de 1926. In: *Revista de Ciência Política*, dez. 1967. Disponível em: <https://bit.ly/3cvxouW>. Acesso em: 14 jul. 2020.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. “A terceira estrela da Federação”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. 2019. Tese (Doutorado em História) 301f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019.

RICCI, Paolo; ZULINE, Jaqueline. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. In: *Revista Dados*, v. 57, nº 2, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3m6JBJJ>. Acesso em: 13 ago. 2020.

_____. Quem ganhou as eleições? a validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, nº 45, p. 91-105, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3dfyVEB>. Acesso em: 13 ago. 2020.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, SP, 2003.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Tomo 1. Defesa das liberdades civis (1891-1898). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

_____. *História do Supremo Tribunal Federal*. Tomo 2. Defesa do federalismo (1899-1910). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

_____. *História do Supremo Tribunal Federal*. Tomo 3. Doutrina brasileira do habeas-corpus (1910-1926). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

RODRIGUES, Lutero. Carlos Gomes, os modernistas e Mário de Andrade. *In: Revista Brasileira de Música*, Rio de Janeiro, v. 24, nº 1, jan./jun. 2011.

ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de Direita na Europa do Entre-guerras. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, nº 61, p. 355-378, maio/ago. 2017.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. 2011. 289 fls. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca – SP, 2011.

ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do Sul do Brasil (1903-1913)*. 2019. 254f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

ROURE, Agenor de. *A constituinte republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979.

SÁ, I. dos G. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

SAMIS, Alexandre. *Moral Pública e Martírio Privado: colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *In: Revista Sociedade & Estado*, Brasília, v. 26, nº 1, jan./abr. 2011.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiana: Ed. da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANGLARD, Gisele. A Primeira República e a constituição de uma rede hospitalar no Rio de Janeiro. *In: PORTO, Ângela et al.. História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008b.

REFERÊNCIAS

_____. “As crianças e a Misericórdia carioca: circulação e transformação dos espaços (Rio de Janeiro, 1870-1920)”. In: *Revista Portuguesa de História*, v. 47, p. 337-358, 2016a.

_____. Assistência na antiga província do Rio de Janeiro: contribuições para o debate acerca de sua organização (1830-1890). In: *Revista História* (Unesp), 2020 (aceito para publicação).

_____. *Amamentação e políticas para a infância no Brasil a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016b.

_____. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008a.

_____; SILVA, Renato Pereira da. A organização da assistência hospitalar no Distrito Federal: entre a filantropia e a ação do Estado (década de 1920). In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *História da Saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, p. 65-78, 2010.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Guerra e paz: alguns cenários da vida hospitalar. In: MOTT, Maria Lucia; SANGLARD, Gisele (orgs.). *História da Saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Fiocruz/Ed. Manole; 2011.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas - usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac; 2007.

SANTA ROSA, Virgínio. *O que foi o Tenentismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Cadernos do Povo Brasileiro), 1963.

_____. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

SANTO ROSÁRIO, Maria Regina do. *O cardeal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SANTOS, Marco Fridolin Sommer. Os acidentes no trabalho e a sua reparação: a contribuição de Evaristo de Moraes. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, ano 2, n. 7, 2013, p. 7527-7549. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/07/2013_07_07527_07549.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

SANTOS, Vanessa Silva dos. De Malinowski aos pós-modernos: uma breve reflexão acerca da pesquisa etnográfica na antropologia. In: *Revista a Cor das Letras*, v. 14, n. 1, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SAVIANI, Demerval. O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, Demerval. *O Legado Educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, p. 9 a 58, 2004.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____; Starling, Heloisa. José Murilo de Carvalho: o País dos Sonhos Desfeitos. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa (org.). *Três Vezes Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016.

SILVA, Daniele Hungaro da; MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Método de Ensino Intuitivo e a política educacional de Benjamin Constant. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 2, p. 198-211, 2014.

SILVA, Eduardo. A República comemora o Império: Um aspecto político-ideológico da crise dos anos 20. In: *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, RJ, v. 1, nº 2, p. 59-71, jan./abr., 1986.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SILVA, Francisco Oliveira. *O Cardeal Leme e a Revolução de 1930*. 1995. 81f. Dissertação (mestrado em História Eclesiástica) – Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1995.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Deodoro da Fonseca. 1º presidente do Brasil. 1889-1894*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, Josué Pereira da. *Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo (1906- 1932)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1996.

REFERÊNCIAS

SILVA, Lígia O. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do caso Itabira Iron. In: DE LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma P. da. (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. In: *Sociologias*, nº 20, 2008.

SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. In: *História Revista*, Goiânia, v. 13, nº 2, p. 541-563, jul./dez. 2008.

SILVA NETO, João Augusto da; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Uma imagem, duas narrativas: as representações de uma lenda amazônica em Manoel Santiago. In: *19&20*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 1, jan./mar. 2012.

SILVEIRA, T. C. *Nos rastros de Gil Martins: comércio, política e industrialização na Primeira República brasileira (1889-1930)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, out. 2002.

_____. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. In: *Perspective*, nº 2, 2013.

SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas (1890/1922)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Lívia Freitas Pinto Silva. *“Futuro da Nação ou pequenas sementes do mal?” Uma análise sobre a assistência, as representações e a gestão da infância desvalida, moralmente abandonada e trabalhadora do distrito federal (1890-1920)* – Tese (Doutorado em História Social). Instituto de História, UFRJ, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. *História Militar do Brasil*. Expressão Popular, SP: 2010.

_____. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

- SOUSA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme, In: *Revista Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1972.
- SOUZA, Christiane M. Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro/Salvador; Ed. Fiocruz/EdUFBA; 2009.
- SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. In: *Sociologias*, Porto Alegre, nº 7, p. 302-323, 2005.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de Civilização: um Estudo sobre a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo*. São Paulo: USP, 1996.
- STEIN, S. J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, v. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 142-164, 2005.
- _____. Uma forma de formação: médicos na escola profissional. In: *Revista Veritas*, Porto Alegre: PUCRS, 1997.
- STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. (org.). *Dicionário de Política*. 7. ed. Brasília: Editora UnB, 1995.
- STUMPF, Lúcia Klück. *A terceira margem do Rio: mercado e sujeitos na pintura de história de Antonio Parreiras*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.
- SUZIGAN, W. *A indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Editora da Unicamp, 2000.
- TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927. v. 1, 1972.

REFERÊNCIAS

- TEIXEIRA, M. L. G. *Teresina (1890-1920): arquitetura, indústria e ferrovia*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- TENORIO, Maurício. Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o centenário da Independência do Brasil e a raça cósmica. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, 2008.
- THOMAS, Lois-Vicent. Rites de mort. Pour La paix dès vivants, Paris: Fayard, 1985, apud CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.
- TOLEDO, Edilene. A Trajetória Anarquista no Brasil da Primeira República. *In: AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (org.). As Esquerdas no Brasil*. Vol. 1: A Formação das Tradições. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- TORRES, Alberto. *A organização Nacional*. 2002b. [1914]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- _____. *O problema nacional brasileiro*. 2002a. [1912]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/torresb.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2012.
- TUCHMAN, Barbara. *A Torre do Orgulho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VAITKUNAS, A. D. *A industrialização brasileira: da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- VALLE, Arthur. A estética do decorativo na pintura brasileira das primeiras décadas da República. *In: ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, nº 20, jan.-jun. 2010.
- _____. A pintura decorativa brasileira no início do século XX. *In: CHRISTO, Maraliz; PITTA, Fernanda; PICCOLI, Valéria. Coleções em Diálogo: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.
- _____. Helios Seelinger, um pintor “salteado”. *In: 19&20*, Rio de Janeiro, v. I, nº 1, mai. 2006.
- _____. Pintura decorativa na 1ª República: Formas e Funções. *In: 19&20*, Rio de Janeiro, v. II, nº 4, out. 2007.

_____. Repertórios ornamentais e identidades no Brasil da 1ª República. In: Encontro de História da Anpuh-Rio, XIII, 2008. *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. Cidade e Educação, modernidade e modernismo. In: SOUZA, Cynthia Pereira; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). *Práticas Educativas Culturais Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VELOSO, Geisa Magela. A Escola Nova e os sentidos para a atividade escolar produzidos em Montes Claros (1927 – 1938). In: *Cadernos de História da Educação*, v. 8, nº 2, jul./dez. 2009.

VERSIANI, F. R. Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914. In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 34, nº 1, p. 3-40, jan./mar. 1980.

_____. Industrialização: a década de 20 e a depressão. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 14, n. 1, p. 59-94, abr. 1984.

_____; VERSIANI, M. T. R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: *Estudos Econômicos*, v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975.

_____. O. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, nº 3, p. 773-780, dez. 1986.

VIANA, Marcele Linhares. *Mobiliário neocolonial: a busca pela tradição na modernidade nacional (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

VIANNA. Luíz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio Inéditos*. Campinas: EdUnicamp, 1991.

_____. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*. São Paulo: Bibliotheca d'O Estado de São Paulo, 1922.

_____. *O Ocaso do Império*. Recife: Massangana, 1990.

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo: Editora Nacional, 1947.

REFERÊNCIAS

_____. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 1990, p. 121-141. [1924].

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. [1920].

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIEIRA, Edvaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

VINCENTIS, Paulo de. *Pintura histórica no Salão do Centenário da Independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade do Estado de São Paulo – USP, São Paulo, 2015.

VISCARDI, Cláudia M. R. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

_____. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). In: *Revista Topoi*, 2008, v. 9, nº 16, p. 117-136.

_____; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. In: *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 25, n.2, p. 12-36, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ftsZur>. Acesso em: 13 ago. 2020.

_____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

_____. Primeira República (1889-1930): República Oligárquica. In: Schwarcz, Lília; Starling, Heloísa (org.). *Dicionário da República*. São Paulo: Cia das Letras, p. 290-298, 2019.

VÍTOR, Amilcar Guidolim. A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. In: *Vozes, pretérito e devir*. Revista de História da UESPI, Ano VI, v. X, nº I, 2019. Disponível: <https://bit.ly/3m113iV>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VIVIANI, Fabrícia Carla. *A trajetória política Tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de São Carlos, 2009.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2006.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

WOLFF, S. Prefácio. In: Sá, I. dos G. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

ZILIO, Carlos. *A querela do Brasil*. Rio de Janeiro: Funart, 1982.

ZULINI, Jaqueline e MACHADO, Fernanda R. O Brasil oligárquico e a reforma constitucional de 1926: mudança em tempos de estabilidade? In: *VIII Congresso Latino-americano de Ciência Política*, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, 22 a 24 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3sB7dbQ>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Luis de Oliveira

Professor Adjunto do curso de História presencial e EaD da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

Allony Rezende de Carvalho Macedo

Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É pesquisador vinculado à rede internacional “Direitas, História e Memória” e Assistente Editorial da *Locus: Revista de História*.

Antonio Gasparetto Junior

Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Bacharel em Administração Pública pela UFJF. Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da UFJF.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Doutora em História Social pela UFRJ. Professora Titular do Departamento de História da UFJF. Pesquisadora do CNPq.

Fernanda Mendonça Pitta

Curadora sênior na Pinacoteca de São Paulo, Professora na Pós-Graduação em História da Arte na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, e Professora colaboradora da Escola da Cidade. É Doutora em História da Arte pela Universidade de São Paulo (USP).

Gisele Porto Sanglard

Professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (Fiocruz-RJ). É pesquisadora do CNPq.

Isabel Lopez Aragão

Doutora em História Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

João Victor Rossetti Brancato

Doutorando em História (área de História da Arte) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).